



ENSAIOS

DE HISTORIA 2021

V. XXII ISSN 1414-8854

ENSAIOS DE HISTÓRIA

® UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

SÃO PAULO STATE UNIVERSITY

REITOR(A)

PROF. DR. PASQUAL BARRETTI

VICE-REITOR(A)

PROF^a. DR^a. MAYSIA FURLAN

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DIRETOR(A)

PROF. DR. MURILO GASPARDO

VICE-DIRETOR(A)

PROF.^a DR.^a NANJI SOARES

CURSO DE GRADUAÇÃO

COORDENADOR(A)

PROF.^a DR.^a TÂNIA GARCIA COSTA

VICE-COORDENADOR(A)

PROF.^a DR.^a MÁRCIA PEREIRA DA SILVA

UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNESP – São Paulo State University

ENSAIOS DE HISTÓRIA
Revista do Curso de Graduação em História

ISSN 1414-8854

Ensaio de História	Franca	v. XXII, n.1/1	p. 196	2021
--------------------	---------------	----------------	--------	------

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNESP – São Paulo State University

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Comissão Editorial

Presidente

Prof. Dr. Marcos Alves de Souza

- Profº Drº Alexandre Guida Navarro (UFMA)
Profª Drª Ana Raquel Marques da Cunha Martins Portugal (UNESP/FRANCA)
Profª Drª Andréa Mazurok Schactae (IFPR)
Profº Dr. André Riani Perinotto (UFDF)
Profº Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS)
Profª Drª Ana Valéria Salza de Vasconcelos (UFPB)
Profª Drª Beatriz Rodrigues (UNESP/FRANCA)
Profº Dr. Carlos Francisco da Silva Júnior (UFBA)
Profº Dr. Carlos Frederico Barboza de Souza (PUC Minas)
Profª Drª Cecília Cintra Cavaleiro de Macedo (UNIFESP)
Profº Dr. Doacir Gonçalves de Quadros (UNINTER)
Profª Drª Elisângela da Silva Santos (UFJ)
Profº Dr. Gerson Ribeiro Coppes Júnior (UNESP/FRANCA)
Profª Drª Helenice Aparecida Bastos Rocha (UERJ)
Profª Drª Hevelly Ferreira Acruche (UFJF)
Profº Dr. Jorge Eschriqui Vieira Pinto (UFG)
Profª Drª Larissa Latif Plácido Saré (UFPA)
Profº Dr. Lucas Machado dos Santos (PUC-Rio)
Profº Dr. Manoel Ruiz Corrêa Martins (UNIFESP)
Profº Dr. Marcos Alves (UNESP/FRANCA)
Profº Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro (UNESP/FRANCA)
Profª Drª Mônica Villares Ferrer (UNICAMP)
Profº Dr. Paulo Roberto Souto Maior Júnior (UFRN)
Profº Dr. Rainer Gonçalves Sousa (IFG)
Profª Drª Regina Zilberman (UFRS)
Profª Drª Renata Rufino da Silva (CEFET/RJ - Campus Itaguai)
Profº Dr. Rodrigo Aparecido de Araujo Pedroso (USP)
Profª Drª Sandra Maria Batista Silveira (UFPE)
Profº Dr. Thiago Augusto Modesto Rudi (UNESP/FRANCA)

Prof^a. Ma. Adrielli de Souza Costa (UNESP/FRANCA)
Prof. Me. Caio César Vioto de Andrade (UNESP/FRANCA)
Prof^a. Ma. Chrislaine Janaina Damasceno (UNESP/FRANCA)
Prof^a. Ma. Juliana Marcia Santos Silva (PUC-Rio)
Prof^a. Ma. Joice de Souza Santos (PUC-Rio)
Prof. Me. Luis Roberto Manhani (UNESP/FRANCA)
Prof^a. Ma. Máira Pires Andrade (PUC-SP)
Prof. Me. Marcelo Fidelis Kockel (UNESP/FRANCA)
Prof. Me. Max Rodolfo Roque da Silva (UFPE)
Prof. Me. Raphael de França e Silva (UFPE)
Prof. Me. Rodrigo Vieira Pinnow (Unilasalle)

Beatriz Henrique Lemos Alves
Carlos Vinícius da Silva
Gabriela Soléo
Guilherme Vicente Moura
Júlia Luisa de Carvalho Mensatti
Juliana Oliveira Bispo
Larieli Ceron de Lima
Laura de Ruijter
Luiza Paula Monteiro Mota
Maria Cecília Teixeira Miranda
Maria Isabela da Silva Gomes
Paloma Caroline Catelan
Rafaela Cia Vieira
Rafaela Manha da Costa
Rafiza Gabriela Souza Rosa
Rhuan Papani David
Thiago Vinícius de Souza Francisco
Yasmim Galvani Ferrari

Publicação Anual / Annual Publication
Solicita-se permuta / Exchanged desired

Endereço / Adress

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Contato: Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, 900, Jardim
Doutor Antônio Petrágli, CEP 14409-160, Franca/SP, Brasil

ensaiosdehistoria@gmail.com

Ensaio de História (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP) Franca, SP, Brasil, 1996-2019, 1-20 ISSN 1414-8854

Capa: Arte com o cartaz da Semana de Arte Moderna de 1922, desenvolvido pelo pintor modernista Di Cavalcanti. Disponível em: <https://institutoling.org.br/explore/semana-de-arte-moderna-de-1922-o-evento-que-mudou-a-cultura-brasileira-para-sempre>.

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que nós do grupo PET História da Unesp Franca tornamos pública a edição de 2021 da Revista Ensaios de História. Estamos extremamente honrados e felizes com a nova edição desse incrível projeto iniciado no ano de 1995 a partir da iniciativa de graduandos de Licenciatura e Bacharelado do curso de História da Unesp Franca. A partir da competência dos petianos, a Revista vem sendo publicada anualmente seguindo um alto padrão de qualidade e se tornando um espaço importante de divulgação científica - por meio de artigos, ensaios, traduções e resenhas - com submissões de todo Brasil.

A importância deste periódico abrange os mais variados setores da comunidade acadêmica. Além de colaborar para a divulgação e ampliação do conhecimento, oferece aos graduandos participantes do grupo PET História - responsáveis pela Comissão de Editoração - desenvolvendo valiosa competência acadêmica, bem como o prestígio de comporem uma importante participação no processo de publicação. Essa atividade se apresenta seccionada em subtarefas, em que equipes ficam responsáveis pela divulgação e veiculação da revista às Instituições de Ensino Superior brasileiras; recebimento dos artigos; estabelecimento de contato com os professores que avaliam os textos submetidos à Revista; centralização dos trabalhos recebidos e supervisão das mídias sociais da revista. Tal organização é capaz de demonstrar o comprometimento e a responsabilidade acerca do conhecimento científico produzido e conta ainda com a colaboração de um extenso e renomado corpo de doutores e doutorandos espalhados por todo o território nacional responsável pela avaliação dos trabalhos respectivos às temáticas e/ou objetos de suas pesquisas, acadêmicos aos quais prestamos aqui nossos agradecimentos por suas imensuráveis contribuições.

Nesta edição, foram publicados trabalhos cujos temas distribuem-se em quatro partes principais. **Na primeira parte**, intitulada "Identidades e Cultura nas Américas", deparamo-nos com o primeiro artigo "Arte performática de Janis Joplin em Woodstock (1969)" de Larissa Naiara Moreira Motta (Unesp Campus Franca). Somos apresentados, durante o texto, aos movimentos de contracultura dos anos 1960 nos Estados Unidos, assinalando o rock como um braço importante dessas manifestações. Dentro desse cenário, somos convidados a conhecer a figura de Janis Joplin e como ela lidou com posturas machistas durante suas apresentações, em especial, durante o Festival de Woodstock em 1969. O segundo trabalho componente desta seção é o artigo denominado "É isso que eu chamo de 'elo NoiteSuja': Sociabilidades e resistências LGBTQIA+ em Belém do Pará", de Carolina Gonçalves de Oliveira (Universidade Federal do Pará). O artigo apresenta uma importante relação de sociabilidade e interações

constituídas no ambiente LGBTQIA+ a partir da produtora de eventos paraense “NoiteSuja”. A discussão demonstra a importância de espaços de sociabilização e resistências para a comunidade LGBTQIA+.

Finalizamos a primeira parte com o artigo “O desencanto da modernidade na América Latina: Uma análise da crônica Conney Island por José Martí”, de Jonas Barbosa (Unesp Campus de Franca). É possível analisar a partir deste artigo a relação do cubano José Martí (1853-1885) com a cidade de Nova York, partindo de sua conhecida crônica “Conney Island” (1881). Por fim, o artigo nos leva a pensar o conceito de modernidade e como ela poderia se tornar possível ou não na América Latina.

A segunda parte, “História e Relações entre as nações”, inicia com o artigo intitulado “Os embaixadores padres dos feitiços dos brancos’ no Daomé”, de Raphael dos Santos Gonçalves (Universidade de São Paulo). O texto busca analisar relatos de viagem de autoria do Padre Vicente Ferreira Pires, publicados em 1800 a partir de viagens missionárias para o Reino do Dahomé. Desse modo, é possível observar a abertura de uma interessante discussão sobre dinâmicas diplomáticas entre Portugal, Bahia e Daomé neste período.

Em seguida, apresentamos também o seguinte artigo: “As relações entre as Américas espanhola e portuguesa no período da União Ibérica: a presença dos portugueses nos primeiros anos da Buenos Aires colonial (1589-1613)”, de Carlos Eduardo da Silveira Mazia (Universidade Estadual de Londrina). Neste artigo, é possível refletir acerca das estratégias lusitanas nos primeiros anos de dominação de Buenos Aires. A partir da utilização de perspectivas relacionadas às fronteiras pratenses, elucidam-se questões de trocas e contatos de uma suposta globalização ibérica.

Adiante, temos o artigo “Imperialismo e dependência estrutural na América Latina: a Argentina de Perón (1946-1955) como pilar de enfrentamento aos Estados Unidos da América”, de José Fernando Barreto Calafa Balbi (Universidade Federal Fluminense) e Nicholas de Souza Manhães (Universidade Federal Fluminense). Os autores trazem uma importante visão acerca da intervenção estadunidense na América Latina - em especial na Argentina - e como os governos de Juan Domingo Perón (1946-1955) foram importantes nesse processo contra a hegemonia estadunidense.

Finalizando a segunda parte desta edição, temos o artigo “Estados Unidos ontem e hoje: perspectivas de seu declínio relativo”, de Alice Liandra Rodrigues (Unesp Campus Franca). O referido artigo visa discutir a participação dos Estados Unidos no cenário mundial a partir de uma comparação ao longo das décadas, observando declínios e pontos altos da nação em seu caminho hegemônico mundial, percurso que a autora irá percorrer a fim de discutir a autenticidade da afirmação que garante seu declínio de posição de hegemonia global a partir da ascensão, sobretudo econômica, da China.

A terceira parte, intitulada “Direitos e Raça”, é inaugurada pelo artigo “‘O Homem de Côr’: o problema da cidadania entre a escravidão e a liberdade no Brasil da primeira metade do século XIX”, de Maria Isabela da Silva Gomes (Unesp Campus Franca). A autora se propõe a discutir os direitos dos

homens livres e libertos após a Abolição e a oposição de sua cidadania pela elite a partir da análise do periódico carioca “O Homem de Côm”, empreendido por homens negros. O segundo trabalho a compor a seção, “A necessidade de mães pretas brasileiras levarem seus filhos para o trabalho: Análise da situação da escritora Carolina de Jesus e do Caso Miguel”, de Marieli de Souza (UNISAGRADO Campus Bauru) parte de uma perspectiva de manutenção do ideal escravocrata, traduzido nos dias de hoje na necessidade de mães pretas, sobretudo domésticas, levarem seus filhos para o trabalho. Apontando o desamparo familiar e, sobretudo, governamental a autora parte da análise dos escritos e da vida de Carolina Maria de Jesus e do caso de repercussão nacional de Miguel Otávio, falecido em 2020 após cair do elevador enquanto estava sob cuidados da patroa de sua mãe, e recai sobre a possibilidade do meio digital como forma de promoção de empoderamento racial e consciência política e social.

Na quarta parte, voltada para “Práticas e Noções Historiográficas”, inicia-se com o trabalho “A História Pública como ferramenta pedagógica para o Ensino da História”, de Daniel Ferreira da Silva (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), João Pedro Passos de Barros Borges (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), Laís Pereira de Oliveira (Universidade Federal do Triângulo Mineiro) e Pedro Henrique Perassi de Oliveira (Universidade Federal do Triângulo Mineiro). O artigo intenta propor, através do emprego da História Pública como referencial teórico, o uso de novas tecnologias de comunicação e informação como caminho de aprendizagem em sala de aula.

Em “Aspectos distintivos do pensamento de Karl Marx e Alexis de Tocqueville”, de autoria de Nathan Rodrigues Falcucci (Unesp Campus Franca), busca-se analisar as diferentes propostas de história a partir das obras canônicas e que dão origem a pensamentos político- econômicos antagônicos: “A democracia na América” e “O Antigo Regime e a Revolução” de Alexis Tocqueville e “Manifesto do Partido Comunista” de Karl Marx.

Finalmente, a resenha intitulada “Construindo a História com Tânia Regina de Luca” e elaborada por Anna Eliza Bueno Botelho (Unesp Campus Franca), Gabriela Soléo (Unesp Campus Franca), Maria Cecília Teixeira Miranda (Unesp Campus Franca), Rafaela Cia Vieira (Unesp Campus Franca) e Rhuan Papania David (Unesp Campus Franca) debruça-se de maneira crítica sobre a obra fundamental de Tânia Regina de Luca, que estabelece os caminhos a serem percorridos em cada etapa da produção da pesquisa científica.

A pluralidade de temas, recortes e abordagens teórico-metodológicas nos permite identificar a importância do periódico não somente enquanto meio de divulgação do conhecimento científico acadêmico, mas como espaço fundamental para os pesquisadores em formação.

Larieli Ceron de Lima¹

Marcos Alves de Souza²

Maria Cecília Teixeira Miranda³

¹ Discente do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp - Campus de Franca. Aluna egressa do Programa de Educação Tutorial (PET) História da Faculdade e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Unesp, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Daiane Vaiz Machado

² Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp - Campus de Franca. Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) História da Faculdade.

³ Discente do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp - Campus de Franca. Aluna Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) História da Faculdade, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Raquel Marques da Cunha Martins Portugal.

SUMÁRIO

IDENTIDADE E CULTURA NAS AMÉRICAS

ARTE PERFORMÁTICA DE JANIS JOPLIN EM WOODSTOCK (1969)

Larissa Naiara Moreira MOTTA.....11

É ISSO QUE EU CHAMO DE “ELO NOITESUJA”: SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS LGBTQIA+ EM BELÉM DO PARÁ

Carolina GONÇALVES.....27

O DESENCANTO DA MODERNIDADE NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DA CRÔNICA CONNEY ISLAND POR JOSÉ MARTÍ

Jonas BARBOSA.....44

HISTÓRIA E RELAÇÕES ENTRE AS NAÇÕES

“OS EMBAIXADORES PADRES DOS FEITIÇOS DOS BRANCOS” NO DAOMÉ

Raphael dos Santos GONÇALVES.....61

AS RELAÇÕES ENTRE AS AMÉRICAS ESPANHOLA E PORTUGUESA NO PERÍODO DA UNIÃO IBÉRICA: A PRESENÇA DOS PORTUGUESES NOS PRIMEIROS ANOS DA BUENOS AIRES COLONIAL (1589-1613)

Carlos Eduardo da Silveira MAZIA.....80

IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL NA AMÉRICA LATINA: A ARGENTINA DE PERÓN (1946-1955)

José Fernando Barreto Caiafa BALBI

Nicholas de Souza MANHÃES.....97

ESTADOS UNIDOS ONTEM E HOJE: PERSPECTIVAS DE SEU DECLÍNIO RELATIVO

Alice Liandra RODRIGUES.....109

DIREITOS E RAÇA

“O HOMEM DE CÔR”: O PROBLEMA DA CIDADANIA ENTRE A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE NO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Maria Isabela da Silva GOMES.....123

A NECESSIDADE DE MÃES PRETAS BRASILEIRAS LEVAREM SEUS FILHOS PARA O TRABALHO: ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA ESCRITORA CAROLINA DE JESUS E DO CASO MIGUEL

Marieli de SOUZA.....145

PRÁTICAS E NOÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

A HISTÓRIA PÚBLICA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA

João Pedro passos de Barros BORGES

Pedro Henrique Perassi de OLIVEIRA

Laís Pereira de OLIVEIRA

Daniel Ferreira da SILVA.....157

ASPECTOS DISTINTIVOS DO PENSAMENTO DE KARL MARX E ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Nathan Rodrigues FALCUCCI.....176

RESENHA

CONSTRUINDO A HISTÓRIA COM TÂNIA REGINA DE LUCA

Anna Eliza Bueno BOTELHO

Gabriela SOLÉO

Maria Cecília Teixeira MIRANDA

Rafaela Cia VIEIRA

Rhuan Papani DAVID.....188

Arte performática de Janis Joplin em Woodstock (1969)

Performance art by Janis Joplin at Woodstock (1969)

Larissa Naiara Moreira MOTTA¹

Resumo: O movimento da contracultura de 1960 dos Estados Unidos foi composto majoritariamente por jovens universitários de classe média, os quais se viram insatisfeitos com a cultura burguesa e tecnocrática de seus pais e buscaram alternativas que fossem contrárias ao status quo. O rock, braço da contracultura, foi largamente utilizado através de bandas e cantores para manifestar os ideais contraculturais, os quais, no entanto, mesmo que se pronunciassem a favor do movimento das mulheres, apresentaram contradições. Janis Joplin, cantora de rock e blues dessa geração, enfrentou algumas posturas machistas, seja da cultura dominante ou da contracultura, em conjunção ao movimento feminista que ganhava força e permitia olhar as mulheres, as cantoras e o feminino de maneira mais positiva. O festival de *Woodstock* de 1969 reuniu um grande número de artistas dessa geração, Janis Joplin foi uma entre as poucas presenças de mulheres que performaram neste evento. Diante disso, a performance das músicas “*Try (just a little bit harder)*” e “*Ball and Chain*” de Janis Joplin com sua banda *Kozmic Blues Band*, serão aqui analisadas com o objetivo de compreender sua arte performática como mulher em uma contracultura contraditória.

Palavras chave: Contracultura; Rock; Woodstock; Performance; Janis Joplin.

Abstract: The 1960s counterculture movement in the United States was mostly composed of young middle-class university students, who found themselves dissatisfied with their parents' bourgeois and technocratic culture and sought alternatives that were contrary to the *status quo*. Rock, the arm of the counterculture, was widely used by bands and singers to manifest countercultural ideals, which, however, even if they spoke out in favor of the women's movement, showed contradictions. Janis Joplin, a rock and blues singer of that generation, faced some sexist postures, whether from the dominant culture or from the counterculture, in conjunction with the feminist movement that gained strength and allowed a more positive view of women, singers and the feminine. The 1969 Woodstock Festival brought together a large number of artists from that generation, Janis Joplin was one of the few female presences who performed at this event. Therefore, the performance of the songs “*Try (just a little bit harder)*” and “*Ball and Chain*” by Janis Joplin with her band *Kozmic Blues Band* will be analyzed here in order to understand her performance art as a woman in a contradictory counterculture.

Keywords: Counterculture; Rock; Woodstock; Performance; Janis Joplin.

Introdução

As transformações sociais pós-Segunda Guerra Mundial possibilitaram o fortalecimento econômico dos Estados Unidos o posicionando mundialmente como

¹ Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação do Prof. Dr. José Adriano Fenerick.

potência. A nova classe média consolidada a partir destas mudanças criou uma geração de filhos com mais acesso à informação e à educação (FEIJÓ, 2009, p. 4), a qual futuramente seria conhecida como geração *baby-boom*². Estes jovens, criados no contexto da guerra fria, cresceram insatisfeitos com a cultura hegemônica dos seus pais, passando a buscar alternativas que fossem contrárias ao *status quo* burguês e tecnocrático (BENNET, 2014, p. 19), o que viabilizou uma nova configuração histórica composta por movimentos contestatórios na década de 1960. O período, posteriormente conhecido como contracultura, foi promovido em sua maioria por jovens brancos de classe média contrários a um mundo que impulsionava a violência, à exemplo da Guerra do Vietnã, e favoráveis à revolução sexual e pela luta dos direitos civis (FEIJÓ, 2009, p. 1-2). A fim de serem ouvidos, usufruíram da música para manifestar os ideais da contracultura. Entre seus momentos de auge, meio milhão de pessoas se reuniram no Festival de *Woodstock* (1969), onde cantavam com Janis Joplin: “Se você tem o hoje/Não se preocupe com o amanhã”³, refletindo uma geração preocupada em aproveitar o presente com receio do futuro não existir. O rock, celebrado neste mesmo festival, foi uma das alternativas às normas artísticas vigentes, uma vez que ele compõe um dos braços da contracultura que questionou convenções artísticas (WILLIAMS, 2011, p. 65-66). O rock teria, portanto, agregado embates políticos ao mesmo tempo que rejeitou os padrões musicais (MERHEB, 2012, p. 9). Em outras palavras, a contracultura contestou a cultura dominante através de movimentos sociopolíticos com atos de rebeldia em níveis intelectuais, morais e estéticos (FEIJÓ, 2009, p. 5) que integraram a música.

Entre as bandas e cantores de grande sucesso nesse período, encontramos Janis Joplin. A cantora de rock e blues marcou sua presença em uma contracultura adepta ao movimento das mulheres na mesma proporção que possuía conflitos internos que impediram a mudança do olhar sobre a mulher. No quesito musical, observa-se uma predominância masculina, seja na execução ou produção, testemunhado desde o rock and roll da década de 50 do século XX. Um grande exemplo desta permanência está nas letras das músicas. Em meados de 1950, a mulher foi colocada de forma submissa por e para o homem, ou seja, cantavam sobre as mulheres ao mesmo tempo que elas não cantavam (CHAPPLE e GAROFALO,

² O termo se refere à explosão demográfica norte-americana pós-Segunda Guerra Mundial, fruto de um otimismo frente à ascensão econômica dos Estados Unidos (FEIJÓ, 2009, p. 4).

³ If you got today/Don't worry about tomorrow (No original).

1989, p. 357). Este cenário é ainda perceptível após 1965, em virtude das poucas mulheres que foram grandes estrelas da música ou compositoras. Desta forma, o rock permaneceu majoritariamente escrito, produzido e vendido por homens à medida que atribuíam a elas papéis convencionais nas letras como esposas, mães e objetos de amor (RODNITZKY, 1999, p. 60-61).

Algumas contradições também são observadas no discurso a favor do “amor livre” que o movimento hippie constantemente defendia. Parte integrante da contracultura, um grupo seletivo de jovens surgiu em negação à tecnocracia da sociedade norte-americana. Acreditando que a sociedade estaria destruindo a autenticidade e a humanidade das pessoas, os hippies criaram comunidades em busca de uma nova maneira de viver, desapegando-se do materialismo e integrando-se com a arte (MORETTA, 2017, p. 6). Por outro lado, enquanto se posicionavam em favor da liberação sexual para todos, os homens hippies relutaram a se libertar do antigo pensamento sexual, gerando um sentimento de revolta em muitas mulheres que esperavam outro tipo de postura (MILLER, 2012, p. 26). O descontentamento por parte das mulheres dá força para o crescimento do movimento feminista, o qual ainda estava ganhando espaço para criticar posturas e reivindicar direitos (MILANI, 2018, p. 68). Esse processo é entendido pela historiadora Vanessa Milani (2018, p. 57-58) por feminilização do rock, sendo ele mais que o surgimento de uma cantora ou um grupo musical só de mulheres, mas em uma “mudança de visão em relação à mulher no rock, bem como seu status nas letras das canções, as posturas no palco e o tratamento que receberam da indústria da música”. No entanto, quando as ideias feministas começaram a ser levantadas por volta de 1968, “muitos hippies homens se mostraram tão pouco inclinados a dar às mulheres direitos e privilégios iguais quanto os homens em outras partes da sociedade”⁴ (MILLER, 2012, p. 26), simbolizando o quanto o movimento das mulheres ainda tinha para conquistar.

Apesar de Janis Joplin e outras artistas mulheres não terem se pronunciado como feministas no período, elas possuíam alguma consciência da influência que o movimento das mulheres exerceu sobre suas vidas (CHAPPLE e GAROFALO, 1989, p. 374) e o que significava ser mulher no meio musical. Um dado frequentemente observado é na quantidade de mulheres chamadas para performar em grandes festivais. Entre as mulheres presentes no festival de *Woodstock* de 1969, apenas duas

⁴ [...] many male hippies turned out to be as disinclined to give women equal rights and privileges as males elsewhere in society (no original).

performaram solo, Melanie Safka e Joan Baez, as demais estavam acompanhadas por homens, como Janis Joplin, Grace Slick, da Jefferson Airplane, e Licorice McKecknie e Rose Simpson, da Incredible String Band (STREET, 2017, p. 38). O festival, realizado entre os dias 15 a 18 de agosto de 1969 em Nova York, é comumente citado por ter expressado os valores da contracultura (MORETTA, 2017, p. 291) em um único evento, visto que reuniu um público que compartilhavam dos mesmos ideais também manifestados pelos artistas que subiram no palco. Por se tratar de uma nova sociabilidade surgida nos valores da juventude do contexto histórico da contracultura, podemos dizer que se trata de uma prática emergente, na qual novas práticas e experiências são criadas e são alternativas ou opositoras à cultura dominante (WILLIAMS, 2011, p. 57), sendo estas práticas largamente difundidas através de performances como a de Janis Joplin em festivais.

Esse artigo pretende analisar a performance de Janis Joplin nas músicas “*Ball and Chain*” e “*Try (Just a little bit harder)*” em *Woodstock* de 1969, para isto, utilizar-se-á das contribuições metodológicas de Simon Frith (1981, p.80), para quem a arte performática aqui deve ser entendida como um processo social e comunicativo, também como uma retórica de gestos em que os movimentos corporais dominam a linguagem e a iconografia, a qual não pode ser desvinculada do seu contexto social, espacial e temporal. Ademais, o artista é dependente das concepções da plateia, pois cabe a ela a sua interpretação do diálogo interno e externo projetado pelo movimento corporal de quem performa (FRITH, 1996, p. 205-206).

Quando falamos de corpo em movimento, é inevitável que o gênero seja uma das questões primordiais a serem discutidas, pois subir em um palco para performar como uma mulher, recebe diferentes interpretações de quando é um homem performando (FRITH, 1996, p. 213), principalmente ao entendermos que a performance está submetida a leitura individual e coletiva do público de um período que ainda carregava estereótipos femininos e masculinos. Vejamos, em um momento repleto de movimentos contestatórios onde a ideia de sexo havia sido redefinida e afastada do tradicional casamento romântico, os papéis de gênero continuavam difundidas, mas agora o homem era o natural consumidor sexual e a mulher, a sua mercadoria (FRITH, 1981, p. 241). As expectativas ao presenciar uma performance se mantinham de acordo com a feminilidade definida como submissa mas ainda sedutora e o masculino agressivo, dominador e que exalasse poder (HARTMAN e SCHIMID, 2014, p. 64-65). Para não serem objetificadas, artistas mulheres precisaram

redefinir seu espaço, roupas e atitudes. Em contrapartida, ao acompanhar o ritmo dos homens nas drogas, sexo e bebida, Janis Joplin foi por vezes considerada “um dos outros caras” (MORETTA, 2017, p. 178). Em função disso, por se tratar de Janis Joplin e da contracultura que abriu possibilidades para dar visibilidade às cantoras de rock, ressalta-se que, ao discutir sobre performance, nos atentaremos para o contexto histórico da década de 1960, pois a arte é algo que está na sociedade e seus componentes devem ser investigados para assim entender sua natureza prática e suas condições.

Em 1968, após dois discos gravados, Janis Joplin escolheu romper com sua antiga banda *Big Brother and the Holding Company*. Já no festival de *Woodstock* em 1969, a vocalista está acompanhada com sua nova banda *Kozmic Blues Band*. Frequentemente descrita e lembrada por sua habilidade vocal e espontaneidade no palco, ela ganhou progressivo destaque durante a sua carreira mesmo que sempre estivesse acompanhada de músicos homens. Em suas apresentações, a atenção parece incidir muito mais sobre a sua figura do que em seus companheiros, algo pouco comum na época, mesmo quando se trata de rock. Nitidamente, muito da versão gravada pode influenciar na análise feita, visto que é a escolha de quem grava, escolher o que gravar, e quem edita, escolher o que editar. Diante disso, levaremos em consideração aqui que quem está gravando também faz parte da audiência, posto que ele escolhe o que gravar. Para a análise mais precisa da performance das músicas escolhidas, o vídeo “*Woodstock Music and Art Fair 1969 Art Film*” (2019), editado por Alejandro Mos Riera, será utilizado como fonte, dado que possui poucos cortes cinematográficos ou colagens realizadas pelo editor. Deste modo, este artigo compreende-se na análise da performance da *Kozmic Blues Band* nas músicas “*Try (Just a Little Bit Harder)*” e “*Ball and Chain*” em *Woodstock* de 1969, com a finalidade de investigar suas características como arte performática e compreender de que formas Janis se destacou entre todos que a acompanhavam no palco.

Janis Joplin

Ao falarmos da diferença de tratamento entre artistas mulheres e artistas homens, os jornais e revistas tiveram papel significativo em difundir alguma delas. Hartman e Schmid (2014, p. 60-61) pontuam duas maneiras que a mídia impressa se dirigiu às artistas mulheres: ou as ignoravam completamente ou as tratavam como

novidades, desconsiderando suas respectivas evoluções e contribuições musicais. Durante a segunda metade da década de 1960, “críticos de *rock and roll*, rádio e da indústria musical celebraram o papel do rock como uma afirmação agressiva da identidade adolescente”⁵ (MARTIN, 1995, p. 71) retratada pela mídia impressa como verdadeiramente masculina, sendo ela a personalidade ideal para uma estrela do rock. A hiper-masculinidade evidentemente excluiu as mulheres, mas também afetou o músico homem que assim não fosse ou que manifestasse de alguma forma qualidades femininas (HARTMAN e SCHMID, 2014, p. 60). Contudo, mesmo que a estrela do rock fosse aclamada quando apresentada de forma hiper-masculina, Hartman e Schimid (2014, p. 65) afirmam que o verdadeiro artista do rock desafiou as fronteiras de gênero contrariando o que fosse ditado pela cultura dominante em busca de liberdade de expressão. Algumas artistas mulheres, por exemplo, começaram a utilizar calças entre outras roupas mais confortáveis no palco inspiradas na androginia hippie com o objetivo de ganhar mais conforto, autonomia e para fugir de possíveis objetificações sexuais (KEARNEY, 2006, p. 174). De um modo geral, o feminino foi atacado e visto como passivo enquanto o masculino foi supervalorizado e visto como um símbolo de poder na cultura dominante. Sob outra perspectiva, observamos principalmente a partir das performances, artistas que diferiram dos códigos sociais de gênero através da manipulação de outros meios de expressão, que é o caso da cantora Janis Joplin.

Janis Joplin foi vocalista da banda *Kozmic Blues Band* e não possuía a tradicional beleza feminina da cultura dominante, ela na verdade foi tida como a mulher irracional sempre que evidenciava emoções como angústia e agressividade quando socava ou chutava o ar (WHITELEY, 2000, p. 52), fugindo da característica passiva designada às mulheres. Ao cantar, Janis Joplin utilizou da sua voz rouca, e considerada por muitos como sensual, para estilizar o blues afro-americano (MAYNARD, 2012, p. 69) e interpretar a música de acordo com as suas próprias narrativas. Seu estilo musical sugeria a entrega, sedução e abordavam problemas e desejos femininos, estes muito inspiradas em cantoras de blues como Bessie Smith e Big Mama Thornton (WHITELEY, 2000, p. 68), não à toa gravou versões na sua voz de grandes músicas de blues.

⁵ [...] rock and roll critics, radio, and the music industry routinely celebrated rock music's role as an aggressive assertion of teenage identity (no original)

Independentemente se as músicas que Janis Joplin cantou e escreveu fossem voltadas para um desejo masculino, elas apresentavam um protagonismo feminino (WHITELEY, 2000, p. 68) que se diferencia da maioria das músicas da sua geração escritas sob um olhar masculino. Sob um olhar feminino ativo, Janis Joplin canta em “*Try (just a little bit harder)*”: “Então eu não vou perdê-lo para ninguém”⁶. Em “*Ball and Chain*” clama: “Eu queria amá-lo e abraçá-lo/Até o dia que eu morrer”⁷. Na sua performance, as emoções expressadas, integradas a movimentos corporais, garantiram o desenvolvimento emocional das músicas performadas, designando um elo com o público e comprovando a suma importância do seu papel como vocalista do grupo, a qual ela soube desfrutar. Ao passo que cantava sobre um amor não correspondido, manifestava gritos acompanhados por chutes. Por muitas vezes brincava com seu cabelo à medida que pulava na batida da música. Seus movimentos corporais acompanhavam o compasso da música, mas não de um jeito delicado, pelo contrário, seus passos eram firmes e de certa forma grosseiros. Muitos destes gestos, lidos como sensuais, tocam o feminino da sua arte performativa, enquanto que os chutes, pulos e socos no ar, foram lidos como masculinos. Isto posto, Janis Joplin enfrentou críticas pela mídia impressa, tanto por seu físico quanto pela sua personalidade no palco. Ao longo de sua carreira, ganhou adjetivos como “espinhenta” e “inchada”, a situando como não atrativa de acordo com a convencional beleza feminina (WHITELEY, 2000, p. 51), por outro lado, sua personalidade a levou ser relacionada como apenas “um dos outros caras da banda”, como citado anteriormente. Em vista disso, constatamos o feminino e o masculino nas suas formas de expressão tão tensionados ao ponto de proporcionar o destaque da cantora em suas apresentações. Com a finalidade de investigar com mais detalhes as suas condutas no palco, seja no modo que ela utilizou da voz ou dos movimentos corporais para chamar a atenção para si, analisaremos a performance das músicas “*Try (just a little bit harder)*” e “*Ball and Chain*” no festival de *Woodstock* de 1969.

Try (just a little bit harder)

“*Try (just a little bit harder)*” foi gravada pela primeira vez pela cantora norte-americana Lorraine Ellison e ganhou uma nova interpretação na voz de Janis Joplin

⁶ So I won't lose him to nobody else (No original).

⁷ I wanted to love you, hold you. Till the day I die (No original).

no festival de *Woodstock* em 1969. Diferente de “*Ball and Chain*”, “*Try (just a little bit harder)*” não foi gravada para nenhum dos seus discos, ganhando versão em sua voz apenas em performances ao vivo. No palco de *Woodstock*, antes da música começar, Janis Joplin se dirigiu à plateia. “Vocês estão bem? Vocês estão chapados, têm água, lugar para dormir e tudo mais?”⁸. A plateia responde de forma enérgica. “O que isso significa?”⁹, imediatamente ri e continua:

Por que você sabe. Todos nós, você sabe, não quero dar nenhum sermão, mas temos que lembrar que isso inclui os promotores também. Música é para você curtir, música não é pra você passar por mudanças ruins. O que quero dizer é que você não tem que aguentar porcaria de ninguém só para ouvir música. Entendem o que eu digo? Se você tiver que aguentar mais porcaria do que merece já sabe o que deve fazer.¹⁰

Há novamente outra pausa e o público segue reagindo calorosamente até Janis Joplin prosseguir: “Você sabe, é só música. Música deveria funcionar diferente disso”¹¹. Ao final da frase os instrumentos começam a tocar simultaneamente a sua conversa com o público, mas desta vez, suas falas têm o intuito de introduzir a música que irá performar recitando frases que aparecem no decorrer da letra como: “Tente com um pouco mais de esforço. É melhor mesmo. E você sabe que tem que tentar”¹². Se performar significa estar submetido à interpretação do público, é uma questão de habilidade do artista de saber utilizar do que Simon Frith (1996, p. 212) chama de técnica de interrupção. A técnica pressupõe que o artista saiba colocar e tirar as “aspas ao seu redor”, ou seja, saiba exatamente expressar o que precisa na hora certa (FRITH, 1996, p. 212), da mesma forma quando Janis transitou entre a conversa com a audiência para o início da música, demonstrando conseguir entrar e sair do personagem facilmente. Ao longo do tempo que Janis conversa com público, no decorrer da execução instrumental, ela ainda está fora do seu personagem, ou seja, Janis é ela mesma. O personagem só aparece quando começa a cantar, passando a interpretar a música. O momento chama a atenção para o fato da artista colocar o

⁸ Are you okay? You are still stoned, and you've got enough water, you gotta a place to sleep and everything? (no original)

⁹ What is that mean? (no original)

¹⁰ Because you know. All of us, i don't mean to be pritch .But we all have to remember, that came in promoters too. Music is for grooving, music is not to put yourself into bad changes. What i mean you don't have to go take anybody shit just to like music. You know what i mean? So if you get more shit than you deserve, you know what to do better man (no original).

¹¹ You know, it's just music. Music is supposed to be different than that. (No original).

¹² Try just a little bit harder. And you better. And you know you gotta do it. (No original).

roteiro da execução da música em primeiro plano para naturalizar a execução musical, posto que introduz falas que se referem diretamente a letra de “*Try (just a little bit harder)*” antes de iniciar a performance da mesma a fim de propiciar uma transição espontânea.

Outro elemento a observar, ainda sob perspectiva da plateia, é o código de vestimenta de quem está performando. A identidade visual construída mediante ao conjunto de acessórios e roupas, representaram na contracultura os valores de jovens em busca da liberdade sexual através da androginia. No caso de Janis Joplin, apesar de não ser considerada hippie por alguns autores¹³, a cantora aderiu em muitas performances o estilo andrógino hippie se libertando de roupas reveladoras e femininas. Seus figurinos seguiam uma estética psicodélica¹⁴ que incluía padrões coloridos, acessórios em excesso e exóticos, uso de tecidos aveludados entre outros que também recebem influência ao estilo extravagante dos músicos de blues (KEARNEY, 2006, p. 172). Em *Woodstock*, Janis estava com roupas largas. Por baixo de um grande casaco aberto com detalhes dourados, vestia uma blusa azul brilhante. Em algumas partes do casaco as cores se misturavam apresentando um colorido que é visto por todo o tecido da sua calça, a qual era mais justa na cintura e alargava a partir do joelho. Suas roupas, aparentemente aveludadas, estavam acompanhadas de muitas pulseiras e colares. Em contrapartida ao conjunto extravagante, seu rosto e seu cabelo estavam naturais, uma combinação que não foi inventada por ela, mas que definitivamente se expandiu entre as meninas da sua geração (RODNITZKY, 1999, p. 124). A androginia hippie, portanto, liberou mulheres para usarem roupas que se sentissem mais confortáveis e artistas a criarem sua própria identidade visual. Em contraste ao seu conjunto de peças e acessórios chamativos, o guitarrista, um dos integrantes da banda que mais aparece no vídeo entre todos os outros, vestia roupas mais comuns, uma calça jeans clara e uma blusa de cor única. Os outros

¹³ Janis certamente representou em sua música e em sua vida as diferentes formas de rejeição das normas sociais, mas a sua forma de viver sexualmente promíscua, o uso constante de drogas, muita bebida e a integração racial do blues psicodélico exemplificam para Perone (2014, p. 137) uma vida fora dos padrões sociais de 1960 e não exatamente uma hippie.

¹⁴ A música psicodélica aparece em meados da década de 1960 e leva em consideração os efeitos das drogas alucinógenas como o LSD que permitem a “expansão da mente”, as quais foram largamente utilizadas pelos jovens da contracultura. Em conjunto dos efeitos das drogas, diferente de outras músicas que eram feitas para dançar, as músicas psicodélicas eram feitas para sentir (MACAN, 1997, p. 17) dado que o rock psicodélico dinamizou a estabilidade prévia do rock ativando a sua forma essencial, “harmonia, timbre, articulação e implantação espacial” (HICKS, 2000, p. 66).

companheiros da banda são raramente filmados, mas é possível identificar que nenhuma peça é tão chamativa quanto a da vocalista.

Comumente em bandas de rock com vocalistas masculinos, os cantores de apoio são compostos por mulheres, em sua maioria, de mulheres negras (FRITH, 1996, p. 187). Janis é a única mulher da *Kozmic Blues Band* e todos seus cantores de apoio são homens. A partir do início da música, observamos tal fato na medida que ela canta “Tente”¹⁵ e eles a acompanham repetindo a palavra. De fato, os cantores de apoio mantêm uma base durante toda a música enquanto a variação vocal fica a critério de Janis. Após 1’57” de música, o refrão termina e os instrumentos tocam sozinhos por quinze segundos. Neste momento a cantora olha para seus companheiros com a intenção de converter o foco da performance sob o instrumental, no entanto, a câmera não foca nos outros músicos e continua a destacar unicamente a presença da vocalista que parecia muito mais estar comandando o arranjo musical do que meramente os acompanhando.

Ao voltar para o microfone, Janis o retira do pedestal para repetir o refrão da música. Em sequência, os instrumentos param de tocar, entregando todo o foco da performance na voz de Janis Joplin e suas irregularidades nas letras cantadas e variações de timbre. Por trás há apenas uma marcação de tempo feita pela bateria que segue por mais de dez segundos. Levando em consideração que o microfone permite que a voz do artista domine os outros instrumentos (FRITH, 1996, p. 188), cabe ao cantor escolher utilizá-la da melhor forma. Como já citado, é a vocalista a responsável pelo elo de quem está no palco com público. O microfone é seu instrumento e permite mais livremente a movimentação corporal. Desse modo, o corpo e a voz são viáveis de serem manipulados para chamar a atenção do público a fim de ressaltar no palco o que desejar. Janis abusa dessa configuração e guia as possibilidades para liderar sua performance. Durante o solo instrumental, vemos ela converter o foco da performance para seus companheiros quando permanece de costas para o público, mas no solo vocal, permanece no centro do palco. Inclusive, os instrumentos diminuem gradativamente seu volume, deixando aparente que o ponto central da performance é o vocal e seu papel é de protagonista.

¹⁵ Try. (No original).

De forma crescente, os instrumentos retornam com mais preenchimentos e volume até que em um significativo “Tente”¹⁶ cantado por ela combinado de um soco no ar, todos seus companheiros de banda voltam para o último refrão. Finalizando a música, a última frase cantada é começada pelos cantores de apoio “Se esforce um pouco...”¹⁷ e Janis se vira para eles para cantar em conjunto: “...mais”¹⁸. Ainda que os cantores de apoio tenham começado a frase, ela só foi terminada pela própria Janis Joplin. Testemunhamos semelhante cenário no início da performance, a qual também é liderado por ela. Em resumo, Janis Joplin foi o ponto inicial e o ponto final da performance. Por fim, enquanto agradece ao público, a cantora retorna o microfone para o pedestal e se prepara para a próxima canção.

Ball and chain

“*Ball and Chain*”, gravada primeiramente pela cantora de blues Big Mama Thornton, ganhou sua versão na voz de Janis Joplin no disco *Cheap Thrills* (1968) com sua antiga banda *Big Brother and the Holding Company*. Alcançando grande sucesso pela sua versão apresentada pela primeira vez no Monterey pop, pela qual alcançou a fama, Janis Joplin apresenta uma nova interpretação de “*Ball and Chain*” em *Woodstock* logo após “*Try (Just a little bit Harder)*”.

Como vimos anteriormente, o único instrumento à frente de Janis Joplin no palco é o microfone no pedestal, permitindo liberdade de se movimentar no palco. A partir de uma hora e quarenta e dois minutos do vídeo, no início da música, Janis se posiciona de costas para a plateia para que a atenção se volte para o solo de guitarra. Ao se manter à frente do guitarrista, a luz que foca na cantora a acompanha os iluminando durante todo o solo. Assim que termina, Janis bate palmas como se estivesse o parabenizando e volta para o microfone. O holofote que antes clareava a guitarra e parte dos instrumentos que estavam ali por perto, escurecem até apagar totalmente. A partir desse momento em diante, em uma hora e quarenta e três minutos do vídeo, a luz e a versão cinematográfica dedicam-se integralmente à vocalista.

Outro elemento interessante a ser observado é a espontaneidade ao longo da performance de “*Ball and Chain*”. Ao colocar a versão gravada da música ao lado da versão ao vivo, conclui-se que ambas são diferentes principalmente na sua duração.

¹⁶ Try. (No original).

¹⁷ Try just a little bit. (No original).

¹⁸ [...] harder. (No original).

Enquanto em *Woodstock* a música é apresentada em 5'15", a versão gravada no disco *Cheap Thrills* (1968) possui 9'27". A diferença é reforçada também na letra, dado que algumas frases cantadas no festival não estão presentes no disco, como: "Querido, eu quero te abraçar/Quero te amar/Por muito tempo"¹⁹. Entretanto, não é a intenção aqui discorrer sobre as diferenças das duas versões, uma vez que a estrutura de uma arte performance não existe em um disco gravado (FRITH, 1996, p. 211). É satisfatório aqui perceber que a performance de "*Ball and Chain*" possui variações musicais, improvisos, espontaneidades que diferem da versão gravada e inclusive da versão da cantora Big Mama Thornton, demonstrando sua essência de uma arte performática que se baseia no constante sentimento de constrangimento abordado por Simon Frith (1996, p. 206). Diferente de um teatro convencional onde o ator não pode sair do personagem, o conceito de constrangimento se baseia na espontaneidade e liberdade que um músico possui por não precisar seguir um roteiro fixo. Em síntese, o conceito fundamenta-se no constante senso de constrangimento que o artista se encontra por não ter um roteiro a seguir e ser obrigado a agir dentro e fora do personagem diversas vezes (FRITH, 1996, p. 206), sendo a interpretação da performance totalmente dependente da compreensão do público. Com o intuito de confirmar a essência performática de Janis Joplin, verificamos logo na introdução musical o momento em que a cantora aponta para o guitarrista para ele vir mais pra frente e executar seu solo. Quando Janis "bate palmas" como uma forma de parabenizá-lo, vemos a cantora agir de forma espontânea, é um gesto da própria Janis Joplin e não da personagem da performance de "*Ball and Chain*".

A primeira frase cantada, "sentada na minha janela" é recebida por aplausos da plateia. A música retrata uma intimidade de entrega e gritos de angústia. Ela fornece uma metáfora musical sobre o amor ser um peso como uma bola e corrente (assim como o nome da música, *Ball and Chain*), demonstrando o típico sofrimento do blues que exala a perspectiva negativa do sentimento amoroso (WHITELEY, 2000, p. 54). A performance segue com uma improvisação na letra e diversificações nas notas cantadas onde algumas palavras são encurtadas, outras prolongadas e por vezes repetidas, as quais provocam diferentes tipos de sentimentos. Entre os efeitos, a cantora se dedica ao prolongamento cantando da frase: "Querido/Olhando para

¹⁹ Honey I want to hold you/ I want to love you/For so long. (No original).

chuva”²⁰ e usa da repetição em: “Não pode ser/Nunca nunca nunca nunca nunca”²¹, reforçando o sentimento da letra ao mesmo tempo que fecha os olhos. No decorrer das palavras cantadas com mais rapidez, Janis permanece de olhos abertos em direção da plateia incisivamente, como se estivesse conversando com o público através da letra.

Antes de entrar no refrão, nos versos: “Foi para mim, oh/como uma bola e uma corrente/Hey, você sabe o que eu quero dizer/foi exatamente assim que aconteceu”²², o instrumental ganha força conforme se faz mais alto e com mais notas. Essa presença é notada por justamente os instrumentos estarem até este momento de forma secundária e bem mais baixa que a voz de Janis. A seguir na frase: “E eu digo, oh, whoa, whoa, oh”²³, Janis balança a cabeça com as batidas fortes da música até que o instrumental para e passa a cantar sozinha: “Não pode ser/Só porque eu tenho o seu amor”²⁴. Depois de agonizar em: “Querido, não pode ser/Não pode/Querido, não pode ser”²⁵, ela tira o microfone do pedestal e dança conforme canta. Provavelmente a maior prova de que a performance é muito mais sobre Janis Joplin e que o foco é sua voz, é quando posteriormente todos os instrumentos param para ela cantar sozinha por mais de um minuto e meio!

O retorno é marcado pela própria Janis Joplin. Ela se volta para seus companheiros e parece pedir para voltarem a tocar. Nesta ocasião, mesmo de costas para o público, a luz continua refletindo apenas na cantora. Repetidamente movimentando seu braço de forma circular na proporção das batidas da bateria, Janis executa uma série de pulos até que seu último movimento, um chute, outro gesto agressivo e masculino, em conjunto da última nota da música, marca o final da performance de “*Ball and Chain*”.

Conclusão

Durante sua carreira, Janis Joplin enfrentou algumas barreiras frente a cultura dominante que esperava dela uma personalidade mais delicada, como não atendeu

²⁰ Honey/Looking out at the rain. (No original).

²¹ This can't be/oh never never never never never. (No original).

²² Feel to me, oh/like a ball and chain/Hey, you know what I mean/ that's exactly what it felt like. (No original).

²³ “And I say, oh, whoa, whoa, oh. (No original).

²⁴ That cannot be/Just because I got oh, your love. (No original).

²⁵ Honey, this can't be/No this can't/Honey this can't be. (No original).

as expectativas, o resultado foi enxergar suas atitudes como masculinas. Neste meio-tempo, jovens da contracultura que se rebelaram aos valores tradicionais ainda apresentaram certa resistência. No rock, poucas artistas mulheres realmente se destacaram entre todos os homens que inúmeros artigos declaram ter marcado a década de 1960. No movimento hippie, a mulher ganhou liberdade sexual ao mesmo tempo que passaram a tratá-las como objeto de prazer. Ainda assim, verificamos ao longo de diversas bibliografias sua evidência conquistada pelas suas performances. Como exemplo disso, no Festival *Monterey* (1967), Janis é amplamente citada acompanhada de elogios pela sua qualidade vocal, sua capacidade de gritar no microfone, sua sensualidade e transições entre agudos e graves (MORETTA, 2017, p. 207) que a elevou como artista e encantou o público presente.

Em ambas as músicas analisadas percebemos que o foco da performance estava muito mais sobre a voz do que o instrumental. Em “*Try (Just a little bit harder)*” é visível o controle dela sobre o show e o quanto ela é responsável pelo elo direto com a plateia. Já em “*Ball and Chain*”, muitos de seus movimentos corporais controlaram a performance e sua voz foi o centro da atenção. Nas ocasiões em que o arranjo musical foi o foco da performance, Janis é quem permitiu e manipulou a atenção do público para estar sobre ele. O jogo de luz e a câmera contribuíram para essa dinâmica à medida que acompanharam a cantora a todo o momento. No solo de guitarra em “*Ball and Chain*”, Janis está posicionada à frente da guitarra e a luz reflete ambos, mas quando ela se vira para cantar, não vemos mais a luz refletir seus companheiros. Janis Joplin tem seus movimentos facilitados em comparação a outros músicos que carregam instrumentos mais pesados, entretanto, é relevante ressaltar que muitos instrumentistas (principalmente homens) da sua geração foram tão famosos quanto ela, se não mais, que abusaram de movimentos corporais no palco. De toda forma, frente à existência de vocalistas apenas acompanhados de instrumentistas e bandas que colocaram em evidência seu papel em prol da performance, onde se encaixaria Janis Joplin? Durante o período que ficou na banda *Big Brother and the Holding Company*, a cantora era evidenciada em prol da performance coletiva, mas os outros membros obtinham seu próprio destaque, de tal maneira que estavam todos estampados em uma das capas do disco *Cheap Thrills* (1968). Mas com a *Kozmic Blues Band*, seus companheiros foram colocados em segundo plano e Janis Joplin se tornou a imagem central.

Em síntese, o ponto principal averiguado após a investigação das performances é a liderança de Janis na arte performática da banda *Kozmic Blues Band* em *Woodstock*. Os instrumentos seguiram seu comando, seja quando ela determinava quanto tempo cantava sozinha, quando chamava os instrumentos para voltarem a tocar ou quando chutava o ar como uma forma de marcar o fim de uma música, sendo o ponto alto da performance, a sua sinceridade²⁶ com os sentimentos. A sinceridade de uma arte performática não diz respeito aos significados que buscamos por trás de uma performance. Se somos movidos por um show, somos movidos pelo que vemos e ouvimos exatamente naquele momento. Foi a sinceridade de Janis que moveu o público, e não apenas nesse evento de *Woodstock*, mas também em muitos outros. Vimos no decorrer da sua apresentação aspectos ditos masculinos e aspectos ditos femininos, evidenciando a tensionalidade aplicada entre os conceitos pré-estabelecidos dos papéis de gênero de um período. Por último, o interessante deste estudo é perceber que ainda que Janis cantasse frequentemente e incansavelmente sobre um desejo insaciável que é o amor masculino, ela cantou sob um olhar feminino sexual e ativo ao mesmo tempo que comandou uma arte performática com somente companheiros homens e ainda se destacou na indústria musical.

Fontes

Woodstock Music and Art Fair 1969 Art Film. RIERA, Alejandro Mos. 2019. Disponível em: <https://vimeo.com/379486099/description>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Bibliografia

BENNETT, Andy. Reappraising 'Counterculture'. In: WHITELEY, Sheila; SKLOWER, Jedediah. **Countercultures and popular music**. Routledge, 2014, p. 17-26.

CHAPPLE, Steve; GAROFALO, Reebee. **Rock & indústria**. Lisboa: Presença, 1989.

²⁶ É interessante pontuar que o conceito de sinceridade sugere para o autor Lionel Trilling (2014) ser um meio e não um fim. Ela mesmo que inicialmente com uma finalidade moral, tem finalidade pública visto que há um papel público a ser desempenhado corretamente. Ademais, o autor alega a dificuldade de conhecer e revelar o eu próprio ter surgido com o nascimento e ascensão do teatro, período o qual a sociedade viria a exigir que os artistas se apresentassem de forma sincera. Concluindo, o autor afirma que para assegurar essa sinceridade, nós "interpretamos o papel de nós mesmos, desempenhamos com sinceridade a função da pessoa sincera, e disso resulta que um juízo que se debruce sobre nossa sinceridade pode muito bem declará-la inautêntica" (TRILLING, 2014, p. 19-21).

FEIJÓ, Martin. **Cultura e Contracultura**: relações entre conformismo e utopia. Revista FACOM, no 21. 1o semestre de 2009, pp. 04-13.

FRITH, Simon et al. **Sound effects**: youth, leisure, and the politics of rock'n'roll, 1981.

FRITH, Simon. **Performing rites**: On the value of popular music. Harvard University Press, 1996.

HARTMAN, Caroline; SCHMID, Letizia. **Girly Boys and Boyish Girls**: Gender Roles in Rock and Roll Music. Rutgers Dialogues 9, 2014, p. 55-70.

HICKS, Michael. **Sixties Rock**: Garage, Psychedelic, and Other Satisfactions. University of Illinois Press, 2000.

KEARNEY, Mary Celeste. **Gender and rock**. Oxford University Press, 2006.

MACAN, Edward L. **Rocking the classics**: English progressive rock and the counterculture. Oxford University Press on Demand, 1997.

MARTIN, Christopher R. **The Naturalized Gender Order Of Rock and Roll**. Journal of Communication Inquiry, 1995, p. 53-74.

MAYNARD, James M. **Psychedelia, the Summer of Love, & Monterey-The Rock Culture of 1967**. 2012.

MERHEB, Rodrigo. **O som da revolução**: Uma história cultural do rock (1965-1969). RJ: Civilização Brasileira, 2012.

MILLER, Timothy S. **The hippies and American values**. Univ. of Tennessee Press, 2012.

MORETTA, John Anthony. **The hippies: A 1960s history**. McFarland, 2017.

PERONE, James E. **Music of the counterculture era**. Greenwood Publishing Group, 2004.

RODNITZKY, Jerry L. **Feminist Phoenix**: The Rise and Fall of a Feminist Counterculture. Westport, Connecticut: Praeger Publishers, 1999.

STREET, John. **This is your Woodstock**: Popular memories and political myths. In: BENNETT, Andy (Ed.). Remembering Woodstock. Routledge, 2017, p. 29-41.

TRILLING, Lionel. **Sinceridade e autenticidade**: a vida em sociedade e a afirmação do eu. São Paulo: É Realizações, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WHITELEY, Sheila. **Women and Popular Music**: Sexuality, Identity and Subjectivity. Londres: Routledge, 2000.

É isso que eu chamo de ‘elo NoiteSuja’¹: Sociabilidades e resistências LGBTQIA+ em Belém do Pará

That’s what I call “elo NoiteSuja”: Sociability and LGBTQIA+ resistance in Belém do Pará

Carolina Gonçalves de OLIVEIRA¹

Resumo: Resultante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido na cidade de Belém do Pará, o presente artigo tem por objetivo analisar interações e sociabilidades construídas entre sujeitos ligados direta ou indiretamente ao coletivo/produtora NoiteSuja. Criada e desenvolvida no ano de 2014 por *drag queen’s* residentes na capital paraense, a NoiteSuja produz eventos voltados para o público LGBTQIA+ e estruturou, ao longo 5 anos de trabalho na capital, um importante ambiente de sociabilidades para esses sujeitos. Espaço esse, no qual permite a constante estruturação de relações e interações pessoais e artísticas, além de incentivar a resistência e ocupação de espaços anteriormente não ocupados pela população *queer*.

Palavras-chaves: Belém do Pará; NoiteSuja; *Drag queen*; Sociabilidades; Resistencia.

Abstract Resulting from the Course Conclusion Work (TCC) defended in the city of Belém do Pará, this article aims to analyze interactions and sociabilities built between subjects directly or indirectly linked to the collective/producer NoiteSuja. Created and developed in 2014 by drag queen residents in the capital city of Pará, NoiteSuja produces events for the LGBTQIA+ public and has structured, over five years of work in the capital, an important environment of sociability for these subjects. This space allows the constant structuring of relationships and personal and artistic interactions, besides encouraging resistance and occupation of spaces previously unoccupied by the queer population.

Keywords: Belém of Pará; NoiteSuja; *Drag queen*; Sociability; Resistance.

Um breve histórico LGBTQIA+

A agenda e luta por direitos humanos e cívicos por parte da População LGBTQIA+ tem sido significativamente estudada por diferentes grupos e áreas de pesquisas a partir da década de 1960. Esse novo interesse de análise, que surge em um período composto por significativas mudanças político-sociais realizadas pelo surgimento do próprio Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), ocorreu não apenas no espaço brasileiro, mas também ao redor mundo. Essas novas vertentes de estudos

¹ Discente do Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Pará, orientada pela Profa. Dra. Cristina Donza Cancela. E-mail: carolinago131@gmail.com.

tinham por objetivo não apenas desmistificar a ideia do binarismo sexual, que fortemente se inscreveu na sociedade e na história, mas também, surge da necessidade de prover o reconhecimento e respeito a sujeitos que durante muitas décadas foram excluídos e marginalizados moral e socialmente.

Sendo um período dotado de intensas mudanças no âmbito social, principalmente no que diz respeito a liberdade de expressão e da possibilidade de releitura sobre as várias sexualidades e gêneros emergentes, a década de 1960, apresentou uma série de revoltas, marchas e debates ao redor do mundo que trariam a luz da história sujeitos até então ocultados. Dentro desse processo de luta por reconhecimento identitário e histórico por parte da população LGBTQIA+, o levante de *Stonewall*²¹, ocorrido nos Estados Unidos no ano de 1969, é tomado como um dos momentos históricos de maior peso e significado por representar os primeiros passos de uma luta pela liberdade de expressão e por direitos civis de sujeitos LGBT's. Lutando contra a repressão da época, o levante é tomado como um marco histórico no que diz respeito ao início de movimentações sociais e políticas voltadas para sujeitos LGBT's.

Assim como o espaço estadunidense, o Brasil também desenvolveu movimentos e articulações que lutaram, e ainda lutam, pela politização e reconhecimento dos direitos da população LGBTQIA+.³ Segundo Regina Facchini (2002), o Movimento Homossexual no Brasil (MHB) data sua gênese no fim dos anos de 1970 e se estrutura em um período demarcado por significativa repressão social sobre grupos populares, que se iniciou no ano de 1964 e perdurou até o ano de 1985, com o regime da Ditadura Civil-Militar no país. Lutando contra a discriminação social e demandando políticas públicas voltadas para sujeitos LGBT's, o MHB, desenvolveu significativos debates político-sociais e identitários que acabaram contribuindo para a agenda histórica desses sujeitos. Além do MHB, outros mecanismos se desenvolveram como modo de resistência em solo brasileiro. Em 1978, o surgimento do grupo *Somos* que se fortaleceu enquanto grupo de afirmação homossexual, possibilitou o surgimento de uma pluralidade de novos grupos que se estabeleceram

²¹ Detém esse nome pois, o levante ocorreu em um bar chamado *Stonewall Inn* localizado no bairro de Greenwich, nos Estados Unidos frequentado pela comunidade LGBTQIA+ da época que se manifestou contra a invasão e repressão da polícia de Nova York no local.

³² No intuito de evitar o anacronismo, a sigla LGBTQIA+ é utilizada ao longo do trabalho com a finalidade abranger tanto as lutas organizadas pelo Movimento Homossexual no início das mobilizações, como as lutas atuais ainda travadas pela população LGBTQIA+, que tiveram outros sujeitos reconhecidos e inclusos no movimento ao longo do tempo.

no período, como os grupos *Eros*, *Libertos*, *GALF* e *Outra Coisa*. A produção de materiais que denunciasses as precárias condições de vivência desses sujeitos também foi utilizado como mecanismo de luta. Se destaca dentro desse processo, o lançamento da edição zero do jornal *Lampião de Esquina* em abril de 1978 no qual, segundo Do Rozário (2016), acabou tornando-se referência para as lutas contra a homofobia no Brasil pois, abordava questões sociais e denunciava a violência contra a população LGBT.

A década de 1980 apresentou para o Movimento Homossexual um momento turbulento e de intensas lutas contra antigos estigmas sociais. Com o surgimento da epidemia da AIDS, taxada como “*a peste gay*”, a comunidade sofreu um retrocesso no que diz respeito a sua associação direta a algo negativo. Sendo a Comunidade LGBTQIA+ historicamente estigmatizada pelo preconceito social, a mesma, acabou por ter sua imagem ligada diretamente a disseminação da AIDS. Sendo suas vivências sexuais vistas como libertinas e sua saúde pessoal e íntima como descuidada, dentro de uma perspectiva social machista, preconceituosa e higienista pertencente a época, a Comunidade LGBTQIA+ acabou tornando-se, mais uma vez, alvo da discriminação e de críticas.

Contudo, segundo Mendes (2010 apud Bezerra et al., 2013, p. 317), nos anos 1990 as parcerias com o Estado em relação ao combate à AIDS consolidaram-se e deram força ao aumento de grupos ativistas, principalmente de lésbicas e de travestis, elevando a diversificação e a incorporação dos vários sujeitos do movimento homossexual na atual sigla LGBT. Constantemente lutando contra preconceitos e violências, sejam elas físicas ou psicológicas, a ajuda de Organizações Não-Governamentais (ONG's) que ofereceram apoio e representação à comunidade, se tornou fundamental para o movimento LGBTQIA+ do Brasil. Ajudando na solidificação e na realização de trabalhos que, aos poucos, foram transformando o âmbito social e jurídico, as ONG's possibilitaram mudanças estruturais necessárias para a comunidade LGBTQIA+ se solidificar enquanto movimento e população.

Assim como as demais cidades do país, Belém, não escapou desse longo processo de modificação realizado no decorrer do século XX pela emergência dos movimentos sociais. Sendo sua formação populacional heterogênea e historicamente segregada, onde homens e mulheres, negros e brancos, hetero e homossexuais, pobres e ricos habitavam a cidade, mas não frequentavam os mesmos ambientes, a capital paraense, não tardou a sofrer mudanças, em algumas esferas, nas quais

tinham como objetivo questionar as normas e convenções sociais impostas que excluía determinados indivíduos. Rosário (2016, p. 22) aponta que: “Entre as décadas de 1980 e 1990, com a efervescência dos movimentos sociais brasileiro, o estado do Pará avança na organização e mobilização LGBT na região norte”. Emergindo em combate a homofobia e com desejo de visibilizar suas lutas e cultura, a mobilização e articulação da comunidade LGBT na capital paraense desenvolveu seus próprios movimentos e organizações que lutassem contra as violências sofridas pela comunidade da região.

Os primeiros passos da construção do movimento LGBT paraense se inicia em meados dos anos 1970 a partir de uma manifestação sociocultural conhecida, atualmente, como Festa da Chiquita. Ocorria anualmente por ocasião das festas do Círio de N. Sa. de Nazaré⁴, a festa era, inicialmente, entendida como uma iniciativa carnavalesca. Com o passar dos anos, com a popularização da festa, acabou tornando-se uma manifestação social de resistência devido aos diversificados corpos marginalizados que se faziam presentes. A partir daí surgia o embrião dos movimentos sociais LGBT’s paraense, seu aparecimento copilava irreverência e miscigenação do religioso e profano, o que era uma simples e grande homenagem ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira paraense, tornava-se o “grito dos excluídos”. (ROSÁRIO, 2016, p. 42-43).

Outro ambiente no qual o debate acerca de corpos LGBTQIA+ se afluou de forma significativa foi no teatro. Considerado um espaço que possibilitou refletir e questionar o afastamento de indivíduos marginalizados para o lado esquecido da cidade, o teatro paraense, proporcionou, também, o direito a existência, resistência e circulação desses sujeitos na medida em que permitiu a participação dos mesmos nas encenações e projetos teatrais. Além de acolhe-los como participantes do processo criativo, o ambiente construído pela arte teatral deu oportunidade para contarem suas histórias de vida, assim como, reivindicar direitos que não eram assistidos.

Segundo Kauan Amora Nunes (2019), uma das figuras de merecido destaque dentro desse processo de remodelagem do teatro paraense, é o encenador Luís Otávio Barata. Tido como um dos principais nomes do teatro contemporâneo, Barata, realizava produções com elenco composto por transsexuais, gays e lésbicas que protagonizavam suas histórias através da arte e no palco, sujeitos esses que,

⁴ Procissão oriunda da cidade de Belém realizada em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da Amazônia, no segundo domingo do mês de outubro.

anteriormente, não detinham oportunidade de ocupar tal espaço. Possibilitando oportunidades para um novo corpo de elenco teatral que se estruturava, assim como dava visibilidade a esses corpos, as produções de Barata acabaram por apresentar debates e reflexões de cunho social, político e religioso que questionavam a heteronormatividade enraizada na sociedade e a exclusão que sujeitos LGBTQIA+ sofriam por parte de homens e mulheres presos a regras sociais de relacionamentos e comportamentos da época. Figura de significativa importância no processo de construção de uma nova cena teatral, especificamente no que diz respeito a cena teatral *queer*, na medida em que sujeitos com sexualidades dissidentes se fazem presentes e atuantes nessas produções, o encenador, acaba por apresentar ao público e a sociedade uma nova perspectiva artística.

Sendo o processo de construção de uma cena *queer* na cidade de Belém carregado de manifestações teatrais, culturais e artísticas oriundas da própria capital é possível observar um diferencial referente à realidade das demais regiões do estado brasileiro. As produções dos espaços teatrais realizadas por sujeitos com sexualidades dissidentes que residiam em Belém botavam em cheque uma vivência imposta pela sociedade paraense que não os abarcavam: a vivência hetero-cis-normativa. Requerendo direitos e reconhecimento através da arte, essa articulação é um exemplo de como a população LGBTQIA+ se utilizava desses canais para dar início ao seu histórico de luta. Ademais, a Festa da Chiquita assim como as múltiplas expressões artísticas produzidas em conjunto como a cultura local e como festividades oriundas da região, também compõe o quadro de luta desenvolvido pela comunidade ao longo de sua história na capital.

A teoria *queer* e a *Drag Queen*

O caráter artístico ligado ao movimento LGBTQIA+ presente na capital paraense trouxe a luz uma figura artística que permaneceu no cenário local até os dias atuais: a *drag queen*. Sendo possível perceber sua presença e relevância na capital paraense de forma mais expressiva nos fins dos anos de 1990, a *drag queen*, se apresenta inicialmente no meio artístico como um modo de jogar com o binarismo dos gêneros e questionar as regras sociais. Amanajás (2014), aponta que a ligação entre o indivíduo que performa e a *drag queen* construída pelo mesmo se dá por meio de uma relação íntima, artística e performática. Contrapondo a perspectiva de que o

fazer *drag* estaria diretamente ligado a questões de sexualidade ou gênero, Amanajás (2014) permite analisar o fazer *drag* enquanto fator que ultrapassa os limites das conceituações de gênero e sexualidade, sejam essas conceituações pautadas na cis-heteronormatividade ou abrangendo as identidades emergentes. Em sua essência, o fazer *drag*, permite ao indivíduo que performa trazer a luz sua perspectiva e identidade artística de produção *queer* produzindo debates político e sociais contra regras normativas com suas performances.

Guacira Louro (2004, p. 93) entende que: “este parece ser precisamente o desafio e o convite do movimento *queer*. transgredir a lógica estabelecida, pensar o impensável, admitir o insuportável, atravessar limites”. Tendo sua gênese ao fim dos anos de 1990 a partir dos movimentos e estudos gays e lésbicos, a teoria *queer*, surge em um momento no qual o descontentamento com a normatividade se instalava. Normatividade essa que se instalava não apenas nas regras sociais da heteronormatividade, mas que também, tentavam fabricar uma identidade gay ou uma identidade lésbica. Para além de uma nova forma de se perceber a posição do sujeito ou de um lugar social pré-estabelecido o “*queer* indica um movimento, uma inclinação. Supõe a não-acomodação, admite a ambiguidade, o não-lugar, o trânsito, o estar-entre” (LOURO, 2004, p. 96). O *queer* recusa os valores morais que traçam uma linha entre os sujeitos que são aceitos socialmente e os que estão fadados a humilhação e desprezo coletivo. Recusa essa que a figura da *drag queen* realiza através das múltiplas performances e montagens⁵ produzidas.

“Em sua ‘imitação’ do feminino, uma *drag queen* pode ser revolucionária.” (LOURO, 2004, p. 20). Causando diversas sensações a quem se depara com a mesma, como fascínio, curiosidade, desconforto, entre outros sentimentos que instigam o espectador, o artista *queer*, ultrapassa fronteiras inimagináveis e desafia as identidades pré-estabelecidas e as regras normativas. “A *drag* é mais de um. Mais de uma identidade, mais de um gênero, propositalmente ambígua em sua sexualidade e em seus afetos.” (LOURO, 2004, p. 20). Ela é artisticamente múltipla em todos os sentidos. Segundo Miskolci (2015) “na perspectiva *queer*, as identidades socialmente prescritas são uma forma de disciplinamento social, de controle, de normalização”. Controle esse que a figura da *drag queen* não corrobora. Assim, a *drag queen* torna-

⁵ Se utiliza o termo no sentido de um processo ou método de alteração corporal, podendo ter funções estéticas, assim como, a busca de um novo estado e de uma nova intensidade de percepção. NASCIMENTO, Juliano Bentes (2019)

se um canal que possibilita ao sujeito utilizar-se de seu corpo, objeto principal, através da performance, para questionar as normas e padrões sociais impostos que catalogam e limitam o sujeito dentro da regra do binarismo de gêneros ou de identidades pré-fabricadas.

Com a popularização da figura da *drag queen* principalmente a partir da década de 1990 através dos movimentos sociais LGBTQIA+, do filme “*Priscila, A Rainha do Deserto*” de Stephen Elliott no ano de 1994 e, principalmente, com a popularização do programa *RuPaul’s Drag Race*⁶ no ano de 2009 pela mídia norte-americana, o período pós década de 90 realizou um processo de humanização da figura da *drag queen*. Proporcionando visibilidade midiática e não mais restringindo a figura da *drag* aos teatros e bares periféricos, espaços comumente ocupados por esses artistas, esses novos projetos televisivos mostravam a sociedade como a *drag* poderia conviver de forma pacífica com os demais sujeitos sociais na medida em que a mesma era lida como uma expressão artística e de entretenimento. Por outro lado, cabe ressaltar que, ao mesmo tempo em que a TV apresentava a sociedade um novo modelo de entretenimento midiático que aos poucos era aceito pela mesma, a *drag queen* tornava-se cada vez mais presente em movimentos sociais pois, o artista que a construía compunha o grupo de indivíduos com sexualidades dissidentes que diariamente lutava por reconhecimento. Logo, os meios de comunicação tornaram-se, também, canais essenciais para impulsionar questionamentos acerca de regras que desumanizavam sujeitos LGBTQIA+ que durante muitas décadas não possuíam lugar na história ao mesmo tempo em que popularizava o fazer *drag* enquanto movimento artístico.

Dentro desse processo de “*boom*” da figurada *drag queen*, e referente ao recorte espacial proposto pelo trabalho, a cidade Belém, o artigo tomou como sujeitos interlocutores da pesquisa o coletivo/produtora NoiteSuja. Criado e produzidos por *drag queen’s*, o projeto tem sua gênese no ano de 2014 e ao longo dos anos de atuação vem desenvolvendo trabalhos nos âmbitos de produção artística, como festas, festivais e rodas de conversa, além de estruturar um espaço que acolhe e incentiva artistas LGBTQIA+ da cidade de Belém. Majoritariamente composto por *drag queens*, o coletivo apresenta especificidades que permitem analisa-lo para além de

⁶ Reality show Norte Americano conhecido mundialmente apresentado e produzido pela *drag queen* RuPaul Charles

um coletivo ou movimento artístico, compondo assim, sua identidade de resistência. Se consolidando na cidade de Belém de forma profissional e categórica, apresenta em sua proposta uma estrutura que permite ao frequentador, ou colaborador, se encontrar e desfrutar de um ambiente seguro e acolhedor. Um espaço no qual trocas afetivas, pessoais e artísticas são realizadas e no qual os diversificados trabalhos produzidos, sejam eles fotografia, canto, dança, performance ou trabalhos visuais, são respeitados, valorizados e incentivados.

A NoiteSuja: Sociabilidades e resistências

Derivado da necessidade de promover na cena artística local um espaço com eventos que acolhessem e incentivassem artistas LGBTQIA+ a apresentarem e produzirem os seus mais variados trabalhos autorais desenvolvidos, a NoiteSuja, surge no fim do ano de 2014 como uma proposta de incentivo artístico para esses sujeitos que historicamente tiveram suas produções marginalizadas. Idealizado por Edirley Maruzo Silva da Costa e Matheus Rocha Araújo Aguiar, que dão vida as *drags* Tristan Soledade e S1mone, respectivamente, a iniciativa acabou impulsionando na cidade de Belém não apenas produções artísticas LGBTQIA+ independentes, mas também proporcionou a construção de uma cena *drag* local que ao longo dos anos iria se solidificar.

Possibilitando visibilidade e estímulo a produção das artes socialmente marginalizadas, especialmente a arte *drag*, que é objeto de estudo do presente artigo, a NoiteSuja, inicialmente, era realizada apenas como um encontro entre amigos que tinham em comum o amor pela arte da montagem além de suas relações pessoais construídas anteriormente. Criado e organizado por dois sujeitos que produziram suas respectivas *personas drag*⁷ em anos anteriores a existência da NoiteSuja, o coletivo/produtora obteve reconhecimento ao longo do tempo por um conjunto de características. Dentre elas, e a mais significativa, se destaca o incentivo constante a criação de *personas drags* a sujeitos que ainda não experimentaram tal experiência, incentivo esse que parte de diversos lados, seja por parte das *drags* produtoras ou pelos demais sujeitos frequentadores que também passaram a produzir a arte *queer*.

O incentivo do fazer *drag* em conjunto com a humanização e popularização da figura da *drag queen* possibilitou a NoiteSuja estruturar uma rede de relações e

⁷ Termo utilizado para se referir a figura *drag* criada pelo artista que a produz

contatos que se solidificou tanto dentro como fora do ambiente dos eventos produzidos pela mesma. As relações que se iniciam muitas vezes nos eventos e festas dão seus primeiros passos na medida em que as *drags* idealizadoras da NoiteSuja e demais *drags* presentes constantemente conversam e incentivam não apenas a arte da montagem, mas também levantam debates que estruturam o reconhecimento enquanto sujeitos pertencentes a uma parte da população que ainda se encontra privada de direitos básicos.

Visando valorizar a interação entre os seus, assim como, com os demais sujeitos frequentadores dos eventos, as *drags*, constroem um espaço de acolhimento e interação que possibilita o desenvolvimento de diferenciadas sociabilidades que tem como consequência, em alguns casos, a construção de relações mais sólidas e pessoais. Para perceber e analisa-las, assim como as múltiplas formas de resistências desenvolvidas, foram realizadas inicialmente entrevistas estruturadas com as *drags* produtoras e algumas *drags* frequentadoras dos eventos no intuito de conhecer de forma mais aprofundada o propósito e os feitos do coletivo/produtora ao longo dos anos de atuação. Tal metodologia possibilitou ao longo da pesquisa observar que a vivência enquanto sujeitos LGBTQIA+ que resistem diariamente em uma sociedade excludente impulsionam esses sujeitos a desenvolverem mecanismos de resistência e solidariedade. Dentre as percebidas se destaca o compartilhamento de casas que são alugadas por um grupo de 3 ou 4 sujeitos que acabam dividindo não apenas os sonhos e resistências, mas também, as contas mensais de suas necessidades básicas como a alimentação e moradia.

Essas observações evidenciam o caráter acolhedor desenvolvido pela NoiteSuja na medida em que a mesma proporcionou a sujeitos apagados da história por múltiplos preconceitos a possibilidade de se organizarem não apenas enquanto um coletivo de artistas, mas também, enquanto família. Entrelaçando suas histórias individuais na medida em que as esferas econômica, política, social e cultural estão presentes na vivência de todos e constroem as realidades sociais, os indivíduos, buscam suas configurações coletivas reais, suas motivações, experiências e valores, assim como suas interações e contextos de trocas (IMÍZCOZ, 2004. p. 117). Buscas essas que interligam esses sujeitos na estruturação de resistências diárias e garantia de suas necessidades básicas.

Para produzir sua primeira edição, a NoiteSuja, desenvolveu estratégias de divulgação nas quais se articularam partindo dessas relações e contatos pessoais.

Realizando convite, através de mídias sociais ou de forma pessoal-direta a pessoas próximas de seu círculo social, como amigos e conhecidos, no intuito de estimular a participação dos mesmos, a NoiteSuja, acaba por construir, de certa forma, uma conexão com cada artista e frequentador de suas produções. Essa estratégia inicial, que ainda se utiliza nas divulgações dos eventos atuais, devido as relações de sociabilidade e confiança construídas entre os sujeitos, permite observar a rede de incentivo e interação direta na qual a NoiteSuja toma como ponto de partida para suas produções. Os contatos iniciais, sejam eles entre as *drags* produtoras e os amigos convidados, ou sejam eles entre as *drags* produtoras e os demais sujeitos frequentadores dos eventos, que se fazem presente por tomarem conhecimento do evento através das redes sociais, permitiram que o projeto se caracterize enquanto espaço de constante trocas sociais, artísticas e pessoais. A interação constante é o principal canal de construção dessa relação. Interação essa que se inicia no convite a festa e se solidifica no ambiente da mesma.

Em consequências desses contatos, se desenvolveu também a identidade da NoiteSuja enquanto coletivo artístico e construtor de uma cena *drag* local dotada de especificidades. Uma dessas particularidades está relacionada ao processo de maquiagem desses artistas. Tratando acerca das especificidades do movimento drag em Belém, Nascimento (2019) aponta que para se adaptar à realidade climática da cidade, que possui um clima quente, as *drags* se utilizam de produtos e truques de beleza que possibilitam a manutenção e conservação do *look*⁸ pelo o máximo de tempo possível. A manutenção dessas produções não é fácil, já que a temperatura da cidade contribui significativamente para a produção do suor e derretimento da maquiagem. Portanto, as *drags* encontram meios alternativos, como utilização e mistura de diferentes produtos, alguns deles não pertencentes a linha de cosméticos tradicionais, como forma de manterem suas produções completas o máximo de tempo possível.

Outra característica marcante que se encontra no ambiente construído pela NoiteSuja é a utilização do imaginário folclórico paraense como elemento construtor para suas performances e estética de montagem⁹. Sendo a cidade de Belém, e a

⁸ Refere-se a maquiagem, vestimenta e acessórios escolhidos pelas *drags* para determinado evento.

⁹ Se utiliza o termo no sentido de um processo ou método de alteração corporal, podendo ter funções estéticas, assim como, a busca de um novo estado e de uma nova intensidade de percepção. (NASCIMENTO, 2019)

região da Amazônia como um todo, carregada de lendas populares que tratam da fauna e da flora, assim como, de seres místicos e naturais que se encontram na região enquanto protetores da natureza, os/as artistas da NoiteSuja, tomam essas identidades locais como ponto de partida para produzirem performances e a estética de suas *drags*. O processo de incentivo à produção *drag* somado as influencias locais, que permitiram a construção de uma estética em comum da cena belenense, permitem que relações pessoais e artísticas mais estreitas se estabeleçam pois, é comum o desenvolvimento de relações *drag-mother/drag-daughter*¹⁰.

Propondo uma reflexão sobre as metodologias de análise histórica aplicadas nos estudos acerca das relações sociais até a década de 1980, José María Imízcoz (2004), aponta que é importante compreender que cada indivíduo é detentor de sua história, contudo, não a produz de forma isolada. Para o autor, partir dos homens e mulheres como protagonistas de suas histórias é descobrir como, em suas experiencias dinâmicas, se relacionam as diferentes dimensões da realidade e como se produz a troca histórica (IMÍZCOZ, 2004. Pg. 118). As particularidades históricas dos sujeitos e as dinâmicas de troca de experiências citadas por Imízcoz (2004) podem ser utilizadas como ponto de análise devido as múltiplas sociabilidades e ligações construídas entre os sujeitos do coletivo que partem de um caráter individual e se atrelam as relações sociais. A perspectiva política, social e artística são questões que atravessam esses sujeitos de forma direta pois, compondo uma parcela da população LGBTQIA+, suas finalidades e posicionamentos são interligadas possibilitando a construção de uma relação de parte da individualidade, enquanto sujeitos detentores de suas lutas particulares, mas que se conecta aos espaços de sociabilidade, construindo o espaço social de troca histórica.

Essas conexões e trocas que se iniciam nas conversas e interações ocorridas nos espaços dos eventos, e que muitas vezes chegam a ultrapassar esses ambientes, são exemplos de como as relações sociais são estabelecidas entre indivíduos LGBTQIA+. Tratando acerca das trocas e relações sociais desenvolvidas em bares da periferia das cidades de São Paulo e de Belém entre sujeitos homossexuais, Ramon Pereira dos Reis aponta que esses sujeitos “encontram nesses bares afinidades e sensações de bem-estar e segurança” (REIS, 2017, p. 220). A colocação de Reis (2017) permite analisar o caráter significativo dos espaços de sociabilidade

¹⁰.Expressão que remete a *drags* já estruturadas que ajudam novos artista a construir suas estéticas *drags*.

LGBTQIA+ no que diz respeito a garantia da segurança, seja moral ou física, por estarem em um ambiente frequentado por indivíduos que compartilham de uma mesma realidade identitária. Essa sensação e garantia de segurança e bem-estar, apontada pelo autor, produz relações interpessoais que se desenvolvem partindo dos “níveis de conhecimento e reciprocidade pelos quais se estabelecem os elos” (REIS, 2017, p. 218) que derivam de uma empatia e amizade construída, em sua maioria, e de forma primária, no compartilhamento desses ambientes.

Realizando trocas políticas, sociais, culturais e até econômicas, que acabam por construir mecanismos de resistência individual e coletiva, esses sujeitos acabam compartilhando suas vivências enquanto população LGBTQIA+ e acabam por levantar, através de suas produções e reconhecimentos, outro debate de caráter significativo: o direito de frequentar diversificados ambientes existentes na cidade de Belém. Para levantar tal análise, e somada as entrevistas citadas anteriormente, a pesquisa também se utilizou de observações etnográficas nos eventos realizados para entender não apenas as relações, mas também analisar os diversificados espaços nos quais estavam sendo ocupados ao redor da cidade. Observando o caráter de resistência e ocupação espacial desenvolvido, foi possível apontar que ao mesmo tempo em que a cidade tenta colocar esses indivíduos em espaços marginalizados, os mesmos resistem ocupando ambientes que anteriormente os rejeitavam.

Segundo Santos (2018), a cidade reproduz as desigualdades existentes na sociedade, de tal modo que priva uma parcela da população de vivenciar todos os espaços urbanos existentes. Essa restrição, que se apresenta no âmbito social através de poderes simbólicos que apontam a heterossexualidade cis-heteronormativa como discurso moralizante, impossibilita a circulação dos indivíduos pertencentes a comunidade LGBTQIA+ em determinados espaços classificados como “local de famílias”. Locais esses, nos quais a permanência de corpos sexodissidentes¹¹ são impossibilitados, limitando, assim, os mesmos a espaços precários de sociabilidade (SANTOS, 2018). Essas violências desenvolvidas pelas restrições de circulação a determinados espaços são aos poucos dissolvidas na medida em que a NoiteSuja promove reflexões acerca da ocupação de espaços na cidade de Belém nos quais anteriormente não eram ocupados pela comunidade

¹¹ Termo utilizado para referir-se a indivíduos cuja identidade de gênero e orientação sexual se diferencia da heterossexualidade cisgênero

LGBTQIA+. Solidificando, assim, sua identidade de resistência espacial, a produtora acaba por desenvolver mecanismos que contribuam para o direito a cidade.

Inicialmente com a finalidade de descentralizar os eventos das grandes casas noturnas¹² da cidade, onde aconteciam as festas voltadas para a comunidade LGBTQIA+ realizadas pelas grandes produtoras locais, a NoiteSuja surge com uma nova proposta. Optando por realizar os eventos em ambientes diferenciados, com o intuito de fazer a comunidade ocupar outros espaços existentes, as produções acabaram por variar de locação. Realizados em galpões¹³, espaços colaborativos como o Casulo Cultural localizado no bairro da Campina, e espaços menos conhecidos como pequenos bares¹⁴ e a própria via pública, os eventos acabam por possibilitar a circulação desses sujeitos em outros espaços da cidade reivindicando os mesmos.

Com intensa contribuição para o cenário *queer* belenense e devido ao seu reconhecimento como tal, a NoiteSuja também realizou eventos em significantes teatros da capital paraense. O de significativo peso para o coletivo, na medida em que foi o primeiro evento produzido em um teatro importante, e que cabe destacar, é o *Primeiro Festival NoiteSuja*. O evento foi realizado em abril de 2017 e teve como palco um dos maiores teatros da cidade de Belém, o Margarida Schivasappa. Desenvolvido pelas *drags* produtoras do NoiteSuja, após escreverem e submeterem um projeto artístico ao edital pertencente a Fundação Cultural do Pará (FCP), o edital Pauta Livre, essa conquista é tida pelo coletivo como um grande momento que oportunizou a produção da cultura *queer* em um ambiente não anteriormente ocupado pelos mesmos. Sendo uma iniciativa do Programa de Incentivo à Arte e à Cultura – SEIVA, o objetivo do edital é incentivar a produção artística do estado do Pará, dando condições de acesso igualitárias para os artistas da região aos espaços pertencentes a FCP de forma gratuita.¹⁵ Por isso, performar nesse ambiente foi significativo para

¹² Em anos anteriores uma das boates mais conhecidas e localizadas no centro da cidade que tinha como público alvo a comunidade LGBTQIA+ era a boate Café com Arte. Atualmente, a boate não existe mais, contudo, outros espaços se tornaram pontos de referência para eventos voltados para a comunidade como a boate 279, localizado no bairro do Reduto e conhecida por ser um espaço elitista .

¹³ Espaços de propriedade privada, geralmente, pertencente a algum conhecido.

¹⁴ Dentre as localidades escolhidas pelo coletivo se estacam o 8 Bar Bistrô, localizado no bairro do Reduto, o Toca Restrô, no bairro de Nazaré, o Enjoy Pub e Restrô, no bairro do Umarizal, dentre outras localidades.

¹⁵ Informações retiradas do site da Fundação Cultural do Estado do Pará. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/noticias/2709-edital-pauta-livre-2018-abre-as-inscricoes-hoje-para-o-segundo-semester>. Acesso em: 05/04/2020.

esses artistas na medida em que o teatro atualmente é majoritariamente frequentado apenas por artistas reconhecidos na capital.

Outro evento realizado no ambiente do teatro foi o *Atraque*. Contendo duas edições, ambas realizadas no ano de 2019, o evento é tido como um ato político-cultural para reivindicar direitos e protestar contra a LGBTIfobia. A primeira edição, realizada no dia 16 de maio de 2019, teve como palco o Teatro Gasômetro, localizado nas dependências do Parque da residência no Bairro de São Brás. Propondo celebrar a multiplicidade de gêneros e quebrar os rótulos socialmente impostos¹⁶, o evento fazia parte de uma programação relacionada ao Dia Nacional de Combate a LGBTIfobia. Realizado em parceria com Grupo Homossexual do Pará (GHP), que também produz a parada LGBT da cidade, o evento carrega em sua essência o caráter de ocupação de novos espaços.

Realizando produções independentes ou através de parcerias e convites, os eventos nesses espaços são tomados como grandes atos de resistência espacial na medida em que a ocupação de espaços reconhecidos e frequentados pela população com mais poder aquisitivo da cidade de Belém promove o debate acerca do direito à cidade pela comunidade LGBTQIA+. Direito esse que, por muitos anos, não era concedido. Ademais, e ainda acerca do direito a livre circulação pela cidade, se destacam dois eventos realizados pelas ruas de Belém: o *ITAKRALHO* e o *Carnivale*. Realizado no período do carnaval, no caso do *Carnivale*, e no período do Círio de Nazaré, no caso do *ITAKRALHO*, ambos são caracterizados como “eventos de rua” por terem como palco de suas performances as ruas e avenidas da cidade de Belém. Ocorridos todos os anos desde 2016, ambos os eventos são realizados em áreas consideradas como o centro da cidade, o que mostra que a livre circulação desses indivíduos marginalizados em áreas, anteriormente, restritas a uma parcela da população local, que é detentora de capital e que pertence ao grupo hetero/religioso, pode ser lida como uma forma de resistência política e social.

Proporcionando representatividade, reconhecimento e oportunidade de produção artística, além de sua principal característica, a construção de uma rede de apoio pessoal e artístico LGBTQIA+ na cidade de Belém, a NoiteSuja adquiriu ao longo dos anos respeitabilidade na capital devido ao seu profissionalismo e comprometimento com a arte. Construindo uma cena de representatividade *queer* que

¹⁶ Descrição retirada do texto de divulgação do evento.

parte de suas realidades e trabalhado em torno dela para realizar seus trabalhos, passou a produzir não apenas de forma independente, mas também com novas parcerias que foram se firmando conforme seu reconhecimento artístico e profissional.

Tendo como base a cultura *queer* e todo o arcabouço reflexivo/social que ela apresenta, os componentes da NoiteSuja tomam seus encontros com outros sujeitos pertencentes a comunidade LGBTQIA+, sejam em eventos autorais ou em parceria, como meio de valorizar e celebrar existência, resistência e a circulação de pessoas e corpos que, anteriormente, não tinham aceitação de circular publicamente. Historicamente conhecida por suas lutas demandando direitos e respeito, a população LGBTQIA+ ainda é fortemente estigmatizada, e muitas vezes morta, por desviarem da linha cis-heteronormativa¹⁷. Construindo um espaço próprio, mas que também se relaciona com outros movimentos e organizações de grupos marginalizados existentes na capital, a NoiteSuja reconfigura seus projetos mostrando que essas produções são significativas por permitirem a esses sujeitos serem vistos não apenas como indivíduos de direito, mas também, como produtores de material artístico. São essas relações pessoais/políticas/artísticas/sociais que constroem a identidade e o elo NoiteSuja.

Considerações finais

Observando as relações e sociabilidades que se estabeleceram entre os indivíduos que integraram e/ou frequentaram a NoiteSuja, o estudo permitiu demonstrar como o coletivo/produtora cria e organiza um espaço artístico de resistência *queer* na capital paraense. Os eventos produzidos, dotados de um caráter político que toma a arte como canal principal para produzir debates e ocupações, mostra como sujeitos LGBTQIA+ constantemente resistem as repressões sociais e estigmas negativados que ainda se encontram enraizado em discursos da atualidade. Entrelaçados pela arte performática, que se caracteriza como principal elo de ligação desses artistas, a NoiteSuja, permite que resistências sejam estruturadas. A vivência enquanto sujeitos LGBTQIA+ que constantemente precisam se posicionar

¹⁷ Segundo o jornal O Liberal, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP) informou que no ano de 2017 dos crimes de homofobia registrados no estado, 10 foram homicídios. No ano seguinte de janeiro a agosto foram registrados 67 crimes homofóbicos no Pará, no qual, 8 foram assassinatos. No ano de 2019, foram reportados 50 casos de homofobia, sendo 4 deles homicídio. Disponível em: <https://www.oliberal.com/conexaoamz/crime-de-odio-homofobia-ja-matou-22-pessoas-no-para-nos-ultimos-3-anos-1.196061>. Acesso em: 18/08/2020.

politicamente construiu a identidade da NoiteSuja enquanto um grupo formado por artistas locais que tomam a arte *drag* e suas performances como meio de requerer direitos referentes a Comunidade LGBTQIA+. Para além, e devido a consolidação de redes relacionais que se estabeleceram e ainda se estabelecem ao longo dos anos, o mesmo possibilitou, também, a construção de uma rede de apoio artístico e pessoal que contribui de forma significativa para a sua identidade enquanto grupo de resistência.

Se entendendo enquanto grupo formado por sujeitos que lutam diariamente para sobreviver em uma sociedade na qual a homofobia e a cis-heteronormatividade ainda se encontram enraizadas, os artistas da NoiteSuja transformam os ambientes frequentados e reivindicados em espaços para construir suas sociabilidades visto que o compartilhamento de suas realidades e vivências são atividades comuns nesses espaços. Construindo, conseqüentemente, uma rede de apoio mútuo que permite que essas relações se estruturem e se consolidem de forma eficaz, a NoiteSuja apresenta uma nova proposta de se fazer *drag*. Tudo isso é arte, é resistência, é apoio e solidariedade. É NoiteSuja.

Bibliografia

AMANAJÁS, Igor. *Drag Queen: Um percurso histórico pela arte dos atores performistas*. In: **Revista Belas Artes**, ed 16^o. São Paulo, 2014.

DO ROSÁRIO, Elton Santa Brígida. **Para além das plumas e paetês: A atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTFobia**. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2016.

DOS SANTOS, Leonardo Botelho. **A importância dos movimentos sociais para a efetivação do direito à cidade para a comunidade LGBTI+**. Belém-PA. 2018. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Universidade Federal do Pará – Faculdade de Direito – Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2018.

FACCHINI, Regina. **“Sopa de letrinhas”?** – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo - Campinas, SP. 2002

LOURO, Lopes Guacira. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3. ed. ver. amp. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2020.

MISKOLKI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. rev. e ampl., 2. reimp. – Belo Horizonte: Autentica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015. – (Série cadernos da Diversidade; 6)

NASCIMENTO, Juliano Bentes. **EKOAVERÁ**: Um estudo sobre a territorialidade nos processos identitários das drags/demônias. Belém-PA. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Artes, Belém, 2019.

NUNES, Kauan Amora. **A nau queer**: Uma genealogia da sexualidade no teatro de Luíz Otávio Barata (1980-1990). Belém-PA. 2019. VIII, 265 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019

REIS, RAMON PEREIRA DOS. **Cidades e subjetividades homossexuais**: cruzando marcadores da diferença em bares nas “periferias” de São Paulo e Belém. – São Paulo. 2017. 283 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social.

O desencanto da modernidade na América Latina: uma análise da crônica *Conney Island* de José Martí

The disenchantment of modernity in Latin America: an analysis of the chronicle *Conney Island* by José Martí

Jonas Basilio BARBOSA¹

Resumo: Partindo da crônica *Conney Island* (1881) o presente artigo busca descrever a relação do cubano José Martí (1853-1885) com a cidade de Nova York no final do século XIX, com ênfase para o modo como o autor vivencia a modernidade nessa metrópole. Descrevendo as relações encontradas na cidade, a crônica se revela para além de um relato: se trata de uma carta de aviso para os latino-americanos que queiram se aventurar nos Estados Unidos capitalista. Partindo da ideia de que Martí é um intelectual de sua época conforme a perspectiva proposta por François Sirinelli, este artigo pretende encontrar possíveis influências que possam ser destacadas na crônica, assim como relacionar como a modernidade poderia ser projetada na realidade da América Latina, compreender e, mostrar que o pensamento martiano sobre o futuro deste subcontinente e os ideais da modernidade não se convergem e que um não pode existir com o outro.

Palavras-chaves: José Martí; *Conney Island*; crônica finissecular; modernidade; história dos intelectuais.

Resumen: A partir de la crónica *Conney Island* (1881), este artículo pretende describir la relación del cubano José Martí (1853-1885) con la ciudad de Nueva York a finales del siglo XIX, con énfasis en la forma cómo el autor vivió la modernidad en esta metrópoli. Al relatar las relaciones encontradas en la ciudad, la crónica se revelará más allá de un relato: es una carta de advertencia para los latinoamericanos que quieren incursionar en los Estados Unidos capitalistas. Partiendo de la idea de que Martí es un intelectual de su tiempo según la perspectiva propuesta por François Sirinelli, este artículo pretende encontrar las posibles influencias que se puedan destacar en la crónica, así como relacionar cómo se podría proyectar la modernidad en la realidad latinoamericana, para entender y demostrar que el pensamiento de Martí sobre el futuro de este subcontinente y los ideales de la modernidad no convergen y que uno no puede existir con el otro.

Palabras llaves: José Martí; *Conney Island*; crónica de fin de siglo; modernidad; historia de los intelectuales.

¹ Graduado no Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Alves de Souza. E-mail: jbbarbosa1997@gmail.com

Introdução

Ao longo do século XIX, na América Latina, ganha destaque o papel do correspondente viajante, que geralmente escreve de um local moderno para outro que carece de modernidade (RAMOS, 2008). Em meados deste século, temos o argentino Domingo Sarmiento (1811-1888) que enfatiza, em suas primeiras obras, a necessidade de levar a modernidade para os povos da América do Sul, com base na dicotomia entre civilização (sociedade capitalista moderna) e barbárie (países que são vistos como atrasados). Já ao final deste período, quando ocorre um desencanto com esta modernidade, surgem escritores com novas perspectivas quanto ao impacto desta nos países latino-americanos, como por exemplo, o uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917), o nicaraguense Rubén Darío (1867-1916), e o cubano José Martí (1853-1895), sendo este último o que será explorado neste artigo.

Neste mesmo período, enquanto alguns países da América já haviam concluído seu processo de independência, outros ainda se encontravam presos às amarras coloniais, como no caso de Cuba. E é nessa ilha do Caribe que nasce José Martí, que desde cedo, já nutria o interesse pela independência de seu país frente à Coroa Espanhola. Ainda jovem Martí foi condenado ao exílio na Espanha, por conta de suas escritas de cunho separatista no período da Guerra de Dez Anos (1868-1878), destacando-se o poema *Abdala*. Porém, foi durante seu exílio que ele concluiu seus estudos e teve oportunidade de se formar em Direito, Filosofia e Letras. Mesmo com essas experiências na Espanha, o cubano não ficou apenas no país ibérico. Martí viajou pela Europa, pelos Estados Unidos e por países da América Central (foi no México que ele concluiu o curso de Jornalismo), até se fixar em Nova Iorque no ano de 1881, retornando para Cuba apenas em 1895, onde passou seus últimos dias de vida lutando pela independência de seu país.

Todo seu pensamento, todas suas ideias, são frutos de suas viagens, dos seus estudos e das interações sociais que teve tanto com os países modernos capitalistas quanto com os países fornecedores de matéria-prima. Toda essa bagagem de conhecimento e sua vivência possibilitaram que Martí se tornasse um renomado correspondente para diversos jornais latino-americanos, comunicando-se principalmente por meio de cartas e crônicas (acreditava que era preciso ser útil em suas escritas, por isso não gostava de escrever romances). Mas não ficou restrito apenas à função de correspondente de jornal. Também teve atuação na política,

representando mais de um país da América Latina em uma conferência nos Estados Unidos e sendo cônsul neste país. E é entre as correspondências que podemos encontrar suas ideias a respeito de diversos temas da época, entre eles, a modernidade.

A modernidade aqui referida remete à ideia de uma ruptura com o passado e como foi utilizada pelo escritor francês Charles Baudelaire (1821-1867) na segunda metade do século XIX como resultante das mudanças que iam se operando em seu presente (SILVA; SILVA, 2009). A modernidade está associada à modificação das estruturas sociais do Ocidente, a partir de um longo processo de racionalização da vida humana que transcorreu principalmente a partir do século XIX (SILVA; SILVA, 2009). Portanto, Martí está vivendo e escrevendo a modernidade no momento em que este conceito ainda está sendo definido.

Ademais, essa concepção de modernidade era nova também para a sociedade estadunidense, pois no início do século XIX o país ainda estava se constituindo a sua nacionalidade e definindo a sua política internacional (sua política externa ainda era baseada na Doutrina Monroe, ou seja, os estadunidenses estavam preocupados em se consolidar territorial e nacionalmente, para depois iniciar suas projeções para além de suas fronteiras). O século seguinte às escritas de Martí terá como característica o imperialismo norte-americano, sendo sua relação com Cuba já prenunciada ainda no século XIX. Enquanto isso, no âmbito social, os norte-americanos estavam se acostumando com ideias como progresso, individualismo, acúmulo de riquezas, enriquecimento individual e material, premissas próprias do liberalismo, por exemplo.

José Martí será referido neste artigo como intelectual, a partir dos aspectos apresentados pelo historiador francês Jean-François Sirinelli em seu texto intitulado *Os intelectuais* (2003). Desse modo, este trabalho busca analisar como a escrita do autor pode influenciar na construção do imaginário da modernidade na América Latina, por meio da credibilidade conquistada por Martí pela sociedade latino-americana.

A partir de uma de suas crônicas, intitulada *Conney Island*² (1881), que o presente artigo pretende apresentar como Martí vivenciava a modernidade no ano em que se mudou para Nova Iorque, cidade descrita por ele como uma das maiores

² José Martí duplica a letra “n” no título original. Em respeito ao autor, quando nos referenciarmos à obra, esta será grafada assim.

metrópoles do seu tempo para o jornal *La Pluma*, de Bogotá. Além disso, busca ainda mostrar como o cubano enxergava as relações sociais com a modernidade e como esta poderia ser útil para as nações da América Latina. E, por fim, destacar como irá se construir sua crítica para a modernidade no momento em que vivia a transição dos Estados Unidos de uma potência em ascensão no final do século XIX para uma nação imperialista no século XX.

Metodologia

No intuito de classificar José Martí como um intelectual, pode-se utilizar das palavras de Jean-François Sirinelli em que ele escreve: “os intelectuais também podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator - [...] -, testemunha ou consciência” (SIRINELLI, 2003, p. 243), uma vez que na escrita de sua crônica, Martí é testemunha do que vivencia para seus leitores. Outro trecho que ajuda o cubano a ser definido como intelectual é na passagem de Sirinelli em que ele diz que “sua notoriedade eventual ou sua ‘especialização’, reconhecida pela sociedade - [...] -, que o intelectual põe a serviço da causa que defende” (SIRINELLI, 2003, p. 243). Como ainda será mostrado, Martí foi um importante escritor e correspondente para quase toda a América Latina, sendo reconhecido pelos seus feitos ainda em vida.

Este trabalho não se trata de uma biografia, pois o que interessa não é a vida em si de Martí. O que se busca é extrair de sua crônica, *Conney Island*, o que Martí pensava naquele momento, e principalmente, naquele lugar. Além disso, quanto aos intelectuais, Sirinelli leva o questionamento de, se a partir da influência composta nestes indivíduos, em uma determinada data, seria possível influenciar algum acontecimento na sociedade (SIRINELLI, 2003). Outra constatação importante a se destacar é a de que: “ao contrário da imagem que veicula muitas vezes de si mesmo, o intelectual não é infalível. A intelectualidade algumas vezes pecou” (SIRINELLI, 2003, p. 259), ou seja, não se trata da dualidade entre bom e mau, mas apenas da possível influência que as escritas podem trazer consigo.

Enfim, não cabe ao artigo fazer um julgamento se há uma influência positiva ou negativa, pois “não seria questão de fazer um julgamento moral e de concluir pelo benefício ou, ao contrário, a nocividade de uma influência: o problema não é ético, mas sim histórico” (SIRINELLI, 2003, p. 260-261). Este artigo se apoia nas

concepções de Sirinelli em apenas analisar a produção escrita e os possíveis impactos e objetivos do autor com a produção de sua crônica, tendo em vista que Martí foi um intelectual de sua época.

Autor

Para entender o pensamento de José Martí, é preciso antes compreender quem foi este homem e como ele foi moldado pelos espaços em que esteve presente. José Julián Martí Pérez nasceu em Havana, Cuba, no dia 28 de janeiro de 1853, morreu em Dos Ríos, Cuba, em 10 de maio de 1895 (FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991). É considerado um dos maiores símbolos literários de seu país. Sendo um homem de seu tempo, desde jovem compreendia a importância escritas e da situação em que seu amado país se encontrava. Precocemente, juntou esses dois aspectos e escreveu seu poema *Abdalla* (1869), onde exprime seu amor à pátria quando ainda não tinha 18 anos (FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991).

Depois disso, Martí não deixou de escrever sobre sua ânsia em ver Cuba livre da Coroa Espanhola e isso acabou acarretando sua prisão em 1869 e, dois anos depois, seu desterro na Espanha. Foi no exílio que Martí terminou, de maneira irregular, seu colegial, além de estudar Direito, Filosofia e Letras (FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991). Mesmo longe de sua terra natal, Martí continua a divulgar seus ideais separatistas, como no opúsculo *La Revolución Española ante la Revolución Cubana*, publicada em 1873 (FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991).

Em 1874, ele deixou a Espanha, fazendo viagens à França e Nova Iorque, até chegar ao México, onde se formou em Jornalismo e pode, enfim, reencontrar sua família. Entre 1874 e 1881 viveu no México, Guatemala e Venezuela, com pequenas estadias na Espanha (1879) e Nova Iorque (1880) (FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991). Nova Iorque foi a cidade que Martí escolheu para se fixar em 1881, fazendo pequenas viagens entre 1892 e 1895 ao Haiti, São Domingos, Jamaica, Panamá, Costa Rica e México. Por onde passou, Martí foi escrevendo, especialmente por correspondência para jornais e para amigos, sempre reforçando seus ideais separatistas; sua escrita influenciava principalmente os jovens. (FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991).

O final da década de 1880 é marcado com atuações de Martí no cenário político. O cubano foi nomeado cônsul do Uruguai (posteriormente foi convocado para cônsul da Argentina e do Paraguai também) em Nova Iorque, em 1887, e no ano

seguinte, foi nomeado representante da Associação de Imprensa de Buenos Aires nos Estados Unidos e no Canadá. Neste ano os Estados Unidos convocaram a Primeira Conferência das Nações Americanas³, que ocorreu entre outubro de 1889 até abril de 1890. Foi cobrindo a conferência para o periódico *La Nación* de Buenos Aires que Martí pôde apresentar fortes críticas sobre as pretensões imperialistas norte-americanas para os hispano-americanos (FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991).

Assim, a partir de 1891, Martí começa a se desligar de seus cargos políticos e passa a se dedicar à revolução que estaria por vir. Viaja a cidades com grandes números de imigrantes na costa Leste dos Estados Unidos e, em 5 de janeiro de 1892, são aprovadas as *Bases do Partido Revolucionário Cubano*, que fora criado no intuito de conquistar a “independência absoluta da Ilha de Cuba, além de fomentar e auxiliar a de Porto Rico” (MARTÍ apud FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991, p. 25). Preparando-se para a guerra, Martí passou então a viajar a países caribenhos em busca de apoio e fundos, além de convocar mais cubanos para a causa (FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991).

Em 24 de fevereiro de 1895 a guerra se inicia em diferentes locais de Cuba, mas Martí só chegará em 11 de abril do mesmo ano. Nos períodos de combate, ele comenta em suas cartas como estava contente por participar daquele momento que possibilitaria levar a liberdade para seu povo (FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991). Em 19 de maio daquele ano, próximo a Boca de Dos Ríos, os revolucionários foram surpreendidos por uma coluna espanhola, então Martí avançou (descumprindo a ordem de seus superiores) e acabou sendo ferido fatalmente, não conseguindo sobreviver para ver o final da revolução.

José Martí foi um homem que construiu seu pensamento e suas ideias a partir do que ele se lembrava de sua infância em Cuba, do conhecimento que adquiriu nos anos que estudou na Espanha, das viagens que fez pela Europa, pela América do Norte, e pelos países da América Hispânica e da estadia em Nova Iorque. Pois, então, não é um homem apenas das teorias, mas também da prática, podendo assim perceber com outra perspectiva o que nem todos do seu tempo notariam. Sua visão de mundo, composta por elementos diferentes, permite que sua escrita contenha uma perspectiva única, de alguém que foi expulso de seu país, que ainda era uma colônia,

³ Segundo Aimer Granado García, só entre 1820 e 1860 ocorreram pelo menos cinco congressos que tinham como objetivo a consolidação de uma união entre os países hispano-americanos. Fernández Retamar pode ter referido a essa como primeira, pelo fato de que nenhuma das anteriores terem sido sediadas nos Estados Unidos.

e foi viver em uma das maiores (se não a maior) metrópole de seu tempo, além de inúmeras viagens por ele realizadas para conhecer culturas diferentes. Essa experiência lhe permitiu escrever para diversos países, por conhecer essas realidades, podendo assim se tornar até mesmo mais próximo do leitor.

Para completar, é importante ressaltar a prática do correspondente viajante, no século XIX, em que Martí está inserido, pois, “nas sociedades posteriores às guerras de independência, a viagem – particularmente à França e à Inglaterra – era um dos rituais básicos na educação dos grupos dirigentes” (RAMOS, 2008, p. 169) e ainda que “para além da curiosidade turística, já em meados do século, o relato de viagens era uma das formas privilegiadas dos discursos sobre a modernidade na América Latina” (RAMOS, 2008, p. 169). Mas ao contrário desses ideais de se buscar o modelo no exterior para aplicar nos países da América Latina, Martí foi obrigado a deixar seu país e foi inserido no meio daqueles que causavam o sofrimento de sua amada pátria, algo importante pra se pensar quando vemos o cubano criticando a modernidade.

A grande maioria das escritas de Martí foram publicadas em periódicos, por meio de notícias, crônicas, cartas e ensaios, não tendo um livro propriamente do autor com suas ideias. Graças a um especial trabalho do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), em parceria com Centro de Estudos Martiniano, do Ministério da Cultura de La República de Cuba, grande maioria do que há de manuscrito e impressos de José Martí, foram compilados em 29 volumes, organizados por data de publicação e disponibilizado de forma irrestrita em seu site, o que possibilitou a escrita deste artigo.

Crônica

No século XIX, o principal meio de comunicação de notícias era o jornal, pois, além de conseguir penetrar em diferentes sociedades (e em diferentes castas sociais dentro destas), também possibilitava a circulação de diferentes conteúdos, e entre os quais, a crônica (VELOSO, 2011). A crônica é no jornal o espaço para o correspondente descrever, sem as limitações de uma matéria mais séria, sua vivência no meio em que está inserido, além de ter a possibilidade de “conversar” com seu leitor; é como o autor consegue atingir as massas (FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991). Aqui, a vida urbana se torna o palco principal para as relações sociais ganharem o papel principal.

É em 1881, quando se fixou em Nova Iorque, que Martí compartilhará com o jornal *La Pluma*, de Bogotá, suas impressões sobre a vida urbana nova-iorquina na qual, em sua crônica intitulada *Conney Island*. Sua escrita é muito emblemática por retratar uma parte da grande cidade capitalista em que está inserido, apresentando os prazeres da vida ali encontrados, todas as possibilidades e facilidades proporcionadas pela modernidade e então finalizando com o levantamento de alguns pontos sobre se valia a pena ou não seguir o caminho da modernização capitalista.

Logo em sua primeira frase, a crônica já revela a grandiosidade do local de onde Martí está escrevendo: “na história da humanidade, nada se iguala à maravilhosa prosperidade dos Estados Unidos da América⁴” (MARTÍ, 1881, p. 79), para poder ao final deste parágrafo afirmar que só o tempo poderá revelar se a nação irá se corromper ou não (MARTÍ, 1881). De início, o autor já está ditando o tom que a crônica irá seguir: apresentar toda dimensão do local em que está inserido, mas sem perder o foco do preço que esta grandiosidade cobra e dos riscos da corrupção do espírito humano.

Seguindo a apresentação do que está diante de si, Martí comenta como a prosperidade nessa terra possuía um ritmo acelerado. Ao tratar adiante, sobre a construção de Coney Island, o cubano comenta como “aquela agora famosa ilha, que há quatro anos era uma pilha de terra abandonada, hoje é um grande local de descanso, abrigo e lazer para centenas de milhares de nova-iorquinos” (MARTÍ, 1881, p. 80). Falando agora sobre a grandiosidade proporcionada pela modernidade, Martí usa um hotel de exemplo, pois nele a “sala de jantar de um dos hotéis pode acomodar confortavelmente 4000 pessoas ao mesmo tempo” (MARTÍ, 1881, p. 80) e completa com “hotéis que já não se parecem com aldeias, mas sim nações” (MARTÍ, 1881, p. 80). Outro exemplo desse esplendor é de como é possível dominar o ambiente em sua volta a fim de expandir como e para onde quiser, pois “é Gable, com seus dois molhes de ferro, que avançam sobre elegantes pilares um espaço de três quarteirões em cima do mar, com o seu palácio Sea Beach” (MARTÍ, 1881, p. 80).

Naquela época, Nova Iorque já era um dos maiores centros econômicos do mundo, e por consequência, atraía pessoas do mundo todo, em especial, os jovens. Ainda no início da crônica, Martí escreve que “hoje, é verdade que nunca uma multidão

⁴ Todas as citações da obra *Conney Island* de José Martí serão traduções nossas, com finalidade de facilitar a leitura do artigo.

mais alegre, mais jovem, mais bem equipada, mais compacta, mais jovial e frenética viveu em trabalho tão útil em qualquer cidade da Terra, nem se originou e gozou de maior fortuna” (MARTÍ, 1881, p. 79). Importante ressaltar que em nenhum momento da obra, Martí descreve de onde vem a fortuna que permite tais prazeres, mas comenta os trabalhadores que asseguram essa diversão, como irá descrever uma ocasião mais a frente: “com grandes risos outros aplaudem a habilidade de quem conseguiu acertar no nariz um infeliz homem de cor que, em troca de um miserável salário, passa dia e noite com a cabeça para fora de um buraco feito em um liezo com os ridículos movimentos e exhibições extravagantes os tiros dos atiradores”. (MARTÍ, 1881, p. 82). O que se percebe então, é que Martí apresenta ao leitor o espaço reservado ao “homem de cor” na sociedade moderna: servir àqueles que possuem dinheiro.

Importante ressaltar que entre 1869 e 1898, 13% da renda nacional dos Estados Unidos foram aplicadas na expansão das indústrias, e esses investimentos estão centralizados em Wall Street, Nova Iorque (FERNANDES; MORAIS, 2007). Dessa forma, Martí está inserido no momento em que Nova Iorque enriquece de maneira excepcional, com uma crescente classe média que está construindo um novo estilo de vida, e fazendo uma espécie de propaganda da felicidade para os demais países, ainda que com uma distribuição desigual de sua riqueza (FERNANDES; MORAIS, 2007). Logo o cenário diante de Martí é por uma busca desenfreada pelo acúmulo de riquezas, junto com a expansão das indústrias na região; é em Coney Island que “as famílias vêm procurar o ar saudável e revigorante da costa marítima, em vez do ar nauseante de Nova Iorque” (MARTÍ, 1881, p. 80). Como caribenho, Martí tem seu apego com o mar. É preciso fugir do sufocante mundo capitalista e até mesmo os nova-iorquinos buscam por isso, ainda que a modernidade que tenha proporcionado aquele local se tornar um refúgio do prazer; em certo momento, é descrito pelo autor como nunca antes se “cobriu rios e mares com o maior número de bandeiras e vapores alegres, nem se espalhou com ordem mais turbulenta e alegria ingênua ao longo de praias macias, cais rodopiantes e passeios brilhantes e fantásticos” (MARTÍ, 1881, p. 79).

Mudando o foco, Martí também dedica comentários a respeito da mobilidade na metrópole. Tudo parece tão perto no mundo capitalista, pois “dos confins dos Estados Unidos vem legiões de intrépidas senhoras e galantes camponeses para este esplêndido cenário” (MARTÍ, 1881, p. 80). Percebe-se também a necessidade de se

estar próximo ao belo, ao que há de mais novo e mais atrativo em sua sociedade. Além disso, a crônica está sempre em movimento, seja pela malha ferroviária, seja entre as “quatro pequenas cidades ligadas por carruagens, bondes elétricos e vias férreas” (MARTÍ, 1881, p. 80) ou então pelo “vai e vem dos comboios a vapores” (MARTÍ, 1881, p. 80). Em 1900, dezenove anos depois de a crônica ser publicada, os Estados Unidos já contavam com um terço de toda a malha ferroviária do mundo (TOTA, 2013). A ferrovia era identificada como o símbolo do progresso.

Chega então o momento em que Martí irá falar dos prazeres e das facilidades proporcionados pela modernidade nessas terras, usando o seguinte exemplo:

[...] o que surpreende é, o tamanho, a quantidade, o rápido resultado da atividade humana, aquela imensa válvula de prazer aberta a um imenso povo [...] aquele derramamento diário de um povo portentoso numa praia portentosa; aquela mobilidade, aquele dom de avanço, aquela pressa, aquela mudança de forma, àquela rivalidade febril de riqueza [...] aquela expansividade aniquiladora e incontestável, fina e frenética, e aquela naturalidade no maravilhoso: é isso que me surpreende ali (MARTÍ, 1881, p. 81).

Todos os prazeres possibilitados são frutos das atividades humanas sobre a natureza, pois até mesmo a praia que frequentam é consequência da ação do homem em transformação da natureza para esta poder se adaptar às suas vontades.

A reação de Martí é ficar perturbado com isso, pois, para ele, esses povos se encontram sem uma vontade; a modernidade os levou a um ponto em que não se tem mais ânsia de conquistar algo, o que acaba por diferenciá-los de outras civilizações. O que ele está presenciando é a corrupção do homem em relação aos seus desejos. O capitalismo transforma o sonho do homem: ao invés de se buscar uma emancipação do seu espírito, agora se trata de uma corrida para ver quem consegue acumular mais dinheiro. De acordo com ele,

outros povos - e nós entre eles - vivemos devorados por um sublime demônio interior, que nos conduz à busca incessante de um ideal de amor ou glória [...], quando compreendemos, com o prazer com que uma águia caça, o grau do ideal que perseguíamos, uma nova ânsia nos perturba, uma nova ambição nos estimula, uma nova aspiração nos lança a um novo desejo veemente (José Martí, 1881, p. 81).

Trata-se de um povo que tem um desejo em seu âmago, sempre procurando novos desafios e novos sonhos, “não como aqueles espíritos calmos, perturbados apenas

pelo desejo de posse de uma fortuna” (MARTÍ, 1881, p. 81), um povo que tem tudo com tanta facilidade, perde a ânsia de conquistar algo novo, perde seu espírito.

Seguindo esse raciocínio, Martí comenta como se sente o homem latino-americano naquela realidade; mesmo tendo se fixado naquele ano, para ele já é nítido esse sentimento. Ele descreve como “é bem conhecido que uma tristeza melancólica toma posse dos homens dos nossos povos hispano-americanos que aí vivem que procuram em vão uns pelos outros e não se encontram” (MARTÍ, 1881, p. 81) e, diante das belezas que a crônica já apresentou “por mais que as primeiras impressões tenham lisonjeado seus sentidos, enamorado seus olhos, deslumbrado e confundido a sua razão, a angústia da solidão finalmente os possui, o anseio por um mundo espiritual mais elevado invade-os e os aflige” (MARTÍ, 1881, p. 81). O que está à espera do hispano-americano nessas terras é a corrupção de seu espírito; a felicidade que tanto é vendida pelos estadunidenses está reservada para aqueles que já se esqueceram de suas raízes.

O espírito do norte-americano está corrompido; um povo que coloca o sucesso financeiro, o individualismo competitivo e a crença na propriedade privada como sendo suas características principais; para eles, amar a pátria é amar aquilo que ela tem para te enriquecer. Em contrapartida, desde jovem Martí idealizava esse amor de outra forma, como descreve em seu poema *Abdala*:

*“O amor, mãe, à pátria
Não é o amor ridículo a terra,
Nem à relva, que pisam nossos pés;
É o ódio invencível a quem a oprime,
É o rancor eterno a quem a ataca; -
E tal amor desperta em nosso peito
O mundo de lembranças que nos chama
À vida outra vez...”*
(MARTÍ apud FERNÁNDEZ RETAMAR, 1991, p. 15).

Martí está diante de uma sociedade que não ama a pátria da forma que ele amava a sua, pelo contrário, se trata de uma sociedade com uma péssima distribuição de riqueza, preconceituosa com os imigrantes que chegavam a suas terras e que discriminaram negros (FERNANDES; MORAIS, 2007). A falta do espírito superior é comentada, quando ele compartilha o sentimento de um hispano-americano ali: “sente-se como cordeiros sem mãe e sem pastor, perdidos do seu próprio rebanho: e quer saiam ou não aos olhos, o espírito assustado quebra-se num fluxo amargo de lágrimas, porque aquela grande terra vazia de espírito” (MARTÍ, 1881, p. 81-82). É,

então, que “Martí percebe em Nova York o reflexo de uma outra Europa, não a do luxo, da riqueza, da ‘civilização’, mas a do imigrante pobre tentando sobreviver dentro da máquina hostil do capitalismo” (VELOSO, 2011, p. 143)

A crônica também questiona a crise familiar causada pela modernidade. Aqui, Martí não retrata a família como unidade, sempre se referindo a ação da mãe, do pai do filho em partes separadas. Ele se espanta ao ver “tanta mãe, que, com a criança no ombro, caminha ao lado da costa úmida do mar, atenta ao seu prazer, e não àquele ar demasiado penetrante que irá ferir a natureza frágil da criatura” (MARTÍ, 1881, p. 82). O seio familiar está perdido, pois os seus membros apenas se preocupam e se interessam por si mesmo. A crítica recai sobre o papel de mãe (Martí vem de um ideal de família patriarcal, então quem cuida das proles são as mães, enquanto os pais mantêm a casa): “tanta senhora que deixa seu filho abandonado nos hotéis, nos braços de uma mulher irlandesa bruta, e quando regressa de sua longa caminhada, não o toma em seus braços, nem o beija, nem mesmo satisfaz a fome do filho que chora” (MARTÍ, 1881, p. 82).

Apesar das críticas, Martí também reconhece que a modernidade não é de todo ruim. É ela que proporciona o fácil acesso a diferentes artes e conhecimentos. O cubano se anima descrevendo que “tudo está ao ar livre: os grupos ruidosos; as vastas salas de jantar; aquele amor original dos americanos [...]; o teatro, a fotografia, o balneário; tudo está ao ar livre” (MARTÍ, 1881, p. 82). E ainda demonstra outros exemplos:

Um grupo admira com atenção um artista que recorta em papel preto e que depois imprime em cartão branco, a silhueta da pessoa que se quer retratar de forma singular [...], outro grupo celebra a habilidade de uma senhora que, num sapatinho que não media mais do que três quartos de uma vara, enquanto faz curiosas flores de pele de peixe (MARTÍ, 1881, p. 82).

Além também de contemplar a facilidade com que se podem acessar diferentes informações uma vez que “ao longo do dia, jornais, anúncios, cartas, entre outros, são lidos em diferentes locais” (José Martí, 1881, p. 83). Aqui se pode perceber um elogio do que de positivo a modernidade tem a oferecer ao acesso de informações, algo muito importante quando se pensa em uma sociedade livre (como ele gostava de pensar que aconteceria com sua amada Cuba). O uso da eletricidade também é um símbolo do progresso, pois em muitos países ainda não existia essa tecnologia, e, seguindo a lógica capitalista de produzir mais para vender mais, seu uso visava à

obtenção de lucros (TOTA, 2013). Junto com a eletricidade, há também a máquina rotativa que podia, em uma hora, imprimir 240 mil exemplares de um jornal de oito páginas (TOTA, 2013). Em outras palavras, há na modernidade os meios que facilitam a vida do homem, valores estes que Martí não se esquece de mencionar em sua crônica. Entretanto, o que o cubano não poderia simplesmente fazer era descrever essas maravilhas para os países da América Latina sem alertar que viver dessa forma, inserido nesse meio, tem como consequência a possibilidade da corrupção do espírito humano.

Modernidade

De acordo com o historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014), a ideia de modernidade surge quando há um sentimento de ruptura com o passado (SILVA; SILVA, 2009). Além disso, há a noção iluminista de modernização como o aumento da eficácia das produções junto com uma maior liberdade dos seres humanos (SILVA; SILVA, 2009). E foram esses conceitos que os estadunidenses começaram a incorporar em seu estilo de vida, especialmente em meados do século XIX.

A primeira grande ruptura com esse passado pode ser creditada às estradas de ferro. A partir de 1850 foram criadas as primeiras companhias ferroviárias dos Estados Unidos, que, por meio de cinco ferrovias intercontinentais, ligavam o país de costa a costa (FERNANDES; MORAIS, 2007). A partir disso, a noção de tempo foi alterada, pois até mesmo cruzar o país ficou mais rápido e era preciso incorporar esse ritmo em outros ambientes da vida cotidiana, como por exemplo, nas indústrias. Depois vieram invenções como o telefone (que fora aperfeiçoado pelos estadunidenses, mas criado por italianos), a máquina de escrever, a máquina registradora, entre outras. Se na década de 1870 a eletricidade era usada como fonte de luz e energia, uma década depois ela já possibilitava o uso de bondes elétricos nas grandes cidades. O país vivia o progresso e precisava deste para viver.

Em outras palavras, o norte-americano vivia essa modernidade como uma dádiva, mostrando aos demais povos como era possível avançar tão rapidamente e acumular riqueza apenas com sua vontade. No senso comum, havia certa admiração pelos “*self-made men*”, mesmo que esses grandes sucessos estivessem ligados à exploração de imigrantes pobres.

Com isso, os Estados Unidos iam definindo os padrões de modernidade, desenvolvimento econômico e social (VELOSO, 2011), o que não agradava a Martí. Para ele, havia sim coisas positivas nesse processo de modernização, como:

[...] a maior liberdade que a vida urbana permite, possibilita uma ampliação da 'república das letras', na medida em que os novos meios de comunicação permitem um acesso aos bens culturais, promovendo uma circulação mais democrática desses mesmos bens" [ao mesmo tempo em que ele] "refuta o mercantilismo, o consumismo e o domínio da vida material sobre a espiritual (VELOSO, 2011, p. 137).

O cubano não descarta tudo que foi produzido pelas grandes metrópoles, americanas e europeias. Admite que avançaram em várias direções através de diferentes procedimentos, invenções e técnicas, e que podem ser úteis ao desenvolvimento (e em alguns casos até ao fim do colonialismo) na América Latina, como os novos meios de transportes e as vastas produções das letras e artes (VELOSO, 2011). Mas não sem esquecer a corrupção que todo esse avanço pode causar para a sociedade.

Martí acreditava que o desenvolvimento das sociedades latino-americanas foi interrompido no momento da colonização, sendo a colônia a negação do ser latino-americano (VELOSO, 2011). Ele busca, então, resgatar a identidade do ser latino a partir de sua história, de sua ancestralidade, da conexão com seu *espíritu*⁵. Em contrapartida, ele vê o norte-americano, também fruto de uma colônia, encontrar a sua essência no mercantilismo e no acúmulo de riquezas, mais próximo de seus colonizadores do que de seus ancestrais. Quando no início da crônica ele se questiona "se há ou não falta de profundas raízes entre eles" (MARTÍ, 1881, p. 79) e mais ao final ele comenta que o hispano-americano ali sente "nostalgia de um mundo espiritual superior" (MARTÍ, 1881, p. 81), Martí está mostrando que já em seu primeiro ano ele sente que o povo norte-americano foi corrompido pelas mazelas do capitalismo.

A crônica de Martí tem um tom de alerta, como se quisesse avisar a seus remetentes que é possível encontrar prazeres na chamada terra da liberdade, mas que também é possível encontrar solidão. Sua escrita apresenta reflexões sobre a dualidade da modernidade: por um lado, toda praticidade e facilidade que é proporcionada pelo progresso, um passo mais perto da democratização do

⁵ Para Mariza Veloso (2011), o *espíritu* ao qual Martí se refere diz respeito às características de psicologia social única presente na América, possibilitada pela conexão com seus ancestrais.

conhecimento; por outro, o risco de acabar se corrompendo para o capitalismo imperialista durante o processo e trair seus ancestrais.

Conclusão

Conney Island cumpre bem seu papel de crônica no final do século XIX: questionar os aspectos de uma cidade moderna capitalista para uma realidade que almejava se encontrar com essa modernidade (RAMOS, 2008). Nas palavras do importante escritor francês Albert Camus (1913-1960), que comenta sobre a escrita da crônica em seu famoso romance, *A peste*:

[...] mas, afinal, um cronista não pode levar em conta essas contradições. Sua tarefa é apenas dizer 'Isso aconteceu', quando sabe que isso na verdade aconteceu; que isso interessou à vida de todo um povo e que, portanto, há milhares de testemunhas que irão avaliar nos seus corações a verdade do que ele conta (CAMUS, 2020).

O texto de Martí aparece no jornal sem formalidade e utiliza uma linguagem mais acessível para transmitir sua mensagem a todos. Em suas linhas, ele descreve o que ia acontecendo, como uma sociedade diferente da latino-americana se desenvolvia, permeia as relações entre as partes ali presentes. Pode até se dizer que o público-alvo de sua alerta são todos os povos que não são daquela América; para os jovens à procura de aventura, que ali é um local perigoso, onde você pode se perder; para os mais velhos, a mensagem é de que aquele local nunca foi destinado para eles.

Martí viveu na modernidade, presenciando as transformações causadas por esta, tanto na sociedade, quanto no ambiente ao seu redor. Teve a oportunidade de viver em mundo inimaginável, em comparação com o que se lembrava de Cuba e do que lia sobre a Ilha. Desfrutava da eletricidade e das máquinas a vapor, que facilitavam a locomoção dos indivíduos e proporcionavam o aumento da produção de objetos industrializados, como livros e jornais, por exemplo. Inclusive é por meio dos periódicos, que tiveram sua produção ampliada no avanço da modernidade, que o autor consegue tecer suas críticas à própria modernidade.

O que estava diante de Martí eram os meios necessários que possibilitariam o acesso à educação, a igualdade entre os povos, o fim do trabalho escravo e também do sistema colonial. Com esse avanço, seria possível, para ele, realizar o sonho que carregava consigo desde a infância: ver Cuba livre. Mas isso nunca fora o suficiente

para esconder de Martí o preço que a modernidade cobra para se obter esse progresso, sendo o principal deles a ruptura com o costume de seus antepassados, que é justamente o oposto da ideia do cubano de resgate da ancestralidade para se construir uma identidade nacional. Além disso, o capitalismo que acompanha a modernidade, em sua opinião, fazia com que o homem apenas buscasse o lucro, mesmo que fosse necessário explorar seus semelhantes para isso. Mariza Veloso explicita bem a mensagem que Martí tenta passar com sua crônica:

Em Nova York, Martí assiste ao espetáculo da vida urbana. Ao primeiro momento de deslumbramento, com o que considera a possibilidade da convivência pacífica entre grupos diferentes, sucede-se um momento de reflexão, onde o intelectual repara na 'realidade apavorante' da grande cidade, a ocorrência não só de um cosmopolitismo universalizante das diferenças, mas também, de um dilaceramento do ser, que vivencia a sedução vazia da grande cidade moderna (VELOSO, 2011, p. 143).

Assumindo assim seu papel de intelectual, como indivíduo politicamente engajado em uma causa, Martí escreve *Conney Island* na tentativa de influenciar seus próximos, usando a credibilidade que adquiriu com suas publicações e viagens para conquistar esse local de fala. O que nasce de suas escritas é um desencontro com a modernidade na América Latina (sentimento esse que Julio Ramos usará para dar título ao seu livro). O que almejava Martí seria utilizar de alguns benefícios proporcionados pela modernidade para se construir uma sociedade mais igualitária, sem com que isso desencadeasse nesta busca incansável pelo acúmulo dos bens materiais, transformando-a naquilo que o cubano via em Nova Iorque. Sem uma resposta para essa dualidade naquela época, Martí acredita que a modernidade não pode ser encontrada (ou prosperar) com uma sociedade que busca preservar suas raízes históricas, pois para sua manutenção é necessária à corrupção do homem e isso é aquilo que o autor lutou sua vida inteira para impedir.

Fontes

MARTÍ, José. **Conney Island**. Bogotá: La Pluma, 1881.

Bibliografia

CAMUS, Albert. **A peste**, 31ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. Os EUA no século XIX. In: KARNAL, Leandro (org.). **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007, p. 99-171.

FERNANDEZ RETAMAR, Fernando. Introdução. In: MARTÍ, José. **Nossa América** (antologia). São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1991, p. 13-62.

GRANADOS GARCÍA, Aimer. Congresos e intelectuales em los inicios de um proyecto y de una conciencia continental latinoamericana, 1826-1860. In: GRANADOS GARCÍA, Aimer; MARICHAL, Carlos. **Construcción de las identidades lationamericanas: ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX** (Comps). México: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2004, p. 39-69.

RAMOS, Julio. **Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionários de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

TOTA, Antônio Pedro. **Os americanos**. São Paulo: Contexto, 2013.

VELOSO, Mariza. José Martí - Modernidade e Utopia. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília: UnB, v. 26, n. 2, p. 133-153, maio/ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000200008>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5594/5086>. Acesso em: 14 jun. 2021.

Os “embaixadores padres dos feitiços dos brancos” no Daomé: o relato de Vicente Ferreira Pires e a diplomacia luso-daomena (1795 – 1800)

The catholic ambassadors in Dahomey: Vicente Ferreira Pires’ travelogue and the luso-dahomean diplomacy (1795 – 1800)

Raphael dos Santos GONÇALVES¹

Resumo: Esse artigo compreende uma análise do relato *Viagem de África em o Reino do Dahomé*, de autoria do Padre Vicente Ferreira Pires, publicado em 1800. A narrativa, escrita a partir da experiência vivenciada pelo sacerdote cristão em missão no Daomé, revela as perspectivas de um agente luso-baiano inserido diretamente nas dinâmicas diplomáticas entre Portugal, Bahia e este reino no Golfo do Benim. A partir da análise do relato escrito por Vicente Ferreira Pires buscou-se identificar e compreender as percepções, relações e tensões experimentadas em tal diplomacia, a partir da perspectiva de um de seus participantes.

Palavras-chave: história atlântica, Daomé, diplomacia, Golfo do Benim, Vicente Ferreira Pires.

Abstract: This article studies the travelog *Viagem de África em o Reino do Dahomé*, written by the priest Vicente Ferreira Pires and published in 1800. This narrative, written after the experience lived by the priest when he was in mission in Dahomey, reveals the perspectives of a Portuguese Bahian agent inserted directly in the diplomatic dynamics between Portugal, Portuguese America and that Kingdom in the Gulf of Benin. Based on the analysis of the report written by Vicente Ferreira Pires, this article identifies and analyzes the perceptions, relations and tensions experienced in such diplomacy, from the perspective of one of its participants.

Keywords: Atlantic history, Dahomey, diplomacy, Bight of Benin, Vicente Ferreira Pires.

Introdução

Em 29 de dezembro de 1796, a corveta Nossa Senhora da Glória e Sant’Ana zarpava do porto de Salvador, na Bahia, e iniciava sua viagem pelo oceano Atlântico, transportando personagens que, se não representavam novidade, no mínimo, compunham um conjunto que impressionava seus contemporâneos. Estavam na embarcação os padres Vicente Ferreira Pires e Cipriano Pires Sardinha e D. João Carlos de Bragança. Este último, embaixador daomeano que adotou novo nome em

¹ Bacharel e Licenciando em História pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista FAPESP no projeto “Os embaixadores do comércio de escravos na América Portuguesa: diplomacia entre tensões e tradições” (processo: 2018/11463-5), sob orientação da Prof^a Dr^a Marina de Mello e Souza. E-mail: raphaeldsgoncalves@gmail.com.

1795, quando foi enviado pelo *dadá* do Daomé² para tratos diplomáticos com o Governador da Bahia e com o Príncipe Regente de Portugal. Em Lisboa, o enviado fora batizado na religião católica, tendo o próprio Príncipe português como padrinho.

A figura do embaixador daomeano não deixou de suscitar, segundo o relato escrito pelo padre Vicente Ferreira Pires, certa curiosidade entre os habitantes dos portos da África Ocidental, acostumados ao contato com europeus. Em uma primeira ancoragem, em 16 de março de 1797, negociantes africanos subiram à embarcação em que estavam os padres e, nas palavras de Ferreira Pires, “Estes, e os mais negros, todos ficaram admirados de verem o Embaixador Etíope vestido e ornado à moda da Europa” (PIRES, 1957, p. 12)³.

O envio de embaixadores por chefes políticos foi uma das práticas que compôs a diplomacia entre reinos do Golfo do Benim e Estados europeus envolvidos no comércio de escravizados – no caso do tempo-espaço aqui trabalhados, Portugal e Inglaterra. Além dos representantes enviados, correspondências e presentes foram trocados nessa diplomacia “entre reis, mais que entre estados ou nações” (SOARES, 2014, p. 233).

Para a historiadora Mariza de Carvalho Soares (2014, p. 260), é possível enquadrar tais relações no campo diplomático devido à regularidade de suas práticas, à reciprocidade e aos objetivos bem estabelecidos. As negociações relativas ao comércio atlântico de escravizados eram seu tema principal e, afinal, o motivo para as interações diplomáticas.

Se na Europa do Antigo Regime, as embaixadas discutiam e negociavam as guerras, conflitos ou tratados comerciais entre soberanos (LARA, 2001, p. 151), na África Ocidental, elas também eram empregadas por chefaturas políticas como meio válido para declaração de guerras ou acordos de paz. Portanto, esse instrumento, manejado dos dois lados do Atlântico, em fins do século XVIII, foi mobilizado na diplomacia luso-daomeana, regulando as negociações entre os soberanos e representando publicamente o poder destes chefes políticos através de seus enviados.

² *Dadá* era o termo pelo qual os daomeanos se referiam ao seu chefe político (SILVA, 2004). Considerando que os próprios *dadás* assinavam suas missivas como “rei do Daomé”, este termo será utilizado para o tema da diplomacia luso-daomeana

³ Considerando-se o trabalho de Clado Ribeiro da Lessa na transcrição da obra de Pires, optou-se por manter elementos do português arcaico que constam na obra de 1957 e que, conforme opinião do comentador, não atrapalham na compreensão do documento histórico por parte do leitor contemporâneo.

No quadro de tais práticas diplomáticas, este artigo tem como recorte o período de 1795 a 1800, que marca as idas e vindas de duas missões diplomáticas: uma organizada pelos daomeanos e outra pelos portugueses. Neste texto, não se buscou caracterizar o fenômeno diplomático em si, mas, à luz da bibliografia, analisar o relato produzido por Vicente Ferreira Pires, enquanto fonte histórica, e compreender as perspectivas deste autor acerca das dinâmicas diplomáticas em que esteve inserido.

Para isso, optou-se por indicar inicialmente aspectos biográficos do viajante e inseri-lo em seu contexto intelectual. Em seguida, são apresentados alguns pressupostos teórico-metodológicos que balizaram o trabalho historiográfico diante da obra *Viagem de África em o Reino de Dahomé*, em um exercício de contextualização e de análise de excertos que é apresentado na terceira parte do texto.

As relações comerciais entre a região da Bahia, na América Portuguesa, e o Golfo do Benim intensificaram-se desde o início do século XVIII. Fatores como a proximidade latitudinal, a abundante oferta de tabaco baiano bastante apreciado na África Ocidental e a presença de súditos portugueses no porto de Uidá favoreceram a formação e o estabelecimento desse vínculo (SILVA JR., 2017, p. 3). A presença portuguesa consolidou-se em 1721, quando Portugal fundou o forte de São João Batista de Ajudá – nome dado pelos portugueses da época a Uidá –, favorecendo a instalação e as negociações de comerciantes luso-baianos⁴ na região. Pouco depois, em 1727, o antigo reino de Uidá foi submetido ao domínio do Daomé, reino em constante expansão de caráter militar – desde sua capital, Abomé, no interior. O objetivo principal dos chefes daomeanos era eliminar os intermediários na venda de cativos de guerra aos europeus (ARAUJO, 2012, p. 3; MACEDO, 2018, p. 112).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, embaixadas, organizadas por chefes políticos do Golfo do Benim, partiram do litoral africano com o objetivo principal de negociar os termos do comércio atlântico de escravizados com os portugueses. Estes tinham no Daomé um parceiro comercial preferencial para o negócio escravista (VERGER, 1987, p. 263). Aquelas que buscavam dialogar com Portugal dirigiam-se, em primeiro lugar, a Salvador, na América Portuguesa, onde o Conselho Ultramarino tinha estabelecido, através da Junta Comercial Geral do Brasil, a jurisdição, administração e nomeação de quadros do Forte de São João Batista de Ajudá.

⁴ A utilização de “luso-baianos” serve para indicar a proeminência dos homens de negócio da Bahia no comércio atlântico com a Costa da Mina, ressaltando seus interesses comerciais específicos, ainda que súditos do Império português. Para a utilização dos termos “luso-baianos” ou “baianos” como identidade comercial, ver os trabalhos de SILVA JR. (2017), LARA (2001), VERGER (1987).

Foi exatamente essa viagem que a primeira embaixada daomeana realizou, em 1750⁵, e que a segunda embaixada, organizada por Agonglo, em 1795, repetiu. Em 26 de maio de 1795, chegaram a Salvador dois embaixadores daomeanos, acompanhados por um intérprete, portando cartas que propunham a exclusividade do comércio com o porto de Uidá, para benefício mútuo. Os emissários foram recebidos pelo governador da Bahia, interessado em manter a “boa harmonia com esse Potentado sumamente ambicioso e soberbo, em razão do comercio do resgate dos escravos tão interessante a Real Fazenda e tão necessário para a subzistencia da Lavoura destas colônias” (VERGER, 1987, p. 270). A Coroa Portuguesa não apenas hospedou os embaixadores em Lisboa, como os batizou e lhes concedeu o hábito de Cristo como honraria. No ano seguinte, organizou enfim “uma missão apostólica composta pelos padres Vicente Ferreira Pires e Cipriano Pires Sardinha, com o objetivo de catequizar e reduzir ao Cristianismo o rei Agonglo” (PARÉS, 2013, p. 335).

Além de expressar o projeto imperial de propagação da fé cristã, a missão apostólica revela, em fins do século XVIII, visava a coleta de informações *in loco* e a oportunidade de mapear racionalmente uma área de grande interesse econômico – ou seja, um significativo parceiro no comércio de escravizados (FURTADO, 2014, p. 257). Observa-se, assim, que a missão apostólica comportou um complexo jogo de interesses. Nesse quadro, o Padre Vicente Ferreira Pires emerge como um agente protagonista, responsável pela missão e pela produção de um relato de viagem, documento único nesse gênero textual para o tema da diplomacia luso-daomena.

Dessa forma, o principal objetivo deste artigo é analisar a forma como um sacerdote católico, nascido na América Portuguesa e mobilizado por interesses particulares, inseriu-se na diplomacia entre Portugal e o Daomé e de que forma produziu determinadas representações sobre o que viu e vivenciou.

O argumento deste artigo é que Vicente Ferreira Pires, marcado por sua origem na América Portuguesa, construiu representações específicas sobre o Daomé e sobre a diplomacia luso-daomeana com este reino. Sua narrativa é marcada especialmente pela contradição entre o interesse comercial-catequista e o olhar eurocêntrico e evolucionista originado na história natural. Em seu texto, Pires constrói um relato que revela aspectos do jogo político-diplomático entre europeus e africanos. Para

⁵ A embaixada de 1750 não será analisada nesse texto. Dois artigos dão conta de seus principais aspectos: MACEDO (2018), LARA (2001).

demonstrar tal argumento, em primeiro lugar, faz-se necessário indicar algumas informações sobre o autor e sobre seu contexto.

O autor da *Viagem de África em o Reino de Dahomé* e seu contexto

Em fins do século XVIII, o iluminismo prevalecia sobre a mentalidade de grande parte dos europeus envolvidos em atividades intelectuais. O historiador inglês Eric Hobsbawm (2016, p. 47), define o iluminismo como “[...] a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza”, derivada do progresso visível na produção material.

Essa corrente intelectual logo influenciou as ideias produzidas na Europa com relação ao ultramar. Mary Louise Pratt (2008, p. 11-14) explica a mudança na “consciência planetária europeia” como a construção de significados globais com base nos aparatos descritivos da história natural. Trata-se, esta última, de uma forma específica de concepção do mundo, pela qual seria possível impor uma ordem classificatória e hierárquica ao suposto caos da natureza e, a partir desta possibilidade, também às sociedades humanas. Tal raciocínio convém aos exploradores europeus que buscavam descrever populações, usos e costumes e narrar suas observações em textos para seu público “doméstico”.

Enquanto os Estados europeus e seus mercadores envolviam-se no comércio escravista, parte das elites na Europa e nas Américas compartilhava uma visão de mundo calcada, nos termos de Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 125-129) na premissa de que “em última instância, alguns humanos eram mais humanos que outros”. Trouillot (2016, p. 132) afirma que em fins do século XVIII o racismo científico “já era um traço da paisagem ideológica do Iluminismo em ambos os lados do Atlântico”.

Em Portugal, a Academia Real de Ciências de Lisboa, fundada na década de 1770, tornou-se instituição importante para o desenvolvimento das atividades científicas a serviço do Império. A produção de inventários sobre o mundo colonial enfatizava, no campo discursivo, a “enorme diversidade de povos que se encontravam sob o comando do soberano português” e se desdobrava politicamente como “condição necessária para manutenção das fronteiras, fomento de minas e lavouras e incentivo de trocas comerciais.” (RAMINELLI, 2009, p. 153-154).

A atuação diplomática de Vicente Ferreira Pires se enquadra no contexto do pensamento iluminista e seu relato, no qual presta contas de seus serviços enquanto

embaixador, é produto dos interesses imperiais portugueses. Para reconstruir a biografia do sacerdote baiano, foram mobilizados dois trabalhos distintos: textos acadêmicos da historiadora Júnia Furtado, e os apontamentos realizados por Clado Ribeiro da Lessa, comentador da edição de 1957 de *Viagem de África*⁶.

Vicente Ferreira Pires tem origem em setores inferiores da sociedade colonial, assim como Cipriano Pires Sardinha, seu companheiro na missão apostólica. A partir de documentação arquivística, o comentador de sua obra reconstruiu aspectos de sua trajetória: o padre começara a vida como sacristão na Igreja de São Pedro Velho, até perder o cargo por relacionar-se com uma moça branca. Posteriormente, “passou a servir na guarda fiscal encarregada de impedir o contrabando de negros da Bahia para as Minas” e, em 1784, se habilitou na Igreja Católica e recebeu, em 1793, o diaconato e o presbiterato, em um intervalo de apenas 8 dias (LESSA, 1957, p. XXXIV-XXXV).

Há convergência nos textos de Júnia Furtado e de Ribeiro da Lessa quanto às opiniões dos contemporâneos de Vicente Ferreira Pires sobre seus modos: “[...] Cipriano [...] enquanto estava na Bahia ‘lamentou publicamente que seu companheiro neste empreendimento devesse ser um ignorante” (FURTADO, 2014, p. 261)⁷. O Arcebispo da Bahia D. Fr. Antonio Correia reforçou os apontamentos ao informar que “A voz comum aqui nada o favorecia nos costumes, e era reputado ignorante até da Gramática Latina” (LESSA, 1957, p. XXXV). Se seus contemporâneos o criticavam por seus modos, o clérigo demonstrara habilidade política para, mesmo com a opinião de membros da elite local contra si, receber a indicação para a missão no Daomé.

Ao solicitar a produção de um relato descritivo de sua missão, os burocratas da Coroa Portuguesa provavelmente esperavam que Pires Sardinha, erudito egresso de Coimbra, produziria tal texto. No entanto, este faleceu durante a viagem e restou a Vicente Ferreira Pires a produção do relato. O sacerdote nascido na Bahia estava interessado em “mover favoravelmente o ânimo do Príncipe Regente à satisfação de seus desejos”, ou seja, em ascender na hierarquia de cargos do clero luso-baiano (PIRES, 1957, p. 167).

Não se sabe o quanto apontamentos do falecido Pires Sardinha contribuíram para a escrita do relato, mas foi o nome do sacerdote luso-baiano que ficou

⁶ Intelectual de seu tempo, Lessa não deixou de realizar comentários anacrônicos e racistas em sua introdução e notas ao texto de Pires, mas também forneceu excertos de uma documentação que permite construir com bastante precisão a trajetória do sacerdote luso-baiano.

⁷ Original: “[...] Cipriano [...] while in Bahia ‘publicly lamented that his companion in this enterprise should be an ignoramus.’ D. José de Portugal, governor of Bahia, was of the same opinion [...]’.

documentado como “[...] a única descrição luso-brasileira da região do Daomé escrita em fins do século XVIII por um viajante que observou a área *in loco*” (FURTADO, 2014, p. 257-258)⁸.

Apontamentos teórico-metodológicos: relatos de viagem

Historiadores africanistas encontram nos relatos de viagem as potencialidades da documentação escrita e a complexidade de sua produção por estrangeiros. Para o Golfo do Benim nos séculos XVII a XIX, Luis Nicolau Parés (2016, p. 26) informa que o *corpus* documental composto pela literatura de viagem “constitui o acervo mais rico que dispomos para iluminar e imaginar aspectos parciais do passado africano”.

O historiador português José da Silva Horta (1995, p. 189-190) explica que ao lidarmos com os relatos de viagem estamos diante de representações, de uma “tradução mental de uma realidade exterior que se percepcionou e que, vai ser evocada oralmente, por escrito, por um ícone – estando ausente”. No texto produzido por Vicente Ferreira Pires, observa-se um jogo complexo de traduções e recriações: a realidade daomeana e atlântica é percepcionada por um observador luso-baiano, que escreve com o objetivo de traduzir o que observou para um público-leitor da elite intelectual portuguesa, já dotado de determinadas concepções sobre o Ultramar e com interesses político-comerciais específicos na região.

Esse relato, portanto, foi escrito por um agente histórico que é cultural e linguisticamente um estrangeiro e que, por isso, enquadrou a realidade africana em categorias produzidas externamente. Para lidar com o eurocentrismo dessas fontes, considerou-se a perspectiva de Adam Jones e Beatrix Heintze (1987, p. 2-4) que apontam ser possível relativizar e desconstruir os filtros culturais presentes na escrita de cada autor, reconhecendo os limites do gênero documental e identificando “[...] o que nós podemos deduzir legitimamente e aquilo que nós não podemos.”.

À época de Ferreira Pires, era esperado que o autor-viajante harmonizasse textos lidos anteriormente com a experiência vivenciada *in loco*, a tal ponto que “autores, por vezes, tendem a observar e relatar, em África, aquilo que foram levados a esperar a partir de suas leituras preparatórias” (JONES; HEINTZE, 1987, p. 9-10)⁹.

⁸ Original: “[...] the only Luso-Brazilian description of the Dahomey region written in the late eighteenth century by a traveler who observed the area *in loco*”.

⁹ Original: “authors sometimes tended to see and report in Africa what they had been led to expect from their preparatory reading”.

Sem recorrer a outros viajantes, por diversas vezes, este autor se coloca como um “curioso”, que pergunta o que não compreende para informantes locais, chegando ao ponto de dizer que uma das informações registradas lhe foi contada pelo próprio potentado daomeano. No entanto, é um grupo específico que compõe a principal fonte de conhecimento do viajante:

[...] falavamos com algumas pessoas da terra, e outros mulatos e pretos cristãos americanos, que por desgraçados, alí existiam como cativos do Rei, pois que, para se verem livres do cativeiro do Diretor de Ajudá foram oferecer a cabeça ao Rei [...] Destes, pois, e de outros que por naufragados alí deram à Costa, que de comum sempre nos acompanhavam na nossa choupana, talvez pela forma que padeciam, e [falta] de vestuário - deles inquirimos os usos e costumes mais célebres deste gentilissimo, onde estávamos metidos (PIRES, 1957, p. 86).

Os termos “mulatos” e “pretos” têm significados bastante específicos nesse contexto, porém o que se ressalta no trecho é a importância dos sujeitos que abriam campos de diálogo com os embaixadores-visitantes. São pessoas “que atuavam como seus informantes e intermediários culturais”, aproveitando-se de seu trânsito cultural na condição de “africanos europeizados e europeus africanizados” (PARÉS, 2016, p. 36) e que, ao dialogar com o viajante, permitiam a “um europeu que passou apenas alguns dias em um lugar específico escrever uma longa descrição dos habitantes, de seus costumes e mesmo de sua história” (JONES; HEINTZE, 1957, p. 7)¹⁰.

O relato do Padre Vicente Ferreira Pires e a diplomacia luso-daomeana

Ao desembarcar na costa da África Ocidental, o sacerdote luso-baiano observou a inserção da região no mundo atlântico. Nas negociações comerciais do navio ao longo de seu transporte, Pires informa que um grupo de negociantes da “Costa da Malagueta” estava “explicando-se muito bem pelos idiomas Francez e Inglez”. Depois, no “Cabo Lahou”, a corveta ancorou “entre dois navios, um Inglez, e outro Dinamarquez, cujos capitães vieram a nosso bordo, e mutuamente nos cumprimentamos” (PIRES, 1957, p. 9-10). Revela-se um espaço no qual africanos dominavam idiomas europeus e onde diferentes nações comerciavam e se relacionavam. Tais contatos abrem um espaço possível para o trato diplomático.

¹⁰ Original: “for a European who spent only a few days at a particular place to write a lengthy description of its inhabitants, their customs and even their history”. No caso de Pires, foram cerca de 9 meses em África.

Ainda antes de chegar a Uidá, os padres foram hospedados pelos holandeses do Castelo de São Jorge da Mina e pelos ingleses de Cape Coast¹¹. No Castelo de São Jorge da Mina, o autor narra uma recepção valorosa, “debaixo da última cortesia”, com tiros de canhão e visita a “um pequeno Rei, que com o seu povo é sugeito ao castelo”, aproveitando a descrição da visita para destacar, conforme as ordenações hierárquicas sugeridas pela história natural, como “esses negros são mais civilizados que os outros, pela boa união que fazem com os Holandeses”, ou seja, pelo contato com a suposta civilização europeia (PIRES, 1957, p. 17-19).

Já no Daomé, Vicente Ferreira Pires registrou a presença de embaixadores de Oió, reino que sujeitava os daomeanos a seu domínio, notando que “[...] em todos os semestres chegam a Dahomé dois embaixadores dos Aiônos a receber o tributo” (PIRES, 1957, p. 41)¹². O Padre Pires considerava aquele que lhe acompanhava como o “Embaixador Ethiope” D. João Carlos de Bragança e utilizou o mesmo termo para caracterizar os representantes de Oió no Daomé. Mesmo um autor que projetava “barbárie” nos africanos, reconhecia a diplomacia existente entre os poderes locais no Golfo do Benim.

Assim como práticas diplomáticas, a presença de brancos (europeus ou nascidos nas Américas) também era lugar-comum no Golfo do Benim. O autor afirma que o termo branco/cristão tem utilização específica pelos daomeanos, pois “assim chamam a todos, logo que sejam batizados. Seja preto e pardo, dão lhe este nome [...]” (PIRES, 1957, p. 85). Os fortes europeus em Uidá (português, francês e inglês) são as principais sedes da presença “branca” na região. Essas fortificações foram construídas com autorização da entidade política daomeana que, recorrentemente, marcava sua jurisdição sobre elas, mediando, controlando e supervisionando os diretores europeus (SILVA, 2004, p. 65-70). Em cada uma delas, havia um corpo de funcionários, além da circulação e estabelecimento de capitães de navios que chegavam e partiam a todo instante. Assim, ao apresentar ao leitor a figura do “Avogá”, Pires (1957, p. 29) afirma que este homem administra o “Porto de Gregué,

¹¹ Em Cape Coast, os padres luso-baianos são hospedados pelo diretor do forte local, “Danzér”. Trata-se de uma versão aporuguesada do nome de Archibald Dalzel, inglês que deixou um dos mais citados relatos sobre o Daomé. Ver: DALZEL, Archibald. *The history of Dahomy, an inland kingdom of Africa*. 2a edição com introdução de J. D. Fage [1793], repr. Londres: Frank Cass, 1967.

¹² Pires refere-se à Oyó como “Reino dos Aiônos”. No entanto, o jogo de dominações políticas, com base na bibliografia sobre a região, deixa claro que trata-se de Oyó.

onde estão as 3 Fortalezas, e senzalas, a que chamam *Sarâmes*¹³, em que moram os *Extrangeiros e Nacionaes da terra sujeitos a estas Fortalezas*” [grifos meus].

Destacando seus serviços clericais, para demonstrar ao Príncipe Regente a importância de sua missão, Vicente Ferreira Pires relata que, no domingo de Páscoa, ele e o Padre Cipriano entoaram Missa na Capela do Forte e ministraram batismo a inúmeras crianças “pertencentes aos Sarames Portuguez e Francez”. Da mesma forma, ao partir de Uidá, Pires novamente decidiu “dar exercício às minhas ordens” para “os miseráveis povos daqueles Sarâmes” que, com “excessivo desejo, com que pretendiam chegasse o prêmio da Igreja.” (PIRES, 1957, p. 32, 122).

Carlos da Silva Júnior (2017, p. 3) explica que a presença de europeus enviados a Uidá levou à constituição de “famílias atlânticas” por meio de casamentos e da descendência. Alberto da Costa e Silva (2004, p. 24), por sua vez, revela os interesses por trás da formação de tais famílias, pois os comerciantes de escravizados poderiam consolidar seu poder na região mediante matrimônios com mulheres das grandes famílias dos reinos. São essas “comunidades atlânticas”, que tornam possível a comunicação e as negociações entre as embaixadas luso-daomeanas na virada do século XVIII para o século XIX. Retomemos, então, o momento da chegada dos “padres embaixadores” à Uidá.

Vicente Ferreira Pires (1957, p. 25) descreve cuidadosamente o momento de sua chegada “ao mar da Praia de Dahomé, onde, pela terra dentro, na distancia de uma légua, está a nossa Fortaleza Portugueza de São João de Ajudá”. Em terra firme, o Padre Pires tem o primeiro contato com a hierarquia daomeana. Segundo ele,

há um oficial etíope arvorado pelo Rei de Dahomé, com o titulo de Gampé, que com os seus soldados está incumbido de vigiar aquela praia, o qual é sujeito ao Cabeceira Cacaracú, Capitão da Praia, e tem por obrigação restrita pôr sentinela na praia, para que tudo quanto a ela venha dar, logo imediatamente fazer enviar ao Rei [...] (PIRES, 1957, p. 29).

Percebe-se que, como o relato foi escrito *a posteriori*, o Padre pode explicar as relações políticas entre elementos que, no momento de sua chegada, ele pouco conhecia, mas que eram responsáveis por recepcionar estrangeiros em Uidá, iniciando certo trato diplomático. Ainda no mesmo dia, os Padres foram conduzidos “ao lugar de uma árvore chamada dos Capitães, para aí recebermos os cortejadores

¹³ Alberto da Costa e Silva (2004, p. 72) nos explica que os sarâmes eram, para cada forte europeu, “o bairro onde moravam homens estrangeiros e locais a serviço do forte”.

do Avogá, com todos os seus grandes Cabeceiras, o que também se pratica com os Capitães dos navios, que se encaminham para a Fortaleza.” (PIRES, 1957, p. 29).

O Padre Pires soube que foi recebido nos mesmos moldes que os capitães dos navios que vinham realizar o comércio de escravizados, o que sugere a existência de um protocolo regular para recepção e para controle das atividades político-comerciais dos estrangeiros, tanto comerciantes, quando representantes políticos.

O “Avogá” se deu a ver portando insígnias que revelavam seu poder, como “um grande chapéu de galão” e trazia consigo “uma bandeja de prata, com excelentes e generosos vinhos, dos quais, não tanto a pesar nosso, bebemos; e eles, também” (PIRES, 1957, p. 30-31), demonstrando seu acesso a bens europeus para recepção e para “agrado” dos estrangeiros. Nota-se, portanto, como as insígnias do representante do *dadá* em Uidá atendem ao interesse diplomático de confirmação pública do poder daquele que é representado, em acordo com uma das funções das embaixadas características do Antigo Regime europeu (LARA, 2001, p. 151).

Aquele que Pires, em um “aportuguesamento” das palavras denomina como “Avogá”, aparece na bibliografia como *lovogã*. Trata-se do governador residente em Uidá, figura central na administração da cidade como província do Daomé e como porto de comércio europeu (SOUMONNI, 2001, p. 37-43). O *lovogã* atuava tanto como representante do rei, quanto como mediador das relações com os europeus e, por isso, protagonizou grande parte dos relatos de viagem (LAW, 2006, p. 99).

Ferreira Pires, mesmo bastante ácido na maior parte de seus comentários, escreve que “ façamos justiça, pois, entre os mais cabeceiras sempre este tem alguma diferença, tanto em razão de estatura, como em viveza e política; e por isso que foi criado com estas duas Nações” (PIRES, 1957, p. 41). Figura central na recepção de estrangeiros, as habilidades diplomáticas do *lovogã* renderam o elogio de Ferreira Pires e foram associadas à sua criação entre europeus.

O cargo de *lovogã* era nomeado pelo *Mehu*, um dos dois Secretários do Rei. Este secretário era responsável pela esfera do comércio, local ou atlântico (LAW, 2006, p. 100). O Padre Pires fez diversas menções ao de “Meú” e lhe reservou comentários bem menos favoráveis. Na “chamada Côrte ou cidade de Canamina”, os enviados apostólicos se encontraram pela primeira vez com “o Grande Meú,

Secretário imediato à pessoa do Rei”¹⁴, seguindo a hierarquia diplomática necessária até “dar a embaixada” ao *dadá* (PIRES, 1957, p. 53-54). Durante a hospedagem na cidade, o Padre Pires relatou a insatisfação com o tratamento recebido. Quanto à alimentação, o “maldito Meú”, incumbido de tal responsabilidade, “nada mais nos mandou sinão uma especie de angú [...] e duas pequenas galinhas”. Aflitos diante da “simples e diminuta porção de alimentos”, os padres não ousaram reclamar como lhes sugeriu o embaixador D. João Carlos, pois, “contudo, nos lembrava serem negros, desta forma podendo mais o Senhor Meú vingar-se de um tal queixa” (PIRES, 1957, p. 62-64).

Em um trecho no qual apresenta individualmente os “Grandes que compoem a Corte”, o Padre Pires informa que o Meú era o “segundo diplomático” e “nosso Ministro respectivo”, incumbido dos despachos da repartição dos estrangeiros (1957, p. 56). Trata-se de um cargo de grande poder na estrutura política local. Os padres revelam alguma habilidade diplomática ao evitar tensionar a relação com o Meú, para quem não pareciam ser exatamente uma prioridade, chegando ao ponto do Meú se desculpar “por não ter vindo há mais tempo cumprir com os seus deveres, pois que as obrigações do lugar o ocupavam tanto” (PIRES, 1957, p. 56).

Se os padres não representavam exatamente uma prioridade para o Meú, Agonglo, o *dadá* do Daomé, demonstrou bastante interesse na proposta de conversão ao catolicismo. Para esse tema, é preciso bastante cuidado ao analisar a narrativa, pois Pires relata o principal objetivo de sua missão diplomática, que impactaria diretamente a avaliação de seu trabalho enquanto enviado apostólico. Uma análise criteriosa do texto é capaz de sugerir algumas interpretações em torno deste evento.

Segundo Ferreira Pires, foi em 23 de abril de 1797 que os dois sacerdotes lusobaianos finalmente encontraram Agonglo em seu palácio em Canamina. Agonglo se faz apresentar, nas palavras de Pires, da seguinte forma:

[...] recostado no chão, sobre uma colxa e almofada de damasco, cercado de Mulheres [...] tendo ele à sua direita o Alfange [punhal] como cetro. Estava nú de meio corpo, embrulhado em um bom pano branco, com várias voltas de corais no pescoço, e um barrete branco bordado na cabeça, caximbo de ouro na mão, uma siroila de seda escarlata à maneira de calças mouriscas. Nos pés trazia alparcatas de sola, presas em cordões de ouro (PIRES, 1957, p. 58-89)

¹⁴ Nota-se como o Padre Pires projeta o cargo de “Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra do Reino de Portugal” para a organização administrativa do Daomé, da mesma forma com que, por diversas vezes, projeta relações de “vassalagem” ou típicas da “monarquia”.

São elementos de poder que tanto marcam a hierarquia local quanto reforçam o seu *status* diante dos representantes de outro chefe de Estado. “Desta sorte disposta a Assembleia, chegamos ao Rei Etíope, e lhe demos a Embaixada, segundo as ordens, que nos foram confiadas, o qual a recebeu e aceitou com todo o acatamento e respeito” (PIRES, 1957, p. 59).

Agonglo teria, então, brindado com os padres e questionado “como estava seu irmão o Rei de Portugal [...]”. Ouviu dos padres que “seu Irmão o Príncipe de Portugal também o estimava, e por isso, de tão longe nos havia mandado a sua terra, como o melhor presente que podia fazer” (PIRES, 1957, p. 60). Na perspectiva de Pires, era aceitável narrar ao seu principal leitor, o Príncipe Regente, que ele dissera ao *dadá* daomeano da estima que seu “irmão” lhe reservava. Explicita-se um vocabulário que aparecerá por diversas vezes nas cartas assinadas por Adandozan na realização da diplomacia luso-daomeana (PARÉS, 2013).

Após os brindes e conversas iniciais, os padres introduzem a questão da conversão ao cristianismo:

[...] prosseguimos a nossa conversação, dizendo - que o Principe Nosso Senhor nos enviava para o Batizarmos e fazê-lo Católico (se ele quizesse viver e morrer na verdadeira Lei de Deus), a cuja proposta ele vindo-se, cheio de satisfação, respondeu-nos que sim, e que isso mesmo era o que ele queria, e pelo que há muito suspirava, e portanto pretendia que nós logo, e sem dilação, o batizássemos (PIRES, 1957, p. 62).

A rápida aceitação que Pires coloca na figura de Agonglo pode não ser apenas fruto de um discurso interessado. Agonglo não deve ter encontrado problemas em passar por um ritual de aceitação da religiosidade católica para reforçar seus laços com Portugal, desde que não precisasse renunciar às práticas religiosas locais¹⁵. Os padres desaceleraram a prontidão de Agonglo, informando que ele precisaria, primeiro, verificar se os preceitos cristãos lhe agradavam, pois assim tinha sido feito “com o seu Embaixador em Portugal”. Agonglo ressaltou, então, que em sua Corte havia “quem soubesse ler a escrita Portuguesa; e assim mais depressa aprenderia a Lei de Deus e dos brancos” (PIRES, 1957, p. 62). O *dadá* daomeano afirmava, assim, possuir a estrutura necessária não apenas para acessar um texto escrito em

¹⁵ Sobre a conversão de potentados africanos ao cristianismo e o significado de tal gesto para estes, recomendo a leitura de SOUZA, Marina de Mello e. Além do visível: poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola (séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2018.

português, quanto para a manutenção de tratos comerciais e diplomáticos recorrentes com sujeitos de origem portuguesa.

É a partir desse cenário harmônico, construído pelo autor, que se coloca uma inversão conjuntural. Após alguns dias doente, Agonglo é, na versão de Pires, assassinado por opositores. Assim, a missão apostólica é suspensa. Pires (1957, p. 70) associa o assassinato às intenções de Agonglo em converter-se, afinal, um irmão do Rei “sabendo o designio em que este estava, de se batizar, e que, [...] levaria após de si a maior parte do seu povo [...] e tanto mais recebendo e afagando na sua terra Padres dos feitiços dos Brancos”, teria conseguido motivos suficientes para organizar um “golpe”. É possível desconfiar da centralidade que Pires dá à conversão de Agonglo como motivo para seu assassinato, com fatores internos ao jogo político daomeano – que o Padre não acessava – provavelmente contribuindo para a sucessão dos fatos.

Adandozan, segundo filho de Agonglo e seu sucessor, informou, em carta de 1797 ao Príncipe Regente, que o falecimento de seu pai se deveu a combinação entre doenças e interesses políticos locais. Enquanto novo *dadá*, Adandozan revelou-se bastante hábil na diplomacia com o Príncipe português, esquivando da proposta de conversão, pois a conjuntura “inabilitou-me para eu poder condescender com a vontade de Vossa Alteza, nem poder dar adiante um só passo sem o conselho dos meus secretários” (PARÉS, 2013, p. 344-345).

O novo *dadá* provavelmente seguiu orientações dos “Secretários” que herdou de seu pai. No relato de Pires, o Meú, por acalmar os partidos rivais e castigar os opositores de Adandozan, é citado como “um velho muito hábil” (PIRES, 1957, p. 58). Tal hipótese converge com o argumento segundo o qual as relações entre Daomé e Portugal eram protagonizadas pelos reis, mas mediadas, planejadas e executadas por um conjunto de atores políticos experimentados no mundo atlântico.

Com os dois padres atingidos pela “carneirada”, nome atribuído à malária naquela época, Adandozan vai visitá-los, em 14 de junho de 1797, “com toda a sua grandeza, acompanhado dos dois Secretários Meú e Mingá [...]”. Acionando a lógica da reciprocidade, manifesta que não queria que embaixadores de “seu Irmão, rei de Portugal” morressem na sua terra, como “lá tinha morrido seu Tio”, definindo que “à vista de quaesquer melhoras”, deveriam se retirar para a Fortaleza (PIRES, 1957, p.

93, 104)¹⁶. A partida dos padres provavelmente interessava a Adandozan não apenas para acalmar aqueles que condenavam a conversão do potentado, como também para evitar tensões diplomáticas com o Príncipe português.

No mesmo dia 14 de junho em que visitara os padres, Adandozan enviou-lhes “um presente, que constava de dois panos da Costa, e quatro dentes de Elefante [...] a Seu Irmão Rei de Portugal” (PIRES, 1957, p. 104). Segundo Soares (2014, p. 259-260), tais presentes atestam a amizade que une os reinos e a reciprocidade entre monarcas, legitimando o comércio “equilibrado” entre ambos. Evidencia-se, dessa forma, a imbricação entre o trato diplomático, caracterizado por práticas específicas, e o comércio atlântico de escravos que interessava tanto a sujeitos daomeanos, quanto a sujeitos portugueses ou luso-baianos.

Em 04 de julho de 1797, os padres vão até o Palácio de Abomé acordar sua partida e recebem de Adandozan “mais um pano de presente para o Príncipe de Portugal seu Irmão, [...]” (PIRES, 1957, p. 120). Em Abomé, os padres experenciam o que Pires registrou como “[...] o mais horrendo espetáculo e a cena mais triste”. A entrada no Palácio do *dadá* se deu por um espaço no qual eram vistos, segundo Pires, “um sem-número de cabeças, inda palpitantes”, “exangues e dilacerados corpos”, “caveiras e ossos”, “espetados em haste, corpos inteiros, e semi-vivos” (PIRES, 1957, p. 120). A passagem torna-se mais interessante quando Pires relata que a saída se deu por outra porta: “Não posso discernir a causa por que este Secretário Meú nos encaminhou por aquele lugar de carnage salvo se este bárbaro nos quiz mostrar *até que ponto chegava a crueldade e poder de um Rei Etíope*, para que na Europa se conhecessem novos castigos” (PIRES, 1957, p. 120) [grifos nossos].

O texto sugere, para Adandozan, um estilo diplomático diferente daquele manifestado por Agonglo. Enquanto este recebeu os padres ostentando insígnias de poder, brindando à saúde de seu irmão e interessado em aceitar princípios do cristianismo, o novo potentado demonstraria sua força militar e seu vínculo com as práticas religiosas locais.

Ainda assim, não é por esta narrativa de suposta intimidação – que acaba por reforçar as tintas de “incivilidade” com que Pires quer pintar o Daomé –, que se deve concluir que Adandozan estivesse menos interessado nas relações com Portugal. O novo *dadá* enviou outras duas embaixadas para Salvador, em 1805 e em 1810,

¹⁶ Podemos notar que Adandozan, de alguma forma, tinha ciência do falecimento de um dos embaixadores daomeanos em Lisboa.

sempre para exercer a diplomacia e negociar aspectos do comércio atlântico de escravizados (ARAUJO, 2012, p. 10). Há uma regularidade nas práticas diplomáticas entre Portugal e o Daomé, que a sucessão entre Agonglo e Adandozan, presenciada por Pires, apenas reconfigura. Assim, é possível acompanhar Verger, quando o pesquisador afirma que a manutenção das práticas diplomáticas representa a constante vontade dos potentados em “manter as relações comerciais estreitas entre seus países e a Bahia” (VERGER *apud* SOARES, 2014, p. 236).

Conclusão

Em 05 de fevereiro de 1798, Vicente Ferreira Pires desembarcou em Salvador e, adoentado, manteve-se na América Portuguesa por cerca de um ano, até partir para Lisboa para prestar contas de sua comissão. A experiência vivenciada no Daomé deixaria mais do que marcas físicas no sacerdote baiano.

Ao relatar como Agonglo lidou com a chegada dos enviados apostólicos em 1797, Pires registrou que o potentado sacrificara pessoas para enviar “recados”¹⁷ a seu pai e “dizer-lhe que de Portugal chegaram dois *Embaixadores Padres dos feitiços dos Brancos*, e uma pessoa de sua gente” (PIRES, 1957, p. 82, grifo nosso). O trecho revela o jogo de representações no qual o missionário luso-baiano se inseriu.

Embaixadores são, no relato de Pires, quaisquer homens que representam um poder em terras estrangeiras. “Feitiços”, por sua vez, são definidos como “coisas divinas, que dimanam do seu Deus Grande, conforme todas as mais nações bárbaras” (PIRES, 1957, p. 27). Portanto, o padre luso-baiano, que identificou os sacerdotes locais como “padres dos feitiços”, inverte o sentido da alteridade e sugere que os daomeanos o encaravam como um “Embaixador padre dos feitiços dos brancos” – lembrando que há vínculo direto entre os significados de “branco” e cristão.

Ferreira Pires, atravessado por seus interesses pessoais, pelas vivências luso-baianas e pelo contexto do iluminismo português, deixou entrever em seu relato os recursos e habilidades mobilizados pelos daomeanos para negociar com os portugueses. Nos vinhos fornecidos pelo lovogã, no interesse de Agonglo pelo batismo cristão, nos presentes ofertados por Adandozan e até mesmo na ânsia deste em despachar os padres de suas terras antes que falecessem, percebe-se uma elite

¹⁷ Segundo Nicolau Parés (2016, p. 214), as vítimas sacrificiais atuam como mediadoras entre o mundo dos vivos e o mundo invisível dos espíritos, levando consigo recados e pedidos.

daomeana hábil no jogo diplomático, atuando ativamente e fazendo valer seus interesses comerciais.

O esforço deste artigo consiste em demonstrar que a análise do relato de viagem de Vicente Ferreira Pires é capaz de revelar perspectivas do fenômeno diplomático luso-daomeano a partir do lugar histórico de um de seus participantes. Além disso, buscou-se evidenciar o valor historiográfico desse gênero documental como parte de “uma produção de conhecimento sobre o Daomé que acabou criando legados epistemológicos devido aos seus diversos usos ao longo do tempo” (RIBEIRO, 2013, p. 393). Nesse sentido, é possível afirmar que o texto de Pires reforça, por exemplo, a imagem estereotipada de Adandozan como *dadá* “mais cruel” da história do Daomé (ARAUJO, 2012, p. 6-8), embora, contraditoriamente, seu texto também demonstre a habilidade diplomática deste governante que, com o apoio de experimentados agentes atlânticos, soube dar continuidade à diplomacia com o “outro” português.

Bibliografia

ARAUJO, Ana Lucia. Dahomey, Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave Trade. **Slavery & Abolition**, Warwick, v. 33, n. 1, p. 1-19, 2012.

DALZEL, Archibald. **The history of Dahomy, an inland kingdom of Africa**. 2a edição com introdução de J. D. Fage [1793], repr. Londres: Frank Cass, 1967.

FURTADO, Júnia Ferreira. The eighteenth-century Luso-Brazilian journey to Dahomey: West Africa through a scientific lens. **Atlantic Studies**, v. 11, n. 2, p. 256-276, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções, 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HORTA, José da Silva. Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações. In: **Colóquio “Construção e ensino da História de África”**, 1995, Lisboa. Actas... Lisboa: s. n., 1995, p. 189-200.

JONES, Adam; HEINTZE, Beatrix. Introduction. **Paideuma**, v. 33, p. 1-17, 1987.

LARA, Sílvia Hunold. Uma embaixada africana na América Portuguesa. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa**, v.1. São Paulo: Hucitec, EdUSP, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001, p. 151-165.

LAW, Robin. **Ouidah: the social history of a West African slaving ‘port’, 1727-1892**. Oxford: James Currey, 2006.

LÉPINE, Claude. **Os dois reis do Danxome**: varíola e monarquia na África Ocidental: 1650-1800. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 2000.

MACEDO, José Rivair. A embaixada de Daomé em Salvador (1750): protocolos diplomáticos e afirmação política de um Estado em expansão na África Ocidental. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 111-127, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbea/issue/view/3679>>. Acesso em: 10 out. 2020.

PARÉS, Luis Nicolau. **O rei, o pai e a morte**: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PARÉS, Luis Nicolau. Cartas do Daomé: uma introdução. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, p. 295-395, 2013. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia>>. Acesso em: 11 out. 2020.

PIRES, Vicente Ferreira. LESSA, Clado Ribeiro (coment). **Viagem de África em o Reino de Dahomé**: crônica de uma embaixada luso-brasileira a Costa d'África em fins do século XVIII. São Paulo: Nacional, 1957.

PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes**: travel writing and transculturation. Nova Iorque: Routledge, 2008.

RAMINELLI, Ronald. Povos do império. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 151-165.

RIBEIRO, Elaine. O Daomé como um evento histórico. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira e GEBARA, Alexsander L. de Almeida (orgs.). **Estudos africanos**: múltiplas abordagens. Niterói: Editora da UFF, 2013, p. 368-393.

SILVA, Alberto da Costa e. **Francisco Félix de Souza, mercador de escravos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: EdUERJ, 2004.

SILVA JR., Carlos da. Interações atlânticas entre Salvador e Porto Novo (Costa da Mina) no século XVIII. **Revista de História (USP)**, São Paulo, n. 176, p. 1-41, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/113621>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SOARES, Mariza de Carvalho. Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, p. 229-271, 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21322>>. Acesso em: 11 out. 2020.

SOUMONNI, Elisée. **Daomé e o mundo atlântico**. Amsterdã, Rio de Janeiro: SEPHIS, Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2001.

SOUZA, Marina de Mello e. **Além do visível**: poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola (séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2018.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história.** Curitiba: huya, 2016.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX.** São Paulo: Corrupio, 1987.

As relações entre as Américas espanhola e portuguesa no período da União Ibérica: a presença dos portugueses nos primeiros anos da Buenos Aires colonial (1589-1613)

Relations between the Spanish and Portuguese Americas in the period of the Iberian Union: the presence of the Portuguese in the early years of colonial Buenos Aires (1589-1613)

Carlos Eduardo da Silveira MAZIA¹

Resumo: O presente artigo busca refletir historicamente sobre a presença e as estratégias utilizadas pelos lusitanos nos primeiros anos de Buenos Aires (1589–1613) por meio da análise das Atas do antigo *cabildo* dessa cidade. Neste sentido, partimos de um pressuposto da história conectada que concebe as fronteiras como um espaço que possibilita trocas, e não um meio de separação, como prescreve a tradicional historiografia de caráter nacional. Por meio dessa perspectiva, acreditamos que a localização da cidade às margens da Bacia do Prata, entre as Américas espanhola e portuguesa, criou um ambiente propício ao estimular os contatos e trocas que introduziram os portugueses na realidade portenha, acrescentando a isso o contexto de uma globalização ibérica permitida pela União das coroas de Castela e Portugal sob o cetro de Felipe II no ano de 1580, o que fomentou a participação dos novos súditos lusitanos em Buenos Aires.

Palavras-chave: Buenos Aires; Cabildo; Espanhóis; Monarquia católica; Portugueses.

Abstract: This article seeks to historically reflect on the presence and strategies used by the Portuguese in the early years of Buenos Aires (1589-1613) through the analysis of the city's *cabildo* meeting minutes. Thus, we start from the assumptions of connected history, which devises borders as a space that enables exchanges, and not as means of separation, as advocated by traditional national historiography. Through this perspective, we believe that the location of the city on the shores of the Silver Basin, between the Spanish and Portuguese Americas, created a favorable environment by stimulating the contacts and exchanges that introduced the Portuguese into the reality of Buenos Aires, adding at this the context of an Iberian globalization allowed for the Union of the Crowns of Castile and Portugal under the scepter of Philip II in the year of 1580, which encouraged the participation of the new Portuguese subjects in Buenos Aires.

Keywords: Buenos Aires; Cabildo; Spanish people; Catholic monarchy; Portuguese people.

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: carloosmazia@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4743-6875>.

Introdução

Mediante a análise das Atas do *cabildo* de Buenos Aires nos primeiros trinta anos da cidade, buscamos delinear qual seria o espaço econômico e social ocupado pelos portugueses ali residentes na passagem dos séculos XVI e XVII. À vista disso, pudemos averiguar quais eram os ofícios realizados por súditos lusitanos e como se dava a relação entre eles e os espanhóis/*criollos* naquela cidade. Neste sentido, optamos pelo recorte temporal de 1589 a 1613, pretendendo redefinir assim o clássico recorte que compreende o período da União Ibérica em sua totalidade: 1580 a 1640. Em nossa investigação, notamos um aumento da temática lusitana nas atas do *cabildo*, assim como o acréscimo da relação entre Buenos Aires e América portuguesa.

O ano de 1613 marca o fim de um dos períodos no qual as relações entre a cidade portenha e a costa lusitana na América foram permitidas por meio da cédula real de 1602 que tinha duração de seis anos. Essa foi prorrogada em 1608 e estendida pelas autoridades locais até o ano de 1613. Na passagem a seguir, o historiador Rodrigo Ceballos elucida tal momento:

Em 1608 o rei deu folego aos negócios de Buenos Aires prorrogando as licenças comerciais por mais dois anos. As normas eram as mesmas, devendo o vecino vender sua produção local unicamente para Guiné, Brasil e outras regiões vizinhas em troca de produtos manufaturados para consumo na cidade [...] Entre 1611 e 1613 o governador Diego Marin Negrón, respaldado principalmente nos pedidos e observações de oficiais régios e do Cabildo, iniciou uma série de requerimentos ao rei. (CEBALLOS, 2008, p. 71).

As fontes utilizadas para a realização desse projeto correspondem a uma iniciativa de recuperação e preservação de documentos burocráticos da época, nesse caso, as Atas do Cabildo de Buenos Aires. Essas atas estão contidas na coleção “Acuerdos del extinguido Cabildo del Buenos Aires”, disponíveis no Archivo General de la Nación Argentina, em formato digitalizado e, em formato de livros. A coleção foi reunida por José Juan Biedma em 1907, e conta com quatro séries e diversos volumes. No prefácio do primeiro Tomo é delineado como os documentos foram recuperados:

Hemos conservado en la traducción de la antigua escritura á la moderna, la ortografía que ellos usaron, con sus mismos giros de estilo; cuidando solo, de explicar su sentido por notas cuando nos ha parecido confuso, cuando las acepciones de los vocablos se han anticuado ó alterado con el uso posterior. (BIEDMA, 1907, TOMO 1, p.16).

Para a realização do trabalho utilizamos: o Tomo I, Libro I: años 1589, 1590, 1591, 1605, 1606 e 1607; e o Tomo II, Libro I-II: años 1608, 1609, 1610, 1611, 1612 e 1613. Dentre essas coleções e a enorme quantidade de atas do *cabildo*, limitamos nossa análise à dez atas que foram selecionadas por atenderem o propósito da pesquisa.

Quanto ao uso das fontes e a formulação dos questionamentos que buscamos com elas responder, precisamos de uma base teórica que nos oriente como pensar essas questões. Nesse particular, o trabalho buscou se aproximar da linha de pesquisa das Histórias Conectadas, na qual, “Não se pode pressupor uma relação unilateral entre centro e periferia, mas uma teia de trocas e influências mútuas que condicionam teias de poder transnacional.” (SANTOS; NICODEMO; PEREIRA 2017, p. 178). Por conseguinte, acreditamos que a segunda fundação de Buenos Aires, na região de fronteira entre os dois impérios, afastada dos centros de poderes na América espanhola e temporalmente no contexto do início da União Ibérica, foram condições que influenciaram as relações entre portugueses e espanhóis/*criollos* na cidade portenha, culminando em novas trocas. Criavam-se, assim, redes que conectavam o império em mais uma localização.

O historiador francês Serge Gruzinski, que realiza trabalhos sob a ótica das Histórias Conectadas, nos fornece conceitos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho como o de “Monarquia Católica” e “Globalização Ibérica”. A partir disso, esse artigo é dividido em três momentos: primeiramente, serão contextualizados o período estudado e a formação da máquina administrativa de Castela; no segundo momento discutiremos a formação de Buenos Aires, o estabelecimento das relações com a América portuguesa e a participação lusitana; e no terceiro momento, finalizaremos com a análise das fontes.

A formação da monarquia católica

A União das coroas Ibéricas sob o cetro de Felipe II no ano de 1580, configura um cenário que o historiador francês Serge Gruzinski (2015) assinala como Monarquia Católica, um dos maiores impérios já existentes que estendia seus domínios por quatro continentes: América, Ásia, África e Europa. Nesse cenário a monarquia de Castela “[...] vê seus recursos se duplicarem, e por sua simples existência demonstra

que uma dominação universal pode ser planetária. Ela manifesta politicamente o alcance da globalização ibérica [...] (GRUZINSKI, 2015, p. 326). A “globalização ibérica” identificada nessa passagem é considerada uma globalização, pois foi o primeiro momento em que os diversos povos de quatro continentes estabeleceram contatos e trocas culturais. Segundo o autor: “A expansão europeia, e com ela a globalização ibérica, é tanto um assunto de destinos individuais quanto de política em grande escala. Uma questão de improvisação, mais do que uma máquina lubrificada, de objetivos programados.” (GRUZINSKI, 2015, p. 105). Como já visto, essa globalização não foi planejada por espanhóis e lusitanos quando iniciaram suas navegações no Atlântico durante a segunda metade do séc. XV.

É nesse contexto de novos contatos e trocas que o ano de 1580 também demarca no território do Vice-reino do Peru a segunda fundação da cidade portenha de Buenos Aires. A formação dessa nova cidade é circunscrita pelos laços lusocastelhanos constituídos em seu desenvolvimento e no cenário mundial de sua fundação.

A União das coroas fez com que Portugal e seu território na América portuguesa passassem por uma institucionalização burocrática; dessa forma, os novos domínios adentrariam na máquina governativa de Castela. Segundo Pedraz (2020), o território da América portuguesa começa então a atuar como uma barreira física de proteção a invasores que desejavam ingressar no Vice-reino do Peru. Outro ponto relevante influenciado por esse contexto diz respeito ao tratamento que os súditos lusitanos receberam. A historiadora Alice P. Canabrava comenta que:

A partir de 1580, a anexação de Portugal e seus domínios á coroa de Espanha criou uma atmosfera extremamente propícia à expansão dos povos de língua portuguesa nos domínios espanhóis do continente sul americano. É preciso salientar, contudo, que a Espanha não havia concedido aos seus novos súditos igualdade jurídica em relação aos espanhóis, para a exploração das riquezas de suas colônias [...]. (CANABRAVA, 1984, p. 152).

Na análise das fontes, todavia, podemos perceber que mesmo não recebendo os mesmos direitos jurídicos que os súditos espanhóis, esses portugueses começaram a se utilizar do pertencimento à Monarquia Católica para participarem das redes locais em Buenos Aires. Sobre esse movimento, Ana Hutz tece comentários relevantes:

Presentes em toda a América espanhola, os portugueses eram atraídos sobretudo para o Peru e região do Prata. Depois que entravam, ainda que ilegalmente, era difícil tira-los da América, pois as autoridades coloniais eram bastante coniventes com a presença portuguesa, já que lucravam muito com seus negócios, legais ou não (HUTZ, 2008, p. 71).

É possível notar nessa passagem a inserção dos lusitanos no território da América espanhola e também o estabelecimento de relações entre as autoridades coloniais e os novos súditos, sugerindo uma das estratégias dos portugueses em Buenos Aires, o que o historiador Rodrigo Ceballos (2008) denomina como constituições de redes sociais.

As autoridades coloniais foram designadas por meio de um sistema burocrático constituído pela Monarquia Católica que ligava os pontos distantes do seu território. Esse sistema é definido por Ronald Raminelli (2013) como sendo uma monarquia polissinodal, isto é, na qual os sínodos seriam grandes conselhos que representariam a figura do rei nos territórios longínquos da península ibérica. O modelo pode ser definido nos seguintes termos:

O governo dos conselhos, a “polisíndia hispânica”, se constituiu e consolidou no reinado de Carlos V para assegurar a governabilidade de diversos reinos e ordens. [...] A monarquia era, portanto, arquitetada para comportar a ausência do governante máximo, pois os sínodos representavam a própria pessoa do rei [...]. (RAMINELLI, 2013, p. 28).

Em menor escala e submetidos a esses sínodos, o *cabildo*, segundo Raminelli (2013), era uma instituição do espaço urbano na América hispânica que deveria zelar pelo bem comum e manter os laços com a Monarquia, uma espécie de câmara municipal em que se resolviam os problemas mais cotidianos de cada local, estabelecendo uma correlação com os dias atuais. Nesse sistema, ambos os níveis de poderes constituíam uma determinada negociação entre si permitindo que as autoridades locais tomassem decisões que poderiam, em alguns casos, ir contra uma ordem real. Nas Atas utilizadas como fontes desse trabalho, temos acesso a um caso em que se discute como agir perante uma cédula real que estava relacionada aos portugueses que viviam em Buenos Aires, o que nos faz acreditar em uma “autonomia” que esse sistema permitia às cidades afastadas dos centros de poder em relação à máquina burocrática de Castela.

No caso da cidade portenha, localizada em uma região fronteiriça entre os territórios da América espanhola e portuguesa, essa autonomia é geralmente

empregada no trato de assuntos referentes aos súditos lusitanos. Por isso, concebemos que esses podem ser considerados como membros fundamentais para o desenvolvimento de Buenos Aires. Eles atuavam como comerciantes, ferreiros, artesãos, tecelões, ou seja, em sua maioria cumpriam ofícios cuja mão de obra era escassa na pequena cidade.

É válido ressaltar que a região do Prata pode ser considerada um espaço que legitimou essa “autonomia” de Buenos Aires perante a máquina burocrática de Castela, principalmente em relação à capital do Vice-reino do Peru, Lima. Isto, pois, ao estar em uma localização periférica dos interesses da coroa na América, contando com poucos recursos naturais para sua própria subsistência, seus moradores criaram mecanismos e, em determinadas situações, tomaram decisões contrárias às preestabelecidas para que a cidade se desenvolvesse.

Estabeleceu-se, dessa forma, muitos conflitos de interesses com algumas autoridades, principalmente com a elite mercantil de Lima. Assim, esse confronto de interesses e sua localização em uma região de poucos recursos, fez com que esses dois aspectos fossem, de certa forma norteadores das relações entre Buenos Aires e América portuguesa, sendo os súditos lusitanos agentes importantes nessas relações.

Presença lusitana em Buenos Aires

A segunda fundação de Buenos Aires no ano de 1580 em uma região marcada por recursos escassos, fez com que os moradores buscassem superar essa escassez estabelecendo relações comerciais e sociais com os vizinhos lusitanos da América portuguesa, resultando em um segundo aspecto já comentado, o conflito de interesses com a elite mercantil limenha.

O conflito com Lima ocorria porque a cidade portenha foi fundada com o intuito de ser uma barreira contra aqueles que desejavam alcançar as riquezas das Minas de Potosí, e também para compor uma rota alternativa que ligasse o Vice-reino do Peru ao Atlântico; essa rota deveria facilitar o transporte da prata potosina para as terras peninsulares. No entanto, a elite limenha que se beneficiava com o sistema do porto único, o qual prescrevia que a prata vinda de Potosí passasse pela capital do Vice-reino antes de ser escoltada à Espanha, tentou por diversas vezes barrar essa função de Buenos Aires, fazendo com que a cidade se limitasse a um forte de proteção.

Soma-se ao conflito de interesses, as trocas comerciais, nas quais segundo Emanuel V. Garcia (1982), a elite mercantil comprava mercadorias em feiras do Panamá que: “[...] Retornavam a Lima, onde preparavam outras feiras, efetuavam uma operação inversa: transformavam em metais preciosos os artigos recém-importados, com um lucro de 40%.” (GARCIA, 1982, p. 18). Essa alta no preço dos produtos que vinham de Lima juntamente com a escassez de recursos na região, faz com que os moradores de Buenos Aires estabeleçam um mecanismo que marca a cidade durante o período colonial, o contrabando. Sobre o contrabando concordamos com Macarena Perusset na seguinte passagem:

[...] El contrabando puede ser entendido, así, como una práctica que en un primer momento surgió de la necesidad de subsistencia de los habitantes del Puerto, pero que en una segunda instancia y como consecuencia de diversas situaciones, logró naturalizarse y entró en contradicción con las leyes vigentes. (PERUSSET, 2007, p. 177).

Posto que o contrabando em um primeiro momento era tido como um mecanismo de superação de necessidades para os portenhos, é necessário explicar brevemente o funcionamento do mesmo. Como já demonstrado, Buenos Aires formava uma rota alternativa até Potosí, que ficara conhecida como “camino real”. Por meio dessa rota muitos comerciantes, dentre eles alguns portugueses, faziam com que boa parte da prata potosina escoasse pelo porto. A prata, em grande parte era usada para a compra de escravos negros vindos da costa da América portuguesa ou diretamente das colônias na África. Porém, as relações comerciais com a costa lusitana não podem ser resumidas apenas por essas transações, pois a prata e alguns produtos locais eram levados a cidades como o Rio de Janeiro e à Bahia e retornavam à cidade portenha na forma daqueles produtos que faltavam, e que vinham de Lima a preços exorbitantes. Essas relações foram consideradas alternadamente legais e ilegais pela coroa em diversos momentos. Também se destaca que era uma pauta recorrente nas Atas de reuniões do *cabildo*, em que se demonstrava o interesse de enviar representantes às audiências dos conselhos reais para pedir a permissão de navios que pudessem efetuar essas trocas com a América lusitana.

O estabelecimento dessas relações comerciais não pode ser considerado como o único meio de trocas entre os portugueses e espanhóis/*criollos* de Buenos Aires. Por meio desse movimento, muitos lusitanos estabeleceram contatos com as autoridades locais da cidade e começaram a se estabelecer na pequena comunidade.

Esses agentes lusitanos, “vindos de cidades portuguesas ou do Brasil colônia arribaram ao porto de Buenos Aires para comerciar, residir, manter terras ou simplesmente passar ao seu interior [...]” (CEBALLOS, 2008, p. 7). Então, os portugueses fizeram parte da realidade social da cidade desde os seus primeiros anos, e foram de extrema importância para o desenvolvimento e subsistência da mesma.

Mesmo estando sob o domínio da Monarquia Católica, os novos súditos não tinham os mesmos direitos legais nas terras espanholas da América. Porém, acreditamos que alguns elementos foram atenuantes para o desenvolvimento das relações sociais entre lusitanos e espanhóis/*criollos* em Buenos Aires, como o contato entre as duas culturas desenvolvido em terras ibéricas, o fato de que muitos lusitanos eram adeptos ao catolicismo, mesmo que segundo alguns autores existisse o estigma de cristão novo² para com os portugueses na América espanhola. Os novos súditos adentravam na pequena cidade para comercializar seus produtos, e vendo ali oportunidades de negócio, começavam a criar estratégias de como se fixar localmente.

O casamento foi uma importante estratégia para o estabelecimento desses laços. A partir das uniões matrimoniais com as filhas das autoridades e cidadãos locais, os lusitanos conseguiam se fixar na cidade portenha, manobra utilizada em diversas localidades e temporalidades. Todavia, com a análise das fontes desse trabalho, foi possível perceber o requerimento dos portugueses para exercerem ofícios mecânicos da cidade, como artesãos, ferreiros e tecelões. O historiador Emir Reitano aponta um dos motivos que pode explicar tal requisição:

[...] En su amplia mayoría los españoles no se interesaron por los oficios mecánicos y artesanales. Para ellos era más importante el rango de comerciante o burócrata que traía implícito un mayor prestigio social en el mundo colonial y esto era una puerta abierta para los portugueses con alguna especialidad en los oficios [...] (REITANO, 2003, p. 5).

A partir dessa passagem podemos então inferir que os espanhóis residentes em Buenos Aires tinham uma tendência a ocuparem cargos burocráticos que lhes dariam distinção social. Essa distinção oferecida por cargos burocráticos nos remete a uma especificidade dos colonos que vinham para a América: esses homens, em sua

² Cristão novo é um termo utilizado para se referenciar a judeus recém conversos ao cristianismo.

maioria, não eram nobres na península, fazendo com que em terras americanas tal distinção social não fosse comum, tornando-se por isso muito cobiçada. Salienta-se que os mais altos cargos dos sínodos eram reservados para nobres peninsulares enviados pelo Rei. Neste sentido, participar dos grandes e pequenos conselhos burocráticos nas terras coloniais significava pertencer a uma classe distinta e prestigiada que se formava.

Dessa forma, estando os espanhóis interessados em participar das atividades que lhes dessem prestígio social e capital simbólico, acabou-se ocasionando uma falta de trabalhadores naqueles ofícios que eram realizados por tarefas mecânicas. São nessas atividades que observamos a “brecha” que comenta Reitano para o estabelecimento dos portugueses que sabiam realizar tais ofícios.

Até o momento assinalamos três das estratégias utilizadas pelos lusitanos para adentrarem e se fixarem em Buenos Aires: a constituição das redes comerciais na cidade, o casamento, e finalmente a realização de determinados ofícios mecânicos. Porém, com o passar dos anos esses novos súditos se interessavam em participar oficialmente das atividades burocráticas locais, obtendo a condecoração de *vecinos*³. Se eles conseguissem tal reconhecimento junto aos membros do *cabildo* local, isso permitiria sua posterior participação no próprio *cabildo*, ou seja, naqueles ofícios antes reservados aos espanhóis/*criollos*.

Para que fossem reconhecidos como moradores oficiais, esses portugueses deveriam apresentar uma solicitação de “vecindad” ao *cabildo*. Neste documento eles declaravam oficialmente seu interesse em serem reconhecidos como membros da comunidade. O autor Ronald Raminelli explica tal procedimento:

[...] Segundo a Real Cédula de Carlos V, de 21 de abril de 1554, somente os vecinos ocupavam cargos municipais. O direito de vecindad era obtido pelo simples parentesco com os fundadores das comunidades espanholas na América. Em princípio, eram considerados vecinos não somente os conquistadores que haviam participado do ato de fundação, mas também os primeiros moradores. Passada a fase inicial, para os demais residentes exigia-se um pedido formal que era avaliado pelos demais agraciados com a distinção. Nesse pedido, “*petición de vecindad*”, os recém-chegados expressavam seu interesse em permanecer na comunidade e garantiam suas boas intenções. Na oportunidade, os novos moradores prometiam comprar terras, privilégio exclusivo dos vecinos, para atuar no *cabildo* ou conseguir um cargo não eletivo municipal. (RAMINELLI, 2013, p. 78).

³ Vecinos são os moradores considerados “oficiais”, somente eles tinham alguns direitos como: a participação nos cargos municipais do *cabildo* e a compra de terras na cidade.

Para que ocorresse o acolhimento, o autor também aponta que era necessário o cumprimento de três requisitos pelo interessado: possuir distinção social, descartada em terras americanas, pois a mesma não existia aqui; o cabedal, ou seja, a posse de patrimônios, e pôr fim a limpeza sanguínea, referente a não existência de ligações do interessado com o judaísmo. Aquele que contemplasse essas exigências poderia realizar sua solicitação ao *cabildo*. Destacamos que mediante a análise das Atas que serão tratadas a seguir, notamos que alguns portugueses foram aceitos como *vecinos* pelo *cabildo* de Buenos Aires, demonstrando sua participação também como membros oficiais daquela comunidade.

Análise documental

Para a confecção desse trabalho foram analisadas dez Atas do antigo *cabildo* de Buenos Aires, originalmente redigidas entre 1589 e 1613. Refletindo a natureza dessa documentação, concordamos com o historiador José D' Assunção Barros, segundo o qual na pesquisa histórica:

“Problema” e a “Fonte” – acham-se frequentemente entrelaçados: se o “Problema” construído pelo historiador sinaliza para algumas possibilidades de “Fontes”, determinadas fontes também recolocam novos problemas para os historiadores” (BARROS, 2010, p. 72).

A utilização de fontes consideradas documentos oficiais nos coloca possibilidades de pensar a dimensão “oficial” dos portugueses em Buenos Aires, visto que as autoridades locais discutiam sobre a permanência desses súditos.

Muitos *criollos* membros cabildantes, faziam requerimentos de legalização das redes comerciais com os lusitanos na costa da América portuguesa, e assim contrariavam determinadas ordens de como agir com esses “estrangeiros” para manter o desenvolvimento da cidade. Por outro lado, é um desafio perceber como realmente ocorriam essas relações no cotidiano, já que temos acesso somente aos problemas que foram levados ao *cabildo*. Todavia, por meio da análise documental, vemos que as demandas referentes a esses indivíduos aumentaram ao longo do nosso recorte, havendo uma mudança de tratamento dos mesmos nas Atas. Além disso, temos indícios de sua participação nos meios oficiais com as solicitações de *vecindad*.

A primeira Ata é datada do dia vinte de maio de 1589 e está contida no Tomo I – Libro I. Nela o procurador da cidade, Miguel Navarro, traz uma petição ao *cabildo* sobre a necessidade local de ferreiros para adornarem e confeccionarem armas e coisas necessárias para o sustento da cidade; ele também alerta que o *vecino* e ferreiro Bernaldido de Tore está de saída da cidade, e pede que se retenha o mesmo por sua importância na comunidade. Após a discussão do caso, chega-se à resolução que não se pode manter o *vecino* à força, pois o mesmo é um homem casado e oficial da governação. Porém, o alcalde Gaspar de Quevedo alerta que há em Buenos Aires dois ou três ferreiros vindos do Brasil sem licença de Vossa Majestade para poder passar ao Peru, e pede que o general use das medidas necessárias para detê-los, pois a cidade carece de tais ofícios e as medidas utilizadas seriam justificadas uma vez que eles não trazem licença real.

Nesse caso, temos alguns pontos interessantes retratados. O primeiro é a utilização de medidas de retenção contra aqueles homens que não são considerados cidadãos oficiais da cidade; em seguida, é curioso o conhecimento que o alcalde demonstrava ter sobre os ferreiros vindos do Brasil, os quais assumimos que são portugueses. A utilização de medidas para a contenção desses homens no momento em que eles seriam necessários a cidade, pode ser uma indicação de que houve casos nos quais as autoridades locais tinham conhecimento de pessoas que buscavam passar ao Peru e, que não sendo necessárias naquele momento, seguiam seu caminho. Finalmente, há um terceiro ponto que é a utilização de Buenos Aires como entrada para o Vice-reino do Peru.

Na segunda Ata, de sete de março de 1605, notamos a presença do mercador português Pedro Luys após uma inspeção das *pulperias*, isto é, o mesmo que, pequenas mercearias/vendas. Nesse caso, não é retratado nenhuma diferença de atitude tomada com o comerciante, dado que ele recebe as mesmas instruções que os comerciantes espanhóis/*criollos* locais. Cabe aqui uma pequena reflexão sobre ele ser participante da realidade portenha. Pedro Luys detém um comércio na cidade, e nota-se que as autoridades lhe dão igual tratamento mesmo sendo qualificado na fonte como português.

Esse caso acontece quinze anos após o primeiro apresentado, pois muitas das Atas originais se perderam com o tempo e não estão na coleção do primeiro Tomo utilizado. Entretanto, percebemos que nesse breve intervalo de tempo é possível notar algumas mudanças em relação ao primeiro episódio: é relevante sua nomeação como

sendo o português, o que pode refletir uma possível diferenciação de identidade dos espanhóis/*criollos* com os lusitanos. Há também um tratamento igual por parte das autoridades com um comerciante “estrangeiro”, indicando que durante esse intervalo as relações entre lusitanos e portenhos poderiam estar mais estreitas e sólidas na realidade que se constituía em Buenos Aires.

O caso a seguir compreende três Atas utilizadas. Nele, o governador da província, Hernandarias de Saavedra, e demais autoridades provinciais estão em Buenos Aires para solucionar problemas referentes ao cumprimento das cédulas reais. O referido problema é a entrada de pessoas sem licença ou ordem de Vossa Majestade na cidade. Como solução, é determinado que todas essas pessoas embarquem em navios de volta à costa do Brasil. Porém, os cabildantes intervêm na situação pedindo mercê às autoridades, pois essas pessoas que não tinham licença real eram muito importantes para o funcionamento da cidade. A seguinte passagem sintetiza essa mercê:

[...] Su Magestad hizo merçed a los dichos vezinos y moradores desta dicha zitudad, y considerando el gran daño que a esta rrepublica zitudad y puerto dicho le venia en embarcar toda la dicha gente por ser los demas dellos casados en ella con hijas de los dichos vezinos y ser ofiçiales algunos de ofiçios utiles y provechosos y que sin ellos no se podria pasar y los demas labradores y que sustentan esta dicha rrepublicca y ser esta dicho puerto y çitudad muy pequeña y de poca gente para poder defenderse si acaso llegasen enemigos corsarios a ella ansi de mar como yndios de guerra con quien de ordinario se vive con rreçelo y cuidado y por convenir a la sustentazion y poblacion desta dicha zitudad conforme la voluntad real y rreal zedula de permision y bien desta dicha rrepublica en que Su Magestad encarga la poblacion della [...] (BIEDMA, 1907a, p. 196).

Nesse pequeno fragmento da Ata de três de abril de 1606, são evidenciadas muitas das situações tratadas nesse artigo. É perceptível o matrimônio dessas pessoas que deveriam retornar para a costa do Brasil com os filhos e filhas dos *vecinos* da cidade. Igualmente, é nítida a ocupação de cargos importantes para o funcionamento e desenvolvimento da mesma, bem como a função de forte que Buenos Aires tinha contra o ataque de corsários que desejavam adentrar o território do Vice-reino do Peru. Aparecem também os conflitos com os povos indígenas que viviam na região da Bacia do Prata. Ou seja, um pequeno fragmento muito rico, que traz diversas informações sobre a situação da cidade portenha nos seus primeiros anos.

Além dessa intervenção dos cabildantes locais, é apresentado um parecer do bispo da província, o Senhor Reverendíssimo don Fray Martin Ignácio de Loyola sobre como proceder com as cédulas reais que pediam a expulsão daquelas pessoas sem licença real. Esse parecer foi solicitado pelo então governador Hernandarias de Saavedra. Nele, o Frei alerta para os malefícios que a partida de tais habitantes traria à cidade, e alerta que se a lei não beneficiasse os súditos, ela deveria ser falsa e não cumprida em rigor; tal parecer também é datado do dia três de abril de 1606. Como resolução dessa reunião, foi decidido que essas pessoas permanecessem em Buenos Aires. Para aqueles que fossem solteiros, foram prescritas fianças para que não saíssem da cidade sob pena de pagar aos seus fiadores o valor destas fianças e serem castigados com rigor por não cumprirem o ordenamento.

Ainda na presença das autoridades da província foram solicitadas, no dia cinco de abril de 1606, licenças a dois ferreiros e dois tecelões da costa do Brasil, os quais poderiam vir com suas mulheres e famílias. Ao fim da reunião foi acordado que podiam entrar legalmente os ferreiros e tecelões do Brasil.

A participação de autoridades maiores – além das locais – nesses processos, revela a importância das pessoas vindas do Brasil para a cidade de Buenos Aires. Assumimos que há uma grande chance de parte delas serem portuguesas. Por meio do documento também é demonstrado, mais uma vez, a participação dos lusitanos nos ofícios mecânicos, cujos profissionais eram escassos. A participação de uma autoridade religiosa na tomada da decisão do governador, pode ser um indicativo que uma “garantia” do poder eclesiástico revestiria mais legitimidade a decisão tomada em nome do Rei, no sistema que aqui concebemos como uma Monarquia Católica.

O próximo caso data do ano de 1609 na Ata do dia vinte e três de março. Nele, o procurador solicita a retenção de dois tecelões que seriam embarcados para a costa do Brasil a pedido do governador; novamente o apelo se dá pela importância que esses tecelões tinham para a cidade. Foi decidido que o procurador traga a documentação que comprovasse a entrada desses tecelões em Buenos Aires.

No dia trinta de março de 1609, o procurador traz ao *cabildo* os documentos que foram solicitados. Após a leitura, verificam que se mandou trazer do Brasil para a cidade no ano de 1607 dois tecelões oficiais, um ferreiro e dois serralheiros com certificação do escrivão de registros. Esses tecelões são nomeados no documento como Joseph de Acosta e Antônio Franco, os quais teriam entrado na cidade portenha no ano de 1607, a bordo do navio San Antônio, do mestre Juan Quintero. Nesse caso,

a solicitação por parte do *cabildo* de documentos que comprovassem a entrada desses tecelões é um dado novo na documentação, podendo demonstrar uma mudança de abordagem após a vinda do governador.

A Ata de doze de julho de 1610 é outro marco importante na documentação analisada. Nela temos acesso a uma petição de *vecindad* do comerciante português, o capitão Diego de Vega, personagem com presença constante na historiografia sobre o período por ter sido importante nas relações desenvolvidas em Buenos Aires. No fragmento a seguir é demonstrada a referida petição:

Diego de Vega digo que yo e tenido de nueve años a esta parte en este pueblo casa poblada y haçienas de mucha ynportançia como es notorio y onbres que acudian a las malocas y todas las mas ocasiones que se ofreçian en este pueblo del servicio de su Magestad y desta Repblica y en ocasin que entro el yngles en esta çuidad me halle en ella con tres honbres a mi costa y muchas munijiones y armas que preste para la defensa desta çuidad y por haver estado mucho tienpo ausente della no pedi me rreçiviesen en el libro de cavildo por vezino y para poder continuar mejor en el servicio de su Magestad y desta ciudad pretendo traer a ella mi muger casa e familia e para mejor poderlo hacer a Usia pido y suplico me mande rreçivir por tal beçino asentandome en el libro de Cavildo para el efeto que tengo dicho pues les consta haber sustentado casa y beçindad a tantos años en este puerto etc. Diego de Vega. (BIEDMA, 1907b, p. 275).

A partir desse trecho percebemos a vontade de Vega em ser aceito como *vecino* no *cabildo*. Sua alegação parte do princípio de cumprir requisitos como possuir casa na cidade, fazendas e homens que já defenderam o local em uma invasão por um inglês. A solicitação de Vega foi aceita pelos cabildantes, tendo um voto contra do regidor Felipe Navarro. Nota-se que essa é a primeira petição de *vecindad* de um português presente nos documentos analisados.

No ano de 1611, a Ata do dia nove de maio descreve que Gil Gonzales e Armador Vaez Alpoyñ de nacionalidade portuguesa, solicitam ser aceitos como *vecinos*, alegando que Portugal fazia parte dos domínios dos Reis católicos, que tinham casa povoada e que trabalharam para o desenvolvimento da cidade há muito tempo; ambos acabam declarados como *vecinos*. A Ata não descreve quais eram as posições ocupadas por esses dois portugueses em Buenos Aires, porém, o fato de ressaltarem que Portugal estava sob o domínio dos Reis católicos indica uma nova estratégia de participação social, em que há uma tentativa de demonstrar que mesmo sendo portugueses, eram súditos do mesmo Rei, o que poderia facilitar ou legitimar suas aceitações como *vecinos* na comunidade.

É possível concluir, por meio da análise das fontes, que o desempenho de ofícios mecânicos em Buenos Aires foi executado desde os primeiros anos em sua maioria por portugueses, os quais vinham da costa brasileira. Com o passar do tempo, como demonstrado em nosso recorte, houve algumas mudanças de postura dos poderes locais no trato com os casos desses lusitanos que entravam na cidade após a vinda das autoridades provinciais. É interessante destacar a participação de uma autoridade religiosa que foi solicitada a dar parecer sobre a procedência do cumprimento de cédulas reais, visto que a Igreja tinha um papel de extrema importância para a composição administrativa da Monarquia Católica, revelando a existência de uma comunicação e, posteriormente, acordos/negociações entre os diversos núcleos de poderes previstos pelo sistema de sínodos.

Considerações finais

Esse artigo buscou por meio da análise de casos contidos nas Atas das reuniões do *cabildo* de Buenos Aires refletir sobre a importância social e cultural que os portugueses tiveram no desenvolvimento da cidade. Mesmo com a limitação das fontes, podemos inferir que esses lusitanos ocupavam muitos espaços na comunidade portenha, desde grandes comerciantes que obtiveram o título de *vecinos*, a artesãos, ferreiros e tecelões que eram defendidos pelas autoridades locais contra o poder provincial, pois eram de extrema importância para o dia a dia e o desenvolvimento da cidade.

Essas relações lusas-castelhanas desenvolvidas em Buenos Aires foram permitidas em um cenário de globalização ibérica em que duas culturas que já tinham convívio na Europa desenvolveram trocas e relações no novo espaço da Bacia do Prata em terras americanas. Cremos que esse espaço de fronteira entre os dois impérios não separou espanhóis e portugueses neste período, mas os influenciou mutuamente. Nesse sentido, o papel das fronteiras na perspectiva da História conectada nos serviu como base para pensar as relações em Buenos Aires.

Fontes

BIEDMA, José Juan. **Acuerdos del extinguido Cabildo del Buenos Aires**, Tomo I – Libro I. años: 1589, 1590, 1591, 1605, 1606 e 1607. In: Archivo General de la Nación Argentina. 1907a. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.gob.ar/items/show/1261>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

BIEDMA, José Juan. **Acuerdos del extinguido Cabildo del Buenos Aires**, Tomo II - Libro I- II: años 1608, 1609, 1610, 1611, 1612 e 1613. In: Archivo General de la Nación Argentina. 1907b. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.gob.ar/items/show/1299>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

Bibliografia

BARROS, José D' Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre o novo tempo. In: **Albuquerque**: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 2, n. 3, jan./jun. 2010, p. 71-115.

CANABRAVA, Alice P. **O Comercio Português no Rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: Ed. Itatiaia; Ed. Edusp, 1984.

CEBALLOS, Rodrigo. **Arribadas portuguesas: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580- c.1650)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

GARCIA, Emanuel Soares V. **O Comercio Ultramarino Espanhol no Prata**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

GRUZINSKI, Serge. **A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no séc. XVI**. Tradução Joana Angélica d' Avila Melo. - 1 Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HUTZ, Ana. **Os cristãos novos portugueses no tráfico de escravos para a América Espanhola (1580- 1640)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia), - Universidade de Campinas, Instituto de Economia, 2008.

PEDRAZ, Sergio Moreta. Instituições e agentes da administração durante o reformismo dos Habsburgo no Brasil (1580- 1640): práticas políticas e redes pessoais. In: SLEMIAN, Andréa; RODRIGUEZ, Jaime; VILARDAGA, José Carlos; TUFOLO, Marina Passos (Orgs.). **Dinâmicas Imperiais, Circulação e Trajetórias no mundo ibero-americano**. 1. ed. Guarulhos: Departamento de História/EFLCH/UNIFESP, 2020, p. 470 – 485.

PERUSSET, Macarena. Comportamientos al margen de la ley: contrabando y sociedad en Buenos Aires en el siglo XVII. In: **Historia Crítica**. n. 33, Bogotá, enero-junio 2007, p. 158-185.

RAMINELLI, Ronald. **A era das conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

REITANO, Emir. **Los portugueses del Buenos Aires tardocolonial: Inmigración, sociedad, familia, vida cotidiana y religión**. 2003. Tese (Doutorado em História) -. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Buenos Aires, 2003. Disponível em: <http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.237/te.237.pdf>. Acesso em: 06 de julho de 2021.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, abr. 2017. p. 161-186.

Imperialismo e dependência estrutural na América Latina: a Argentina de Perón (1946-1955) como pilar de enfrentamento aos Estados Unidos da América

Imperialism and structural dependency in Latin America: Peron's Argentina (1946-1955) as a confrontation pillar to United States of America

José Fernando Barreto Caiafa BALBI¹
Nicholas de Souza MANHÃES²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de expansão do sistema capitalista e de emergência dos Estados Unidos da América como grande potência mundial ao final do século XIX, compreendendo as relações de tal processo com a condição de subdesenvolvimento imposta aos países latino-americanos e tendo como norte a teoria da dependência estrutural. Busca-se, também, compreender que formas de enfrentamento os dois primeiros governos de Juan Domingo Perón (1946-1955), por meio de suas práticas econômicas, políticas e diplomáticas, ofereceram ao projeto hegemônico dos Estados Unidos para a América Latina.

Palavras-chave: Imperialismo; Subdesenvolvimento; Relação EUA-AL; Soberania nacional.

Abstract: This article aims to analyze the process of capitalism expansion and the rise of United States of America as the great world potency at the end of XIX century, to understand the relations of that process with the condition of underdevelopment forced to Latin American countries and taking structural dependency theory as basis. Aims either to understand which ways of conflict the two firsts' governments of Juan Domingo Perón (1946-1955), through your economics, politics and diplomatic practices, offer to the hegemonic project of the United States to Latin America.

Keywords: Imperialism; Underdevelopment; USA-LA Relation; National sovereignty.

Introdução

A relação do desenvolvimento cada vez mais acentuado do sistema capitalista, atrelado aos grandes avanços industriais que foram se concretizando pelo mundo, foram responsáveis por estabelecer novas formas de disputa pela dominação do território latino-americano. O desenrolar do fluxo econômico do capitalismo está

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF, campus Campos dos Goytacazes, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Moll Neto.

² Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF, campus Campos dos Goytacazes, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Moll Neto.

intrinsecamente conectado à história da América Latina e da relação de dependência econômica estabelecida com os países centrais (MARINI, 2012).

A ascensão dos Estados Unidos da América no cenário mundial como uma potência extremamente forte é outro fator que leva a diversas mudanças no sistema em que se encontrava prostrada a América Latina. Apesar de Espanha e Portugal terem arquitetado o projeto colonizador sobre os territórios latino-americanos, era a Inglaterra, maior potência europeia, que acaba por estabelecer sua ação de controle sobre os países, a partir da entrada de seu capital na economia interna destes e da influência política alcançada, porém, a independência norte-americana, em conjunto a consolidação de um amplo projeto de expansão territorial, trouxe aos Estados Unidos suficiente força para bater de frente com as potências europeias, em especial a britânica, e lhe deu a oportunidade de reclamar o controle de todo o continente americano.

É importante considerar a trajetória da América Latina em relação com a trajetória política e econômica de toda a Europa e também dos Estados Unidos. Junto aos continentes africano e asiático, representavam importância estratégica, seja econômica ou territorial, a estes países, o que os tornavam pontos de extremo interesse para as políticas dominadoras estrangeiras. O discurso aplicado por tais potências, em especial a estadunidense, também se mostra importante para entender como se estruturou e se enraizou um imaginário social extremamente superficial sobre o continente latino-americano, jogado à condição do subdesenvolvimento e da dependência econômica.

As constantes investidas imperialistas estrangeiras causam reações e questionamentos por parte dos países latino-americanos, principalmente com a chegada do século XX, a partir de medidas de enfrentamento tomadas por determinados governos internos. Na Argentina, a emergência de Juan Domingo Perón à presidência do país trouxe como principal norte a defesa da soberania argentina e do bem-estar de seu povo, através de políticas nacionais que priorizavam a indústria e os produtos locais, o que levou a uma relação cada vez mais intempestiva com os Estados Unidos.

Dependência estrutural e expansão imperialista: a ascensão dos Estados Unidos

Nos últimos anos do século XIX, após a grande maioria dos países latino-americanos atingirem sua independência, pôde-se perceber diversas mudanças estruturais no sistema econômico mundial se desencadeando. O avanço significativo do processo de industrialização nos países centrais europeus e a entrada dos recém independentes países do continente americano no mercado mundial trouxeram novas dinâmicas mercantis, além do crescente fortalecimento dos Estados Unidos da América como uma nova potência econômica mundial. A consolidação do largo crescimento industrial europeu, em especial do modo de produção britânico, trouxe consigo a necessidade de fontes fixas de matéria-prima e de consumidores (AYERBE, 2002).

A consequência dessa mudança sistemática é a necessidade de controle sobre os países fornecedores de matéria-prima, entre eles os latino-americanos, asiáticos e africanos. O que se percebe, desta forma, é a aproximação estrutural dos países centrais com a América Latina, inclusive com a inserção de capital, já que para manter essa relação era necessário investir em infraestrutura que facilitasse o transporte e a comunicação entre os países. Começa a se estabelecer, então, o fluxo de capital externo no interior dos países latino-americanos a partir da construção de portos, estradas e ferrovias e a ascensão de grandes empresas privadas em um caráter monopolístico.

A partir da consolidação desta relação é possível perceber o estabelecimento de uma relação de forte vínculo entre os países centrais e os latino-americanos, uma vez que a economia da América Latina passa a se moldar de acordo com o fluxo econômico europeu e a se tornar cada vez mais dependente das exportações de matéria-prima. As indústrias locais sucumbiam ao capital estrangeiro e não conseguiam medir forças com os países centrais, levando a um aumento abundante nas importações de produtos manufaturados e a desestimulação de sua soberania industrial.

Em contraposição ao dinamismo do setor exportador, a chamada "fase de expansão para fora" (Cardoso & Faletto, 1981, cap.III) aprofunda vários problemas das economias latino-americanas: o desestímulo à produção local para o mercado interno leva a uma crise no abastecimento de produtos básicos, como alimentos e vestuário de consumo popular, que passam a compor a lista das importações; cresce cada vez mais a dependência em

relação ao consumo internacional de produtos primários; o controle do capital estrangeiro se estende por vários setores econômicos, incluindo os serviços públicos (água, gás e eletricidade), os transportes urbanos e as ferrovias (Beyhaut & Beyhaut, 1985, cap. II apud AYERBE, 2002, p. 49).

O fortalecimento dos Estados Unidos como grande potência econômica desponta atrelada a uma política bastante isolacionista, como denomina Ayerbe, por parte dos governantes norte-americanos em relação à Europa, o que os leva a doar esforços para limitar o crescente assédio europeu e a aplicar sua própria política sobre a América Latina. A política de isolamento norte-americana passa a se estender sobre todo o continente americano através da fixação de limites sobre a interferência da Europa no mesmo. Passa a ser cada vez mais notável a gradativa ascensão dos Estados Unidos, ao declararem publicamente o descontentamento destes em relação às investidas europeias, através da Doutrina Monroe, anunciada em 1823 pelo então presidente James Monroe, como uma potência mundial. Os Estados Unidos temiam que as constantes tentativas de interferência por parte, principalmente, de Espanha e Inglaterra, significasse uma tentativa de recolonização dos países latino-americanos, dada a sua importância estrutural para o sistema industrial europeu.

A prática estadunidense, e também das potências europeias, demonstrava a consolidação de uma nova fase do sistema capitalista, uma fase que representava a necessidade do controle de mercados a nível mundial, o que leva as potências a iniciarem um processo de extensa expansão em busca do domínio dos mercados e territórios externos. Como a América Latina se encontrava refém do capital estrangeiro e da imposição de um sistema econômico baseado na relação de exportação-importação, o controle de sua economia, cultura, e território era facilitado. Essas práticas foram cunhadas de imperialistas, e se desenhavam em uma perspectiva mundial, configurando um momento caracterizado pela disputa entre as potências e a dependência econômica e industrial dos países latino-americanos, que se tornavam fadados ao subdesenvolvimento.

Se num primeiro momento esses capitais centralizados visam à repartição dos respectivos mercados internos de cada país, numa segunda fase (a mais importante), o seu objetivo é o controle dos mercados em escala mundial. É esse processo que qualifica a nova etapa imperialista, isto é, encerrado o período áureo de expansão colonial (no final do século XIX), as grandes potências passaram às disputas pelo controle de mercados e territórios, em especial os coloniais. Por não se tratar simplesmente de “conquista territorial”, mas de competição entre Estados associados aos grandes monopólios, Lênin distingue essa nova etapa como sendo a da dominância de um novo tipo de

imperialismo capitalista, não mais simplesmente colonial, mas mundial e articulado aos objetivos do capital financeiro (DA COSTA, 2008, p. 59).

Os atritos entre Estados Unidos e países europeus se intensificam pela disputa dos territórios latino-americanos, desembocando em conflitos armados, como a Guerra Hispano-Americana, entre Espanha e EUA, ocasionada pelos interesses distintos acerca da ilha de Cuba. Os Estados Unidos possuíam interesses econômicos e territoriais muito acentuados no local, o que os levaram a confrontar a potência espanhola de frente pela conquista da independência do território. Este é mais um exemplo cabal da situação de dependência estrutural que recaía sobre os latino-americanos, uma vez que o processo de independência cubano era desejado pelos estadunidenses apenas para que os interesses destes se concretizassem. A relação interventora dos Estados Unidos sobre Cuba se intensifica cada vez mais após a vitória estadunidense sobre a Espanha e pode ser percebida a partir da assinatura da Emenda Platt, em 1902, no interior da Carta Constitucional Cubana, autorizando os norte-americanos a intervir naquele território a qualquer momento que fosse necessário. A América Latina se encontrava, desta forma, imersa no fluxo imperialista das grandes potências e se encontrava totalmente à mercê das movimentações norte-americanas.

Outro exemplo dessa disputa se encontra na Argentina, que atinge sua independência de forma conflituosa no começo do século XIX e estabelece uma relação de ligação com a Inglaterra, que passava a atuar comercialmente em terras argentinas e a desestimular consideravelmente a indústria local, que não conseguia competir com os produtos ingleses. Juan Manuel Rosas, governador de Buenos Aires a partir de 1829, incentivava o livre comércio e a concentração de terras nas mãos da elite latifundiária e possuía interesses econômicos na relação estabelecida com a Inglaterra (LYNCH, 2001). Diversos conflitos surgiram dentro da América Latina em consequência do crescente imperialismo britânico na região, o mais conhecido deles sendo a Guerra do Paraguai, que ocorre entre Brasil, Argentina e Uruguai (tríplice aliança) contra o Paraguai, devido a conflitos próprios entre as nações latino-americanas, mas também marcado pelo interesse inglês na abertura econômica paraguaia.

Com o despontamento dos Estados Unidos enquanto potência e com sua política de expansão imperialista em direção à América Latina visando seu controle,

além do fortalecimento interno da Argentina depois do fim da era Rosas, a situação da Inglaterra se complica. Os conflitos entre norte-americanos e britânicos se intensificam e passam a estabelecer uma disputa mais ativa sobre a inserção de capital no país latino-americano. A chegada do século XX e da Primeira Guerra Mundial mudam a lógica imperialista e seguem de forma diferente até o desembocar da Segunda Guerra Mundial e, após esta, a chegada ao poder do argentino Juan Domingo Perón.

O governo Perón e o enfrentamento ao imperialismo

Desde 1940, por meio do Plan Pinedo, a Argentina tinha estabelecido uma política econômica de planificação e intervenção estatal, considerando que apenas por intermédio do Estado o país poderia se desenvolver e transitar da economia agro-exportadora para a construção de uma economia industrial. Juan Domingo Perón tinha plena convicção nesse plano e tocava em seu governo medidas pensadas pelos economistas para garantir o bem-estar da população argentina e proporcionar melhores condições de negociação para as produções nacionais.

O projeto econômico argentino, entretanto, fez com que as relações entre este país e os Estados Unidos se tornassem cada vez mais conturbadas, levando em consideração o histórico de associação daquele país com a Inglaterra em detrimento dos interesses estadunidenses e a adoção de uma política de neutralidade por parte da Argentina durante a Segunda Guerra Mundial, já que entendia ser positivo poder comercializar com ambos os lados da guerra. Por conta disso, os Estados Unidos já assumiram desconfiança em relação ao país da América do Sul, percebendo que haveria certa resistência para colocar em prática suas imposições que eram, em maioria, acatadas pelos outros países latino-americanos.

Antes de ser democraticamente eleito em 1946, Perón já estava no poder desde 1943 a partir do regime militar. Nesse sentido, começam a pesar diversos fatores: a planificação econômica, a neutralidade na guerra contra o Eixo e o regime militar adotado. Assim, os Estados Unidos estabeleceram sanções econômicas à Argentina, além de promoverem uma campanha, por meio do embaixador Spruille Braden, contra Perón e seu governo, conseguindo sua saída, mas elevando as ideias anti-imperialistas no país (ALVES, 2018, p. 39). Esse momento de litígio entre os países,

focado sobretudo na figura de Perón, indicam um pouco de como as relações iriam se desenrolar, pelo menos em um primeiro momento.

Traçando um panorama da relação entre EUA e América Latina no período pós 2ª Guerra Mundial, deve-se apontar que os Estados Unidos tiveram como uma das principais políticas internacionais o Plano Marshall. O objetivo era gerar empréstimos para diversos países europeus que precisavam se reconstruir após a guerra e, por consequência, conquistar o espaço hegemônico que era ocupado por países como França, Inglaterra e Alemanha. O reflexo deste plano na América Latina foi a imediata subordinação dos países latinos às condições que impunham os Estados Unidos. Na esperança de receberem ajuda financeira, esses países aceitavam tudo que era requerido pelo país do Norte. Isso fez com que houvesse uma dominação na América, em sua essência, muito mais simbólica do que propriamente econômica ou política, baseada em auxílios financeiros que nunca chegavam ou que vinham em quantidades mínimas. Para exemplificar, entre 1945 e 1952 a América Latina toda recebeu menos recursos que Bélgica e Luxemburgo, sendo que metade desses recursos foram destinados ao Brasil (Tulchin, 1990 apud MORGENFELD, 2010, p. 78).

Esse domínio sobre a América Latina visava principalmente a Guerra Fria, que começava naquele momento. Era importante manter os países latinos-americanos alinhados aos interesses estadunidenses e, conseqüentemente, do capitalismo. Apesar da lógica dicotômica desse período, a Argentina de Perón se coloca neutra em relação a essa disputa, adotando a chamada “Terceira Posição”. Natasja Alves considera que “a intenção era de intensificar as relações internacionais com os dois polos. Manter-se não alinhado com nenhuma potência seria de certa forma benéfico, pois daria poder de barganha (...).” (ALVES, 2018, p. 42). Como esperado, essa atitude não foi bem vista pelos Estados Unidos.

Apesar de participar do governo anterior, estabelecido após um golpe militar, Perón se torna presidente eleito apenas em 1946. A política que propôs colocar em prática ia inteiramente de encontro aos interesses estadunidenses, como já mencionado devido à planificação e ao papel do Estado. Nesse sentido, é possível apontar diversas medidas tomadas ao longo do governo Perón que fortaleciam a América Latina e causavam ainda mais desconfiança por parte dos Estados Unidos. Para citar algumas: a Argentina estabeleceu diversos acordos bilaterais com países latinos, que podiam versar sobre tarifas aduaneiras, bloqueios na tentativa de manter certo preço das matérias-primas exportadas e outros pontos econômicos; além disso,

em 1952 a Confederação Geral do Trabalho (CGT), com apoio de Perón, criou o Agrupamento de Trabalhadores Latino-americanos Sindicalistas (ATLAS), o que gerou uma reação contrária muito forte por parte dos sindicatos estadunidenses (MORGENFELD, 2010).

A partir de um projeto político que incentivava a centralidade do Estado, com um forte vigor nacionalista, e com foco em projetos de industrialização e distribuição de renda, o governo peronista se mostrou bem sucedido na mobilização da classe trabalhadora através da estruturação dos sindicatos, garantindo um forte apoio popular que lhe foi caro para a consolidação de uma posição combativa frente aos interesses norte-americanos. Com uma infraestrutura mais estável, em decorrência das mudanças provenientes do Plan Pinedo, uma forte valorização ao mercado interno e com a pungente mobilização popular, a Argentina de Perón se estabelece como um dos países latinos mais prósperos naquele momento, estabelecendo uma política externa que prezava por uma maior integração do Cone Sul. Tais políticas demonstravam o interesse argentino em concentrar forças como forma de barganhar com os EUA em razão de uma política interna voltada para a soberania nacional e para o estímulo à industrialização (CAVLAK, 2008).

Com sua economia voltada diretamente para o fortalecimento do Estado e do mercado interno, a Argentina peronista se viu necessitada de novas fontes de capital para que não fosse atingida por uma recessão econômica. Buscando evitar se colocar à mercê do capital norte-americano, o Estado argentino esquadrinha uma aliança política e econômica com o Brasil e com o Chile, relação esta que ficou conhecida como Pacto ABC, uma espécie de tentativa de reedição do acordo de 1915 assinado por estas mesmas nações. Tal tentativa, empreendida por Perón, encontrou resistências de ambos os países, mas principalmente do governo brasileiro, que mantinha uma posição ambígua em relação à proposta peronista, muito em razão da complexidade e das posições diversas no interior do governo de Getúlio Vargas. O presidente do Brasil compreendia que uma aproximação mais contundente com o governo de Perón causaria uma desestabilização política, tanto em sua relação com os EUA quanto com as forças oposicionistas brasileiras, que defendiam um aprofundamento radical do vínculo com Washington. O governo varguista prefere, então, manter a relação bilateral com a Argentina, mas não se pronuncia publicamente sobre o Pacto ABC, o que culminou no enfraquecimento da proposta e investida argentina (DALIO, 2018).

Um ponto interessante para demonstrar como a política argentina oferecia empecilhos à dominação estadunidense está na Conferência de Caracas (1954). Essa conferência Panamericana tinha como principal objetivo aprovar a possibilidade de intervenção estadunidense em países que tivessem sob ameaça comunista. Mais exatamente, era uma reação às desapropriações promovidas pelo governo da Guatemala em relação a United Fruit Company, e nesse momento, os Estados Unidos já planejavam uma intervenção mais direta a fim de conseguirem colocar seus objetivos e interesses nesse país. Devido à dependência simbólica, pela expectativa do auxílio econômico que o país do Norte poderia oferecer, todos os países foram favoráveis à mudança na diretriz Panamericana a fim de permitir a intervenção se necessário, mas mantendo a autonomia do país de definir seus representantes políticos. Apenas a Guatemala votou contra, mas a Argentina, junto do México, se abstiveram da votação. A Argentina colocou propostas diferentes, se posicionando recorrentemente contra o que vinha encaminhando a discussão, percebendo que se tratava de uma liberação para que houvesse ação direta contra os países latinos.

Nesse momento, entretanto, a Argentina já passava a ter uma posição mais conturbada. Desde 1953, com a aprovação da *Ley de Inversiones Extranjeras* (Lei 14.222), a Argentina se colocava em posição mais aberta e propícia a receber investimentos do capital exterior, de modo que tentava diminuir a resistência criada anteriormente aos auxílios que os Estados Unidos poderiam oferecer. Na Conferência de Caracas, por exemplo, houve uma postura em que:

Argentina, igual a outros países latinoamericanos, voltou a pôr em ênfase a necessidade de ajuda econômicas por parte dos Estados Unidos, para fomentar o desenvolvimento da sua economia atrasada. Se repetia, assim, o tópico que havia criado a delegação nacional na Quarta Reunião de Consulta de Chanceleres, três anos atrás: a luta contra o comunismo na América requeria um desenvolvimento das condições econômica-sociais, para a qual a ajuda econômica-financeira por parte dos Estados Unidos e a maior reciprocidade comercial eram condições necessárias, que deveriam anteceder a qualquer política de repressão do comunismo doméstico nos países latinoamericanos (MORGENFELD, 2010, p. 84-85).³

³ “Argentina, al igual que otros países latinoamericanos, volvió a poner el énfasis en la necesidad de ayuda económica, por parte de Estados Unidos, para fomentar el desarrollo de su atrasada economía. Se repetía, así, el tópico que había planteado la delegación nacional en la Cuarta Reunión de Consulta de Cancilleres, tres años atrás: la lucha contra el comunismo en América requeria un desarrollo de las condiciones económico-sociales, para lo cual la ayuda económico-financiera por parte de Estados Unidos y la mayor reciprocidad comercial eran condiciones necesarias, que debían anteceder a cualquier política de represión del comunismo doméstico en los países latinoamericanos.” (MORGENFELD, 2010, p. 84-85).

O que a Argentina propunha, nesse sentido, era um esquema que deveria contar com os Estados Unidos: se houvesse ajuda financeira para os países latinos não haveria perigo ou ameaça comunista, já que esta só surgiria em momentos de desespero e crise em que ninguém sabia como resolver os problemas. A sinalização dos Estados Unidos, entretanto, se deu no sentido de manutenção e ampliação da dependência, propondo que os países latinos deveriam ser mais abertos à entrada do capital estrangeiro. Na prática, isso significava apenas que a dominação das empresas estadunidenses poderia se consolidar. O chanceler argentino se posicionou contra:

Para Remorino, ao contrário, os problemas econômicos eram outros: baixos preços dos bens primários, controles monopolistas, isolacionismo, barreiras aduaneiras, medidas sanitárias artificiosas, *dumping*, concessões e demais questões que afetavam especificamente as exportações argentinas e latinoamericanas. (MORGENFELD, 2010, p. 92).⁴

O saldo final foi positivo para os Estados Unidos. Sua hegemonia tinha sido ampliada, primeiro com a possibilidade de intervenção em qualquer país que apresentasse ameaça comunista, apesar da obrigação de comunicar previamente em encontro Panamericano, e segundo, por conta da necessidade crescente de investimentos estadunidenses nos países latinos, que aumentava ainda mais a dependência. A Argentina se colocava aberta ao capital externo, de modo que negociou, ao final do governo Perón, contratos que permitiam a Standard Oil Company, empresa estadunidense, a exploração de petróleo argentino. Essa medida causou uma forte reação contrária, mas já sinalizava que a resistência do país tinha acabado. O modelo de substituição de importações, adotado pelo país nesse período, concretizava uma burguesia nacional que se alinhava cada vez mais fortemente com os interesses estrangeiros, conforme analisado por Marini (2012) em sua análise sobre subdesenvolvimento. De tal maneira, Perón não resistiu mais muito tempo no cargo e renunciou em 1955, devido à pressão, tomando um golpe militar.

⁴ “Para Remorino, en cambio, los problemas económicos eran otros: bajos precios de los bienes primarios, controles monopolistas, aislacionismo, barreras aduaneras, medidas sanitarias artificiosas, dumping, subvenciones y demás cuestiones que afectaban específicamente a las exportaciones argentinas y latinoamericanas.” (MORGENFELD, 2010, p. 92).

Considerações finais

A Argentina durante o governo de Juan Domingo Perón conseguiu durante um tempo colocar empecilhos ao imperialismo estadunidense, colaborando com os países da América Latina. Por mais que houvesse dependência de capital externo pelos países latino-americanos, as medidas tomadas pelo governo argentino permitiram que houvesse alguma perspectiva de autonomia, por meio de acordos bilaterais, bloqueios que mantinham certos valores nos preços da matéria-prima, entre outras medidas. A necessidade de investimentos estrangeiros, entretanto, fez com que o enfrentamento da Argentina tivesse fim, o que abriu espaço para que os Estados Unidos exercessem o imperialismo na América Latina.

A transição da economia baseada na agroexportação para uma economia industrial pode ter complicações e dificuldades. Nesse sentido, os processos da América Latina mostram que as burguesias nacionais, eventualmente, acabam se rendendo aos interesses externos, tomando para si e acreditando serem objetivos semelhantes. O resultado é um processo de subdesenvolvimento baseado na dependência estrutural do capital internacional e consequente subordinação dos países latino aos países centrais.

A posição em que os países da América Latina colocavam os Estados Unidos dava conta que este país exercia total controle nesse território, de modo que tinha seus interesses adotados. Pode-se considerar que a dominação estadunidense era quase que simbólica, já que apenas pela expectativa dos países latino de receberem qualquer auxílio financeiro do país do Norte já era possível que as imposições dos Estados Unidos fossem aceitas, sem haver qualquer menção de retorno para esses países. Esse é o reflexo de uma dependência histórica que se desenvolve até se tornar tão forte a ponto de restar apenas o subdesenvolvimento aos países da América Latina.

Bibliografia

ALVES, Natasja Landim Ferreira. **Brasil e Argentina: uma análise comparativa das políticas externas nos governos de Vargas e Perón em relação aos EUA (1951-1955)**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFU, Uberlândia, 2018.

AYERBE, Luis Fernando. Imperialismo e dependência estrutural. In: **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 45-61.

BERROTARÁN, Patricia M. **Estado, planificación y peronismo**. Los debates 1940 a 1946. Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2008.

CAVLAK, Iuri. **A política externa brasileira e a Argentina Peronista (1946-1955)**. São Paulo, Annablume, 2008.

DA COSTA, Wanderley Messias. O discurso geopolítico. In. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2008, p. 55-89

DALIO, Danilo José. Argentina, Brasil e Estados Unidos: Notas Sobre a Política Externa De Perón e Vargas. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 1, p. 45-55, 2007.

DALIO, Danilo José. O Pacto ABC e o governo Vargas (1951-1954). **Revista eletrônica de estudos latinoamericanos**, v. 16, n. 62, Universidad de Buenos Aires, Argentina. 2018.

MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2012. p. 47-66.

MORGENFELD, Leandro Ariel. El inicio de la Guerra Fría y el sistema interamericano: Argentina frente a Estados Unidos en la Conferencia de Caracas (1954). **Historia y problemas del siglo XX**. Volumen 1, Año 1, 2010, ISSN: 1688-7638.

Estados Unidos ontem e hoje: perspectivas de seu declínio relativo

United States yesterday and today: prospects for its relative decline

Alice Liandra RODRIGUES¹

Resumo: O presente artigo tem por intuito discutir o papel dos Estados Unidos (EUA) na dinâmica internacional e como tal influência foi se modificando ao longo das décadas, buscando entender se na contemporaneidade, mesmo diante de um histórico hegemônico, é possível perceber um relativo declínio dessa nação. Para tal, será analisada a perspectiva de sua formação histórica, procurando esmiuçar como esta foi fundamental para consolidar sua política externa e uma postura interventora em séculos vindouros. Ademais, uma discussão acerca do excepcionalismo americano e da influência do Liberalismo também serão abordados. Todos esses aspectos serão apresentados de forma a explorar a trajetória estadunidense até os dias atuais, considerando especialmente a Guerra Fria, seus desdobramentos e a posterior ascensão chinesa. Tudo isso com objetivo de analisar se o discurso de um relativo declínio dos EUA enquanto hegemonia global é de fato uma realidade no século XXI.

Palavras-chave: Estados Unidos; internacional; Guerra Fria; hegemonia; China.

Abstract: This article aims to discuss the role of the United States (USA) in the international dynamics and how this influence has changed over the decades, seeking to understand whether in contemporaneity, even in the face of a hegemonic history, it is possible to notice a relative decline in this nation. To this end, the perspective of its historical formation will be analyzed, seeking to scrutinize how it was essential to consolidate its foreign policy and an intervening posture in coming centuries. Furthermore, a discussion about American exceptionalism and the influence of Liberalism will also be addressed. All these aspects will be presented in order to explore the American trajectory up to the present day, especially considering the Cold War, its developments and the subsequent Chinese rise. All this with the aim of analyzing whether the discourse of a relative decline of the US as a global hegemony is in fact a reality in the 21st century.

Keywords: United States; international; Cold War; hegemony; China.

Introdução

Os Estados Unidos da América (EUA) são uma nação de grande protagonismo internacional, especialmente considerando os dois últimos séculos. Atualmente, tal país é responsável por cerca de 25% da produção global de bens e serviços, um montante de aproximadamente US \$21,4 trilhões por ano². Mais do que

¹ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

² Segundo matéria no site Época Negócios.

economicamente relevante - em especial ao se considerar o cenário globalizado no qual o mundo se encontra - os EUA têm um enorme peso geopolítico e ideológico, sendo ele o principal responsável pela difusão dos valores liberais e do sistema capitalista no pós Guerra Fria, ainda que para isso fosse necessário uma série de intervenções e opressões - muitas delas certamente evitáveis.

Todavia, o que vemos também no século XXI é um declínio relativo dessa nação, uma vez que nas duas últimas décadas a mesma tem perdido gradualmente seu papel central em âmbitos internacionais. Isso se aplica não só em aspectos econômicos, como também geopolíticos, uma vez que novas potências têm ascendido, a exemplo da China. Assim, a posição hegemônica que os Estados Unidos ocupou ao final da Guerra Fria foi gradualmente sendo confrontada por um cenário multipolar no qual outros Estados começaram a ganhar espaço - conjuntura esta impulsionada também pelas tendências isolacionistas do último governo de Donald Trump - de forma a tornar-se, então, um fenômeno que necessita de análise.

Nesse sentido, para se entender as diversas decisões, posturas e as bases desse discurso liberal cosmopolita estadunidense que marcam a contemporaneidade, inclusive seus dilemas - como a ascensão de novas hegemonias mundiais (China) - é preciso lançar um olhar para o passado. Analisar o processo de construção dessa nação apresenta-se como essencial para compreender o presente uma vez que, antes das raízes de seu relativo declínio surgirem, os Estados Unidos construíram uma história de expansão e poder que até hoje, mesmo um pouco abalada, ainda se faz presente.

É justamente com este objetivo em mente, entender os Estados Unidos ontem e hoje, que este artigo abordará o passado dessa nação, de modo a relacionar sua construção e processo de internacionalização - econômico e ideológico - com o momento presente. Começemos então com sua origem, e como a mesma teve fundamental impacto nos valores cultivados e difundidos séculos mais tarde.

Estados Unidos: ontem

Segundo Tota (2009), um dos fatores essenciais na construção da identidade nacional dos EUA, relacionando-se diretamente com a origem da autoconfiança e da soberba estadunidense - vistas até hoje - foi a questão da "humilhação". Para entender tal elo, é interessante discutir acerca da criação dessa identidade nacional. Observa-

se que a identidade nacional estadunidense foi construída de forma gradual, uma vez que as diferenças existentes dentro do próprio território dificultaram uma união imediata. O primeiro sentimento de identidade que emergiu no local, ainda enquanto colônia, foi o relacionado aos próprios estados (o indivíduo era virginiano ou georgino ou nova-iorquino, etc), algo que perdurou por muitas décadas, mesmo após a independência. Ademais, mesmo que o idioma majoritariamente falado fosse o inglês, era preciso mais do que ele para construir uma sensação de pertencimento, de modo que esta última só seria alcançada ao longo do tempo e diante de diversos outros aspectos (conflitos, crenças, etc) (TOTA,2009).

Para elucidar, é apenas com a Guerra dos Sete Anos (1756-1773) que passa-se a ter um movimento, ainda que embrionário, de união neste território. Isso porque, ainda que tal conflito fosse entre Inglaterra e França, o mesmo teve suas motivações desenvolvidas dentro do continente americano, sendo ele o evento no qual, pela primeira vez, as 13 colônias lutaram juntas contra um inimigo comum (SORRILHA, 2020; RÉMOND, 1989). Em suma, esse episódio poderia ser considerado como um estímulo inicial para a construção de um sentido de identidade para essas 13 colônias, sentimento esse que até então era inexistente (SORRILHA, 2020).

É com a guerra de Independência contra a Inglaterra (1775-1783) que se observa esse sentimento lentamente sendo consolidado. Tal embate mobilizou a colônia como um todo, colocando os estados, cada qual com sua particularidade, lutando juntos, novamente, contra um inimigo comum: “Claro que a luta travada [...] contra os britânicos, foi criando traços de uma unidade, uma identidade comum, de solidariedade, de uma consciência de que se lutava por uma causa nobre, isto é, livrar-se de um poder opressor.” (TOTA, 2009, p.57).

Tem-se aqui, assim, o preâmbulo dos muitos eventos importantes para o desenvolvimento do caráter americano, de modo que, gradualmente, a pauta da segurança nacional ganha cada vez mais destaque em sua construção, seja enquanto Estado, seja enquanto nação. É justamente com essa prerrogativa de segurança nacional que os Estados Unidos, até mesmo antes de terem sua identidade nacional completamente consolidada, se envolvem em diversos conflitos, mesmo com alguns deles podendo ser totalmente evitados.

Os EUA acumularam uma série de vitórias e derrotas ao longo dos anos contra seus inimigos, internos ou externos. A cada vitória eram solidificadas a identidade nacional e a noção de união do país; a cada derrota e humilhação, os estadunidenses

aprendiam com seus erros e, diante deles, se levantavam prontos para um próximo desafio, forjando sua história, e seu caráter nacional, por meio da superação. “Há [...] como que uma alternância na história dos americanos: ciclos de humilhações e recuperação. Depois de cada ciclo, crescia o orgulho e, por que não, a soberba, forjados em têmpera cada vez mais resistente.” (TOTA, 2009, p.58).

Essa dinâmica cíclica apontada por Tota contribuiu não apenas para a construção de uma identidade americana como também gerou ao longo dos séculos sentimentos de orgulho, autoconfiança e soberba ratificados a cada superação. Isso pois, mesmo nas derrotas os estadunidenses tinham a forte crença de que superariam as adversidades; mais que isso, eram elas a têmpera necessária para que se tornassem cada vez mais resistentes.

É a partir disso que os Estados Unidos é construído, com essa visão que tinham de si como nação escolhida certamente corroborando para alimentar a autoconfiança e soberba americana. A herança protestante - com a valorização do trabalho e de ideias como a do “*self made men*” - somada também à doutrinas como a do Destino Manifesto, na qual os estadunidenses se viam como povo escolhido por Deus, auxiliam a entender não apenas a origem dessa soberba e autoconfiança, mas também a ideia do excepcionalismo americano - a ser posteriormente esmiuçado.

A própria marcha para o Oeste, tão emblemática na história estadunidense e em sua construção enquanto nação, é encarada como representativa da coragem e determinação americanas uma vez que, mais do que um movimento de ocupação territorial, representava a superação das agruras naturais: o desbravamento do “mundo selvagem”. Este último é encarado como um “inimigo” a ser enfrentado, de modo a evidenciar que a superação de um desafio/inimigo, seja este externo ou interno, foi essencial para a formação do caráter nacional americano (TOTA, 2009).

Assim, apesar de em um primeiro momento parecer irrelevante, essa construção histórica dos Estados Unidos enquanto nação definiu não somente o comportamento de uma época, mas também pode ser utilizada como auxílio para compreender suas decisões políticas mais próximas da contemporaneidade. Tal autoconfiança, as diversas interferências internacionais de Washington em nações distintas ao longo dos séculos, ou mesmo o destaque que a pauta de segurança interna adquiriu no decorrer da história americana encontram sua origem nesse passado. Para além disso, estes aspectos continuam sendo centrais, em especial quando se pensa, por exemplo, no desenvolvimento de políticas como a Doutrina

Monroe e o Big Stick, na Primeira e Segunda Guerras Mundiais ou mesmo na Guerra Fria - e seus posteriores frutos.

Excepcionalismo americano e ascensão liberal

Desse modo, o que nota-se ao longo dos séculos na história é a forte crença do supracitado excepcionalismo americano. Foi este último a grande prerrogativa que muitas vezes compôs as decisões dos Estados Unidos, tanto em sua formação quanto nos séculos que se seguiram. É esse excepcionalismo que esteve presente, por exemplo, na participação estadunidense na Segunda Guerra Mundial, com destaque em sua finalização.

Foram os Estados Unidos que lançaram as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, encerrando oficialmente um conflito que já estava vencido. Tais bombas significaram muito mais uma demonstração de poder do que uma real necessidade e, com milhares de mortos - entre vítimas da explosão em si e as da radiação - este ataque, minimamente precipitado, foi apenas considerado um crime de guerra na atualidade. Vemos aí o excepcionalismo americano em ação.

Pensando justamente na questão dos Direitos Humanos, o que se percebe é que “Os Estados Unidos são, até hoje, um dos estados que menos ratificaram instrumentos internacionais de direitos humanos, apenas cinco no âmbito das Nações Unidas [...]” (LINDGREN-ALVES, 2019). Contudo, mesmo diante deste fato, o que ocorre muitas vezes é atribuição cega aos Estados Unidos de um papel determinante na disseminação dos Direitos Humanos pelo globo. De fato, como muito bem levantada por Lindgren-Alves, é inegável a importância do país nesta pauta, porém realizar tal correlação é propagar distorções e desconsiderar outros atores essenciais para a universalização desses direitos (LINDGREN-ALVES, 2019). Há nesse ponto, novamente, a presença do excepcionalismo:

[...] Se isso, por um lado, pode revelar seriedade, no sentido de que o estado [Estados Unidos] não adere a nada que não possa ou não deseje cumprir, por outro, mais expressivo, essa relutância perene decorre do autoconferido ‘excepcionalismo’, que põe o país acima daquilo que ele próprio exige dos demais. (LINDGREN-ALVES, 2019).

Além do excepcionalismo, outro aspecto extremamente presente ao pensarmos na consolidação nacional, econômica, social e política dos Estados Unidos, interna e externamente, é sua íntima relação com o Liberalismo. Mais do que uma corrente de

pensamento, o Liberalismo foi peça fundamental para a construção dessa nação norte-americana enquanto grande hegemonia, em especial no século XX, e lança sobre a mesma profundas raízes.

O Sistema Liberal teve sua ascensão de fato com o Império Britânico, durante o século XIX. Neste período a Inglaterra “[...] alcançou o ápice de seu poder, beneficiando-se da estabilidade na Europa para construir o império e assentar os pilares de um mercado mundial.” (MAGNOLI, 2008, p.113). Houve, então, neste primeiro momento uma ampla propagação dos princípios liberais muito por conta dos britânicos, de modo que “A segunda metade do século XIX foi marcada pela acelerada expansão econômica promovida pela Segunda Revolução Industrial e pela ampliação e integração dos mercados globais.” (BARBOSA, 2008, p.147).

Todavia, ainda que os princípios liberais tenham se difundido, percebe-se uma mudança na dinâmica comercial internacional no transcorrer do século XIX, com a Inglaterra perdendo espaço para outras nações. Tal aspecto possibilitou a ascensão dos Estados Unidos no cenário global, principalmente após a Segunda Guerra. É interessante ressaltar também que tal passagem - da hegemonia britânica para a estadunidense - não foi encarada com tanta estranheza pela Inglaterra, uma vez que eram os Estados Unidos uma nação difusora dos princípios liberais e ex-colônia britânica. Assim, após 1945, com a Europa devastada e diante da ausência de uma hegemonia planetária, Washington viu a oportunidade perfeita para ampliar seu poder - já crescente nas últimas décadas - perante outros Estados.

Se as guerras criam oportunidades para a construção de uma ordem, a Segunda Guerra Mundial levou isso ao extremo. O sistema entre-guerras havia entrado em colapso e os antigos arranjos para as relações entre as grandes potências estavam em desordem e desacreditados. Os Estados Unidos haviam se tornado um gigante geopolítico com novos e expansivos interesses internacionais. Seu poder tinha alcance global - e, portanto, teve a oportunidade de estruturar o mundo mais amplo de uma forma que poucos estados fazem. (IKENBERRY, 2011, p.164, tradução nossa).³

Não é por mero acaso que o século XX passa a ser conhecido como “século americano”, ou melhor dizendo, o século em que imperou a *Pax Americana*. Ainda que tal período tenha sido marcado por crises mundiais, como a quebra da bolsa de

³ “If wars create opportunities for order building, the Second World War did so in the extreme. The interwar system had collapsed, and the old arrangements for great-power relations were in disarray and discredited. America had become a geopolitical behemoth with new and expansive international interests. Its power had global reach—and so it had the opportunity to structure the wider world in a way few states ever do.”

valores em 1929 e as crises do petróleo durante a década de 1970, foi justamente nele que os Estados Unidos ampliaram sua influência e tornaram-se atores centrais no cenário internacional. Mais do que isso, o país foi grande responsável por estabelecer os caminhos da governança global naquele período, de forma a impactar diretamente a ordem internacional vigente. Com uma posição privilegiada após os conflitos mundiais, o país expandiu não só sua influência como também seus valores, de modo a propagar o liberalismo e a ideia do *American way of Life*.

Há aqui, então, a ascensão dos Estados Unidos enquanto hegemonia global. Assim, ao pensar nesse conceito - hegemonia - pode-se abordar o entendimento de Antonio Gramsci. Este último encarava hegemonia como uma categoria complexa e multifacetada, não só correspondente a poder e dominação, mas também como maneira multidimensional em que classes, grupos e suas frações exercem seu domínio e direção nos planos nacional e internacional.

No que diz respeito ao significado que deve ser atribuído a “hegemonia”, desde o início (Q 1, 44, 41), G. [Gramsci] oscila entre um sentido mais restrito de “direção” em oposição a “domínio”, e um mais amplo e compreensivo de ambos (direção mais domínio). Com efeito, ele escreve que “uma classe é dominante em dois modos, isto é, é ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Portanto, uma classe desde antes de chegar ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo): quando está no poder torna-se dominante, mas continua sendo também ‘dirigente’”. (LIGUORI, VOZA, 2017, p. 690).

Tal perspectiva gramsciana sobre hegemonia dialoga justamente com a posição em que se encontrava os EUA, que passa a difundir sua ideologia ao redor do globo em uma disputa de posições com o adversário que se apresenta no pós-guerra, a União Soviética. Isso, de forma a exercer um papel concomitante de domínio e direção multidimensional, abrangendo não apenas aspectos nacionais bem como internacionais - a exemplo das relações com demais Estados.

Outra perspectiva que também se faz interessante ressaltar é a de John Ikenberry quanto ao tipo de hegemonia exercida por Washington. Partindo de outra matriz conceitual, para o autor, ainda que a ordem liberal que caracterizava o período tenha sido marcada por uma hierarquia, com a concentração de poder nos Estados Unidos, a hegemonia por ele exercida não era algo imposto. Na realidade, sua postura hegemônica tinha por base a realização de barganhas, a reciprocidade, acordos entre os diferentes países, o acesso a tomadas de decisão e afins.

[...] os Estados Unidos lideraram a criação de uma ordem internacional distinta que combinou os mecanismos de ordenação de equilíbrio, comando e consentimento. Essa ordem estabeleceu arranjos de governança - formais e informais - para os Estados que operavam dentro dela e um sistema hierárquico de governo, por meio de regras e relacionamentos. Hierarquia e dominação foram infundidas com consentimento e o estado de direito. (IKENBERRY, 2011, p.160-161, tradução nossa).⁴

Porém, toda essa trajetória hegemônica não se perpetuou ao longo dos anos, de modo que gradualmente os Estados Unidos foram perdendo protagonismo no cenário internacional. Isto é, em outras palavras, entraram em um relativo declínio. As raízes deste último foram construídas lentamente, só se manifestando de fato a partir do século XXI. Para entender melhor como se deu tal construção é preciso analisar atentamente a segunda metade do século XX e o início do século vindouro.

Estados Unidos: hoje - declínio relativo

Como supracitado, após as Guerras Mundiais os Estados Unidos se consolidaram no cenário internacional. Um grande destaque desse período foi justamente a Guerra Fria, momento de tensão geopolítica entre Estados Unidos e União Soviética (URSS) no qual ambas as nações tentaram suplantar seus sistemas e ideologias no cenário global (HOBSBAWM, 1998). Foi gerado, assim, uma bipolaridade: de um lado havia os EUA, defensores do Capitalismo e do sistema Liberal, do outro, a URSS, propagadora do Socialismo. Este recorte temporal, de aproximadamente 1947 até a dissolução da URSS, foi marcado não apenas por uma corrida tecnológica - a exemplo das expedições espaciais - como também armamentista, com cada lado tentando prevalecer na ordem internacional.

Quanto a este último aspecto, é necessário destacar que, mesmo não ocorrendo um conflito direto entre as suas potências mundiais, houve momentos de imensa tensão - como a Crise dos Mísseis - e também diversos conflitos frutos de respingos desse embate geopolítico, em especial no Oriente Médio e na Ásia. Não é surpresa perceber que as diversas guerras que marcaram a segunda metade do século XX contaram com a interferência, em maior ou menor grau, dos Estados Unidos e da União Soviética.

⁴ “[...] the United States led in the creation of a distinctive international order that combined the ordering mechanisms of balance, command, and consent. This order established governance arrangements—formal and informal—for the states that operated within it and a hierarchical system of rule, through both rules and relationships. Hierarchy and domination were infused with consent and the rule of law.”

As armas nucleares não foram usadas. As potências nucleares se envolveram em três grandes guerras (mas não umas contra as outras). Abalados pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados (disfarçados como Nações Unidas) intervieram na Coreia em 1950 para impedir que o regime comunista do Norte daquele país se estendesse ao Sul. O resultado foi um empate. Fizeram o mesmo, com o mesmo objetivo, no Vietnã, e perderam. A URSS retirou-se do Afeganistão em 1988, após oito anos nos quais forneceu ajuda militar ao governo para combater guerrilhas apoiadas pelos americanos e abastecidas pelo Paquistão. (HOBBSAWM, 1998, p.185-186).

Em suma, e diante do exposto por Hobsbawm, pode-se apresentar como exemplos dessa dinâmica intervencionista das duas potências mundiais⁵ a Guerra da Coreia (1950-1953), na qual a Península coreana foi invadida ao norte pelos soviéticos e chineses, e ao sul pelos estadunidenses; a Guerra do Vietnã (1955-1975), em que os EUA decidem intervir no plebiscito realizado pelos vietnamitas - devido a possibilidade de vitória do socialismo -, apoiando o Vietnã do Sul; e a Guerra do Afeganistão (1979-1988), que teve a URSS apoiando militarmente o governo comunista no poder enquanto os Estados Unidos começaram a armar e treinar opositores.⁶

A evidente disputa entre Estados Unidos e União Soviética vai ganhando contornos mais brandos conforme o final do século se aproxima e, com o desmantelamento gradativo da União Soviética - com a queda do Muro de Berlim em 1989 como marco figurativo dessa derrocada - os EUA têm, então, seu momento de ápice na dinâmica internacional. “A União Soviética [...] sucumbiu no fim dos anos 1980 à crise econômica e à divisão política interna, deixando os Estados Unidos sem seu maior inimigo.” (PURDY, p.290, 2007).

A Guerra do Golfo (1990-1991) - ataque de forças internacionais lideradas pelos Estados Unidos em resposta à invasão feita pelo Iraque ao Kuwait - veio para consolidar a nova ordem que se desenrolava, com os EUA buscando consolidar um discurso liberal cosmopolita atrelado a um constante intervencionismo americano em conflitos e questões globais.

É preciso ressaltar que, mesmo finda a Guerra Fria, os conflitos ao redor do globo não acabaram. Ao contrário, o final dessa disputa geopolítica bipolarizada

⁵ É preciso destacar que, para fins da construção textual, foi lançado um olhar apenas para a interferência dos EUA e da URSS nesses conflitos. Todavia, esses embates são complexos, envolvem uma série de movimentações, grupos específicos e aspectos históricos, religiosos e culturais que não podem ser desconsiderados, uma vez que foram vitais para o desenvolvimento dos mesmos.

⁶ 6 Destaque para Osama bin Laden, que neste primeiro momento foi apoiado pelos EUA, mas que em anos vindouros se tornaria um dos principais inimigos da nação.

culminou, especialmente na década de 90 e início dos anos 2000, em uma série de embates étnicos, religiosos e políticos, os quais os Estados Unidos não deixaram de intervir. Os eventos de 11 de setembro e a proclamação da “Guerra ao Terror” com o Governo Bush (filho) - destaque para o Patriot Act - apenas intensificaram tal processo, utilizando justamente do discurso liberal cosmopolita, com enfoque para luta contra o terrorismo, como esteio para as intervenções extranacionais feitas pelo país a partir dos anos 2000.

Nesse sentido, várias medidas dos Estados Unidos passam a ser vistas como negativas por outras nações que, na década 90 e início dos 2000, vinham ganhando mais espaço no cenário internacional. “A ideia [...] de que a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma ‘nova ordem’ baseada na única superpotência restante, logo se mostrou irrealista.” (HOBSBAWM, 1998, p.199). Vai então, paulatinamente, evidenciando-se a construção do relativo declínio americano, algo já explorado no prefácio do livro “*Liberal Leviathan*”.

Mas, na última década, essa ordem hegemônica liderada pelos americanos enfrentou problemas. A crise mais óbvia nesta ordem ocorreu durante a recente administração de George W. Bush, que gerou uma oposição mundial diante de suas tendências unilateralistas, da grande estratégia de “guerra ao terror” e da invasão do Iraque. (IKENBERRY, 2011, p.XII, tradução nossa).⁷

Tais tendências unilateralistas por parte dos Estados Unidos - tendo, provavelmente, como uma de suas raízes a crença no excepcionalismo americano - geraram certo descontentamento em relação à sua postura internacional. Este aspecto pode ser observado justamente na questão dos acordos e tratados internacionais, muitos dos quais não foram ratificados pela nação ianque. Com isso em mente, a perspectiva de Lindgren-Alves se faz novamente muito interessante.

Enquanto todas essas dificuldades autoimpostas para a adesão ao direito internacional de direitos humanos podem ser “justificadas” pela visão altaneira da soberania própria, de uma superpotência, mais inexplicável é a hipocrisia que sempre pautou a mesma superpotência na antiga Comissão, hoje Conselho, de Direitos Humanos (CDH) da ONU. A duplicidade de valores na formulação de condenações contra adversários - como o Iraque de Saddam Hussein, ou o Irã depois da queda do xá, e particularmente Cuba, mas não a antiga União Soviética, ou a Rússia de Putin, ou regimes de direita - é exasperante. (LINDGREN-ALVES, 2019).

⁷ “But in the last decade, this American-led hegemonic order has been troubled. The most obvious crisis in this order occurred during the recent George W. Bush administration as it generated worldwide opposition to its unilateralist tendencies, “war on terror” grand strategy, and invasion of Iraq.”

É perante todo esse cenário que, acrescido a diferentes políticas externas nem sempre promotoras de um multilateralismo entre as nações, os Estados Unidos foram durante as duas primeiras décadas do século XXI gradativamente acentuando seu declínio relativo.

Quando Obama assumiu a liderança dos Estados Unidos, foi no contexto de um mundo que havia começado a questionar, e até se preocupar, qual seria o papel da América no mundo, a forma como ela parecia oscilar entre um isolacionismo introvertido e o impulso messiânico às vezes agressivo de impor uma ordem global, a justaposição de sua retórica de liberdade com a realidade da Baía de Guantánamo. (GRANT, Mary-Susan, 2014, p.245).

Nesse sentido, posturas que colaboraram para este relativo declínio foram a de George W. Bush, com sua beligerância neoconservadora e para-evangélica (LACERDA, 2004), ou mesmo a do governo de Donald Trump, que assumiu um distanciamento do sistema internacional de direitos humanos e, em conjunção a iniciativas domésticas, dialogou com um período mundial no qual prevalecia a polarização de divergências e a viralização de ódio, especialmente por meio das redes sociais (LINDGREN-ALVES, 2019).⁸

Por fim, mas com toda certeza um fator central, o que coroou tal derrocada de Washington foi a ascensão chinesa. Assim, se o século XIX foi britânico e o XX, estadunidense, o século XXI certamente é asiático. A China apresentou um crescimento vertiginoso nos últimos anos que, mesmo considerando os impactos da pandemia, continua sendo muito expressivo - segundo matéria do UOL Economia, de abril de 2021, o PIB chinês cresceu 18,3% em ritmo anual no primeiro trimestre. Essa questão do crescimento chinês é explorado por Celio Hiratuka, em artigo para o Instituto de Economia da Unicamp:

Em primeiro lugar, é importante destacar que a escala e a velocidade do desenvolvimento econômico chinês, superam qualquer experiência histórica anterior. Utilizando a base organizada por Angus Maddison, o McKinsey Global Institute (2012) ilustrou esse fato, mostrando que, considerando o período de tempo para dobrar a renda per capita de US\$ 1.300 para US\$ 2.6002, a Inglaterra levou 154 anos (século XVIII e XIX), os Estados Unidos, 53 anos, a Alemanha, 65 anos (ambos na segunda metade do século XIX) e o Japão, 33 anos (segunda metade do século XX). Por sua vez, a população

⁸ É interessante ressaltar que o governo Obama (2009-2017) muito se distinguiu das gestões de George W. Bush (2001-2009) e de Donald Trump (2017-2021), adotando uma postura menos belicosa e que utilizava-se da diplomacia, acordos e parcerias internacionais. Ainda assim, tal governo também enfrentou desafios, sendo os impactos da Crise de 2008 um dos mais emblemáticos nesse quesito.

total de cada país no início do processo era de respectivamente 9, 10, 28 e 48 milhões de pessoas. Não apenas o desenvolvimento chinês iniciado no final do século XX, utilizando o mesmo critério, foi muito mais rápido (12 anos), como também partiu de uma escala em termos de população incomparavelmente maior (mais de 1 bilhão de habitantes). (HIRATUKA, 2018).

Ademais a clara importância econômica, em quesitos de influência no sistema internacional a China também tem se tornado um ator relevante. Nesse sentido, o que destaca-se em relação à postura chinesa e sua dinâmica de interação são:

[...] concepções de ascensão pacífica, de política de não alinhamento, de fortalecimento das relações exteriores, do aumento da interdependência econômica, do liberalismo no comércio exterior, do multilateralismo e do estabelecimento de uma estratégia de amizade superficial com os Estados Unidos [...] (RIBEIRO, 2020, p. 623).

Conclusão

Todos estes aspectos externos, somados às posturas de Washington nos últimos anos, foram muito importantes para o desenrolar desse relativo declínio estadunidense no contexto internacional. O que se vê então no século XXI é um Estados Unidos que, mesmo tendo grande relevância internacional - afinal, foram décadas de construção dessa influência -, é uma nação que tem de lidar não somente com seus próprios dilemas nacionais (problemas sociais, desigualdades, polarizações políticas, etc) mas também com a ascensão de outros países capazes de suplantá-los econômica e geopoliticamente com o transcorrer do tempo, sendo a China o grande destaque nessa questão.

Bibliografia

BARBOSA, Elaine Senise. Conferência de Berlim (1884-1855) In: MAGNOLI, Demétrio. **História da Paz**. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

CHINA tem crescimento recorde no primeiro trimestre. **UOL Economia**. 16 de abr. de 2021 - 06h59. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2021/04/16/china-tem-crescimento-recorde-no-primeiro-trimestre.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

EUA: as contradições da maior economia do mundo, em 5 gráficos. **Época Negócios**. 30 Out. 2020 - 21H08. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2020/10/eua-contradicoes-da-maior-economia-do-mundo-em-5-graficos.html>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

GRANT, Susan-Mary. **História dos Estados Unidos da América**. São Paulo: EDIPRO, 2014.

LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano: (1926-1937)**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

HIRATUKA, Celio. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL. Texto para Discussão. **Unicamp**. IE, Campinas, n. 339, maio 2018. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3630/TD339.pdf>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IKENBERRY, G. John. **Liberal Leviathan: The origins, crisis, and transformation of the American world order**. Princeton University Press, 2011.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?. Resenhas. **Rev. bras. Ci. Soc.** 19 (54). Fev 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/4ZcJv59zvb6DKdghPsRKDs/?lang=pt>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

LINDGREN-ALVES, José A. Direitos Universais ou Americanização total?. Dossiê - Direitos Humanos sob Tensão. **Lua Nova** (108). Sep-Dec 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-017043/108>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/hZRp3GrFcJvcHB4TQDnnpnGr/?lang=pt>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

MAGNOLI, Demétrio. Congresso de Viena (1814-1815) In: MAGNOLI, Demétrio. **História da Paz**. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

PURDY, Sean. O Século Americano. IN KARNAL, Leandro. [et al.]. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo. Geopolítica do século XXI: a perspectiva chinesa do Sistema Internacional. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 621-644, dez. 2020. DOI: <http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p621>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/75746/44759>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.

RÉMOND, René. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989 (Coleção Universidade Hoje).

SILVA, Daniel Neves. Guerra do Golfo. **História do Mundo**. 2018. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/guerra-do-golfo.htm>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

SORRILHA, Marcos. **Independência dos EUA: A Crise Imperial #Aula1**. Youtube. 22 de fev. de 2020. 1 vídeo (40 min 52 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sokMc4r-Wlw&list=PLzgFbHithf-H21qa4O7tnqkyz>

DicmzCdF. Acesso em: 24 de mai. de 2022.

TOTA, Antonio Pedro. **Os americanos**. São Paulo: Contexto, 2009, p.20-84 (Povos e Civilizações).

O Homem de Côr: o problema da cidadania entre a escravidão e a liberdade no Brasil da primeira metade do século XIX

O Homem de Côr: the problem of citizenship between slavery and freedom in Brazil of the first half of the 19th century

Maria Isabela da Silva GOMES¹.

Resumo: O artigo em causa investiga o jornal *O Homem de Côr*, fundado em 1833, produzido pela Typographia Fluminense de Brito e C, um periódico carioca pioneiro ao colocar em debate, de maneira articulada, os problemas da cor e da cidadania no Brasil imperial. Por meio de questionamentos dirigidos, sobretudo, à primeira edição do jornal, busca-se compreender como se constituiu um debate a respeito dos direitos dos “homens livres de cor”, empreendido por homens negros a partir da premissa da igualdade de todos os cidadãos brasileiros sacramentada na Constituição do Império do Brasil de 1824. A hipótese que norteia o estudo é a de que o esclarecimento dos livres e libertos, africanos e descendentes, sobre sua cidadania, não era desejado por uma elite cultural que se queria culturalmente branca e acabava especialmente dificultado por uma população então largamente analfabeta. Ainda assim, *O Homem de Côr* se encarregou de colocar na ordem do dia problemas urgentes de uma sociedade que se queria livre sem considerar o conjunto de sua população inextricavelmente marcada pela escravidão.

Palavras-chave: Escravidão, Cidadania, Liberdade, Imprensa.

Abstract: The article in question investigates the newspaper *O Homem de Côr*, founded in 1833, produced by Typographia Fluminense de Brito and C, a pioneering Carioca periodical by discussing, in an articulated way, the problems of color and citizenship in Imperial Brazil. Through questions directed, above all, to the first edition of the newspaper, we seek to understand how a debate was constituted about the rights of “free men of color”, undertaken by black men based on the premise of equality of all Brazilian citizens sacramented in the Constitution of the Empire of Brazil of 1824. The hypothesis that guide the study is that the clarification of the free and freed, africans and descendants, about their citizenship, was not desired by a cultural elite who wanted to be culturally white and ended up especially hampered by a population then largely illiterate. Still, *O Homem de Côr* took care of putting on the agenda urgent problems of a society that wanted to be free without considering the whole of its population inextricably marked by slavery.

Keywords: Slavery, Citizenship, Freedom, Press.

¹Discente do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp - Campus de Franca. Aluna bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Unesp, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira. Aluna colaboradora do Programa de Educação Tutorial (PET) História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp - Campus de Franca. E-mail: maria.isabela@unesp.br.

O problema da cidadania no debate público do Brasil imperial

Nas últimas décadas, na historiografia sobre a escravidão no Brasil, a integração do negro africano e de seus descendentes na sociedade como cidadãos passou por profunda revisão, a partir de investigações alentadas que possibilitaram novas interpretações de fontes, além da exploração, em diferentes perspectivas, dos diferentes registros deixados pelo sistema escravista. A escravidão, como um sistema de suprimento de mão de obra sancionado pelo Estado luso-brasileiro no início da colonização, atravessou séculos e se solidificou no Brasil independente como uma instituição caracterizada por padrões de acomodação, que não impuseram problemas para o manejo das noções de cidadania² e de liberdade. O cativo, uma vez alforriado, tornava-se uma espécie de cidadão de segunda categoria, mas, ainda assim, o filho da mulher liberta era um cidadão livre, e se atendesse aos critérios censitários da época, na letra da Constituição de 1824, era um cidadão pleno de direitos³.

Segundo Marco Morel⁴, o período das Regências demarcou tentativas de construção da nação e da brasilidade, para que fosse garantida a independência e também a ordem nacional. Apesar da ruptura legal com o Estado Português e a formulação de uma constituição própria, algumas práticas do período colonial permaneceram. A historiografia, como afirma Agostinho Júnior Holanda Coe⁵, durante muitos anos, caracterizou o processo de independência brasileira "[...] pelo início da construção de um ideário nacional e que agora precisava lançar bases autônomas em relação aos séculos de domínio português." (COE, 2020) A discussão dos princípios constitucionalistas, em voga após 1824, trazia consigo diversos aspectos sobre a noção de cidadania, liberdade e a legitimidade das leis civis que impunham ao cidadão suas obrigações para com a sociedade.

O início do Império brasileiro nos reporta à configuração do Estado⁶. A cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, esteve inserida em um projeto

²MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967. p. 63-64.

³Ver em: MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. 3ª edição. 2 v. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976. 266 p. (Coleção Dimensões do Brasil).

⁴MOREL, Marco. **O período das Regências, (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

⁵Texto produzido pelo Professor formador do curso de História do Parfor/UFPI Agostinho Júnior Holanda Coe. Doutor em História das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ) – CCHL/Departamento de História/UFPI.) Disponível em: <https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-parfor/37465-a-independencia-politica-do-brasil>.

⁶LOPES, José Reinaldo de Lima. "Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX", István Jancsó (org.), **Brasil: Formação do Estado e da Nação**, São Paulo, Hucitec, Editora UNIJUÍ, FAPESP, 2003.

de modernização, no qual o direito às liberdades individuais, de muitos modos, dialogava com o direito de propriedade. José Murilo de Carvalho⁷, ao se debruçar sobre a trajetória da noção de cidadania no Brasil, afirma que ela foi construída por meio de dois eixos analíticos, partindo do referencial proposto pela tipologia de Bryan S. Turner⁸ sobre essa temática. O primeiro movimento seria de cima para baixo, sobretudo no que se referiu às lutas por direitos civis nas experiências históricas. Já o segundo eixo demarca a estreita relação entre o público e o privado, no qual o Estado exerceu papel preponderante entre os direitos políticos e, gradativamente, separou os direitos civis, políticos e sociais. Essa centralização estatal sobre os direitos civis e políticos foi denominada de “estadania”⁹.

Ainda que a imprensa tenha sofrido censura prévia por parte do governo português em seu início, após 1821, com a liberdade de imprensa, surgiram diversos jornais no Brasil. É possível afirmar que na década de 1830 a imprensa proliferou-se no cotidiano fluminense, abordando um amplo espectro de temáticas voltadas desde os assuntos políticos imperiais até à publicação e veiculação de revistas científicas e literárias¹⁰. Tornava-se, desse modo, corriqueira a propagação de periódicos como forma de estender o debate público à população, ou melhor, de se ampliar o público leitor. Boa parte desses periódicos procurou impulsionar a opinião pública. Tarefa nada fácil em um jovem país de população marcadamente analfabeta.

Segundo o historiador Marcello Basile, nos anos 30 do século XIX, os jornais que tratavam do cotidiano político do Império seguiam algumas tendências¹¹ específicas: as liberais (*moderada* e *exaltada*) e a conservadora, direcionada aos *caramurus*. A abdicação de D. Pedro I acabou por resultar, como já observado, em um período de instabilidade política e, como era de se esperar, as elites políticas e suas divisões eram evidentes. Havia embates entre os distintos grupos políticos regenciais que representavam o quadro político brasileiro de formas diferentes, as

⁷CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania: Tipos e Percursos", **Estudos Históricos**, vol. 9, n. 18, 1995, p. 338-339.

⁸TURNER, Bryan S. "Outline of a theory of citizenship". **The Journal of the British Sociological Association**, vol. 24, nº 2, 1990.

⁹Para o aprofundamento no conceito de “estadania”, ver: CARVALHO, J.M. Cidadania, estadania, apatia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.8, 24 jun.2001.

¹⁰Sobre as representações nas revistas científicas na imprensa do século XIX, ver: SILVA, Cesar Agenor Fernandes da. Representações, vulgarização e imagética científicas na imprensa da corte fluminense do século XIX. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 10, n. 19, p. 40-75, jul./dez. 2016.)

¹¹BASILE, Marcelo. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Maria Bastos P. Neves; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006.

chamadas facções¹² já citadas anteriormente: a *moderada*, pautada pelo uso da razão e ponderação; a *exaltada*, estribada na defesa de uma cidadania mais ampla e os *caramurus*, em grande parte portugueses, que defendiam a monarquia e a centralização política.

A valorização da palavra escrita foi posta como uma das principais ferramentas de ação dos homens letrados. Vários foram os jornais, mesmo com as dificuldades do início do Oitocentos, que se sobressaíram. Dentre eles é possível destacar o *Correio Braziliense*¹³ ou *Armazém Literário* (1808-1822), a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821); *O Patriota* (1811) e *O Campeão Portuguez* (1821). Tais títulos fizeram parte da tentativa da Imprensa Régia, supervisionada pelo Estado Português, de influenciar a população na reflexão sobre a atuação do Estado nas melhorias no campo da literatura, comércio e estruturação de um futuro promissor. O projeto civilizatório dos letrados do início do século XIX estava, então, em curso. O repertório da elite dos homens instruídos, no entanto, não se restringiu aos interesses dos grupos socialmente privilegiados na hierarquia pública. Num outro ambiente, o da década de 1830, apareceram títulos como *O Homem de Côr*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Lafuente*¹⁴, que colocavam a questão da cor como ponto central de debate político, sendo *O Homem de Côr*¹⁵, de tendência *exaltada*, lançado em 1833 pela Tipografia de Francisco de Paula Brito, o primeiro a indagar a ocupação de cargos públicos por “homens de cor”, afirmando que homens de talento e virtude não poderiam ser definidos por sua tonalidade de pele, mas sim por seus próprios méritos.

Os agitados tempos da Regência, na década de 1830, assinalam o anti-racismo no seu nascedouro quando uma primeira geração de brasileiros negros ilustrados dedicou-se a denunciar o 'preconceito de cor' em jornais específicos de luta, repudiando o reconhecimento público das 'raças' e reivindicando a concretização dos direitos de cidadania já contemplados pela Constituição de 1824. (AZÉVEDO, 2005, p. 300).

¹²ANDRADE, Marcos Ferreira de e SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835). Guarulhos, n. 4, p. 130-148 em: **Almanack** [online]. 2012.

¹³Para saber mais sobre o *Correio Braziliense* e a apresentação do que se chamou de Novo Império do Brasil, ver: SILVA, César Agenor Fernandes da. **O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2006.

¹⁴Os jornais intitulados como *O Cabrito*, *O Lafuente*, *Brasileiro Pardo* (RJ, 1833) estão disponíveis em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

¹⁵**O HOMEM DE CÔR**. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito e C., n. 1, 14 set. 1833.

Isto posto, *O Homem de Côr* é o material investigado neste artigo, como forma de se compreender, de maneira articulada, os problemas da cor e da cidadania no Brasil imperial veiculados na imprensa carioca. O fundador do jornal, descendente de escravos e ativista político Francisco de Paula Brito, nascido em 2 de dezembro de 1809, na cidade do Rio de Janeiro, foi tipógrafo, poeta, tradutor, contista, editor e um ferrenho defensor da imprensa livre. A abertura de sua Tipografia, em 1831, na atual Praça Tiradentes, Rio de Janeiro, representou o estabelecimento de um espaço de debates para variados posicionamentos políticos, colaborando, assim, para a tessitura de uma rede de sociabilidade entre os prelos. As prensas de sua tipografia foram pioneiras na introdução do debate político sobre a questão racial como temática central, a partir do lançamento do título *O Homem de Côr* que, em sua terceira edição, passou a ser chamado de *O Homem de Côr ou O Mulato*. Resta claro, portanto, que a questão da luta da primeira geração de homens negros e mestiços inclusos no universo de letras contra a discriminação racial configurou o pioneirismo da imprensa negra, por meio da desvinculação do peso de "raça"¹⁶ como fenômeno da modernidade que remonta à noção de categorias entre os seres humanos.

A *Typographia Fluminense*, localizada na Rua da Constituição, nº 51, tornou-se um ponto crucial de manifestação daqueles que estavam descontentes com as decisões e com os rumos políticos do país, além de ter sido uma zona de proposição de novos paradigmas para o debate político na esfera pública. Em especial, o debate sobre discriminação racial sofrida pelos "homens de cor" livres tornou-se a grande crítica contra a noção de cidadania então vigente. A dinâmica de produção de pasquins, jornais e revistas na tipografia de Paula Brito manteve sob sigilo os autores dos trabalhos impressos que assim desejassem tal discrição, recaindo a responsabilidade nas mãos do editor. A razão para tal estratégia pode ser encontrada no Código Criminal do Império, capítulo I, artigo 7º:

§ 1º. O impressor gravador ou litógrafo os quais ficarão isentos de responsabilidade mostrando por escrito obrigação de responsabilidade do editor. Sendo esta pessoa residente no Brasil, que esteja no gozo dos direitos políticos, salvo quando escrever em causa própria, caso em que não existe esta qualidade;

¹⁶AZEVEDO, C. M. M. de. A recusa da raça: anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 24, pág. 297-320, dezembro de 2005.

§ 2º. O editor que se obrigou, o qual ficará isento de responsabilidade, mostrando obrigação pela qual o autor, se responsabilize, tendo este as mesmas qualidades exigidas no editor, para escusar o autor.¹⁷

Na primeira edição do jornal *O Homem de Côr* é possível notar as inquietações voltadas para questões fundamentais da cidadania dos livres e para a desaprovação das decisões governamentais que excluía os “homens de cor” dos cargos públicos e das decisões da elite letrada para com os novos rumos do Império brasileiro. Na condição de descendente de ex-escravos, que se interessaram pelo letramento, o que não era comum à época, Francisco de Paula Brito buscou estreitar laços com o universo das Letras, desde muito jovem, nas tipografias onde trabalhou e nos contatos com letrados à época, principalmente, com tipógrafos, impressores e livreiros.

Filho e neto de libertos, [...] comerciante, livreiro, impressor e editor que atuou no Rio de Janeiro por três décadas, entre 1831 e 1861. Com efeito, foi por seu trabalho e pelos laços de solidariedade que teceu durante a vida que Paula Brito converteu-se em uma espécie de catalizador no cenário cultural e literário da capital do Império, alcançando notoriedade ainda em vida. (GODOI, 2006, p. 1-2).

A trajetória de vida¹⁸ do editor foi marcada, desde muito cedo, pelo letramento como instrumento de reafirmação do afastamento do cativo de sua ascendência e como ferramenta de posicionamento como homem livre. Os condicionamentos históricos que compeliram para a presença do *O Homem de Côr* e as reivindicações que partiam dessa primeira edição do jornal procederam, em grande medida, das marcas da escravidão e da mentalidade escravocrata. O passado colonial ainda se fazia presente nas mais profundas relações sociais.

As marcas da escravidão entre os prelos

Segundo o historiador Rodrigo Godoi, a respeito dos discursos de Paula Brito, é notório o intercruzamento entre os princípios constitucionais e o quesito da cor no posicionamento do editor como cidadão livre: “Sou Brasileiro, ainda que homem de cor, a principal causa por que se me faz guerra; mas, que tanto me honro de o ser, como os que tendo a cor mais clara que a minha se gloriam de ser brancos”. (PAULA BRITO, 1824, p. 1-4 apud GODOI, 2006, p. 20) Ainda conforme aponta Godoi, os

¹⁷PIERANGELI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil: evolução histórica**. São Paulo: Javoli, 1980.

¹⁸Ver também: BRITO, Francisco de Paula. **Poesias**. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1863.

questionamentos do tipógrafo estavam voltados ao debate contra a mentalidade escravocrata que insistia em designar o negro e o mestiço aos locais de subalternidade e, mais do que isso, prosseguia em “coisificá-los”. Adalberto Cardoso¹⁹ assinala que na escravidão moderna

[...] a dialética da dominação escravista não pode ser lida senão como metáfora. É claro que o escravo define seu senhor, no sentido de que este não seria livre sem a existência daquele. Nem sua identidade de senhor seria apreensível (no sentido de verdadeira) sem a posse do corpo do outro como capacidade de manipulação e transformação da natureza, da qual o senhor, por isso mesmo, se distancia, interpondo entre si e a coisa (natureza) o desejo subjugado do outro, coisificado por sua vez. (CARDOSO, 2008, p. 79).

Em relação às representações de liberdade²⁰ em uma sociedade escravocrata, Hebe Mattos conclui que elas podem ser conflitantes. Tais representações estavam circunscritas ao universo social da escravidão, apesar do contexto apontar para uma perda da legitimidade social desse sistema, em que a referência de liberdade não era destinada apenas à cor branca e, no mesmo sentido, à cor negra como identidade do cativo. Devido ao intenso debate sobre os rumos da liberdade e cidadania no Estado Brasileiro, a imprensa agiu de forma particular. Segundo Nelson Werneck Sodré²¹, na terceira parte de sua obra *História da Imprensa no Brasil* denominada *O Pasquim*²², a imprensa no período regencial tornou-se profundamente militante, panfletária e ideológica com o objetivo de representar posições firmes. A imprensa, nesse caso, foi considerada como uma das principais ferramentas de estabelecimento das lutas políticas. A análise dos periódicos, de forma mais detalhada, exprime as transformações da vida política, social, cultural e econômica, expostas desde os folhetins de curta duração até as produções em tipografias com estruturas complexas.

Interessante lembrar que, mesmo na história da imprensa, o poder de “poder dizer” algo sempre esteve inevitavelmente ligado a algum tipo de controle. As leis da imprensa – desde a (lenta) implantação da tipografia brasileira com a chegada da corte portuguesa até as práticas republicanas e pretensamente democráticas e os períodos de censura – passaram a prescrever, segundo

¹⁹CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. Artigos • **Novos estud.** CEBRAP (80) • Mar 2008 • <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100006>.

²⁰Hebe Mattos, na discussão sobre os significados da liberdade, destaca como a tal concessão apresentou-se como um benefício senhorial, no qual houve uma expectativa de sujeição do recém-liberto para com seu senhor. Para análise, veja: MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

²¹SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Ed. 11. São Paulo: Difel, 1982.

²²RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** [online]. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 275-288, 2015.P. 278.

Em princípio, apesar da promulgação da Lei Feijó, de 1831, proibir legalmente o tráfico de escravos para o Brasil, o encaminhamento político e a fiscalização do cumprimento da lei mudaram o perfil, mas não permitiram àquela época o encerramento do comércio de cativos entre o Continente Africano e o Brasil à época. Apenas com o estabelecimento da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, o tráfico de escravizados alcançou o seu fim. Jaime Rodrigues, acerca do fim do tráfico negreiro no transatlântico²⁶, afirma que novas estratégias foram implementadas no disfarce do contrabando, desde 1831 até que a proibição se tornou vigorosa, em 1850. Rafael de Bívar Marquese acrescenta que:

[...] o corpo legal composto para o Estado nacional nas décadas seguintes à independência, nomeadamente o Código Criminal de 1830, regulou, nas letras da lei, o funcionamento da escravidão brasileira. Nem mesmo o fim legal do tráfico negreiro transatlântico, em 1831, abalou a ordem escravista brasileira: até a segunda metade da década de 1840, os poderes públicos nacionais não se empenhavam seriamente no combate ao tráfico ilegal. (MARQUESE, 2004, p. 262).

A sociedade fluminense, portanto, viu irromper uma nova problemática: a presença massiva dos africanos e seus descendentes nos espaços públicos e na sociedade como um todo e os prejuízos morais que isso causaria, já que, nos moldes da escravidão, a universalização de direitos civis no Brasil atuava como um paradigma jurídico conflitante. De um lado, a escravidão atuava como uma instituição sólida e normalizada. De outro lado, os campos de construção política e de resistências negras estavam cada vez mais abrangentes, não apenas envolvendo levantes, insurreições e motins, como também ações de persuasão da opinião pública²⁷.

O problema da escravidão entre a cidadania e a liberdade foi uma questão debatida na construção da sociedade, com sólidas referências ao ideal de embranquecimento populacional como solução civilizatória, reafirmada em teses racialistas de mestiçagem no decorrer do século XIX. John Luccock, comerciante inglês que esteve no Brasil no início dos Oitocentos, descreveu a perspectiva de

=22/03/2016&txApelido=BONIF%C3%81CIO%20DE%20ANDRADA&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final. Ver também: DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

²⁶RODRIGUES, Jaime. Os traficantes de africanos e seu 'infame comércio'. **Revista Brasileira de História**, v. 15, nº 29, 1995, p. 139-155.

²⁷Tanto informação como opinião apresentam-se como características da imprensa Oitocentista. Para saber mais, ver: KIELING, Camila Garcia. A noção de dispositivo e o enquadramento da imprensa oitocentista. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** [online]. 2014, v. 37, n. 1. pp. 91-109.

autorrepresentação²⁸ derivada da escravidão, envolvendo livres e forros: "[...] era muito menos difícil conquistar alguém a notoriedade pública pela sua indiscutível fortuna do que pela representação que sustentava e a figura que fazia." (LUCCOCK, 1875, p. 364) Retomando a natureza jurídica que envolvia a construção da cidadania em inícios do Império e as controvérsias em relação aos rumos que o tráfico transatlântico tomaria no Estado brasileiro, a primeira legislação que visava proibir o tráfico de africanos fora a Lei de 7 de novembro de 1831, determinando que:

Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no territorio ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. Exceptuam-se:

1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é permittida, emquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.

2º Os que fugirem do territorio, ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fóra do Brazil.²⁹

A eficácia dessa lei não ultrapassou o ano de 1837, quando o tráfico já atingia proporções ainda maiores. Nesse mesmo ano uma nova lei foi elaborada, impossibilitando que os africanos libertos anteriormente comprados como escravos voltassem a usufruir de liberdade, além de prescrever que senhores de escravos ficariam a salvo de qualquer ação penal que lhes atingisse, recaindo a culpabilidade sobre os traficantes³⁰.

Após o gabinete do Regresso de 1837 os discursos antiescravistas foram paulatinamente suprimidos, os acordos com a Grã-Bretanha recusados e a perseguição ao tráfico deixada de lado. Entre o Gabinete Feijó, em 1836, e a abolição definitiva do comércio de escravos em 1850, o tráfico de escravos alcançou índices inéditos, e esta importação maciça fez-se, sobretudo, para atender a demanda do Sudeste e das regiões produtoras de café do Vale do Paraíba, sul de Minas Gerais e norte do Rio de Janeiro. (AZEVEDO, 2018, p. 216).

João José Reis (1989), ao escrever sobre as negociações³¹ e resistências negras no Brasil escravista, elabora a ideia de que, em Salvador, formou-se um contingente de escravizados que reivindicaram interesses próprios de melhores condições de trabalho e, mesmo, de vida. Todavia, esse grupo também apresentava

²⁸LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818**. Tradução: Milton da Silva. São Paulo: Martins, 1942.

²⁹Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm.

³⁰AZEVEDO, Victor Romero de. A lei de 7 de novembro de 1831 e a defesa do tráfico negreiro no Brasil (1831-1837). **Revista Cantareira**, ed. 29, 2018, p. 216.

³¹REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**. Ed. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

diferenças internas advindas das disputas étnicas presentes no continente africano antes mesmo da chegada dos europeus. Valendo-se dos escritos e ensaios disponíveis, a proposição de Lilia Moritz Schwarcz aponta para a proporção de escravos no cômputo geral da população do Rio de Janeiro na década de 1830:

Longe das luxuosas cortes europeias, a capital da monarquia brasileira, em 1838, possuía cerca de 37 mil escravos numa população total de 97 mil habitantes, e em 1849, em uma população de 206 mil pessoas, 79 mil cativos. [...] dado que indica a importância da população de cor na cidade do Rio de Janeiro. (SCHWARCZ, 2008, p. 15)

A capital do Império detinha a maior população de escravizados urbanos do continente americano. Da mesma maneira, Gerald Horne³² evidencia que “Ironicamente, 1830 – que assinala, aproximadamente, o ano em que o tráfico de escravos africanos para o Brasil deveria terminar – na realidade marca um momento de crescimento espetacular da atividade.” (HORNE, 2010, p. 41). As fronteiras entre liberdade, cidadania e tráfico, assim, se estreitaram.

No caso dos “homens de cor” livres, algumas ferramentas para o posicionamento de sua liberdade e o distanciamento do quesito da cor como empecilho de ascensão social eram usadas, principalmente, quando se tornava possível o acesso ao universo do letramento. Contudo, tal dispositivo não contemplava a maioria dessa população, visto que o nível de analfabetismo³³ era alto, cabendo a solidariedade entre alfabetizados no compartilhamento das leituras de forma oral, para que, então, os leitores-ouvintes conseguissem compreender os assuntos que lhes dizia respeito. O medo branco³⁴ das tentativas de emancipação da escravidão, por meio dos reflexos das ideias iluministas de igualdade e liberdade, como aconteceu com o processo de independência do Haiti, em 1804, era uma realidade entre a elite sociopolítica escravagista no Sudeste.

Era o grande medo suscitado pela sangrenta revolução em São Domingos, onde os negros não só haviam se rebelado contra a escravidão na última década do século XVIII e proclamado sua independência em 1804, como também — sob a direção de Toussaint l’Ouverture — colocavam em prática os grandes princípios da Revolução Francesa, o que acarretou transtornos

³²HORNE, Gerald. **O Sul mais Distante**: Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 41.

³³Em 1813 e 1831, analfabeto é definido como “O ignorante até das Letras do A, B, C” (MORAES SILVA, 1813, p.128; 1831, p.119).

³⁴AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites - século XIX. Ed. Paz e Terra, 1987.

fatais para muitos senhores de escravos, suas famílias e propriedades. (AZEVEDO, 1987, p. 35)

As tentativas de repressão contra levantes negros e contra as reivindicações de maior autonomia dos forros, não obstante da luta por cidadania da população livre, eram expressões recorrentes que o Estado havia de lidar e legislar. À exemplo disso, o tratamento dos africanos livres pelo governo — categoria específica de escravos que permaneceram por algum tempo sob tutela do governo imperial por terem sido encontrados em navios apreendidos após a lei de 1831 —, segundo Beatriz Galloti Mamigonian:

[...] reforça a ideia de que eles constituíam uma categoria indesejável, especialmente depois que o tráfico ilegal atingiu o volume sem precedentes que levava a condenar a própria lei de 1831 como promotora da imoralidade. (MAMIGONIAN, 2009, p. 227).

À vista disso, assinala Rafael de Bívar Marquese:

Apesar de algumas propostas para o fim do tráfico negreiro transatlântico e o início da emancipação gradual dos escravos terem sido elaboradas na Assembleia Constituinte de 1823, a Constituição outorgada, em 1824 sancionou, sem questionamentos, a escravidão negra. Na verdade, a Constituição não continha uma só palavra sobre o cativo, e foi justamente esse silêncio que conferiu legitimidade à instituição. (MARQUESE, 2004, 262).

Compreender como o tráfico negreiro tendeu a fortalecer as instituições escravistas e, desproporcionalmente, tornara a vida dos escravizados mais precária é uma das formas de estender o debate historiográfico sobre os reflexos que isso causou, no longo prazo, em relação à ocupação dos negros e mestiços nos espaços públicos, essencialmente nos grandes centros culturais, nos quais havia circulação relevante de homens livres letrados. Embora tenha havido o reconhecimento civil da condição dos livres e de seus descendentes como cidadãos, seus direitos ainda representavam uma barreira para o Estado, de forma que a instituição escravista dependia de ferramentas jurídicas para considerá-la legítima, entre os limites do quesito da cor.

As fronteiras entre cidadania e liberdade

O quadro das funções e ocupações dos cargos públicos, segundo à Constituição Imperial declara que:

CONST. POLITICA DO IMPERIO; Tit. 8.

Das disposiçoensgeraes, e garantias dos direitos civis, e políticos dos Cidadãos Brasileiros. Art. 179:

Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, Políticos, e Militares, sem outra differença que não seja a de seos talentos, e virtudes.³⁵

O longo caminho da cidadania no Brasil, como afirma aqui o já mencionado José Murilo de Carvalho³⁶, desenvolveu-se a partir do fenômeno de construção do Estado-nação no período de lutas por direitos civis no século XIX, pela necessidade de afastamento do Império Português e pela construção de uma identidade nacional. A igualdade entre os homens era legítima, independentemente da cor de pele, pelo menos em tese. A discussão dos princípios constitucionalistas em voga incluiu o posicionamento de “homens de cor” letrados que debateram o problema discriminação racial. Destarte, a publicação de *O Homem de Côr* desafiava a lógica dos livres não serem queridos em cargos públicos por não serem brancos e reitera a afirmação de que apenas as habilidades e virtudes separam aqueles aptos e não aptos às funções públicas.

Apesar de os artigos de *O Homem de Côr* permanecerem em anonimato, há associação da redação desse jornal a Francisco de Paula Brito. Machado de Assis³⁷ relatou em uma de suas crônicas que o tipógrafo possuía “[...] fé nas suas crenças políticas, acreditava sinceramente nos resultados da aplicação delas; tolerante, não fazia injustiça aos seus adversários; sincero, nunca transigiu com eles”. (ASSIS, 1861 apud MASSA, 1971, p. 96) Durante o curso de ascensão do editor, o posicionamento político condicionou seu crescimento e a rede de sociabilidade que ele teceu, já que, a partir da década de 1820 a sociedade passou a ser mais “ativa politicamente”³⁸ na fiscalização da cidadania e das liberdades individuais.

³⁵ **O HOMEM DE CÔR**. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito e C., n. 1, 14 set.1833, p.1.

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 12.

³⁷ MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis (1839-1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Conselho Nacional de Cultura, 1971, p. 96.

³⁸ CARVALHO, José Murilo de. A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930. In: ____ CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civ. Bras., 2011.

Assim como Hebe Maria Mattos interpretou na obra *Das cores do silêncio*³⁹, as discussões acerca dos significados de liberdade no recorte que antecede o período abolicionista brasileiro, tanto nas visões de direitos senhoriais quanto nos comportamentos delimitados pela escravidão, o movimento dos escravizados e a *instrumentalização da violência escrava*⁴⁰, segundo Carlos A. M. Lima, são pontos que caracterizam os movimentos de resistência contra as condições de trabalho compulsório e que dividem espaço com a aceleração da perda de legitimidade social da escravidão.

Como consequência, foi possível observar certa mobilidade nas classes sociais, na medida em que o número de libertos crescia e a cor ganhava novas referências sobre liberdade, ainda que o ideal de abolição da escravidão fosse considerado, nessa abordagem, como uma “abominação pública”⁴¹, segundo Joseph C. Miller. A legitimidade dos laços comunitários, como assevera Mattos, fazia com que liberdade e cativo fossem associados à ética de trabalho e constituíam a rede de relações sociais. A historiadora fluminense aponta, ainda, similarmente que, com o aumento do número de libertos, a associação de cor ligada à liberdade ou ao cativo diminuiu sensivelmente.

O Homem de Côr

O Homem de Côr estabeleceu-se como embrião do jornalismo e da imprensa negra no Brasil, principalmente ao deixar explícita a construção de representações sociais insinuantes que estariam em curso e que dificultariam aos cidadãos negros o exercício da cidadania. Ademais, o periódico denunciou as conivências das autoridades, deixando exposto os princípios de liberdade e igualdade na Carta Magna de 1824, a partir de valores, virtudes e habilidades. O *Redactor*, por via da legalidade⁴², faz uso das palavras de ordem como meio de apontar a precária inserção dos livres no âmbito da cidadania. “[...] a ideia de divisão de Classes fere de morte a Constituição do Imperio; [...]”. (*O HOMEM DE CÔR*, 1833, p. 1).

³⁹MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

⁴⁰LIMA, Carlos A. M. Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa (1580-1850). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 18, p. 131-152, junho, 2002.

⁴¹MILLER, Joseph C. A abolição como um discurso de apreensão cívica: escravidão como abominação pública. In: XAVIER, Regina C. de L. (org.). **Escravidão e liberdade**: problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

⁴²**O HOMEM DE CÔR**. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito e C., n. 1, 14 set.1833, p. 1.

Em suas primeiras páginas, o jornal publicou uma resposta em referência à proposta da Província de Pernambuco acerca da Guarda Nacional, no ofício de 12 de junho de 1833 do Presidente Manoel Zeferino. Na fala de Zeferino é enfatizada a ideia de que:

O Povo do Brasil he composto de Classes heterogeneas, e debalde as Leis intentem mistura-las, ou confundi-las, sempre alguma hade procurar e tender a separar-se das outras, e eis hum motivo mais para a eleição recair nas classes mais numerosas. (*O HOMEM DE CÔR*, 1833, p. 1).

Dessa forma, *O Homem de Côr* interpõe-se, ao afirmar que

Demos ao Prezidente moderado que devera-secrear Batalhões segundo os quilates da côr, creava-sehum Batalhão dos intitulos brancos do Brasil, outro de mulatos, e outro de pretos. O Comandante Geral seria branco? (*O HOMEM DE CÔR*, 1833, p. 2).

O posicionamento do jornal ao questionar as exigências do Presidente da Província de Pernambuco, Manoel Zeferino dos Santos, é expresso com o uso de uma linguagem ácida. Assim como afirma Angela Alonso em *Flores, votos e balas*⁴³, a linguagem aproximada daquela usada no cotidiano era bem consumida pela maioria dos leitores. Paula Brito e a rede de sociabilidade construída ao redor de sua tipografia foram reconhecidos como “[...] uma espécie de catalisador no cenário cultural e literário da capital do Império, [...]” (GODOI, 2006, p. 2).

A publicação abriu espaço para um debate travado por meio da imprensa para estratégias críticas de enfrentamento das barreiras da cor. Não se tratou apenas de uma resposta pontual, mas de uma representação do jogo político que se estabelecia. O embasamento para a hipótese de que se queria o branco, em primeiro plano, na ocupação dos cargos públicos, vem diretamente nas argumentações presentes no *corpus* documental.

Debalde dizemos nós, quer o Prezidente e seus asseclas não confundirem as classes, a diferença entre nós está na razão da sciencia e da virtude entre a estupidez e o vício: o título 2º da Constituição marcando os Cidadãos Brasileiros não distinguio o roxo do amarelo o vermelho do preto, [...] (*O HOMEM DE CÔR*, 1833, p. 2).

⁴³ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1888)*. Ed. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Assim, não se havia terminado de reconhecer a importância política da luta de negros e mestiços livres e libertos por cidadania. De forma indagadora, o *Redactor* afirma que:

[...], o dictador Zeferino; na Pátria dos Agostinhos, e Caneas, ouzou em menos cabo da grande Lei cravar agudo punhal em os peitos Brasileiros. Demos ao Prezidente moderado que devera-secrear Batalhões segundo os quilates da côr, creava-sehum Batalhão dos intitulados brancos do Brasil, outro de mulatos, e outro de pretos. O Comandante Geral seria branco? [...] quando servidos; mulatos e pretos tomai vosso lugar, sois maioria atrevida, gente de xinolo e cadete. Saiba o Prezidente moderado, que os Exaltados e os brancos não moderados vivem em harmonia e nada se lhas dá de serem comandados por muitos das classes heterogeneas, e nesta luctavergonhoza a balança he em favor das raças desprezadas bem que não desprezíveis. (O *HOMEM DE CÔR*, 1833, p. 2).

A essência do jornal é, deste modo, política. Em contraste com o que se pedia no periódico, a realidade dos livres e libertos de cor continuava figurada na condição de estorvos, já que a presença pública de africanos e de seus descendentes, para muitos, era um obstáculo para a ampliação da cidadania. Não bastasse os impeditivos aos cidadãos negros nos postos de trabalho, havia, da mesma maneira, a distinção do tratamento jurídico, já que, se tratando de um liberto, isso não garantia conquista de liberdades para si ou para os descendentes, ao menos enquanto prevalecesse uma hierarquia racial pública. Alguns dos riscos dos padrões da acomodação advindos da manutenção da escravidão eram de que as possibilidades de reescravidão⁴⁴ não estavam descartadas:

[...] apesar da ética do silêncio que tendia a prevalecer em situação formais de igualdade, os chamados livres 'de cor' continuavam confrontados com a marca da escravidão, toda vez que se afastavam de suas redes de relações pessoais. Na verdade, os riscos de reescravização ou escravização ilegal eram constantes para qualquer um que se afastasse destas redes de reconhecimento e proteção. (MATTOS, 2000, p. 21).

As hierarquias e expectativas quanto ao escravizado, o processo do forro em relação ao seu afastamento do cativo e o estabelecimento da noção⁴⁵ de liberdade para os livres demonstram diferentes níveis na discussão sobre cidadania. "As pessoas deviam aparentar que eram ou o que deveriam ser; ser e parecer ser eram

⁴⁴MATTOS, Hebe Maia. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 21.

⁴⁵GUEDES, Roberto e BÔSCARO, Ana Paula. A cara da escravidão e a cara da liberdade: honra e infâmia (corte do Brasil, 1809-1833). *Afro-Ásia*, 59 (2019), 197-234.

normatizados e marcavam lugares sociais, status, formas de tratamento etc.” (GUEDES e BÔSCARO, 2019, p. 199). Segundo Marco Morel, o período⁴⁶ em questão não desenvolveu uma unidade abolicionista, contudo, posicionou-se política e expressivamente social. Célia Maria Marinho Azevedo entende o texto jornalístico como espaço em que identidades materializadas se encontrariam, ainda que a percepção conflituosa e discriminatória se acentuava quando os significados da liberdade eram confrontados.

A hipótese de que há relações complexas entre a luta dos livres e libertos acerca da cidadania e liberdade esbarra na necessidade de se recapitular a “desracialização”⁴⁷, fator preponderante e que designava a população a sugerir, a partir disso, que interessavam as pessoas de bem, aquelas pessoas desejosas socialmente. Nessa mesma direção, tratando de um caso específico em que um cativo foi descrito, Guedes e Bôscaro, no trecho abaixo⁴⁸, evidenciam a reprodução da sociedade de Antigo Regime e suas normatizações ainda resistentes após o período de independência do Brasil:

Apesar de ter nome cristão, em 1831, João Rebolo, 14 anos de idade, olhos grandes e rosto redondo, foi considerado ‘boçal’ no despacho de seu veda. Aos olhos de um funcionário da Polícia, sua cara era autoevidente e revelava o que ele parecia ser: boçal. Esta face do cativo foi caracterizada em uma sociedade de antigo regime, na qual as aparências não enganavam eram essência.(GUEDES e BÔSCARO, 2019, p. 199).

Da mesma forma, Ivana Stolze Lima⁴⁹ trata da caracterização física relacionada com as marcas do cativeiro praticado no Brasil oitocentista apesar da perda de legitimidade social da escravidão como um fator de cidadania e liberdade naquele momento:

Na cor de sua pele, nos seus traços físicos, nos seus cabelos, os negros livres já de há muitas gerações, mesmo miscigenados, frequentemente traziam impressas as suas origens africanas, as marcas de seus antepassados escravos, e assim ficavam entregues à possibilidade de serem tratados com desprezo e violências. Quanto aos libertos, isto é, os negros alforriados, as

⁴⁶ MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Joege Zahar Ed., 2003.

⁴⁷ A questão da militância anti-racista de homens negros letrados em defesa de uma cidadania desracializada foi abordada por Azevedo (1998). Ver também: AZEVEDO, C. M. M. de. A recusa da raça: anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v. 11, n. 24, pág. 297-320, dezembro de 2005, p. 303.

⁴⁸ GUEDES, Roberto e BÔSCARO, Ana Paula. A cara da escravidão e a cara da liberdade: honra e infâmia (corte do Brasil, 1809-1833). **Afro-Ásia**, 59 (2019), 197-234.

⁴⁹ LIMA, Ivana Stolze. Com a palavra, a cidade mestiça: Imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. (Org.). **Ler e escrever para contar** - Documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999. p. 161-184, p. 28.

restrições a eles eram ainda mais explícitas, constando de vários itens de leis que desta forma contrariavam a disposição da Constituição de 1824 em aceitá-los como cidadãos. (LIMA, 1998, p. 28).

Não somente nas páginas de *O Homem de Côr* estão marcados os discursos a respeito dos valores dos homens livres de cor. Outros títulos como *A Nova Luz Brasileira*⁵⁰ também se dedicaram, em parte, a questão racial:

As gentes de cor também têm parte no país, possuem propriedade, e são senhores; além disso, os homens sendo livres, honestos e honrados, e bons patriotas, são iguais perante a lei, e segundo a natureza e a constituição: logo quem insulta pela simples diferença de cor é inimigo da lei. (A NOVA LUZ BRASILEIRA, 1830).

Ainda que a redação da primeira e das demais edições de *O Homem de Côr* permaneçam em sigilo, o título representou uma voz específica da sociedade à época. Mesmo que não tenha tido uma vida longa, o jornal exerceu papel expressivo no compartilhamento de ideias de inspiração liberal e iluminista, na qual talentos e virtudes deveriam ser confirmação de igualdade. O contexto de surgimento do jornal se caracterizou pela participação cada vez mais ativa de negros e mestiços no universo do letramento, principalmente nos centros culturais das cidades onde o discurso de imprensa e as redes de sociabilidade se instituíam.

Segundo Ana Flávia Magalhães Pinto⁵¹:

[...] por meio de recursos retóricos dessa natureza, os jornais ensaiavam instaurar ou, quem sabe, fortalecer um sentimento de coletividade entre os setores negros livres e libertos. Algo que, a depender do grau de convencimento e da disseminação da palavra escrita, alimentaria uma opinião pública negra na cidade do Rio de Janeiro. (PINTO, 2006, p. 64).

O jornal não se concentrou no problema da escravidão propriamente dito, mas fez aflorar o discurso de identificação pela cor, além de questionar as dificuldades impostas pelo Estado na ocupação de negros livres em posições estratégicas, tanto nas patentes superiores da Guarda Nacional como em outros postos públicos. A defesa tenaz da Constituição de 1824 representou umas das, senão a única garantia exequível de rompimento legal com a hierarquia racial tradicional e ainda vigente

⁵⁰NOVA LUZ BRASILEIRA. Rio de Janeiro nº. 26, 9/03/1830.

⁵¹PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História - Departamento de História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 64.

como espelho do regime colonial. Ademais, não reconhecer publicamente indivíduos categorizados em “raças” ia ao encontro do princípio de cidadania universal moderna.

Contudo, a defesa da Constituição de 1824 acarretou alguns conflitos, pois, ao defendê-la, estabelecia-se um significativo apoio à monarquia. Como é sabido, o latifúndio e a escravidão eram dois fundamentos balizadores desse regime de governo. Conseqüentemente, nesse momento, a hierarquia racial pública não foi desfeita para os escravizados. Por conseguinte, a imprensa adentrou o complexo jogo político-social na primeira fase do Império brasileiro. O controle dos corpos negros pelo Estado ainda se mantém no decorrer do século XIX, todavia, desenrolam-se outras formas de encarar a escravidão como um problema a ser superado. Novas indagações foram formuladas com o objetivo de lidar com essa condição dúbia de negro africano e de seus descendentes: pessoa e propriedade.

Fontes

O HOMEM DE CÔR. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito e C., n. 1, 14 set. 1833. As ocorrências do periódico estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, oferecida pela Fundação Biblioteca Nacional. A partir da terceira edição, em 16 de outubro de 1833, o periódico foi intitulado *O Mulato, ou Homem de Côr*. De curta duração, sua publicação foi suspensa na quinta edição, a datar de 4 de novembro de 1833. Sobre as edições: Edição 1: 14 de setembro de 1833; Edição 2: 28 de setembro de 1833; Edição 4: 23 de outubro de 1833; Edição 5: 4 de novembro de 1833. Na Hemeroteca Digital Brasil, tem-se disponíveis títulos que incluem desde os primeiros jornais criados no Brasil.

Bibliografia

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1888). Ed. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANDRADE, Marcos Ferreira de e SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835). Guarulhos, n. 4, p. 130-148 em: **Almanack** [online]. 2012.

AZEVEDO, C. M. M. de. A recusa da raça: anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v. 11, n. 24, pág. 297-320, 2005.

AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites - século XIX. Ed. Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Victor Romero de. A lei de 7 de novembro de 1831 e a defesa do tráfico negreiro no Brasil (1831-1837). **Revista Cantareira**, ed. 29, 2018, p. 216.

BASILE, Marcelo. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Maria Bastos P. Neves; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006.

BRITO, Francisco de Paula. **Poesias**. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1863.

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2008, n. 80, pp. 71-88.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania, estadania, apatia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.8, 24 jun.2001.

CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania: Tipos e Percursos", **Estudos Históricos**, vol. 9, n. 18, 1995, p. 338-339.

CARVALHO, José Murilo de. A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930. In: CAMPOS, J.M., Adriana Pereira (Orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civ. Bras., 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. **O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, R. G.; BOSCARO, A. P. A cara da escravidão e a cara da liberdade: honra e infâmia (Corte do Brasil, 1809-1833). **Afro-Ásia**, [S. l.], n. 59, 2019.

GODOI, Rodrigo Camargo de. **Um editor no Império**: Francisco de Paula Brito (1809-1861). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2006.

HORNE, Gerald. **O Sul mais Distante**: Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIMA, Carlos A. M. Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa (1580-1850). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 18, p. 131-152, 2002.

LIMA, Ivana Stolze. Com a palavra, a cidade mestiça: Imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833. In: MATTOS, IlmarRohloff de. (Org.). **Ler e escrever para contar** - Documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999. p. 161-184.

LOPES, José Reinaldo de Lima. "Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX", István Jancsó (org.), **Brasil**: Formação do Estado e da Nação, São Paulo, Hucitec, Editora UNIJUÍ, FAPESP, 2003.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818.** Tradução: Milton da Silva. São Paulo: Martins, 1942.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres:** a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração & Escravidão.** Ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente.** Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status.** Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis (1839-1870).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Conselho Nacional de Cultura, 1971.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MILLER, Joseph C. A abolição como um discurso de apreensão cívica: escravidão como abominação pública. In: XAVIER, Regina C. de L. (org.). **Escravidão e liberdade:** problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012.

MOREL, Marco. **O período das Regências, (1831-1840).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

NOVA LUZ BRASILEIRA. Rio de Janeiro nº. 26, 9/03/1830.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil:** evolução histórica. São Paulo: Javoli, 1980.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta:** a imprensa negra do século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História - Departamento de História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito.** Ed. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** [online]. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 275-288, 2015.

RODRIGUES, Jaime. Os Traficantes de Africanos e seu “Infame Comércio”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, nº 29, 1995, p. 139-155, 1995.

ROMERO DE AZEVEDO, V. A lei de 7 de novembro de 1831 e a defesa do tráfico negreiro no Brasil (1831-1837). **Revista Cantareira**, n. 29, 13 ago. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SODRÉ, Néelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Ed. 11. São Paulo: Difel, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Ed. 2. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

TURNER, Bryan S. “Outline of a theory of citizenship”. **The Journal of the British Sociological Association**, vol. 24, nº 2, 1990.

VIANA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

WOITOWICZ, KJ. Jornalismo e in(ter)venção da história: um diálogo possível no universo do sentido. In: **Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916)** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, p. 23-46.

A necessidade de mães brasileiras levarem seus filhos para o trabalho: Análise da situação da escritora Carolina de Jesus e do Caso Miguel

The need for Brazilian black mothers to take their children to work: Analysis of the situation of the writer Carolina de Jesus and the Miguel Case

Mariele de SOUZA¹
Viviane RODRIGUES²

Resumo: O presente artigo aborda, por intermédio de uma pesquisa documental, uma reflexão acerca da necessidade de mães pretas brasileiras levarem seus filhos para o trabalho. Sendo assim, pela análise da vivência da escritora Carolina de Jesus e do caso Miguel. Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo relatar o desamparo familiar e governamental presente na sociedade brasileira, principalmente para as mães pretas, pobres e com baixa escolaridade. Os resultados apontaram que essas mulheres encontram empecilhos para atuar no mercado de trabalho e falta de estrutura que as impedem de deixar o (os) menor (res) durante o expediente levando a situações de vulnerabilidade. Dessa forma, conclui-se que a vulnerabilidade das mães pretas e pobres ocorre devido a atual estrutura social do país que não apresenta medidas efetivas para essas questões. Todavia, essas mães têm a possibilidade de fortalecerem-se por meio das redes sociais, empoderamento racial e consciência política e social.

Palavras-chave: Mães pretas; Filhos no trabalho; Carolina de Jesus; Caso Miguel.

Abstract: The present article addresses, through documentary research, a reflection about the need for black Brazilian mothers to take their children to work. Thus, by analyzing the experience of the writer Carolina de Jesus and the case of Miguel. In this manner, the present study aims to report the family and governmental helplessness present in Brazilian society, especially for black, poor, and low education level mothers. The results pointed out that these women find it difficult to work in the labor market and lack of structure that prevents them from leaving their children during the workday, leading to situations of vulnerability. Therefore, it is concluded that the vulnerability of black and poor mothers occurs due to the current social structure of the country that does not present effective measures for these issues. However, these mothers can strengthen themselves through social networks, racial empowerment, and political and social awareness.

Keywords: Black mothers; Children at work; Carolina de Jesus; Miguel's Case.

¹ Graduanda no curso de Licenciatura em História pelo Centro Universitário do Sagrado Coração - UNISAGRADO, campus de Bauru. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) área de História através do Centro Universitário do Sagrado Coração.

² Docente do curso de licenciatura em História pelo Centro Universitário do Sagrado Coração - UNISAGRADO, campus de Bauru.

Introdução

A dupla jornada de trabalho é um fenômeno que gradativamente adentra na sociedade, a rotina de trabalho remunerado agregada a deveres domésticos ou com outro alguém (familiares ou tutelados) acaba sobrecarregando o indivíduo, privando-o de descanso ou lazer. Essa rotina se dá, majoritariamente, na vivência feminina, variando sua incidência conforme a raça, *status* econômico e escolaridade. Desse modo, as maiores vítimas da dupla jornada são mulheres pretas e pobres que receberam pouca instrução acadêmica e, geralmente, colocam-se como arrimo de família, por habitarem zonas precárias e/ou violentas. Faltam-se auxílios governamentais e familiares no qual possam deixar seus filhos enquanto trabalham, sendo obrigadas, em alguns casos, a levarem os menores para o emprego.

Segundo dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, constatou-se que as mulheres gastam em média de 10,4 horas semanais a mais que os homens em afazeres domésticos ou com o cuidado de pessoas, delimitando os dados, a maior taxa de trabalho doméstico e cuidado de pessoas ocorreu entre as mulheres pretas, atingindo 94,1%, contra 92,3% das pardas e 91,5% das brancas, dentro dessas taxas, inclui-se a delimitação por instrução escolar e cônjuge, no qual mulheres pretas, mal instruídas e solteiras ocupam a primeira colocação.

Há muito tempo essa temática vem sendo levantada como pauta em muitas discussões acadêmicas e sociais, devido a trajetória histórica dessa população e suas consequências na atualidade, o racismo estrutural. A influência racial negra ligada a baixa escolarização quase sempre resulta na pobreza do indivíduo, gera-se a necessidade de trabalhar exaustivamente para garantir a subsistência. Embora esse sistema pareça compreensível na sociedade capitalista e racista em que vivemos, para os afetados, a palavra trabalho pode carregar perturbações, sofrimento e fadiga. Tendo de escolher entre o lazer e o trabalho, e por fim, criar meios criativos de conciliar a rotina com o trabalho (ALBORNOZ, 2004). Nesses meios, pontuo a necessidade de mães pretas brasileiras levarem seus filhos para o ambiente de trabalho.

Essa tática é utilizada para que as mulheres não percam sua renda mensal, visto que não vivem em ambientes propícios à manutenção da proteção ao menor e são carentes de amparo familiar. “As mulheres são as principais guardiãs da vida das

crianças. Isso significa dizer que cabe às mulheres responder por situações que ocorrem não apenas aos seus filhos como a outras crianças da vizinhança” (FERNANDES, 2021, p. 213) . Com isso, além do dever familiar, estereótipos femininos atrelados à maternidade são atribuídos a essas figuras pretas e carentes que permeiam a rotina dos cidadãos brasileiros (FERNANDES, 2021).

Para essas mães o trabalho doméstico se encontra como a principal profissão, como levanta Silva e Queiroz (2018), o trabalho doméstico é atrelado à condição econômica, sexual e racial na qual o indivíduo se encontra. Desenvolvida graças ao passado escravocrata e ideias hegemônicas absorvidas pelo Brasil do século passado, a figura da doméstica que remete ao pensamento nacional é: A mulher preta e pobre, que tem filhos para sustentar e precisa do salário para alimentá-los. O que geralmente é verdade. O trabalho doméstico tornou-se essencial em muitos lares, contratando mulheres que ao passar dos anos são consideradas “da família”.

Muitos significados podem estar atrelados à expressão “da família”, pessoa íntima, que tem vínculo parental, que se tornou fundamental ou até mesmo uma pessoa que participa da rotina familiar. Nos casos das domésticas, a expressão vincula-se a uma figura fundamental (para manutenção da limpeza e organização da casa) e participante da rotina familiar. A questão a ser ressaltada é: Qual seria essa participação na rotina, mesmo sendo um trabalho usual do mercado? Ele causa desprezo, nenhuma pessoa pretende ocupar tal posto devido a sua desvalorização social.

No tocante aos aspectos do valor social do serviço doméstico, verificou que socialmente esta profissão é banalizada, porque a doméstica além de ser pobre, é mulher. Assim, as empregadas domésticas brasileiras sentem incômodo e repudiam esta atividade tão desprestigiada (SILVA; QUEIROZ, 2018, p.191).

Para amenizar o desprezo da profissão e melhorar a rotina das que a exercem, no decorrer dos séculos, leis foram empregues, possibilitando direitos dentro da área, porém falta-se muito para desassociar a empregada doméstica à carência, pobreza e à cor escura (SILVA; QUEIROZ, 2018). Como exemplo, temos regras de condutas que obrigam as empregadas domésticas a se submeterem a espaços que representam inferioridade, como o elevador, entrada e a escada de funcionários.

Devido a generalização da estética da empregada, muitas mulheres pretas que frequentam espaços elitizados são apontadas como funcionárias ou pedintes, e

aquelas que realmente trabalham no espaço, geralmente, são desprezadas e desvalorizadas, figuras invisíveis que permeiam no espaço doméstico e de lazer das pessoas abastadas. A situação das domésticas do Brasil despertou interesse de muitos acadêmicos ao longo dos últimos vinte anos. Todavia, a situação da doméstica não sofreu grandes mudanças.

Em suma, sob a ótica de diferentes discussões e distintos métodos de pesquisas, encontramos consonância nos estudos, segundo os quais, o emprego doméstico ainda constitui atividade pautada em preconceito e discriminação social, fruto de relações de trabalho paternalistas usurpadoras, exacerbadas pelo poder de domínio financeiro, social e racial, que culminam em desvalorização dessa categoria profissional (SILVA; QUEIROZ, 2018, p. 199).

Infelizmente, a maioria das mulheres sujeitas a essa tarefa não usufruem do privilégio de escolha, o que não legitima a desvalorização ou inferiorização da profissão ou daquelas que a exercem, visto que dentro das casas que trabalham são elas as “organizadoras do lar”, além disso, se responsabilizam por grande parte da criação dos filhos de suas patroas (SILVA; QUEIROZ, 2018).

Ser uma figura marginalizada pela sociedade afeta diretamente a posição na qual a pessoa se encontra diante das classes dominantes, porém a invisibilidade não interfere em suas necessidades com a comunidade e, principalmente, com sua família (FERNANDES, 2021). Uma mãe preta e pobre existe para o bem dos seus, por isso, pode chegar a suportar humilhações para conseguir meios que assegurem a subsistência de sua família. Um exemplo dessa pontuação, mesmo que seja inaceitável para certos ambientes trabalhistas, é o doloroso pedido para que seu filho ou a filha a acompanhe no emprego e/ou quando acaba espontaneamente levando consigo o menor. Sempre com o intuito de não submeter a criança aos ambientes desfavoráveis disponíveis em sua realidade periférica.

Para maximizar o quadro, existe a frequente revitalização dos espaços urbanos e especulações imobiliárias que geram o afastamento das pessoas de baixa renda dos centros das cidades para as suas bordas e para localidades precárias, gerando mais realidades periféricas, desigualdade socioeconômica e socioespacial, o que, em suma, diminui os espaços recreativos de crianças desfavorecidas, preocupando ainda mais as mães pobres que precisam deixar os filhos para trabalharem fora (ANTUNES; GUZZON; MATIELLO, 2015).

Dessa forma, o objetivo do presente estudo é relatar o desamparo familiar e governamental presente na sociedade brasileira, principalmente para as mães pretas, pobres e com baixa escolaridade.

Método

Para cumprir a finalidade deste artigo foi utilizado uma pesquisa documental buscando analisar episódios da vida de Carolina Maria de Jesus e Mirtes Renata que se relacionam com o tema. Para tanto foram utilizadas as seguintes fontes documentais: o livro “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” (1960), a entrevista “Um ano após a perda de Miguel, Mirtes de Souza não descansou: Sonho em ser juíza” publicado pela revista Marie Claire em 2021 e um vídeo elaborado pela revista brasileira *A Carta Capital* intitulado “Mirtes Renata: Não pude viver o luto por Miguel-Especial Relatos de Março” exibido em março de 2021.

Nesse quadro, além das empregadas domésticas, faz-se notável os empregos roceiros e trabalhos autônomos. Nesse estudo, abordar-se-á a vivência de duas mães pretas desfavorecidas pela sorte: Carolina Maria de Jesus e Mirtes Renata. Carolina Maria de Jesus (1914-1977), uma renomada escritora brasileira que apesar de suas contribuições literárias viveu maior parte da vida na favela do Canindé na capital paulista, exercendo a função de catadora de recicláveis e tendo em seu trabalho por muitas vezes a companhia de sua filha Vera Eunice.

A pernambucana Mirtes Renata, doméstica e mãe de Miguel Otávio falecido em 2020, após cair do elevador enquanto estava sob responsabilidade da patroa de Mirtes. Independente do distanciamento temporal e geográfico, ambas embarcaram na luta diária de ser mãe preta e pobre em terras brasileiras.

Resultados e Discussões

No estudo aborda-se a análise da experiência de Carolina de Jesus e Mirtes Renata, ambas mães pretas e pobres que vivenciaram a dupla jornada de trabalho, desamparo governamental, falta de apoio familiar, racismo e a necessidade de levar os filhos para o ambiente de trabalho. Por meio dessas experiências pode-se observar a real situação na qual centenas de mulheres brasileiras são expostas diariamente. Assim, a seguir foram apresentadas as análises realizadas a partir das fontes documentais selecionadas.

A experiência da mulher, mãe, escritora e favelada Carolina de Jesus

Adentrando na primeira vivência, Carolina Maria de Jesus foi uma escritora brasileira considerada uma das primeiras e mais importantes escritoras pretas do país, autora do livro *best seller* autobiográfico “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” (1960), teve sua obra traduzida para treze idiomas e distribuída em mais de quarenta países. Com uma linguagem informal e conteúdo reflexivo, “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” despertou interesse do público e mídia da época.

Carolina nasceu em 1914, natural de Sacramento/ MG, foi neta de escravos e filha de uma lavadeira analfabeta. Frequentou a primeira e segunda série do ensino fundamental, desenvolvendo grande apreço pela literatura. Em 1947, após o falecimento da mãe, muda-se para São Paulo e tem como disponibilidade o trabalho de empregada doméstica, porém Carolina não se adapta às situações que o emprego lhe impõe. Agravando sua situação no meio trabalhista, engravida de seu primeiro filho e se vê entregue à sorte, visto que não era contratada por ser mãe solteira, ter pouca escolaridade e possuir pele escura.

Passando necessidades, Carolina parte para favela do Canindé em São Paulo capital, ali foi mãe de três filhos, todos de relacionamentos diferentes e sem cônjuge oficial, mulheres como Carolina tendem a sofrer com a ausência ou abandono masculino, no âmbito parental existe a falta de aceitação do cargo de pai e a responsabilidade física, moral e da educação do menor se volta à mãe (FERNANDES, 2021). Apesar das dificuldades, a escritora de vivência favelada garantiu a subsistência de sua família por meio de seu trabalho como catadora de recicláveis.

Ignorando todas as desavenças da vida, Carolina de Jesus escrevia seus pensamentos e poesias, pois amava a escrita e se considerava boa nisso, desse modo, tinha esperança em ser descoberta e reconhecida dentro da literatura ou, pelo menos, conseguir uma casa de alvenaria para melhor conforto de seus filhos (JESUS, 1960). No ano de 1959, a autora é descoberta e tem textos publicados pelo “Audálio” e pela revista “O Cruzeiro”. Em 1960 seu livro autobiográfico “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” é publicado vendendo cerca de dez mil exemplares.

Esse livro serve como dispositivo de denúncia social, apontando os males cometidos aos menos desfavorecidos, sendo um compilado dos diários da vida de Carolina, ela ressalta a fome, o trabalho, a violência e a insignificância dada aos

brasileiros que vivem à margem da sociedade. Com a análise da obra se torna possível observar a mentalidade de uma figura ciente de sua realidade, Carolina de Jesus sabia e sofria por existir como mulher preta, pobre e com filhos para sustentar (MATIAS, 2012).

Como muitas, não possuía auxílios governamentais ou parentais que garantisse estabilidade econômica e tranquilidade para deixar seus filhos, pois o ambiente periférico não oferece a completa proteção do menor “A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam” (JESUS, 1960, p. 10). “Os vizinhos ricos de alvenaria dizem que nós somos protegidos pelos políticos. É engano. Os políticos só aparecem aqui no quarto de despejo, nas épocas eleitorais” (JESUS, 1960, p.41). Com essa falta de assistência, Carolina de Jesus trabalhava como catadora de recicláveis para garantir o bem-estar de sua família, voltava-se aos afazeres domésticos e se dedicava à educação de seus filhos, realizando mais de uma jornada de trabalho.

Para tanto, certas medidas precisavam ser tomadas, entre elas está a prioridade em conseguir dinheiro para a alimentação e os cuidados redobrados com as crianças. Para garantir o bem-estar dos filhos, Carolina mantinha os mais velhos na escola e pedia para que depois das aulas ficassem em casa, e algumas vezes levava sua filha menor, Vera Eunice, ao trabalho consigo, “30 de maio...Troquei a Vera e saímos. Ia pensando: será que Deus vai ter pena de mim? Será que eu arranjo dinheiro hoje?” (JESUS, 1960, p. 42).

O levar Vera Eunice consigo ao trabalho, tornava Carolina ainda mais suscetível ao externo, ter ao lado uma criança em uma tarefa geradora de dinheiro causa desconcentração, incômodo (pois a mãe observa a filha desconfortável com a situação) e medo, visto que o menor está exposto a possíveis conflitos ou acidentes. Carolina Maria de Jesus (1960) coloca a cor preta como influenciadora de situações turbulentas, segundo a mesma, as pessoas menosprezavam os de cor, principalmente os pretos pobres. Apesar de estar na companhia de uma criança e trabalhando, o racismo não se isenta.

Para Carolina de Jesus, indubitavelmente, o preto é muito significativo e não há como escapar de fazer uma análise de cunho racial ao tratar disso. Um traço que, numa primeira impressão, aparece na autobiografia de Carolina é que ela, negra, era, de certa forma, preconceituosa. Entanto, essa relação racial é, no mínimo, ambígua, ora a autora expressa orgulho de ser negra e

fala de outros negros com certo carinho, ora ela os despreza (MATIAS, 2012, p. 893-894).

A realidade vivida por Carolina de Jesus na década de 1960 se assemelha ao estado atual de milhares de mulheres no Brasil, solitárias ou não, as mães pretas e trabalhadoras sofrem com a falta de segurança de seus filhos e de como essa insegurança se aflora em detrimento da cor de pele, trazendo prejuízos físicos e psicológicos para as mães e filhos “[...] no Brasil, onde predominam uma ideologia de branqueamento e o mito da democracia racial, é muito difícil para a grande parcela de afro-brasileiros cultivar a sua autoestima” (MATIAS, 2012, p. 894). Ademais, a maioria dos menores pretos pobres que acompanha as mães nos trabalhos por falta de assistências, deixa de acompanhá-las quando tem idade suficiente para se cuidar sozinha, conseguir se defender nos espaços sociais, logo esses menores ingressam no mercado de trabalho para ajudarem nas despesas financeiras.

A pesquisa “Os negros no mercado de trabalho da região do ABC”, do Dieese e Seade, mostra que os pretos começam a trabalhar mais cedo e demoram mais tempo para se aposentarem, segundo o estudo cerca de 75% dos pretos estão ocupados entre os 16 e 24 anos, contra 72,7% dos não pretos. Com isso, nota-se que a desigualdade racial também afeta o tempo de trabalho de uma pessoa preta.

Caso Miguel, o sofrimento de uma mãe sem filho

Podemos notar a efetivação dessas informações na vivência de Mirtes Renata Santana de Souza, com poucos recursos financeiros Mirtes trabalhou desde jovem, sua principal atuação era como doméstica. Drasticamente afetada pela posição que ocupa na sociedade, mulher preta e pobre, teve sua vida marcada pela tragédia da morte do único filho, Miguel Otávio, de 5 anos.

Em 2 de junho de 2020, o menor caiu do nono andar de um prédio em um condomínio de luxo no bairro de São José, no Recife, enquanto estava sob responsabilidade de Sari Corte Real, empregadora de Mirtes e até então primeira dama da cidade de Tamandaré. No dia em questão, o Brasil já estava em quarentena devido a pandemia do coronavírus, as escolas públicas e privadas mantinham-se fechadas pelo avanço acelerado do vírus, tirando a assistência que Mirtes tinha enquanto trabalhava. Dessa forma, Miguel acompanhou a mãe durante o expediente. No decorrer do dia, Sari Corte pediu para que Mirtes realizasse o passeio com os cães, pois cuidaria de Miguel enquanto estivesse fora. Porém, Sari Corte acaba não

aguentando os pedidos de Miguel pela mãe e permite que a criança de 5 anos entrasse no elevador sozinho, aperta o botão do último piso do prédio para que procurasse Mirtes, desorientado dentro do elevador Miguel aperta aleatoriamente outros botões e acaba no nono andar, conseqüentemente, ocorre a tragédia.

No dia do acidente de Miguel, Sari chegou a ser presa em flagrante, porém após pagar fiança de 20 mil reais, responde ao processo em liberdade. Em julho do mesmo ano, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) denunciou Sari pelo crime tipificado no indiciamento apresentado pela polícia e solicitou o agravamento da pena, uma vez que o crime foi praticado contra criança e em meio a uma pandemia. Infelizmente o processo segue em curso por conta do pagamento de 386.730,40 reais por danos morais coletivos. Por se tratar de uma ação civil pública, proposta pelo Ministério Público do Trabalho, o dinheiro não vai para a mãe de Miguel e sim para um fundo da Justiça do Trabalho.

Mirtes Renata segue com a luta para que a justiça seja feita. Segundo a “Revista Marie Claire” publicada em junho de 2021, atualmente Mirtes cursa direito e pretende por meio de sua formação fazer a diferença no judiciário e ajudar mães que, como ela, não recebem o devido respaldo. Segundo o depoimento dado à revista, Mirtes Renata está transformando sua dor em luta.

Infelizmente muitas mães não têm acesso a uma assessoria jurídica e acabam deixando de mão o caso de seus filhos. Quero concluir minha faculdade e poder ajudar outras pessoas, principalmente as mães negras, as que não têm muito acesso à justiça (RODRIGUES, 2021, p. 6).

O caso Miguel Otávio chocou o país e trouxe à tona o debate sobre a real situação das trabalhadoras domésticas, principalmente em meio à pandemia, uma crise sanitária que além de tirar vidas, estreita as assistências das famílias, visto que não é adequado manter contato com outros parentes e as instituições educativas se mantêm fechadas, o que aumenta a carência de ajuda para cuidados com os filhos. O acontecido com Miguel e a atual situação de Mirtes, serve como alarmante para a realidade da maioria dos brasileiros, que muitas vezes é encoberta pelo preconceito e romantização da pobreza.

Dor, angústia, indignação e esperança por dias mais justos. Esses sentimentos representam o estado de espírito de muitos brasileiros neste final de 2020, principalmente daqueles que até hoje se perguntam o porquê do adeus precoce (RODRIGUES, 2020, p.1).

Segundo Souza (2020), as mães que vivem o processo do adeus precoce podem desenvolver problemas psíquicos de sofrimento, lembranças dolorosas e mal-estar, visto que a morte interrompe um ciclo familiar. As perdas de mães pretas e pobres são impactadas por questões sociais, e os apoios externos são limitados ou insuficientes, elas acabam abandonadas pelo órgão que deveria prestar auxílio, e em alguns casos justiça, o Estado.

Nos episódios mais complexos e impactantes, como o caso Miguel, a perda da mãe é aumentada pela exposição em mídias que potencializam o sofrimento ou ajudam na busca por justiça. Mirtes Renata pretende, como vimos, seguir a segunda opção: lutar por justiça.

A justiça que parece estar distante em um país com tantas desigualdades e preconceitos, no qual podemos levantar as tragédias da violência e as mortes de pessoas pretas à Micropolítica, uma configuração que aponta os corpos que devem morrer, essa segue apontando corpos pretos para o processo de morte (SOUZA *et al.*, 2020).

O caso Miguel e a vivência de Carolina de Jesus ilustram o processo de morte e violência nas periferias que os menores são impostos, e em espaços elitizados que porventura possam ter contato, o racismo e falta de medidas públicas intensificam a violência social sobre os corpos pretos, um necropoder que sustenta o genocídio do povo preto brasileiro.

Considerações Finais

Como já dito, com tantos opressores sociais as mães pretas e pobres se vêem encurraladas, sofrendo com a dupla jornada de trabalho e muitas vezes precisando levar consigo os filhos para o expediente, como foi o caso de Mirtes Renata e Carolina de Jesus. A estrutura social do Brasil contemporâneo não apresenta medidas efetivas para essas questões, visto que:

Na sociedade arcaica e preconceituosa em que vivemos, nos deparamos com discriminações recorrentes que caracterizam o emprego doméstico como uma ocupação subalterna, de segunda classe, realizada por mulheres pobres e sem estudo, como se isso fosse algo natural (SILVA; QUEIROZ, 2018, p. 189).

Uma solução acessível para as pessoas que se identificam com os conflitos citados ou enfrentam a vulnerabilidade social, pode ser encontrada por meio do uso das redes sociais e/ou por contato com grupos de empoderamento racial. No âmbito digital, podem gerar possibilidades de propagar informações de modo rápido e prático, as pessoas se tornam cientes de acontecimentos como o de Mirtes e de trajetórias marcantes como de Carolina, quebrando a bolha social que se encontram (caso forem utilizadas para formar interações produtivas).

Desse modo, esse fenótipo de pessoa marginalizada ganha visibilidade, levantando debates e projetos para tentar solucionar ou amenizar as carências, como é o caso da plataforma *Facebook*, que oferece a possibilidade de criar grupos com uma intenção em comum, ou seja, grupos online são criados com a temática desejada para manter interação entre pessoas e tentar contribuir de alguma forma. Distribuídos por todo país, existem grupos no *Facebook* que apoiam a trajetória de mães solteiras, de empoderamento de mulheres pretas, e até mesmo, de arrecadação de fundos (alimentos ou dinheiro) para famílias carentes que tiveram sua situação agravada devido ao coronavírus.

A contribuição das ações de empoderamento também são válidas por meio de ações sociais coletivas, muitas vezes regidas pelas redes sociais, em que são realizados debates que buscam conscientizar as pessoas sobre os direitos civis e sociais, fato de extrema importância em um sistema onde o racismo e pobreza são naturalizados. Essa consciência possibilita a emancipação individual, em nosso sujeito, possibilita que as mães pretas e pobres possam compreender seu papel social e os motivos para ocupar tal posição, gerando novas visões da estrutura preconceituosa e sobre si mesmas, apesar de terem mais dificuldades que a maioria dos cidadãos, essas mulheres se encontram como pessoas potentes capazes de enfrentar e seguir suas próprias escolhas. Ademais, há a consciência coletiva, necessária para a superar as dependências sociais e dominação política.

Esse levantamento bibliográfico, voltou-se às mães brasileiras pretas e pobres que são obrigadas pelas fatalidades sociais a levarem seus filhos consigo para o trabalho, todavia, muitos apontamentos aqui desenvolvidos podem ser conectados com as mulheres brasileiras em geral.

Bibliografia

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ANTUNES, Camila S.; GUZZON, Izabel A.; MATIELLO, Alexandre M. Trajetórias e vivências cotidianas em um bairro periférico: aproximações a partir de um estudo etnográfico. **Revista Urbe**, p. 1-16, 2015.

FERNANDES, Camila. A força da ausência: A falta dos homens e do “Estado” na vida de mulheres moradoras de favela. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.36, p., 2021.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. 16 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 17 maio. 2021.

JESUS, Maria Carolina. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MATIAS, Querido. Alessandra. Autobiografia e autorretrato: cores e dores de Carolina Maria de Jesus e de Frida Kahlo. **Revista Estudos Feministas**, v.20, n.3, p.881-919, 2012.

Mirtes Renata: Não pude viver o luto por Miguel- Especial Relatos de Março. **Carta Capital**. 9 maio. 2021. (6min02s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MyeUi8_on3Y. Acesso em: 11 out. 2021.

RODRIGUES, Júlia. Caso Miguel: dor incessante deixada por um ano que clama por justiça. **Diário de Pernambuco**. Pernambuco, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/12/caso-miguel-dor-incessante-deixada-por-um-ano-que-clama-por-justica.html>. Acesso em: 19 abr. 2021.

RODRIGUES, Kellen. Um ano após a perda de Miguel, Mirtes de Souza não descansou: "Sonho em ser juíza". **Revista Marie Claire**. 02 jun. 2021. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2021/06/um-ano-apos-perda-de-miguel-mirtes-da-silva-nao-descansou-sonho-em-ser-juiza.html>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SILVA, Priscila de Souza; QUEIROZ, Silvana Nunes de. O emprego doméstico no Brasil: um olhar para o “trabalho da mulher” na perspectiva histórica e contemporânea. **Política & Trabalho**, v.49, p.188-204, 2018.

SOUZA, Lítica Gomes; CASTELAR, Marilda; SANTANA, Karine Oliveira Souza; SOUTO, Souza Vereda. Mulheres negras e Necropolítica: como enfrentam a morte de seus filhos? **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 9, n. 3, p. 301–313, 2020.

A História Pública como ferramenta pedagógica para o Ensino da História:¹

Public History as a pedagogical tool for History Teaching

Daniel Ferreira da SILVA²

João Pedro Passos de Barros BORGES³

Laís Pereira de OLIVEIRA⁴

Pedro Henrique Perassi de OLIVEIRA⁵

Resumo: O uso das novas tecnologias de informação e comunicação apresentam desafios na sala de aula, pois trazem a necessidade de legitimar o papel do professor dentro do ambiente escolar. A História Pública se utiliza dessas ferramentas midiáticas para a propagação do conhecimento histórico, embora, devido aos currículos, o professor tende a ficar preso ao conteúdo programático e não consiga trabalhar com todas as problematizações que precisa. Com isto em evidência, analisamos algumas experimentações que nos permitem avaliar como a utilização do ciberespaço para a construção do pensamento histórico dentro do ambiente escolar torna possível a interação com o universo digital de forma crítica promovendo, por outros caminhos, a aprendizagem do conhecimento histórico.

Palavras chaves: História Pública, sala de aula, ciberespaço, internet, ensino de história.

Abstract: The use of new information and communication technologies presents challenges to the classroom, as they bring the need to legitimize the teacher's role within the school environment. Public History uses these media tools for the propagation of historical knowledge, although, due to the curricula, the teacher tends to be stuck with the syllabus and cannot work with all the problematizations he needs. With this in evidence, we analyze some experiments that allow us to evaluate how the use of cyberspace for the construction of historical thinking within the school environment makes it possible to interact with the digital universe in a critical way, promoting, in other ways, the learning of historical knowledge.

Keywords: Public History, classroom, cyberspace, internet, History Teaching.

¹ Trabalho realizado sob orientação do Professor Dr. Marcelo de Souza Silva (UFTM), no âmbito do projeto de extensão Laboratório de História Pública/UFTM.

² Graduando em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Aluno orientando do Projeto de Extensão Laboratório de História Pública, Monitor do Programa Institucional de Bolsas Iniciação à Docência.

³ Graduando em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Aluno orientando do Projeto de Extensão Laboratório de História Pública.

⁴ Graduanda em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Aluna orientanda do Projeto de Extensão Laboratório de História Pública, orientanda também do PET - Programa de Educação Tutorial e extensionista do LEHES - Laboratório de Ensino de História e Estágio Supervisionado.

⁵ Graduado em Comunicação Social pela Universidade de Uberaba. Graduando em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Aluno orientando do Projeto de Extensão Laboratório de História Pública e Monitor do Programa Institucional de Bolsas Iniciação à Docência.

Introdução

É notório como a proeminência das tecnologias de comunicação e informação transformaram o ambiente pedagógico. No ensino de História, especificamente, cujas aulas são consideradas com frequência demasiadamente expositivas e explicativas, os recursos audiovisuais, atrelados aos materiais tradicionais, acabam por demonstrarem-se ferramentas potencializadoras do desenvolvimento de estudos.

No atual panorama que nos encontramos, frente ao hábil e constante avanço tecnológico, podemos afirmar que “Mídias e educação são áreas que necessariamente precisam conversar em busca de soluções que otimizem a aprendizagem” (SILVA; SILVA, 2017, p. 269), de modo funcional, coeso e que transponha informações seguras.

A História Pública como ferramenta pedagógica

Numa concepção de História Digital em diálogo com o Ensino de História, podemos ver essas transformações tecnológicas, assim como afirma Thomas III no livro de Lucchesi e Carvalho (2016, p. 152) como “uma abordagem para examinar e representar o passado empregado às novas tecnologias de comunicação”, de modo que Lucchesi e Carvalho ainda ressaltam (2016, p. 153) “No plano de ensino, plataformas de educação à distância, quadros interativos e aplicativos educacionais estão produzindo novas formas de se conceber o processo de ensino-aprendizagem”.

Frente a História Digital e as relações mídia-educação com o Ensino de História podemos pensar na dualidade que as tecnologias de comunicação podem impactar o ensino, assim como Pierre Lévy (1999) caracterizou os efeitos da *cibercultura*, cujo pensamento foi bem desenvolvido pelos historiadores Cláudia Bovo e Marcos Pinheiro:

O argumento central de Lévy era o de que a internet se configurava como um novo espaço de interação coletiva e experimentações, responsável pela produção de uma nova onda de descontextualização para a criação do conhecimento, colocando frente a frente humanos de várias partes do mundo com a cultura e a história dos demais pontos do globo. (BOVO; PINHEIRO 2019, p.117).

Nesse sentido, “Pierre Lévy (2002) chamou a atenção para o fato de que a *cibercultura* não deve ser vista nem como a salvação nem como a danação nas sociedades contemporâneas” (SILVA; SILVA, 2017, p. 270), ou seja, do mesmo modo

que o rápido e fácil acesso a documentos históricos que a atualmente internet proporciona seja algo benéfico, mas não extraordinário, ainda implica de modo danoso em algumas situações sobre as quais não iremos nos aprofundar nesse momento

Contudo, as dificuldades para o desempenho prático da aplicação desses recursos em sala de aula despontam logo de início. O impasse maior advém de motivos estruturais devido a muitas escolas públicas nacionais não possuírem mecanismos necessários para o proveito dos recursos.

Igualmente grave é que a adoção destas tecnologias se dá de forma desigual também em conformidade com a classe social a que pertence o aluno. Sendo assim, mesmo que queira adotar novas mídias na produção do ensino, o professor pouco pode fazer contra as limitações de recursos: se há computadores, não há internet, se há os dois, o uso é restringido, o deslocamento dos alunos até as salas de informática é problemático, o cronograma do plano de ensino deve ser cumprido, então não se pode “perder tempo”. (SILVA; SILVA. 2017, p. 271).

Porém, encontra-se também certa resistência por parte dos profissionais da educação com a utilização desses recursos. Por muito tempo o uso de aparelhos eletrônicos manuseados por alunos na rede básica era algo extremamente proibido, a PL 2.547/2007, por exemplo, impedia o uso de aparelhos eletrônicos portáteis sem fins educacionais em ambiente escolar, e, na prática, nem para fins educacionais tais recursos eram utilizados em grande parte das escolas. No entanto, é válido ressaltar que muitos professores se deparam em situações em sala de aula com alunos apáticos aos conteúdos ministrados, mesmo quando ainda há uma tentativa de inserir certos recursos tecnológicos - quando disponível -, de modo que os estudantes estão apenas preocupados em utilizar os aparelhos tecnológicos para trocar mensagens e desfrutar das redes sociais com outro viés.

Todavia, as reviravoltas das circunstâncias que vez ou outra aparecem, vieram a mudar radicalmente o cenário educacional. Presenciamos, em consequência do contexto pandêmico durante os anos de 2020/2021, a necessidade de alunos e professores aderirem aos mais variados recursos tecnológicos para a realização das aulas. A necessidade do sistema de ensino se mover, mesmo que minimamente, para que fosse possível enquadrar as tecnologias de comunicação na educação de fato, buscando contornar de algum modo as problemáticas apresentadas.

Notamos neste ponto que, os profissionais da educação tentaram se reinventar para continuar com as aulas utilizando as ferramentas tecnológicas de informação e

comunicação (TIC's), com ênfase ao ensino remoto ou híbrido. Dentre os recursos utilizados nessa nova dinâmica pedagógica encontramos uma maior exploração da História Pública. Nesse sentido, podemos ver a História Pública, assim ressaltam Almeida e Rovai no livro *Introdução à História Pública* (2011) “definida como um ato de “abrir portas e não de construir muros”, nas palavras de Benjamin Filene” (ALMEIDA; ROVAI. 2011 p. 6).

Para compreender melhor a interação da História Pública com o Ensino de História, é necessário entender quais são os conceitos principais desse campo de estudo, o que ele aborda, como pode ser aplicado no ambiente escolar e como obter resultados com ele dentro das salas de aula.

A princípio é preciso ter em mente que, por mais que o termo “História Pública” seja algo recente (cunhado na década de 1970), sua prática é um pouco mais antiga como podemos ver:

O conceito e o debate sobre sua importância tiveram origem na Inglaterra, nos anos 1970, e ganhou espaço no Canadá, Austrália, Itália, África do Sul e Estados Unidos. Na Europa, emergiu como prática do uso público da história com fins político-ideológicos, influenciados pela ideia da justiça social. (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p.7).

Em uma síntese mais reforçada sobre sua definição, podemos dizer que a História Pública atua na conservação e mais ainda na divulgação e democratização da produção de arte e educação.

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. (ALMEIDA; ROVAI. 2011 p.7).

Entendendo a funcionalidade da História Pública, torna-se mais fácil visualizar os espaços que ela ocupa, como os filmes, séries, videogames, sites, entre outras diversas manifestações. Ou seja, os meios de difusão do conhecimento histórico são variados. Desde meados do final do século XIX, por exemplo, revistas científicas têm desempenhado esse papel, porém voltadas a um público mais acadêmico.

No meio cinematográfico é possível considerar que “a apropriação de acontecimentos históricos pelo filme remete à invenção do cinema e ao desenvolvimento da linguagem cinematográfica” (FERREIRA, 2014, p. 277), o que

elucida bem o sucesso com os telespectadores com os filmes de contexto histórico. Nesse segmento, ao pensarmos na história pública manifestando-se nos filmes, podemos considerar que:

Reivindica-se o papel do filme de temática histórica como articulador, de elementos de uma equação que configura a cultura histórica, qual seja: o saber histórico acadêmico, o conhecimento histórico social (circulante na oralidade, literatura, iconografia, livros didáticos etc.) e narrativa cinematográfica propriamente dita sobre o tema. (FERREIRA. 2014, p. 279).

A cinematografia de narrativas históricas, sejam filmes, documentários, séries, minisséries, novelas, entre outras, por mais que muitos roteiros não sejam totalmente fiéis à historiografia, auxiliam demasiadamente a difusão histórica. Francisco Junior (2010) explica bem a compreensão de Rosenstone sobre esse assunto, ao ponto de que podemos compreender que assim como o conhecimento histórico possui método crítico de investigação e estudo, a mídia visual também tem seus próprios critérios e modos de produção, as produções cinematográficas trabalham por compreensões, condensação, deslocamento, e até mesmo alterações de elementos do passado, para construir e delinear a própria interpretação que será retratada em sua produção visual.

Ademais, pode-se dizer ainda que todo o processo de produção pode ser aproveitado no sentido de desenvolvimento e a propagação do conhecimento histórico:

A realização de um filme sobre história exige da produção fílmica o uso de uma ou mais fontes com pontos de identificação histórica, delas se apropriando e/ou as ressignificando, o que permite uma construção narrativa estimulante a reflexão, ou mesmo que crie novos significados. (FERREIRA. 2014, p. 280).

Pensando na diversidade de opções nas quais a história pública se manifesta, podemos encontrar outro recurso que vem sendo muito bem desenvolvido e expressa bem a história pública, que são os canais de *podcast* de história, cujo conceito pode ser sintetizado como “arquivos de áudio que tratam de diversos temas e são disponibilizados em páginas da rede” (SILVA; SILVA. 2017, p. 257).

As possibilidades de assuntos que podem ser desenvolvidos nos episódios de *podcasts* são inúmeros. Em diálogo com a historiografia, as temáticas se mostram não apenas abertas a diversidade de tópicos históricos, mas também a uma forte interdisciplinaridade com as outras áreas do conhecimento:

As temáticas são muito variadas e atendem a nichos de público igualmente diversos, abordando assuntos relacionados a cinema, videogames, música, política, humor, culinária, idiomas, tecnologia, esportes, direito, curiosidades, economia, crônicas do cotidiano, ciências, história, entre tantos outros. (SILVA; SILVA, 2017, p. 257).

Mas, então, quer dizer que qualquer pessoa pode produzir conteúdo voltado para esse campo de estudo? A resposta para tal pergunta ainda é algo complexo, mas é evidente que com ampliação do acesso à internet, houve um aumento na propagação de informações e conteúdos históricos, no entanto, há uma diversidade de conteúdos sendo disseminados que em sua maioria não são feitos por pessoas formadas em qualquer área das Ciências Humanas, mas que se interessam em produzir tais conteúdos. No entanto, alguns acadêmicos vêm demonstrando uma forte opinião favorável acerca deste tema.

Todavia, acredita-se que a história pública ultrapassa a difusão da história. Trata-se de uma produção problematizada sobre o conhecimento histórico que mobiliza áreas, saberes e linguagens distintas, ainda que a narrativa histórica seja realizada por um historiador de ofício. Isso não significa abrir mão do rigor da produção historiográfica, mas sim considerar a produção do conhecimento histórico em diálogo com outras áreas, não necessariamente acadêmicas. Ou seja, pensar na perspectiva de produção, algo com uma autoridade compartilhada. (FERREIRA, 2014, p. 279).

Sendo assim, podemos entender que a História Pública é um recurso que auxilia o conhecimento e a consciência históricos a ultrapassarem os muros da universidade alcançando a sociedade em geral. Ela permite uma história menos acadêmica sem que ocorra a perda de qualidade dos conteúdos, ocasionando ainda a interdisciplinaridade com diversas áreas do conhecimento: “a história pública não deve ser pensada apenas como divulgação, mas também pode ser entendida como a democratização da produção de arte e educação.” (ALMEIDA; ROVAI. 2011 p. 7), e de modo ainda que:

A narrativa fílmica, a vídeo história, a prática de história oral e as inúmeras articulações visuais, verbais, sonoras e textuais podem contribuir para a socialização da produção do conhecimento histórico, não apenas circunscrito à universidade, mas elaborado, contado e muitas vezes despercebido, ou desvalorizado – até mesmo silenciado – por setores da sociedade entendidos como à margem do próprio processo histórico. (ALMEIDA; ROVA, 2011 p. 5).

No âmbito educacional, ao pensarmos na propagação em massa de informações que podem alcançar os alunos nos deparamos com dois pontos

principais e divergentes: o provável despertar da curiosidade dos estudantes de aprofundar o conhecimento sobre determinado assunto histórico observados em vídeos, sites, filmes, *games*, e etc.; ou a necessidade da filtragem desses conteúdos – a problemática da ficção misturada à História, ou ainda a problemática das *Fake News* inseridas em relatos de fatos históricos.

Posto isto, é necessário compreendermos que a Educação é um agente formador, ferramenta auxiliadora na construção social da civilização. Assim, como afirma Silva (2010, p. 90) “O objetivo da educação é formar em vez de informar; de um exercício de formação de si, da *paideia* que ensina a viver em harmonia com a razão.”, atribuindo uma forte responsabilidade aos educadores por uma transmissão de conhecimento seguro.

Nesta seara temos uma grande quantidade de conteúdo sendo produzido e disponibilizado, sem qualquer preocupação com o método científico. São produtores que enxergaram o crescimento da demanda por conhecimento histórico pela internet e se adiantaram a apresentar conteúdo sem as devidas precauções educacionais e científicas, de forma amadora e, em muitos casos, com interesses ideológicos diversos da transmissão de conhecimento.

Há, presente e crescente, na internet uma tentativa de reescrita da história sob viés puramente memorialista ou mesmo anticientífica que acaba por ter grande alcance devido ao espaço deixado pela academia nesse campo. Espaço esse que o atual cenário de pandemia mostrou a historiadores e educadores que passaram a se voltar para uma produção de História Pública nas diversas plataformas digitais disponíveis. Esses sim preocupados com a qualidade científica e educativa do conteúdo apresentado.

Aprofundando melhor nesse pensamento, os historiadores Bovo e Pinheiro ilustram bem essas questões no artigo História Pública e Virtualidade: Experiências de aprendizagem híbrida no ensino de História (2019):

Essa nova era de acesso global à informação e de armazenamento de memórias vê crescer com vigor a dimensão do interesse público pelo passado, promovendo uma nova correlação de forças entre o historiador e novos atores midiáticos na disputa por seu objeto de ofício (BOVO; PINHEIRO, 2019, p. 115).

Vemos também que os profissionais da educação carregam a responsabilidade desde o início da formação escolar do aluno pela transmissão e construção de

conhecimentos. Fazendo uma breve alusão ao significado da palavra Aluno no latim “*alumnus*” que no nosso dicionário foi definida assim: “indivíduo que recebe instrução ou educação em estabelecimento de ensino” (FERREIRA, 1999.).

Vemos nesta afirmação que os agentes de propagação tradicional da história, possuem um grandioso impasse, onde, os espaços virtuais estão ocupando em sua maioria o papel de propagadores da história. No que diz respeito à questão das *fake news* podemos observar os aspectos das últimas eleições em nível nacional, onde surgiram vários “memes” e notícias falsas que praticamente dominaram o debate político. Para podermos compreender melhor o artigo de Escosteguy (2019) “Batalhas públicas pela história nas redes sociais” (2019, p. 41) onde elucida que essas batalhas são travadas para garantir a informação, a algum nível de veracidade.

[...] nessas batalhas interpretativas do passado foi a sua cada vez maior difusão por outros espaços midiáticos, notadamente as redes sociais, alçadas a novo espaço público de discussão que, aliás, influenciou decisivamente os rumos da política eleitoral nos dois últimos pleitos nacionais (ESCOSTEGUY FILHO, 2019, p. 41).

Nota-se que, com o passar dos últimos anos isso só se intensificou, e com a pandemia do coronavírus, a realidade dessas propagações tomou uma dimensão surpreendente a ponto do surgimento do projeto de lei nº 2.630 de 2020 que contém sua proposta no artigo primeiro:

Art. 1º Esta lei estabelece normas, diretrizes e mecanismos de transparência de redes sociais e de serviços de mensageria privada através da internet, para desestimular o seu abuso ou manipulação com potencial de dar causa a danos individuais ou coletivos (Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet). (PL 2.630,pág: 02, 2020)

Com o surgimento deste projeto de lei, podemos analisar que, até a própria política brasileira reconhece que, os meios midiáticos são benéficos, mas também podem prejudicar o trânsito de informações com seus ruídos. Logo, compreendemos o que Bovo e Pinheiro (2019) fomentam em seu artigo, a respeito da educação compartilhada, onde se tira parte do peso dessa responsabilidade e a crença que o professor é o detentor supremo do conhecimento, e seus discentes não trazem preconceções de nada.

Por meio dessa discussão temos que nos perguntar, qual o papel da História? Qual o papel da memória e da história oral nestes diálogos com o ciberespaço? Qual

a influência da ficção no processo de formação do saber histórico e como o professor pode se aproveitar destes meios para a propagação do conhecimento?

A partir das informações dadas, percebe-se que a história não se prende a documentação que se reproduz no material didático, ou seja, com o advento tecnológico é possível afirmar que se faz necessário outro ponto de vista para a história e para o ensino de história, logo observa-se que os alunos chegam aos espaços de aprendizagem com diversas bagagens que provém do rádio que escutam quando entram em um carro, as músicas que eles ou seus familiares escutam, dos jogos, de todo esse conjunto de elementos midiáticos instrumentalizam um determinado conhecimento histórico que não pode ser ignorado, pelo contrário, Esdras Carlos de Lima Oliveira afirma que:

Nossos alunos se vêem imersos em um mundo construído pela publicidade e por uma ilusão que incentiva o desejo de consumir e de pertencer a locais que estão muito distantes. O que o professor pode proporcionar ao aluno com o uso do cinema, da TV e da música, além da internet e de suas novas possibilidades, é que esse aluno se instrumentalize e use essas dimensões de modo prático, sabendo do poder que elas têm. Temos que empoderar nossos alunos com esses conhecimentos, mas também termos a consciência que esses saberes se modificam constantemente. (OLIVEIRA, 2014, p. 65)

Assim sendo, o discente não é uma folha em branco na qual o professor tem o dever de escrever a verdade para ser memorizada e reproduzida, mas sim portador de um conjunto de conteúdos que devem ser apropriados pelo professor que assume, então, uma função de guia. Portanto, deve-se estabelecer uma “autoridade compartilhada”, ou seja, a reflexão sobre os elementos do passado, deve partir junto ao público, a partir de seus recortes e interesses, de forma que seja possível disputar a hegemonia, não no sentido de confirmar uma autoridade acadêmica e distante da sociedade e de suas disputas ao atribuir sentido ao passado, mas sim de construir junto a esse conjunto de elementos, construir saberes fora e dentro da sala de aula.

Provisoriamente, sintetizamos como história pública aquilo que Miriam Hermeto definiu como uma “história na qual a ideia de ‘autoridade compartilhada’ é fundamental, reconhecendo a importância do papel do público em sua construção” (Hermeto, 2018, p. 153). Diante de uma sociedade que questiona a legitimidade de suas instituições de ensino, a noção de “autoridade compartilhada” parece fundamental para que haja uma aproximação dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula com o interesse do aluno, bem como em sua relação com a memória e a história de sua comunidade. (BOVO; PINHEIRO, 2019, p. 116)

Antes de adentrar nesse espaço, o debate sobre consciência histórica deve ser apresentado. Se trata de um conceito desenvolvido pelo historiador Jorn Rüsen para pensar como as inquietações existenciais podem se ligar ao processo científico, assim Rüsen propõe que os problemas da Ciência Histórica são questões levantadas para o sujeito situar-se no mundo e propor ideias que depois, com o método, se formalizam cientificamente. Assim, Rüsen (2001) elabora o problema da ciência histórica contemporânea, da qual com o reconhecimento de que tudo que passa pelo homem é fonte, existindo uma dificuldade de localizar a ciência histórica para além de narrativas feitas a partir das fontes. O autor elabora que o sentido da história deve ser construído como uma floresta, não sendo possível conhecer cada árvore que seria o conhecimento especializado, mas é possível se identificar a floresta. Esse, portanto, é o caminho da reflexão do que é a teoria da história, o processo histórico e da construção de sentido.

A teoria é o plano da ciência da história em que essa visão é adquirida. A teoria cuida para que o conjunto da floresta da ciência especializada, como constituição estrutural do pensamento histórico, não seja perdido de vista, nos múltiplos processos do conhecimento histórico, em benefício das árvores dos processos particulares de conhecimento. (RÜSEN, 2001, p 27)

De modo mais elaborado, constrói a argumentação de que existem formas de memória e uma das formas de memória histórica é a consciência histórica, com a especificidade de que a “consciência histórica repousa no fato de que a perspectiva temporal — na qual o passado está relacionado com o presente e através do presente com o futuro — é desenhada de modo mais elaborado e complexo” (RÜSEN, 2009, p. 168), ou seja, a consciência histórica é uma forma de memória que se vai a tempos não vividos (diferente do senso comum da memória) e se estabelece uma relação entre passado e presente, dando sentido ao passado, através das questões do presente. Portanto, a partir dessa chave de compreensão Rusen também pensa os problemas da meta-história e em uma digressão vai apontar como temas históricos são tratados em diferentes conteúdos midiáticos, ou seja, na história pública.

Rüsen (2001) traz na sua reflexão um conjunto de eventos históricos e as crises que eles provocam no que tange ao entendimento, como também procura mostrar como diferentes eventos foram psicanaliticamente tratados, a partir da historicização do evento traumático, ou como diz o autor no artigo *Como dar sentido ao passado: questões relevantes da metahistória*:

A Historicização é uma estratégia cultural de superação das consequências perturbadoras das experiências traumáticas. No exato momento em que as pessoas começam a contar a 'história' do que lhes aconteceu, dão o primeiro passo rumo à assimilação de eventos perturbadores dentro do horizonte de sua visão de mundo e da compreensão de si mesmas. Ao dar ao evento um significado e sentido 'históricos', seu caráter traumático desaparece: 'história' é uma inter-relação temporal de eventos, dotada de sentido e de significado, que combina a situação da vida atual com a experiência do passado de um modo tal que uma perspectiva futura das atividades humanas pode ser delineada do fluxo de mudança do passado para o presente. (RUSEN, 2009, p. 195-200)

Por conseguinte, o autor traz a possibilidade de uma conexão entre os conhecimentos psicanalíticos e os conhecimentos da ciência Histórica e essa ligação se faz no interstício entre a angústia existencial que é capaz de suscitar as perguntas sobre o lugar no mundo e a capacidade da história de ajudar a localizar o processo que constitui as identidades.

É nesse processo que as diferentes formas de crises e traumas históricos podem ser tratados e é aqui que o autor afirma a diferença entre mito e história, dado que quando se atribui significação a um evento e o traz como uma possibilidade humana, se consegue fazer uma conexão entre o passado e o presente. Contudo, Rüsen (2001) faz apontamentos sobre o desafio do historiador de lidar com as experiências históricas dadas que tantas vezes tendem a individualizações que moralizam os eventos históricos, separando entre algozes e inocentes, que muitas vezes reproduz o lugar de inferioridade daqueles que sofreram e do qual tantos filmes são capazes de reproduzir e é nesse ponto que concerne o papel da história pública e do ensino, assim esses eventos devem servir para encerrar processos históricos de luto que são inúmeros na história.

Se o processo de luto foi bem sucedido, os enlutados conquistaram uma nova qualidade de sua memória e de sua consciência histórica. Eles transcenderam o caráter exclusivo da moralidade, onde bem e mal definem tanto a si mesmos como os outros. No caso dos algozes e de seus descendentes, eles integraram os outros em si mesmos. O lado tenebroso de sua história não é mais extraterritorializado em prol do resgate de um resto de autoestima (seja da qualidade moral da inocência ou autocondenação ao assumir a responsabilidade histórica). Agora, os crimes se tornaram parte de sua própria história — 'própria' no sentido de ser apropriada como parte de si mesmos em sua memória e consciência histórica. (RUSEN, 2009, p. 208)

O autor aponta para a cultura histórica da esfera pública e de como ela está se tornando um conjunto de imagens e como essa "crise" deve ser entendida e tratada,

o que concerne com o tema tratado no caso de como os discentes podem se apropriar da histórica pública perpassando desafios como o do etnocentrismo e das comparações indevidas entre diferentes civilizações.

É nesse trato com a ciência que o professor de história e a história pública se encontram, é a partir do aluno que consome os conteúdos das mais diversas formas e tem as angústias existenciais de seu tempo que o papel científico da história se encontra e não faz do educando uma folha em branco, mas sim um conteúdo complexo que deve ser navegado, ou seja, a função do professor é uma função de guia, que como já realçado é esse ponto de referência, essa figura que porta o conhecimento científico e que é capaz de construir com o aluno um conjunto de saberes, como afirma Luís Fernando Cerri:

No quadro atual, com o que sabemos a partir das pesquisas empíricas que estão apenas em seu início, ensinar história considerando a consciência histórica é desenvolver atividades que permitam que o educando conheça história - de preferência a história que, de forma mais aproximada, seja sua história - ao mesmo tempo que conhece diferentes formas pelas quais se lhe atribuiu significado. (CERRI, 2011, p. 130)

Assim sendo, a emersão de um conjunto de imagens que significam a história e produzem diferentes tratos com o passado, devem ser enfrentados de diferentes formas para com os educadores, na medida em que a história pública e o reconhecimento desse campo estraçalha um conjunto de noções de autoridade da sala de aula do sistema tradicional, tendo que emergir um entendimento outro do ensino e da prática.

Uma educação cidadã e a construção coletiva de uma proposta de ensino para a autonomia exige uma postura ética e responsável de cada educador na utilização das novas tecnologias como ferramentas de investigação e processo de autonomia, tanto para os educandos como para os educadores. Este é o desafio que está posto para todos os professores de história e das demais disciplinas das humanidades. (CASSEMIRO, 2016, p.4)

Da teoria a experimentações, a história pública no ambiente escolar é real?

Portanto, nos resta indagar qual o papel da utilização dos recursos que a história pública oferece em relação às demandas da sala de aula? De certo modo a resposta transpõe-se em todo o corpo do texto, quando subtraímos os problemas enfrentados pelo sistema de ensino. A História Pública é uma ferramenta potencializadora dos estudos de história quando articulada de forma coesa e crítica

ao assunto abordado na sala de aula, sendo ainda utilizada com propósito somatório aos demais recursos pedagógicos, ou seja:

Mesmo que tenhamos as ferramentas, elas devem ser utilizadas de forma a contribuir no aprendizado e não se tornarem um fim em si, que tira o significado dos conceitos e ideias inerentes à reflexão histórica. (SILVA;SILVA, 2017, p. 272).

O que essa afirmação nos propõe é a reflexão do cerne do nosso texto: a sistematização da história pública no ensino de história. Ou seja, como os educadores de história podem apropriar-se da história pública e utilizá-la em sala de aula como ferramenta potencializadora da educação? Na experiência de alguns dos autores do presente artigo no Programa Institucional de Bolsas para Iniciação à Docência do curso de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro nos apresenta uma gama de possibilidades.

Devido à pandemia de Covid-19 e a necessidade da utilização do ensino remoto junto à rede pública de ensino, nos deparamos com uma série de dificuldades e, conseqüentemente, possíveis soluções que passam pela produção e utilização da história pública no ensino de história.

Uma das ferramentas utilizadas foi a rede social Instagram, que tem grande adesão entre crianças e adolescentes com acesso à internet. Vimos uma satisfatória interação dos alunos da Escola Estadual Aurélio Luiz da Costa aos conteúdos apresentados. Para tal, foi criada uma comissão de comunicação responsável pela produção diária, dividida em categorias, especificamente para a plataforma da rede social Instagram, através do perfil próprio do programa @pibidhistoriauftm. Por meio de categorias como “mulheres na história”, “indicação de séries e filmes”, “curiosidades históricas” entre outras, os alunos têm contato com um conteúdo que extrapola o currículo escolar e amplia seus interesses para determinados temas visando auxiliar na construção da consciência histórica e na utilização da internet para fins didáticos. Tais conteúdos são elaborados pelos discentes do programa e utilizados como complemento do conteúdo ministrado em sala de aula. O que ressalta tanto a possibilidade de utilização da História Pública, quanto a autonomia do docente em iniciação, sob a supervisão das professoras da escola e do coordenador de núcleo na Universidade.

As atividades complementares desenvolvidas pelos alunos do PIBID História no ano de 2020/2021 possibilitaram uma observação mais próxima de como esses alunos poderiam desempenhar o papel de protagonistas ao responderem às mesmas. Vale ressaltar que, devido a questão de direitos de imagem e de propriedade intelectual, os materiais produzidos pelos discentes da Escola Aurélio não puderam ser postados em rede, embora tenham sido socializados entre os seus pares em intervenções do PIBID com alunos do Estágio Obrigatório Curricular.

Das atividades realizadas, a que mais se destacou foi o uso da linguagem artística e textual, ou seja, a criação de memes, uma vez que a grande maioria desses alunos do fundamental estão familiarizados com essa difusão de informações satíricas. A produção de Memes foi feita com os alunos do 8º ano do ensino fundamental, os quais estavam em diálogo com a professora sobre a temática “foi descobrimento ou invasão?”, sendo assim, compreendemos na prática que os discentes do ensino básico, por mais que não saibam nomenclaturas de áreas da história, estavam fazendo história pública dentro dos muros da escola.

Ainda nesta linha, os alunos do PIBID História UFTM desenvolveram diversas oficinas tais como produção textual, plataforma canva e produção de podcasts, divulgando a maior parte delas com a utilização da plataforma YouTube, o que gerou participação e engajamento de alunos dos ensinos fundamental e médio da rede pública, bem como do ensino superior e comunidade acadêmica. As oficinas foram ministradas exclusivamente pelos alunos do PIBID, tendo como objetivo auxiliar não somente aos pibidianos, mas a comunidade em geral, incluindo professores da rede pública que se viam diante dos desafios impostos pela pandemia.

Em outra frente, também houve a experimentação e utilização do programa de extensão universitária Laboratório de História Pública (Laboratório Histórico @lab.historico) que surgiu como uma atividade da disciplina eletiva de História Pública e Ensino de História, ministrada na UFTM, durante o período suplementar emergencial devido pandemia do COVID 19, ministrada pelos professores Marcelo de Souza Silva e Cláudia Regina Bovo.

Ao fim das atividades da disciplina, o Blog Portal Lab. Histórico continuou com suas produções sem vínculo com a universidade. Composto por discentes do 4º, 3º e 2º períodos do Curso de Licenciatura em História, iniciaram e deram sequência ao projeto que seria inovador dentro da sua graduação. Um portal de História Pública, objetivando a educação além dos muros.

O Lab. Histórico, possuía em seu cerne variadas atividades, divididas em categorias como a de interpretação de podcasts feitos por outros historiadores intitulada IndCast e a análise crítica de filmes com viés histórico e social, que pudesse contribuir para a compreensão histórica e ideológica de seu público. O Lab.Blogs era o centro inicial de todas as produções, pois comportava as informações contidas nas demais categorias em formato de texto complementar para enfim culminar na produção geral do Lab.Cast.

O Lab.Cast consistiu na produção de podcasts sobre o tema central de cada uma das produções, conteúdos os quais poderiam também ser utilizados como material de apoio às aulas. Tendo seu primeiro episódio lançado ainda na disciplina de história pública, seu auge do que podemos afirmar se deu com o lançamento oficial do Lab.Cast no Spotify⁶, iniciando no seu segundo episódio “O Coronel, o Lampião e o Purgatório” desenvolvido exclusivamente por pesquisas dos alunos Daniel Ferreira, Lais Oliveira, Mariana Fresneda e Maria Julia Pascal, onde esses debruçaram-se sobre a produção cinematográfica do filme Auto da Compadecida, e utilizando-o como objeto de estudo, podendo aprender com ele, mostrando os traços da nossa cultura e história com o coronelismo, o banditismo e a forte presença religiosa no nordeste brasileiro.

Após alguns meses de produção independente, o projeto foi vinculado à Universidade com o nome “Laboratório de História Pública”, uma vez que, esse espaço tornou-se um verdadeiro Laboratório de experimentação e desenvolvimento da história pública no âmbito acadêmico e profissional da sua equipe.

Tendo em vista a atual situação de retorno às atividades presenciais, o público do laboratório se tornou cada vez mais jovem, uma vez que seus membros estão inseridos nos estágios obrigatórios de conclusão do curso. E para concluir essas atividades é necessária uma interação mais próxima com a escola.

Diante da demanda identificada, o projeto concebeu uma nova categoria nomeada de Lab.Genial⁷, onde oferece revisões dos temas que são trabalhados por professores na sala de aula, mas com o objetivo de compartilhar o que a academia está produzindo acerca dos temas recorrentes e que cada vez mais os alunos

⁶ <https://open.spotify.com/show/5fK8ghYtGqURZTqbg9P3zp?si=0b429eec30394b58>.

⁷ <https://www.youtube.com/channel/UCgLaadDSYrldzIMTs4TIkQ>.

precisam de informações complementares, tendo em vista o déficit causado pela pandemia ao ensino.

As experiências citadas, mesmo que ainda de forma incipiente, dão sinais de como a História Pública pode ser desenvolvida como interlocução entre a academia e a sociedade e, conseqüentemente, servem de material de apoio para o desenvolvimento do ensino.

Ainda que as dificuldades sejam inúmeras, sobretudo no ensino público, devido à escassez de recursos e principalmente ao acesso à virtualidade, a pandemia mostrou, entre outras coisas, caminhos para a integração entre o ensino de história e a produção científica em História. Relação essa sempre muito distante devido ao encastelamento da academia e agora a caminho de um estreitamento promovido pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação como ferramenta de estudo e aplicação da Didática da História.

Quando se reflete sobre a história e seu ensino, quando se desenvolve a reflexão didática, as questões que se colocaram para os didatas da História são espontâneas, e mesmo necessárias. Em primeiro lugar, porque recolocam o ensino escolar de História na sua dimensão real, mergulhado na vida da sociedade que o produz, no intercruzamento e no inter-relacionamento entre os vários focos de produção de sentidos e narrativas históricas não acadêmicas ou não científicas. (CERRI, 2017, p.19)

Partindo destas compreensões, podemos entender o porquê Escosteguy Filho diz em seu artigo “Batalhas Públicas pela história nas redes sociais”:

Refiro-me à introdução formal e ampliação significativa das discussões concernentes ao campo da história pública, que vem, desde 2010 ao menos, se consolidando como esfera fundamental das relações entre as produções da história acadêmica, os desdobramentos da história escolar e as manifestações e significados da história para além desses dois conjuntos, abrangendo um conjunto de temáticas tão variadas quanto museus, mídias, história oral e, dentre outros, para os interesses deste trabalho, as próprias redes sociais (ESCOSTEGUY FILHO, 2019 p. 44).

Portanto, nessa análise temos que pensar no planejamento pedagógico. Que é onde perpassa as atividades desenvolvidas pelos professores, nisto, apontamos que, o professor utiliza o seu planejamento, visando a utilização de meios midiáticos, e com isso os “[...] elementos do plano de aula: estrutura didática; temática; objetivo; conteúdo programático; estratégias e recursos didáticos; duração e referências.” (TAKAHASHI; FERNANDES; 2004, p. 115), a inserção da história pública pode ser

articulada de inúmeras maneiras, permitindo ao professor não apenas levar conteúdos complementares para a sala de aula, como também os produzir. Há ainda a possibilidade da História Pública ser abordada como atividade, instigando os alunos à produção de podcasts, vídeos e memes. Uma coisa é certa, o trabalhar com as tecnologias atreladas ao ensino de história, possibilita com que o aluno pesquise para além do livro didático e desenvolva senso crítico para avaliar os estímulos externos a sala de aula por ele recebidos.

De modo geral, essas atividades são utilizadas para complementação dos conteúdos, visando a ampliação dos assuntos e das discussões, uma vez que, a própria LDB delimita os conteúdos programáticos do docente.

Considerações finais

Diante dos pontos acima apresentados, concluímos que é possível pensar a História Pública, com seus elementos teóricos e práticos, passando por mecanismos que excedem a sala de aula e as formas tradicionais de ensino, abrindo uma nova percepção do papel do professor não mais como o detentor de conhecimento a ser injetado no discente, este não mais visto como aquele que nada sabe.

Assim a relação pode ser construída entre o docente com o papel de guia e o discente como alguém que aprende com a realidade por um conjunto de elementos complexos da vida. Tal compreensão pressupõe o conhecimento não como algo estático, mas sim orgânico, adquirido em diversos ambientes e em diálogo com a ciência. Por fim, pensar a escola e o projeto pedagógico para além dos muros, como um exercício contínuo de autonomia do aluno e sua diversão em plataformas variadas.

Logo, os conhecimentos e práticas da história pública devem reafirmar o compromisso do ensino de história por uma educação emancipadora e plural, que possibilite a interação não somente do professor e aluno, mas de todos que estejam dentro do processo de formação educacional, isto é, a publicização da história rompe as barreiras burocráticas da divulgação do conhecimento fazendo com que a sociedade em geral se sinta envolvida indiretamente com esses exercícios, ampliando o processo de ensino e aprendizagem para uma realidade de múltiplos saberes que se cruzam por variados atores que são ao mesmo tempo emissores e receptores na construção coletiva de conhecimentos.

Bibliografia

BOVO, Cláudia Regina; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. História pública e virtualidade: experiências de aprendizagem híbrida no ensino de história. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 16, p. 113-134, 2019.

CASSEMIRO, Renato. **A Importância das Mídias no Ensino de História**. SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2016.

CAUVIN, Thomas. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. **Revista Nupem**, v. 11, n. 23, p. 8-28, 2019.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Editora FGV - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2011.

CERRI, L. F. **Um lugar na história para a didática da história**. História & Ensino, Londrina, v. 23, n. 1m p. 11-30, jan./jun. 2017.

DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. **Introdução à história pública**. Letra e Voz, 2011.

DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. **História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”**. 2013.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 39-65, 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. In: Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2004. p. 2012-2012.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. História pública e cinema: o filme Chico Rei e o conhecimento histórico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 275-294, 2014.

JUNIOR, Francisco das Chagas F. S. A história nos filmes, os filmes na história – resenha. **Revista Brasileira de História**, vol.30 nº.60, São Paulo 2010.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 135-154, 2017.

OLIVEIRA, Esdras Carlos de Lima. Implicações do uso de mídias e de novas tecnologias no ensino de história. **Revista do Lhiste - laboratório de ensino de história e educação**. num 1, vol. 1 - julho - dezembro 2014.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 2, n. 2, p. 163-209, 2009.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Editora Universidade de Brasília. 2001.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei no 2.630/2020**. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=8110634&ts=1600365763642&disposition=inline>. Acesso em: 27 ago. 202

TAKAHASHI, Regina Toshie; FERNANDES, Maria de Fátima Prado. **Plano de aula: conceitos e metodologia**. Acta Paul Enferm., v. 17, n. 1, p. 114-118, 2004.

SILVA, M.A. Educação e formação humana: algumas considerações. **Revista da Faculdade de Educação** (Universidade do Estado de Mato Grosso), v.13, p. 87-100, 2010.

SILVA, Marcelo de Souza; SILVA, Cesar Agenor Fernandes da. A divulgação científica em história por meio de podcasts: possibilidades de educação histórica pela internet. In: LARA, Renata Marcelle; CAMARGO, Hertz Wendel de (org.). **Conexões: mídia, cultura e sociedade**. Londrina : Syntagma Editores, 2017, p. 257-285 Disponível em: <http://fronteirasnotempo.com/a-divulgacao-cientifica-em-historia-por-meio-de-podcasts-possibilidades-de-educacao-historica-pela-internet/>.

ASPECTOS DISTINTIVOS DO PENSAMENTO DE KARL MARX E ALEXIS DE TOCQUEVILLE¹

Distinctive aspects of the thought of Karl Marx and Alexis de Tocqueville

Nathan Rodrigues FALCUCCI²

Resumo: Este artigo analisa aspectos do pensamento dos autores Karl Marx e Alexis de Tocqueville que, embora contemporâneos, produziram formas distintas de pensar a História. Para fazê-lo o texto utiliza as obras *A democracia na América* e *O Antigo Regime e a revolução*, escritas por Alexis de Tocqueville, e a obra *Manifesto do Partido Comunista*, escrita por Karl Marx e Friedrich Engels, no intuito de apresentar algumas diferenças fundamentais nas formulações teóricas dos dois autores.

Palavras-chaves: Karl Marx, Alexis de Tocqueville, marxismo.

Abstract: This article analyzes aspects of the thought of the authors Karl Marx and Alexis de Tocqueville that, although contemporary, produced different ways of thinking about history. To do so, the text uses the works *A democracia na América* and *O Antigo Regime e a revolução*, written by Alexis de Tocqueville, and the *Manifesto do Partido Comunista*, written by Karl Marx and Friedrich Engels, in order to present some fundamental differences in the theoretical formulations of the two authors.

Keywords: Karl Marx, Alexis de Tocqueville, marxism.

Introdução

Karl Marx e Alexis de Tocqueville foram pensadores do século XIX que muito impactaram a sua época e as posteriores. Tocqueville é considerado o patrono mais remoto da Escola Francesa do Político, enquanto Marx é o idealizador do materialismo histórico-dialético e, embora contemporâneos, suas ideias resultaram em formas distintas de se ver a história e seus acontecimentos. Esse artigo pretende introduzir o pensamento dos dois autores, principalmente a parcela exposta em *A democracia na América*, *O Antigo Regime e a revolução* e *Manifesto do Partido Comunista* e, por último, expor quatro de suas diferenças fundamentais, que já poderão ser notadas durante a apresentação de seus modos de pensar: diferentes visões acerca do curso

¹ Trabalho realizado sob orientação da Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira da Silva, no âmbito da disciplina de História da Cultura Contemporânea.

² Discente do curso de Bacharelado e Licenciatura em História na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca. Aluno bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Unesp, sob orientação da Prof.^a. Dr.^a. Karina Anhezini de Araujo.

da história, da característica fundamental da modernidade, do papel do Estado para o progresso e da própria noção sobre as revoluções.

O pensamento de Alexis de Tocqueville

Alexis de Tocqueville nasceu em 29 de julho de 1805 em Paris, filho de uma família aristocrática que foi duramente perseguida durante a Revolução Francesa, fato que o marcou profundamente. Dentre suas obras, os dois livros fundamentais são *A democracia na América* e *O Antigo Regime e a revolução*, constituindo-se referências quase obrigatórias para os pesquisadores da Escola Francesa do Político (LYNCH, 2010, p. 15). Nessas obras, Tocqueville buscou entender a natureza da democracia e da revolução, nos territórios americano e francês, procurando compreender porque os caminhos escolhidos pela sociedade francesa ao longo do tempo a guiaram para uma revolução, enquanto os caminhos americanos os guiaram para um processo constitucional, onde a democracia pôde funcionar. Os livros são obras complementares, constituindo-se, em resumo, de reflexões sobre as condições para o surgimento de uma democracia liberal.

Em *A democracia na América*, Tocqueville enumerou as “causas que tornam a democracia americana liberal” (ARON, 2008, p. 207), sendo: sua situação acidental, suas leis e seus hábitos e costumes. Por situação acidental, Tocqueville se refere tanto ao “espaço geográfico em que se estabeleceram os imigrantes vindos da Europa como a ausência de Estados vizinhos” (ARON, 2008, p. 207), o que os legou um espaço amplo e fértil. Segundo o autor,

Os americanos não têm vizinhos, por conseguinte não têm grandes guerras, crise financeira, devastações, nem conquistas a temer; não precisam nem de impostos volumosos, nem de exército numeroso, nem de grandes generais; quase não têm nada a temer vindo de um flagelo maior ainda que todos esses juntos: a glória militar (TOCQUEVILLE, 2005, p. 326).

Sobre o espaço geográfico da América do Norte, Tocqueville comenta:

Ela apresenta, como nos primeiros dias da criação, rios cuja fonte não seca, verdes e úmidas solidões, campos ilimitados que o arado do lavrador ainda não revolveu. Nesse estado, ela não se oferece mais ao homem isolado, ignorante e bárbaro das primeiras idades, mas ao homem já senhor dos mais importantes segredos da natureza, unido a seus semelhantes e instruído por uma experiência de cinquenta séculos (2005, p. 329).

Com relação às leis, Tocqueville ressaltou principalmente o caráter federativo dos Estados Unidos, combinando vantagens dos grandes e dos pequenos Estados, visto que “nas grandes nações centralizadas, o legislador é obrigado a dar às leis um caráter uniforme que não comporta a diversidade dos lugares e dos costumes” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 182). Para ele, o Estado deveria ser grande o suficiente para prover segurança e pequeno o suficiente para que sua legislação atenda à diversidade das circunstâncias, combinação que só seria possível por meio de uma confederação (ARON, 2008, p. 209). Esse modelo privilegiava uma independência e responsabilidade de cada cidadão, e essa independência se manifestava principalmente através da comuna, que é o que, segundo Tocqueville, “ainda hoje constitui como que o princípio e a vida da liberdade americana” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 48). É por isso que, “na América, podemos dizer que a comuna foi organizada antes do condado, o condado antes do Estado, o Estado antes da União” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 48).

Por último, ao falar sobre os hábitos e costumes – tema fundamental que dá condição para a liberdade –, Tocqueville afirmou que o fator decisivo para eles é a religião, sendo que, para o autor, a “sociedade americana soube unir o espírito de religião e o espírito de liberdade”, em contraste com a França, que estaria “dilacerada pela oposição entre a igreja e a democracia, entre a religião e a liberdade” (ARON, 2008, p. 210). Nos Estados Unidos, portanto, imperava a soberania do povo, que estava inteiramente relacionada à sua religião. Nas palavras de Tocqueville:

Eu já disse o bastante para revelar, tal como é, o caráter da civilização anglo-americana. Ela é o produto (e esse ponto de partida deve estar constantemente presente ao pensamento) de dois elementos perfeitamente distintos, que aliás muitas vezes fizeram-se guerra, mas que na América conseguiu-se incorporar de certa forma um ao outro e combinar maravilhosamente. Estou me referindo ao *espírito de religião* e ao *espírito de liberdade*.

Os fundadores da Nova Inglaterra eram, ao mesmo tempo, ardentes sectários e inovadores exaltados. Retidos nos liames mais estreitos de certas crenças religiosas, eram livres de todo e qualquer preconceito político.

Daí duas tendências diversas, mas não contrárias, cujo vestígio é fácil encontrar em toda a parte, tanto nos costumes como nas leis (2005, p. 51).

A partir dessa citação, é possível também notar como, para Tocqueville, os hábitos e costumes são mais importantes que as leis, e estas são mais importantes que a situação geográfica e histórica para a constituição da sociedade americana, uma vez que, “nas mesmas condições, mas com outros costumes e outras leis, teria

surgido uma outra sociedade” (ARON, 2008, p. 208). Para o autor, “a religião vê na liberdade civil um nobre exercício das faculdades do homem”, enquanto a “liberdade vê na religião uma companheira de lutas e triunfos, o berço da sua infância, a fonte divina dos seus direitos” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 52). Nesse sentido, a liberdade também se constitui como um dos principais pilares da democracia americana, sendo evidenciada em várias áreas dessa sociedade, como na imprensa, fato que, para Tocqueville, estava diretamente relacionado com a soberania popular (2005, p. 209). Seu tema fundamental, portanto, foi a “necessidade de uma disciplina moral inscrita na consciência individual, nas sociedades igualitárias que se querem autogovernar” (ARON, 2008, p. 212).

Já em *O Antigo Regime e a revolução*, o que vemos é uma tentativa de Tocqueville de entender “por que razão a França encontra tantas dificuldades em ser uma sociedade politicamente livre, embora seja, ou pareça, democrática” (ARON, 2008, p. 216), realizando o caminho inverso do *A democracia na América*. O livro é uma “interpretação sociológica de uma crise histórica, destinada a tornar os acontecimentos inteligíveis” (ARON, 2008, p. 217). Para Tocqueville, a crise revolucionária não foi um acidente puro e simples, mas teve características específicas típicas de uma revolução religiosa, deixando em ruínas as instituições do Antigo Regime.

Uma das perguntas que Tocqueville se propôs a responder é: Por que a Revolução ocorreu na França? E a resposta, segundo ele, são os fenômenos principais que a causaram: a centralização administrativa e o esfacelamento da sociedade francesa, uma vez que, por causa da centralização, os franceses “não tinham condições de discutir seus assuntos, porque lhes faltava a condição essencial para a formação do corpo político, a liberdade” (ARON, 2008, p. 218). Isso fez com que os diferentes grupos da nação francesa tendessem, simultaneamente, à uniformidade e à separação, sendo semelhantes uns aos outros, mas estando separados por privilégios, tradições e costumes (ARON, 2008, p. 219). Nas palavras de Tocqueville:

O que há de mais estranho é que todos os homens que permaneciam tão afastados uns dos outros tinham se tornado tão semelhantes que era difícil distingui-los uns dos outros. Mais do que isto, quem sondasse seus espíritos descobriria que eles mesmos achavam as pequenas barreiras que dividiam gente tão parecida, tão contrária ao interesse público quanto ao bom senso e que, em teoria, já adoravam a unidade. Cada um só dava importância a sua

condição particular porque outros destacavam-se pela condição. Mas estavam todos dispostos a confundir-se na mesma massa, contanto que ninguém nela tivesse alguma vantagem própria ou nela ultrapassasse o nível comum (1997, p. 116).

Dessa forma, para Tocqueville, o fenômeno característico que deu origem à revolução, uma vez que os diferentes grupos da França estavam separados, foi a “incapacidade dos grupos privilegiados de chegarem a um acordo sobre o modo de governar o país (ARON, 2008, p. 220). A França, para ele, era nesse período uma das sociedades mais uniformes e igualitárias e, ao mesmo tempo, a que tinha menos liberdade política, “cristalizada nas instituições tradicionais, que correspondiam cada vez menos à realidade” (ARON, 2008, p. 220).

Por último, convém mencionar que, no segundo volume de *A democracia na América*, depois de retratar a sociedade americana e de interpretar a Revolução Francesa nas obras supracitadas, Tocqueville fez a constituição de uma sociedade ideal, democrática, cujo traço principal é o desaparecimento gradual das diferenças de classe e a uniformidade crescente das condições de vida e a partir da qual ele depreende tendências da sociedade futura (ARON, 2008, p. 226), tomando ainda como ponto de partida os Estados Unidos, analisando o conjunto de sentimentos e opiniões que lá surgiram a partir do seu estado social democrático. A igualdade de condições foi o objeto que mais chamou sua atenção na democracia americana, exercendo influência prodigiosa sobre o andamento da sociedade, proporcionando “ao espírito público certa direção, certo aspecto às leis; aos governantes, novas máximas e hábitos particulares aos governados” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 7).

O pensamento de Karl Marx

Karl Marx, por outro lado, seguiu caminhos muito distintos de Tocqueville. Nascido na Prússia, em 5 de maio de 1818, mas vivendo grande parte de sua vida em Londres, Marx é o principal nome do materialismo histórico-dialético e sua obra mais popular e acessível é o *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1848 em conjunto com Friedrich Engels.

Para Marx, a “História de toda a sociedade que existiu até agora é a História da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2001, p. 23), na qual sempre houve dois grupos em conflito, opressores e oprimidos, que estiveram em constante oposição. Essa luta “todas as vezes terminou ou em uma reconstituição revolucionária da sociedade em

geral, ou na ruína comum das classes rivais” (MARX; ENGELS, 1996, p. 9). Fundamentado esses princípios, Marx e Engels mostraram como, ao longo da história, essa luta de classes se desenvolveu.

Para eles, longe de abolir os antagonismos de classe, a burguesia (os detentores dos modos de produção), um produto do longo curso de desenvolvimentos que culminou no século XIX, os intensificou e as dividiu ainda mais, oprimindo agora, de forma não velada, o proletariado:

O que distingue nossa época – a época da burguesia – é ter simplificado a oposição de classes. Cada vez mais, a sociedade inteira divide-se em dois grandes blocos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado (MARX, 2001, p. 24).

A burguesia, para Marx, não podia existir “sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade” (MARX; ENGELS, 1996, p. 13). Isso cria novas vontades e uma sede insaciável por novos mercados, precisando “instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares” (MARX; ENGELS, 1996, p. 14). Além disso, ela compele todas as nações a “tornarem-se burguesas. Resumindo, cria um mundo à sua imagem” (MARX; ENGELS, 1996, p. 15).

Dada a natureza intrínseca da burguesia ser o acúmulo, ela cria desigualdade e pavimenta o caminho para “crises mais extensas e mais destrutivas” (MARX; ENGELS, 1996, p. 18), gerando a arma que, segundo os autores, trará a sua destruição: o proletariado.

Para Marx, o proletariado é a classe trabalhadora moderna, aquela que depende do trabalho para viver e só trabalha enquanto isso aumenta o capital da burguesia, constituindo-se como uma mercadoria para os burgueses. Seu trabalho perdeu todo o encanto, e ele se torna um “apêndice da máquina, e dele só é exigida a habilidade mais simples, mais monótona e mais facilmente adquirida” (MARX; ENGELS, 1996, p. 19); ganhando menos e trabalhando mais a cada momento, os proletários se tornam escravos da classe burguesa e da máquina.

Essa escravidão do proletariado por parte da burguesia, que o transforma em uma mercadoria de trabalho, também foi chamada por Marx de alienação. Para ele, o homem, de forma distinta dos animais, é capaz de projetar o seu trabalho e escolher

livremente o caminho para seguir com sua produção, colocando as forças da natureza ao seu serviço, sendo essa a condição que torna o homem “cada vez mais livre, mais humano” (KONDER, 1999, p. 34). Contudo, Marx analisou que o trabalho adquiriu certas características repugnantes e desumanas: os homens não mais se realizam em seu trabalho porque, além de trabalhar em condições precárias, muitas vezes realizando apenas uma pequena e repetitiva parte do produto final, os bens que o trabalhador produz não lhe pertencem, se apresentando diante dele “como um ser estranho, uma coisa hostil” (KONDER, 1999, p. 34), pertencendo, na verdade, ao capitalista, ao proprietário das fábricas. Alienação, portanto, é essa condição do proletariado que, impossibilitado de desenvolver sua capacidade criadora de forma livre, é “sacrificado ao produto do trabalho” (KONDER, 1999, p. 35).

Segundo Marx e Engels, era essa classe oprimida, que já perdeu muito para os burgueses, que pode derrotá-los. Com o desenvolvimento da indústria, o “proletariado não só aumenta em número, mas torna-se concentrado em massas maiores, sua força cresce e ele sente mais essa força” (MARX; ENGELS, 1996, p. 22) e isso, aliado às péssimas condições de trabalho, leva os trabalhadores a se unirem, formarem sindicatos e realizarem revoltas ocasionais. Essas revoltas, para os autores, vão tornando a classe proletária cada vez mais unida, e os avanços que a burguesia trouxe para o mundo – como as estradas de ferro – são usados como armas pela própria classe proletária e, uma vez que o proletário já perdeu muito para os burgueses, cabe a eles “destruir todas as garantias e seguranças da propriedade individual” (MARX; ENGELS, 1996, p. 27) visto que “os proletários nada têm a perder, exceto seus grilhões. Têm um mundo a ganhar” (MARX; ENGELS, 2001, p. 84). Nesse sentido, a queda da burguesia e a vitória do proletariado, para eles, eram acontecimentos inevitáveis.

Nos capítulos seguintes do *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels falaram acerca da profunda relação entre os comunistas e os proletários em geral, uma vez que os dois grupos têm a mesma meta: “a formação do proletariado em uma classe, a derrubada da supremacia burguesa, a conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGELS, 1996, p. 32), podendo ser resumida na sentença: “abolição da propriedade privada” (MARX; ENGELS, 1996, p. 33). O passo final, para Marx, após elevar o proletário à posição de classe dominante, seria

arrebatado, gradativamente, todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe governante, e para aumentar o total de forças produtivas o tão rápido quanto possível (1996, p. 44).

A partir disso, segundo o autor,

ao desaparecerem as diferenças de classe no curso do desenvolvimento, e toda a produção concentrar-se nas mãos de indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. Em sentido próprio, o poder público é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia deve necessariamente unificar-se em uma classe única, se, em decorrência de uma revolução, ele se converte em classe dominante; e como classe dominante, suprimir pela violência as antigas relações de produção, suprimirá automaticamente, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência da oposição de classe e, por esse viés, as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe.

No lugar da antiga sociedade burguesa com suas classes e oposições de classe surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos (MARX; ENGELS, 2001, p. 62).

Aspectos distintivos entre os dois autores

Nesse momento, apresentadas as obras de cada autor, resta-nos expor de forma mais acurada as características de seus pensamentos. Ao apresentar o pensamento de Marx, contudo, devemos ter cuidado com o que Eric Hobsbawm chama de “marxismo vulgar”: ideias que foram associadas como sendo de Marx, mas que não são marxistas ou que, “na forma em que foram mais influentes, não são necessariamente representativas do pensamento maduro de Marx” (1988, p. 159). Hobsbawm cita alguns exemplos do que ele considera como marxismo vulgar:

1. A “interpretação econômica da história”, ou seja, a crença de que “o fator econômico é o fator fundamental do qual dependem os demais” (para usar a frase de R. Stammler); e, mais especificamente, do qual dependiam fenômenos até então não considerados com muita relação com questões econômicas. Nesse sentido essa interpretação se superpunha ao
2. Modelo de “base e superestrutura” (utilizado mais amplamente para explicar a história das ideias). Apesar das próprias advertências de Marx e Engels e das observações sofisticadas de alguns marxistas iniciais como Labriola, esse modelo era usualmente interpretado como uma simples relação de dominação e dependência entre a “base econômica” e a “superestrutura”, na maioria das vezes mediada pelo
3. “Interesse de classe e a luta de classes”. Tem-se a impressão de que diversos historiadores marxistas vulgares não liam muito além da primeira página do Manifesto Comunista, e da frase: “a história [escrita] de todas as sociedades até agora existentes é a história da luta de classes”.

4. “Leis históricas e inevitabilidade histórica”. Acreditava-se, acertadamente, que Marx insistira sobre um desenvolvimento sistemático e necessário da sociedade humana na história, a partir do qual o contingente era em grande parte excluído, de qualquer maneira, ao nível de generalização sobre os movimentos de longo prazo. Daí a constante preocupação nos escritos históricos dos primeiros marxistas com problemas como o papel do indivíduo ou do acidente na história. Por outro lado, isso podia ser – e em grande parte era – interpretado como uma regularidade rígida e imposta, como, por exemplo, na sucessão das formações socioeconômicas, ou mesmo como um determinismo mecânico que às vezes se aproximava da sugestão de que não havia alternativas na história.
5. Temas específicos de investigações históricas derivavam dos próprios interesses de Marx, por exemplo, na história do desenvolvimento capitalista da industrialização, mas também, por vezes, de comentários mais ou menos casuais.
6. Temas específicos de investigação não derivavam tanto de Marx quanto do interesse dos movimentos associados à sua teoria, por exemplo, nas agitações das classes oprimidas (camponeses, operários), ou nas revoluções.
7. Várias observações sobre a natureza e limites da historiografia derivavam principalmente do elemento número 2 e serviam para explicar as motivações e métodos de historiadores que afirmavam não estarem fazendo mais que a busca imparcial da verdade e se orgulhavam de simplesmente estabelecer *wie es eigentlich gewesen*. (HOBBSAWM, 1988, p. 159-160).

Quando Hobsbawm falou acerca do “marxismo vulgar”, sua preocupação residia em explicar corretamente o pensamento de Marx, de forma a não o recortar ou simplificá-lo; alguns dos exemplos se aproximam do pensamento de Marx, contudo, são apenas uma seleção de suas concepções. Nos pontos 1 e 2, por exemplo, o que Marx queria apontar, na verdade, é que as condições de sobrevivência do homem, a forma como ele tira seu sustento, é o que dita suas outras funções sociais e, por isso, à medida em que os homens vão aprendendo a viver melhor, eles melhoram a forma que eles vivem. Nesse sentido, a relação de base e superestrutura é dialética, e não uma via de mão única. Feitas essas ressalvas, podemos apresentar outras características do pensamento marxista.

Marx, como se notou, acreditava em um fim teleológico da história: a revolução proletária, e a forma como esse movimento se daria é baseada na dialética da luta de classes. Como dito no parágrafo acima, Marx também acreditava que os elementos materiais e econômicos tinham um papel fundamental nos rumos da sociedade. Nesse contexto, tem-se no modo de produção o cenário para a atuação das classes sociais que sempre estão em conflito, até que a revolução proletária aconteça. Esse é o modelo de desenvolvimento histórico do autor.

É por isso que Hobsbawm se refere ao marxismo como a primeira das teorias estrutural-funcionalistas da sociedade, embora ela tenha duas diferenças fundamentais de suas irmãs: uma hierarquia dos fenômenos sociais e a existência de tensões internas no interior de toda sociedade (1988, p. 162). É por esse motivo que através do marxismo, segundo Hobsbawm, é possível explicar “por que e como as sociedades mudam e se transformam: em outras palavras, os fatos da evolução social” (1988, p. 162). Sua hierarquia de níveis e a existência de contradições internas nos sistemas evidenciam que, para Marx, a história tem uma direção.

Christian Edward Lynch, ao introduzir a versão brasileira da obra de Pierre Rosanvallon (2010), apontará três ideias que surgem com relevância na obra de Tocqueville:

Primeiro, a compreensão da democracia como o regime político moderno por excelência, apreendido enquanto forma social e política caracterizada pela igualdade de condições entre os indivíduos; segundo, o fato de que ela resulta de um longo, penoso e inevitável processo de erosão ou destruição voluntária da ordem aristocrática, baseada na liberdade e na hierarquia; terceiro, que esse processo pode conduzir alternativamente a um regime autocrático ou a outro, compatível com o liberalismo (2010, p. 15).

Além dessas três, outros traços podem ser mencionados. Apesar de acreditar que a democracia era um processo inevitável da sociedade, Tocqueville recusava as sínteses amplas, como as de Marx e Comte, que pretendiam prever o curso da história. Aqui reside a primeira diferença entre os dois autores. Ainda que a sociedade caminhasse rumo a uma democracia cada vez mais uniforme, para Tocqueville, esse caminho seria realizado de forma orgânica. Nas palavras de Aron, Tocqueville “não acredita que a história passada tenha sido determinada por leis inexoráveis e que os acontecimentos futuros estejam predeterminados” (2008, p. 236), e segundo o próprio autor,

“O mundo que se ergue ainda está em parte sob os escombros do mundo que cai e, no meio da imensa confusão que os assuntos humanos apresentam, ninguém poderia dizer o que permanecerá de pé das velhas instituições e dos antigos modos e o que acabará por desaparecer” (TOCQUEVILLE, 2000, p. 405)

Por outro lado, como já dito, Marx via a queda da burguesia e a ascensão do proletariado como um processo irrevogável, com a história caminhando para esse ponto.

A segunda diferença entre os dois autores é acerca da característica principal da modernidade: para Marx, seria o capitalismo e a luta de classes; para Tocqueville, a igualdade de condições. Segundo Marx, era no capitalismo que a luta de classes se evidenciava ainda mais, e era nesse modo de produção que a revolução proletária aconteceria, por isso esses termos são os que definem a modernidade, enquanto para Tocqueville, uma vez que as próprias sociedades caminhavam, de forma orgânica, para a democracia, a igualdade de condições era a característica fundamental desse período.

A terceira diferença entre os dois é acerca do papel de estado para o progresso. Para Marx, era o Estado, nas mãos do proletariado, que devia conduzir os processos de igualdade e liberdade, até que esse próprio poder perdesse seu caráter político, uma vez que as diferenças de classe e sua oposição não existissem mais. Já para Tocqueville, a própria sociedade democrática com suas instituições, de forma descentralizada, realizaria esse processo rumo a uma maior igualdade (para ele, igualdade de condições) e liberdade. Ele via, por exemplo, a centralização administrativa francesa como um dos principais motivos para a Revolução ter ocorrido lá e não em outro lugar.

Por último, os autores divergiam quanto a própria noção de revolução. A ideia de progresso por meio de revolução, para Tocqueville, era vista de forma negativa, uma vez que “ao se multiplicarem as revoluções tornam cada vez mais improvável a sobrevivência das liberdades” (ARON, 2008, p. 252), enquanto em Marx a ideia da revolução do proletariado se fazia como tema central, sendo vista como processo necessário para o fim da oposição de classes.

Considerações finais

Tanto Karl Marx quanto Alexis de Tocqueville foram pensadores cujas ideias ecoam até os dias atuais. Seus modos de pensamento levaram a diferentes formas de se entender a história, com diferentes interpretações de suas causas e efeitos. A Escola Francesa do Político tem em Alexis de Tocqueville uma de suas principais influências, enquanto o marxismo em geral vê Karl Marx como seu principal pensador. Essas diferenças se dão porque o próprio pensamento dos dois autores é essencialmente diferente. Tocqueville não acreditava em sínteses amplas do processo histórico e via na igualdade de condições o elemento fundamental da

modernidade, enquanto Marx acreditava que a história caminhava para a derrocada do capitalismo e ascensão do proletariado, e via a luta de classes como o elemento caracterizador do período moderno. Os dois tinham diferentes visões acerca do papel do Estado para o progresso, com Tocqueville tendo uma tendência de progresso mais descentralizada do Estado, enquanto para Karl Marx, era o Estado, nas mãos do proletariado, que deveria conduzir a sociedade para a igualdade e liberdade. Por fim, enquanto Tocqueville via as revoluções de uma forma negativa, Marx a via – a revolução proletária – como elemento fundamental para o progresso social, e isso em parte explica porque as escolas de pensamento influenciadas pelos dois autores tenham interpretações tão diferentes acerca dos acontecimentos históricos.

Bibliografia

ARON, Raymond. **Etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

KONDER, Leandro. **Marx: Vida e Obra**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LYNCH, Christian Edward Cyril. “A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político”. In: ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime a revolução**. Brasília: UnB, 1997.

Resenha crítica: *Práticas de Pesquisa em História*, de Tânia Regina de Luca

Research Practices in History by Tânia Regina de Luca

Anna Eliza Bueno BOTELHO¹

Gabriela SOLÉO²

Maria Cecília Teixeira MIRANDA³

Rafaela Cia VIEIRA⁴

Rhuan Papani DAVID⁵

Resumo: A presente resenha expõe e debate os principais pontos do livro *Práticas de Pesquisa em História*, da professora Tânia Regina de Luca, mestre e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), que, por meio dessa obra, formula uma ferramenta de grande auxílio para a confecção da pesquisa histórica, perpassando o estudo de ilustres teóricos, de maneira didática e elucidativa.

Palavras-chave: Pesquisa; História; Orientação; Produção acadêmica.

Abstract: This review presents and discusses the main points of the book *Práticas de Pesquisa em História*, written by professor Tania Regina de Luca, master and PhD in Social History from the University of São Paulo (USP) which, through this work, formulates a tool of great help for the manufacture of the historical research, going through the study of illustrious theorists, in a didactic and elucidative way.

Keywords: Search; History; Guidance; Academic production.

Sabe-se que os ofícios dedicados à pesquisa apresentam diversas dificuldades em suas execuções, e o processo de formação do conhecimento histórico e suas investigações não seriam divergentes. Devido a essa adversidade, o grupo PET-

¹ Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Alves de Souza. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) História.

² Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação da Prof. Dr. Marcos Alves de Souza. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) História.

³ Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Raquel M. da C. M. Portugal. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) História.

⁴ Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) História.

⁵ Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Alves de Souza. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) História.

História (Programa de Educação Tutorial) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, Campus de Franca, teve contato com reflexões elucidadoras por meio da obra *Práticas de pesquisa em história* (2020) da Prof.^a. Dr.^a. Tânia Regina de Luca, que além de seus estudos em metodologia da pesquisa histórica, debruça-se também sobre a História do Brasil Republicano, área na qual é Livre Docente desde 2009, na Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Esta referida produção, a qual está contemplada em uma coletânea de textos da editora Contexto que estampa diversos temas da História, tem em seu cerne a intenção de demonstrar os métodos e procedimentos que constituem - de maneira extremamente didática devido aos exemplos presentes na obra - a produção histórica, com a finalidade de impulsionar esta missão disposta aos historiadores.

Já de início pode-se perceber a preocupação da autora ao ressaltar aspectos consagrados para a atual Academia a respeito da História e do discurso historiográfico, como a proposição da reescrita da história, apoiada nas reflexões feitas pela primeira geração da escola francesa dos Annales, principalmente a partir do historiador Marc Bloch (1886-1944). De acordo com De Luca, a História está completamente afastada de ser estática, noção longe da perspectiva de ser o passado sujeito a alterações, e sim interligada à mudança do conhecimento acerca dele, devido às interpretações e sentidos serem variáveis e dependerem da demanda do tempo presente do historiador, que claramente mudam de acordo com as gerações, conferindo assim a mutabilidade do discurso historiográfico, também denominada historicidade. Esta ponderação é imprescindível para a prática em pesquisa de história, primordialmente aos discentes no início de suas considerações a respeito de temas para a pesquisa, por demonstrar que, apesar de se ter um grande acervo sobre a suas possíveis reflexões ou próximas a elas, a pertinência de seus projetos é intacta devido o tempo de escrita ser diferente e logo, seus pareceres a respeito do objeto são distintos dos demais.

Mantendo essa percepção sobre o conhecimento histórico em mente, adentra-se na questão sobre o papel ativo ou não do historiador nessa produção, relevante tópico que clareia pontos metodológicos. Isso posto, surge a reflexão crucial para a autora: se as inquições feitas à fonte dependem do tempo em que está inserido o historiador, como explanado anteriormente, a participação demasiadamente ativa dele na geração de uma pesquisa causará inevitavelmente anacronismos, considerado

pelo historiador Lucien Febvre (1878-1956) “o pecado entre todos imperdoável”⁶ que um historiador pode cometer, por carregar valores e significações de seu tempo ao passado estudado. Entretanto, convergindo com essa indagação da autora, existe a problemática da impossibilidade do abandono do contexto em que o historiador se encontra e a não participação acentuada desses estudiosos na produção histórica, como apoiada pela corrente positivista, com o papel designado a este sendo apenas de reprodução dos conteúdos presentes nos documentos analisados.

Assim, pautando seu arcabouço argumentativo na contraposição dos métodos entre Bloch e os positivistas, Hippolyte Taine (1828-1893) e Fustel de Coulanges (1830-1889), e demonstrando a maestria de De Luca sobre seu grande acervo, ela afirma o ideal metodológico como um equilíbrio entre estes princípios para a construção do conhecimento histórico, o qual nem a subjetividade radical indicada pelos cientificistas e nem o extremo contrário com a ativa participação são bem vindos a esse ofício, mostrando um ponto iluminador frente a esse extremismo metodológico adotado muitas vezes na edificação das pesquisas na área.

Em continuidade à pauta sobre as fontes e como as diversas historiografias as trataram, De Luca dispõe de um aspecto pouco comentado nos cursos de graduação em História e que concerne às contribuições do positivismo no trato de documentações. Essa linha historiográfica é agudamente retratada como superada, limitando esses oitocentistas, a Escola Metódica francesa em particular, a tais estereótipos e não observando os aportes desse cientificismo aos métodos voltados à aferição da autenticidade das fontes, sendo essa crítica interna e externa ao documento. Provida desta análise, a autora reconhece essa importante contribuição dos cientificistas, não destronada por nenhuma outra historiografia, mantendo o caráter de imprescindibilidade desse parecer crítico à fonte no processo de averiguação de sua legitimidade nas pesquisas atuais.

Ao trazer essa discussão, a historiadora recorda ao leitor desatento que, apesar das contribuições revolucionárias dos Annales para com a produção e pensamento histórico e até mesmo a aproximação presente em seu livro com essa corrente, este mérito de averiguação e métodos para com a fonte é positivista. Tal raciocínio faz com que o interlocutor pense a historiografia de uma maneira mais complexa e evite essas simplificações estereotipadas, como a de considerar que tudo a que se refere à

⁶ FEBVRE, Lucien. O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 33.

cientificidade em voga no século XIX, principalmente em sua segunda metade, não edifica nada presente na produção histórica da contemporaneidade.

Devido à relevância imprescindível ao fazer histórico dos documentos e fontes, já explorado pela autora, De Luca traz uma diferenciação sem dúvida importantíssima no decorrer da leitura; a distinção entre esses termos e o que eles de fato denotam, por muitos considerados como sinônimos. O documento, de acordo com a autora, é qualquer elemento proveniente do passado, de qualquer natureza, enquanto a fonte é o que foi selecionado e utilizado pelo pesquisador para sua pesquisa.

Prosseguindo a leitura, somos apresentados a diferentes perspectivas acerca dos documentos, perpassando pelas construções historiográficas e seu trato desses registros, tendo como exemplo máximo a contraposição já citada entre os historiadores positivistas e sua caracterização da história dos grandes eventos e homens, a conhecida História Factual, e os Annales, com a crescente perspectiva da História Problema, que considerava trabalhar e examinar outros tipos de documentos, sem condenar-se a ficar preso unicamente em um registro. Ou seja, o conhecimento histórico não é formado apenas a partir da descoberta do documento, mas sim a partir das perguntas direcionadas ao documento, do questionamento das verdades ali colocadas.

Ainda retratando como tratar o documento, um ponto essencial para nós historiadores é sobre as ingenuidades a serem evitadas em relação às relações de poder e de força presentes nos documentos. A História, quase que majoritariamente, é escrita pelos grupos detentores do poder, cabendo a nós entendermos as relações de poder e trabalhar com o silêncio dos que não conseguiram escrever a história, usando por exemplo, arquivos judiciais nesse processo. Portanto, a depuração de um rastro do passado é necessária, devido a imutabilidade e a incerteza quanto às verdades absolutas propostas por historiografias positivistas.

Destarte, a historiadora traz novas variações da história e do trato do documento, entre as quais destacamos em primeiro momento História Quantitativa, que não enxerga o documento de maneira isolada, mas sim por meio da série a qual ele pertencia, o que volta nossa atenção aqui para o já conhecido fenômeno da longa duração. Outra variação, diz respeito ao surgimento da história vista de baixo, dando prioridade e espaço aos grupos minoritários, os quais estavam quase sempre ausentes nas páginas historiográficas, como por exemplo: as mulheres, os negros, os operários, os prisioneiros. E por fim, a tendência da micro-história, prática

historiográfica que analisa atentamente os detalhes do que poderia ser considerado insignificante se analisado isoladamente. Nesse contexto, se a partir do micro, chegarmos em uma relação mais ampliada, alcançando o macro, pode-se considerar a Micro-História uma prática usual, a qual inclusive contamos com grandiosos exemplos em nossa historiografia, como no caso da obra *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg. Desse modo, a autora mostra o quanto é essencial para qualquer historiador em formação entender as diferentes maneiras de lidar com o documento, ressaltando novas áreas e os futuros modos - focando nas novas tecnologias cada vez mais em alta - que serão possíveis para investigar e manusear os tão valiosos documentos.

De Luca também demonstra caminhos para se encontrar o objeto de pesquisa. De acordo com suas exposições, essa busca se dá por interesses de pesquisa que, na prática, são descobertos no dia a dia das pessoas, desde as atividades mais simples como jogar videogame, até aquele livro cansativo que não se aguenta mais ler. São nos momentos que menos se espera que nos identificamos com alguma área ou assunto mais específico, que futuramente pode se tornar o foco da pesquisa, o objeto.

O procedimento que deve ser adotado pelo pesquisador é comparado ao formato de uma pirâmide invertida. A área de pesquisa é a base maior, pois, como possui um rol muito diversificado, abrange diferentes temas que podem ser escolhidos pelo pesquisador; desse modo, ela serve como um importante ponto de referência que permite um direcionamento para aspectos mais específicos da pesquisa, como a subárea, o assunto e o objeto ou tema.

Assim, De Luca busca, de maneira bem didática e simples, explicar o que são e quais os caminhos para se encontrar cada aspecto específico e necessário para a produção da pesquisa. É interessante destacar o cuidado da autora em expor diversos exemplos de projetos de pesquisa em seu livro, deixando claro para o leitor cada passo que deve ser dado até o início da escrita do texto.

A partir daí, após descoberto o interesse de pesquisa, cabe ao pesquisador investir seus esforços na busca de uma possível bibliografia. Para facilitar esse processo, De Luca disponibiliza diversos sites onde podem ser encontradas fontes e leituras complementares que servirão de base para os estudos que levarão à produção de um bom artigo. É nesse momento que surge uma figura essencial no processo investigativo, o orientador, grande responsável por ajudar e facilitar a

pesquisa, pelo fato do seu volumoso conhecimento. Porém, sem deixar de lado o esforço por parte do pesquisador na busca pelas leituras metodológicas necessárias para seu projeto.

Portanto, a partir dessa ajuda ao circunscrever as fontes, a professora destaca que após passar por toda determinação de sua área de pesquisa, formulação do problema e delimitação da bibliografia, o investigador enfrenta mais um processo, a construção do objeto e do conhecimento histórico. Logo no início da leitura, a historiadora destaca três elementos essenciais nesse processo de busca e transformação do seu problema em conhecimento histórico: a questão formulada (objeto), os meios utilizados (fontes) e as perspectivas adotadas (metodologia). Ou seja, o objeto histórico é construído a partir de uma questão, que levará a um recorte que será estruturado através de determinada metodologia. Esses três elementos já citados trabalham de maneira conjunta, formando um ciclo de dependência entre si; desse modo, as percepções distintas registradas no mundo da historiografia surgem justamente devido ao modo como cada autor manipula esses três tópicos.

A autora passa a ressaltar neste capítulo, valiosos ensinamentos para a compreensão da investigação histórica, traz o exemplo do historiador Sidney Chalhoub, o qual explica a importância de entrar no processo investigativo sem conclusões pré-determinadas, ou achando que se domina antecipadamente as respostas que irá encontrar, o que é um equívoco, já que sem descoberta não há investigação.

De Luca, ainda dedica algumas páginas para esclarecer o que são fontes e como localizá-las. A autora enfatiza a importância das fontes, mas vai além: expõe as fontes como muito mais que apenas informações, sendo de bom tom investigar não apenas o que é dito pela fonte, mas como é dito e o que foi utilizado para dizer, devido às relações de poder que ficam claras a partir do estudo. Desse modo, De Luca destrincha os mais variados tipos de fontes, os lugares de acesso e o tato a ser usado para cada tipo de documento, respeitando sua especificidade.

Ademais, a historiadora expõe sua visão acerca dos estudos da escrita historiográfica que são imprescindíveis ao se debater os papéis e diferenciações entre o texto historiográfico e a narrativa, formulada, a exemplo, por romancistas. De tal forma, para fomentar essa discussão, De Luca parte da análise do uso de mecanismos, periodizações, argumentos e conceitos que se mostram imprescindíveis ao historiador.

Seguindo essa linha, ao expor a forma da narrativa, utiliza, a exemplo, o livro *Em Nome da Rosa*, de autoria de Umberto Eco, para demonstrar que ao autor cabe certa liberdade no retorno ao passado, o que envolve a criação de eventos não verídicos ou mudança no rumo dos acontecimentos. Tal liberdade, no entanto, não é concedida aos historiadores, uma vez que narrativas e romances históricos que não necessitam de rigor metodológico não são afirmados dentro da escrita da História; ao profissional cabe, apenas, delimitar recortes, temas, metodologia e a busca por responder indagações prévias dentro de sua pesquisa, ao que a autora diz ser um exercício de controle da imaginação do profissional. Juntamente, ao que se refere à periodização, De Luca argumenta que se apresenta como uma preferência de quem escreve, refletindo a locação do autor dentro do campo historiográfico. Com isso, ao optar por um recorte temporal, cabe ao historiador manter-se fiel às conexões, aos acontecimentos do momento escolhido e, conseqüentemente, à documentação e às fontes utilizadas. Essa busca por uma bibliografia coerente à periodização proposta tem, conjuntamente, ligação com os conceitos empregados dentro da composição do texto uma vez que a escolha dos conceitos reivindica certos recortes temporais específicos singulares e elucidam abordagens metodológicas específicas.

Adicionalmente, os argumentos de autoridade se apresentam como fator essencial na justificativa do estudo histórico. Isto é, a maneira pela qual os argumentos se apresentam demonstram a reafirmação das vertentes escolhidas pelo autor que, ao tomar posicionamento, transpassa para a obra uma visão que toma como correta e que deve, obrigatoriamente, pautar-se no afastamento de possíveis erros. Tais erros, apresentam-se, para a autora, na forma de possíveis anacronismos, ocorridos quando não se dá a devida atenção aos recortes temporais, documentações e bibliografias e à falta de argumentos de autoridade, provados, como dito, pela utilização de citações, fontes, agentes históricos e caminhos confiáveis durante a escrita. Assim, para De Luca, é imprescindível, para quem escreve um texto historiográfico, a imposição de um “compromisso ético”⁷ que faça jus aos fatos e personagens que o historiador se propõe a adentrar.

Isso posto, a autora fala sobre como unir tudo o que foi falado durante a obra e colocar o projeto no papel, explicando de maneira clara quais os elementos de um projeto e quais as suas funções. Para isso, ela começa dizendo que não tem como

⁷ LUCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2020, p. 121.

oferecer manuais de projetos sem ser de uma maneira geral, que é preciso atenção, porque mesmo que a maioria dos projetos sejam compostos pelos mesmos elementos, tais como: resumo, bibliografia, palavras-chaves, entre outros, é preciso atentar-se à especificidade da área que o historiador está pesquisando. Isto é, os manuais oferecem elementos chaves para a pesquisa, mas é impossível se fazer um projeto apenas a partir deles.

Dentro dessa ideia de especificidade da área pesquisada, a autora dá enfoque, logicamente, na área de História. Durante o capítulo, essas especificações aparecem em dois momentos: quando a professora fala sobre a escrita dos objetivos do projeto, e ao falar sobre fontes e metodologia.

Começando pela escrita dos objetivos do projeto, a autora diz que os objetivos na área de história vêm frequentemente em forma de lista, que se inicia por verbos no infinitivo como: analisar, realizar, identificar, verificar, contribuir, investigar, elaborar, assim por diante. Diz ainda que não é todo verbo que pode ser utilizado, tais como: sonhar, devanear, fantasiar, que podem ser verbos úteis em outras áreas, mas que não agregam nos projetos de pesquisa em História.

Em relação às fontes e metodologia, explica-se que delimitar as fontes é um aspecto fundamental na área de História, e não basta apenas destacá-las, pois o pesquisador precisa mostrar que essas fontes estão disponíveis para consulta, motivo para o qual se indica bibliotecas, arquivos, instituições de pesquisa ou sites onde podem ser encontradas. Ademais, é preciso, também indicar como essas fontes foram abordadas ou são abordadas pelos historiadores, as suas potencialidades e as suas limitações.

Diante do exposto e a partir das discussões realizadas no decorrer da leitura, o Grupo PET foi capaz de adquirir uma nova perspectiva no que diz respeito à formação do conhecimento científico, além de sanar dúvidas recorrentes quanto aos elementos que compõem a investigação histórica. Sem dúvida, todos os integrantes do grupo, após a conclusão da leitura, sentiram-se extremamente enriquecidos e mais esclarecidos acerca de todos os elementos que circulam o assunto. Para os calouros, a obra foi essencial para um primeiro contato com temas recorrentes e importantes referentes à área da pesquisa; já para os veteranos, houve uma solidificação e um acréscimo de conhecimentos nesse campo. Desse modo, a obra mostra-se extremamente enriquecedora e de grande contribuição para os mais variados discentes, independentemente da área pela qual deseja seguir.

Bibliografia

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.